

ISABELA SARMET DE AZEVEDO

TRANSGRESSÃO, DIREITOS E SERVIÇO SOCIAL

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO - 2006

ISABELA SARMET DE AZEVEDO

TRANSGRESSÃO, DIREITOS E SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob orientação da Professora Dra. Maria Lúcia Silva Barroco.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

SÃO PAULO - 2006

FICHA CATALOGRÁFICA

AZEVEDO, Isabela Sarmet de

Transgressão, direitos e Serviço Social. Isabela Sarmet de Azevedo. São Paulo: 2006.

246 f.; 30 cm

Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Área de Concentração: Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia Silva Barroco.

1-A transgressão como categoria histórica; 2- Transgressão, cidadania e direitos; 3- Transgressão na história de nossa cultura; 4- Resistências ao capitalismo: movimentos de longa data; 5- Serviço Social, direitos e transgressão; 6- Da transgressão à politização das ações.

Palavras-chave: Transgressão - Direitos - Serviço Social.

COMISSÃO JULGADORA

RESUMO

O tema dessa tese é a transgressão. Queremos sugerir que ela seja compreendida como uma atitude ou comportamento de indignação, de não-submissão, de recusa ao instituído, quando ele impede a realização do humano, da liberdade, da democracia, enfim, dos valores que afirmam o ser social. Partindo do referencial materialista histórico-dialético, é nosso objetivo tratar a transgressão como categoria histórico-cultural, produzida na vida dos homens, em dimensões específicas e também pensadas por eles teoricamente. Nesse sentido, em nosso trabalho, ela assumiu a forma de desobediência, destacando a sua historicidade no campo da política e da ética. Embora a desobediência não possa ser considerada revolucionária, do ponto de vista do marxismo e dos movimentos socialistas revolucionários, ela hoje está posta nos movimentos que resistem à ordem capitalista e lutam contra a globalização neoliberal. Enquanto alguns desses movimentos se caracterizam por sua falta de organização prévia e por desencadearem ações que podem ter ou não continuidade política; outros, como o Fórum Social Mundial, vem buscando uma base material para construir "um outro mundo possível". Estes movimentos mostram que além de resistir, é preciso construir coletivamente políticas alternativas. Em nossa análise, consideramos que, profissionalmente, poderíamos pensar a transgressão das normas institucionais não como princípio político, mas como uma ação diante de determinadas situações onde a norma institucional ou a postura de determinados membros da instituição impeça a realização dos direitos. Aqui constam as transgressões, as punições e as proteções de alguns profissionais de Serviço Social que buscaram a realização de direitos em nossa sociedade.

ABSTRACT

The main subject of this thesis is transgression. We would like it to be taken here as an attitude or behavior of indignation, of non-submission, as a refusal to what was established when it hinders human fulfillment, freedom, democracy, that is, the values that are inherent to any social being. Taking dialectical and historical materialism as a reference, it's our aim treating transgression as a cultural-historical category created in man's life, at specific dimensions and also thought by them theoretically. In this sense, in our work, it has the form of disobedience, emphasizing its historical character in the political and ethical fields. Although disobedience cannot be considered revolutionary from marxist and revolutionary socialist movement's points of view, it is today found in movements that resist the capitalist order and fight against neoliberal globalization. While some of these movements are known by their lack of previous organization and by generating actions that might or not have a political continuity, others like the World Social Forum, look for a material basis to build "another possible world". These movements show that besides resisting, it's necessary to create collective alternative policies. In our analysis we consider that, professionally, we could take the transgression to the institutional rules not as a political principle, but as a reaction to some given situations where institutional rules or some institution members' behavior prevent the rights from happening. Here we find transgressions, punishments and protections of some Social Work professionals who sought the rights fulfillment in our society.

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, Grezil e Maria Luiza
meus verdadeiros mestres!*

Miséria no Japão

Ney Matogrosso

Composição: Pedro Luiz

Somos tios da pobreza social
Somos todos pára-brisas do futuro nacional
Eu sou tio, ela é tia
O pavio tá aceso, aqui é quente
País é quente
O mundo é quente

E quem te disse que miséria é só aqui?
Quem foi que disse que a miséria não ri?
Quem tá pensando
que não se chora miséria no Japão?
Quem tá falando que não existem tesouros na favela?

A vida é bela
Tá tudo estranho
É tudo caro
Mundo é tamanho

Paraíso, pára-raios, capital
Parabólicas, pirâmides, trem-bala
Coisa e tal
Lá faz frio, cá é noite
Os açoites nos navios são história
Mas não é glória
Memória triste
E quem resiste faz a raça evoluir
Mas ainda existe guerra
Querendo fazer o mundo ruir
Não tem medida o amor em certos casos
O ódio atinge generais, soldados rasos

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as graças concedidas. Como mamãe diz: “em tudo estão as mãos de Deus”.

Aos meus pais, Maria Luíza Sarmet Azevedo e Grezil Porfírio de Azevedo, que enfrentaram junto comigo todos os obstáculos que se colocaram no caminho da minha qualificação profissional. Essa tese é o produto de nossa luta e de nossa vitória contra todas as adversidades. De modo especial, quero agradecer o apoio, o incentivo e a credibilidade que meus pais me deram em todas as situações. Essa tese é o meu presente para vocês.

A minha orientadora, Profa. Dra. Maria Lúcia Silva Barroco, por ter me feito acreditar que nem tudo está perdido! Obrigada pelo presente da orientação e por ter contribuído para organizar melhor minhas idéias. Elas estavam “fora do lugar”. Agora, penso que estejam no seu devido lugar: na realidade dessa tese!

Aos membros da Comissão Julgadora: Profa. Dra. Dilséa Adeodata Bonetti, Profa. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides, Profa. Dra. Yolanda Aparecida Demétrio Guerra, Profa. Dra. Antônio José Romera Valverde, Profa. Dra. Maria Carmelita Yazbek, Profa. Dra. Maria Rosângela Batistoni, por aceitarem compor esse momento final de minha qualificação profissional, com suas contribuições para meu objeto de estudo.

Aos assistentes sociais, sujeitos da pesquisa: Maria Conceição Silva, Maria Regina de Ávila Moreira, Leonardo Barbagallo, Elaine Nascimento e Maurílio de Castro

Matos. Sem a história de profissão e vida de vocês, esta tese não seria possível. Em especial, quero agradecer a Maria Conceição, minha amiga desde o Mestrado em Serviço Social, que me ajudou a identificar os outros sujeitos da pesquisa em São Paulo. Seu apoio foi muito importante para mim.

*Também quero agradecer as **amizades** que fiz na PUC/ SP: Rosângela Sanson e Irmã Valdete que trabalham na Fundação São Paulo; e a Kátia, Secretária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/ SP - pessoas extraordinárias que me ajudaram em muitos momentos.*

Ao CNPQ e ao meu pai Grezil Porfírio de Azevedo, por terem financiado os meus estudos.

Aos que, na Universidade Federal Fluminense, cumpriram com seu dever institucional, posicionando-se favoravelmente ao meu direito de afastamento integral para a qualificação profissional.

Aos meus amigos de Campos dos Goytacazes/ RJ, em especial, a Thaís, Ana Teresinha e Padre Manoel, com quem dividi as angústias dessa tese. Quero agradecer suas orações e as conversas que tivemos. Elas me fortaleceram nessa trajetória do doutorado, especialmente nesta fase final.

As amizades nascidas do curso de francês e das aulas de Dona Maria das Dores.

A minha família como um todo, especialmente a Tia Norma, ao Tio Dodoco, ao Tio Greol, ao Tio Leoni, ao Tio Gremário e ao Tio Oly, que torceram pelo meu sucesso pessoal, intelectual e profissional.

Aos meus sobrinhos, Germana, Vítor e Manoella - filhos de Grezil e Adriana - que me deram alegria de viver e suporte afetivo para a tarefa intelectual que resultou nessa tese.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
ESCOLHAS DA PESQUISA	12
PERFIL DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	15
REVELAR OU NÃO REVELAR A AUTORIA DOS DEPOIMENTOS: EIS A QUESTÃO.....	18
A TRANSGRESSÃO COMO OBJETO DE ESTUDO	19
CAPÍTULO 1 - A TRANSGRESSÃO COMO CATEGORIA HISTÓRICA	25
CAPÍTULO 2 - TRANSGRESSÃO, CIDADANIA E DIREITOS	44
2.1 CIDADANIA E DIREITOS: UM BREVE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS DA CLASSE TRABALHADORA NO MARCO DA LEGALIDADE VIGENTE	44
2.2 CIDADANIA PARA MARX: EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA	53
2.3 CIDADANIA E TRANSGRESSÃO.....	62
CAPÍTULO 3 - TRANSGRESSÃO NA HISTÓRIA DE NOSSA CULTURA	66
CAPÍTULO 4 - RESISTÊNCIAS AO CAPITALISMO: MOVIMENTOS DE LONGA DATA	119
4.1 ALGUNS MARCOS DE RESISTÊNCIA AO CAPITALISMO: DO MOVIMENTO OPERÁRIO AOS MOVIMENTOS ATUAIS	119
4.2 TRANSGRESSÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUALIDADE	130
4.3 MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO E "SOCIEDADE CIVIL": MÚLTIPLOS E DIFUSOS SIGNIFICADOS	137
4.4 FÓRUM SOCIAL MUNDIAL E OS MOVIMENTOS ATUAIS: DA TRANSGRESSÃO À POLITIZAÇÃO DAS ALTERNATIVAS.....	143
CAPÍTULO 5 - SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS E TRANSGRESSÃO	147
5.1 UM BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL	147
5.2 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO	170
CAPÍTULO 6 - DA TRANSGRESSÃO À POLITIZAÇÃO DAS AÇÕES	179
6.1 TRANSGRESSÕES E PUNIÇÕES.....	182
6.2 ESTRATÉGIAS, PROTEÇÕES E ALTERNATIVAS CRIADAS PELO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL	203
6.3 A CONSCIÊNCIA ÉTICO-POLÍTICA DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E A TRANSGRESSÃO DO USUÁRIO	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
BIBLIOGRAFIA	231

INTRODUÇÃO

*(...) não se parte daquilo que os homens dizem,
imaginam ou representam,
e tampouco dos homens pensados,
imaginados e representados para,
a partir daí chegar aos homens de carne e osso;
parte-se dos homens realmente ativos e,
a partir de seu processo de vida real,
expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos
e dos ecos desse processo de vida.
(Marx/ Engels)*

Escolhas da pesquisa

Em muitos momentos, durante a elaboração desse trabalho, nos surpreendemos refletindo sobre a escolha que fizemos – de conduzir um estudo sobre assistente social: profissão e vida e nos vimos abrindo a caixa de Pandora: a transgressão. Um tema conduzindo a outro, uma história encadeando-se com outras histórias contadas, narradas e, sobretudo, vividas, unindo memória, projeto de futuro e criação – a tal ponto, que foi necessário estabelecer um ponto de ruptura em nossa pesquisa, que nos possibilitasse dar-lhe a forma de uma tese, que mesmo assim, acabou não nos parecendo definitiva.

Um momento importante desse percurso foi o de valorizar o assistente social – sua profissão e vida – o que significou ir a campo, indagar, aguçar sensibilidades, deixar para trás algumas questões e incorporar outras, abrindo mão de certezas prévias, de algumas definições rigidamente construídas, que nos pareceu, em dado momento, tão operacionais em termos de investigação histórica e da prática política. Significou igualmente enfatizar a presença e a voz dos assistentes sociais que tiveram uma atitude ético-política excepcional, diante de determinadas situações, onde a norma institucional - a burocracia das leis, as condições em que se dá a

prática profissional, determinada concepção política e/ ou valores ético-morais dominantes na mesma - ou a postura de determinados membros da instituição impediram a realização de direitos. A instituição pode conceber determinadas situações e/ou posturas profissionais como transgressoras, mas nós trabalhamos com a compreensão de que o tipo de desobediência que as caracteriza não é um princípio político, mas um comportamento perfeitamente compatível com o nosso Código de Ética profissional e com um projeto de sociedade ao qual se vincula o nosso projeto ético-político profissional. Frente a isso, dependendo da instituição e da circunstância, do comportamento crítico, ativo e propositivo diante das normas, o profissional pode ser coagido, reprimido, punido, se não as acatar.

Em face de dilemas ético-políticos - sobre como se comportar entre a norma institucional e o direito, entre os interesses dominantes na instituição e os dos usuários, entre as necessidades do capital e as do trabalhador (incluindo aqui as necessidades daqueles que estão excluídos da possibilidade de trabalho) - o assistente social poderá desobedecer a norma institucional para obedecer seu Código de Ética Profissional e o projeto ético-político de sua profissão? Seria isso caracterizado como uma transgressão? Em que sentido? Com que justificativa? Afinal, o que é a transgressão? Essas são questões de fundo acerca do nosso objeto de pesquisa, que tem por objetivo evidenciar e analisar as transgressões, punições e proteções de alguns assistentes sociais que buscaram a realização de direitos em nossa sociedade. Isso nos levou a outros objetivos, tais como: fazer um breve histórico das conquistas da classe trabalhadora e das resistências ao capitalismo como movimentos de longa data, no marco da legalidade vigente, relacionando isso a transgressão; a buscar na história de nossa cultura, os momentos em que a transgressão se fez presente e com que significados; e a refletir a compatibilidade entre o Serviço Social, os direitos e a transgressão.

Mais do que estar cumprindo com os objetivos acima descritos, a pesquisa qualitativa¹ desenvolveu-se a partir da metodologia da história oral², por alguns

¹ Segundo Minayo (1998:10), trata-se de *incorporar a questão do SIGNIFICADO e da INTENCIONALIDADE como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas*. Em sua conclusão, Minayo (1998:252) afirma que *a compreensão qualitativa (...) é um movimento totalizador que reúne a condição original, o movimento significativo do presente e a intencionalidade em direção do projeto futuro. (...) Portanto a pesquisa qualitativa proposta aqui reconhece o sujeito como autor, sob*

motivos: primeiro, porque diz respeito *a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma (Portelli, 1997:15)*; segundo, porque esta *alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas*; e terceiro, porque *a História Oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo (Idem:26)*.

Fazendo laboratório de pesquisa em Universidades como a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF), fomos adentrando no universo dos sujeitos a serem entrevistados: assistentes sociais que estão desenvolvendo ou já desenvolveram atividades acadêmicas e que participam, como docentes, do processo de formação profissional em Serviço Social.

Trabalhamos com um roteiro básico para todos os entrevistados, com duração indeterminada e gravação sonora das perguntas e respostas. Coletamos depoimentos sobre a trajetória profissional dos entrevistados, pedindo para que nos contassem como foram as suas experiências profissionais após a formação profissional em Serviço Social. Formulamos perguntas abertas do tipo: *Como se constrói, do seu ponto de vista, a sociabilidade da ética e do direito? Como você enfrenta a sociabilidade do favor, ainda tão presente no cotidiano institucional?* Em seguida, pedimos para que o assistente social entrevistado nos contasse *uma situação em que teve que tomar uma atitude em face de um direito seu e/ou de seu usuário que tenha sido violado institucionalmente*. E, na sequência perguntamos: *como é profissão e vida de assistente social?*

Os assistentes sociais entrevistados foram em número de seis – três atuantes em São Paulo e três atuantes no Rio de Janeiro – fazem parte de uma amostra intencional e cederam seus depoimentos entre outubro de 2003 e junho de 2004. Após transcrição dos depoimentos cedidos à pesquisa, os encaminhamos pelo correio aos sujeitos da pesquisa, solicitando uma posição consciente sobre as

condições dadas, capaz de “retratar e refratar” a realidade. Não apenas como um sujeito sujeitoado, esmagado e reproduzidor das estruturas e relações que o produzem e nas quais ele produz.

² *Como está implícito no próprio termo, a história oral é uma forma específica de discurso: história evoca uma narrativa do passado; oral indica um meio de expressão. (Portelli, 2001:10).*

implicações de se revelar a sua autoria. Utilizamos igualmente uma folha do Centro de Documentação e Informação Científica da PUC/SP, para fins de utilização, divulgação e publicação do depoimento cedido à pesquisa. Dos seis sujeitos consultados, cinco autorizaram a revelação da autoria e apenas um se opôs a fazê-lo, *tendo em vista o envolvimento de sua situação institucional em processo administrativo em exame* – motivo alegado em telegrama.

Assim sendo, a seguir, apresentamos os cinco sujeitos da pesquisa, suas respectivas formação profissional e áreas de atuação representadas (onde cada um dos quais teve suas experiências, até o período em que foram colhidos os depoimentos).

Perfil dos sujeitos da pesquisa:

- Maria Conceição:

Maria Conceição é formada em Serviço Social na Universidade do Vale do Paraíba/ SP, em 1982. É mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e, atualmente, está fazendo Doutorado em Serviço Social nesta Universidade. Atua como assistente social na Secretaria de Desenvolvimento Social da prefeitura de São José dos Campos/ SP, desde 1989. Também participou do Sindicato de Servidores Públicos Municipais de São José dos Campos/ SP; do Conselho de Assistência Social e do Partido dos Trabalhadores. Leciona na Universidade de Taubaté.

- Maria Regina:

Maria Regina é formada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense de Niterói/ RJ (1983). Tem especialização em Saúde Pública, pela Fundação Oswaldo Cruz (1984). Fez Mestrado (1998) e Doutorado (2003) em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou inicialmente na Delegacia do Conselho Regional do Rio de Janeiro, trabalhou no Hospital Pedro Ernesto na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e militou no Partido dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, onde, segundo ela, teve um dos primeiros embates políticos com a categoria: *Eu sou da década de 80. Eu fui*

formada no meio do furacão, onde a participação política, o trabalho com comunidade tomou toda aquela relevância. Eu tive uma boa experiência de comunidade, mas sempre divergindo (Maria Regina).

Maria Regina afirma que *havia uma turma que achava que a gente devia, nas discussões políticas, dar toda força pro PT, entrar no partido, militar partidariamente, e uma parte da categoria que achava mais importante militar dentro da categoria.* Ela participava do grupo que via a atuação partidária como mais importante. Afirma que teve retaliação por parte da categoria que não concordava com isso. Disse ainda que viveu um desgaste muito grande no Rio, porque não quis se filiar a gueto da categoria nenhum.

Depois, a partir de 1985, Maria Regina começou a trabalhar na Prefeitura de São José dos Campos. Foi candidata "laranja" do Partido dos Trabalhadores para a Câmara; atuou na primeira diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, fez parte da Comissão de Greve em 1988. Fez parte da Direção da CUT Regional. Trabalhou numa empresa. Assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Social no governo do PT. Leciona na Universidade de Taubaté. Atua no Conselho de Serviço Social da Região de Taubaté em São Paulo.

- Leonardo

Leonardo é formado em Serviço Social pela Universidade Paulista de São Caetano do Sul no ABC (1981); graduou-se em Pedagogia no Instituto Metodista de Ensino Superior em São Bernardo; fez Mestrado e Doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e tem formação em Psicodrama também na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tem experiência em prefeituras de São Caetano do Sul; Ribeirão Pires - onde foi assessor de primeira-dama, Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social; de São Paulo. Também foi chefe do Serviço Social da Indústria da Construção Civil em São Paulo. Lecionou em várias faculdades como: na UNISA (na zona sul de São Paulo); na Universidade de São Francisco; na Universidade de Taubaté. Trabalha na Câmara Municipal de São Paulo, como assessor técnico para assuntos de Bem-Estar Social. E, desde 1986, vem desenvolvendo palestras e cursos para assistentes sociais, consultorias, elaboração de concurso público e assessorias em vários locais de São

Paulo. Não há registro, durante a entrevista, de que Leonardo tenha participado de sindicato e/ou de partido político.

- Elaine

Elaine formou-se em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (1997). Atuou no Diretório Acadêmico; teve bolsa de Pesquisa; teve bolsa de Estágio; fez estágio na área da saúde nas 3 esferas: municipal, estadual e federal; realizou pesquisas financiadas pelo CNPQ, CAPES, FAPERJ; participou de uma pesquisa sobre política de saúde comparada entre Brasil, México e Argentina. Depois, fez Pós-Graduação na Fundação Oswaldo Cruz: aperfeiçoamento em Educação e Saúde; fez Especialização em Política Social e Serviço Social à distância, pelo conjunto CFESS/ CRESS, coordenado pela UnB e CEAD; fez Mestrado (em Saúde Coletiva) e Doutorado (em Ciências da Saúde) no Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz. Trabalhou em ONGs (Organizações Não-Governamentais). Prestou consultoria para o Conselho Tutelar (supervisão técnica de casos) articulada a discussão do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), junto com o Código Ética Profissional, estimulando um fazer profissional que garantisse a política de proteção à criança e à adolescência. Trabalhou num projeto financiado pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e em várias prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, a saber: Niterói; Volta Redonda; Resende; Campos; Macaé. Presta consultoria para o Ministério da Saúde, num projeto de prevenção de DST e AIDS, conveniado com o país africano de Angola, onde faz a capacitação dos agentes de saúde, desenvolvendo a monitoração e a avaliação do programa. Foi professora substituta da Universidade Federal Fluminense. Não há registro, durante a entrevista, de que Elaine tenha participado de sindicato e/ou de partido político.

- Maurílio

Maurílio é formado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996), fez estágios com assessoria e movimentos sociais; fez Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e atualmente faz Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Começou a trabalhar

como bolsista de aperfeiçoamento no projeto coordenado pela Profa. Dra. Maria Inês de Souza Bravo: Política de Saúde, potencial dos Conselhos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Trabalhou no Hospital Pedro Ernesto (1998), onde desenvolveu o mapeamento dos recursos comunitários e institucionais. Atuou em várias prefeituras, a saber: São Gonçalo (no Conselho Tutelar); Rio de Janeiro (no Hospital Souza Aguiar e em Caxias); Niterói. Foi professor substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Embora tenha passado no concurso para a UNIOESTE, não tomou posse. Lecionou na faculdade Santa Luzia, em Caxias; deu aulas esporádicas no Evandro Chagas (unidade da Fiocruz); e leciona na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e trabalha em Caxias. Não há registro, durante a entrevista, de que Maurílio tenha participado de sindicato e/ou de partido político.

Revelar ou não revelar a autoria dos depoimentos: eis a questão!

Quando em nossas análises, nos perguntamos se deveríamos ou não revelar a autoria das entrevistas, ou seja, quem as produziu, quando, onde e em quais circunstâncias, não estávamos buscando simplesmente revelar nomes, datas e contextos, pois eles são anteriores, exteriores e já estão dados. Estávamos sim considerando o fato de que esta é uma pesquisa sobre sujeitos históricos, inseridos ativamente numa trama de relações e acontecimentos e num intrincado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar.

O que podemos perceber nos depoimentos dos seis assistentes sociais do Rio de Janeiro e de São Paulo que entrevistamos é que o legítimo produto dessa pesquisa é *parar para pensar em todo o movimento que a gente fez (Maria Conceição)*, ao *mexer com as questões que a gente tem evitado no processo da nossa profissão (Maria Regina)*, *retomando pontos de nossa vivência profissional (Elaine)*. *É falar para alguém sobre esse trabalho com as pessoas. É recordar coisas e reorganizar nossa própria forma de funcionamento interno (Leonardo)*. *E ficar em dúvida ainda e correr riscos (Maurílio)*. Sim, porque se essa pesquisa tem um mérito, esse mérito é o de colocar em dúvida aquele que investiga e que é investigado, saindo do lugar-comum (de perguntas e respostas pré-concebidas),

assumindo todos os riscos da pesquisa. Os riscos de *falar sobre o não-pensado, sobre o não-elaborado, do ponto de vista do sentimento e descobrir que o que a gente está discutindo é histórico e cultural, não é uma questão psicológica, individual. É um processo da nossa profissão* (Maria Regina).

De repente, se descobre que vida é luta e que não são as idéias bonitas que valem, mas sim as ações práticas. E se descobre também que alguns de nós temos dificuldades em exercitar a memória sobre as nossas *ditaduras* (aquelas que herdamos, aquelas que vivemos), sobretudo a partir do momento em que assumimos códigos de valores (liberdade, democracia, justiça, igualdade) opostos aos princípios do estado de exceção (da tradição da cultura autoritária e do signo do medo). Uma reflexão mais acurada e sistemática sobre este assunto talvez seja um antídoto para escapar deste maldito dilema, pronto a ressuscitar tão logo apareçam novas transgressões que ameacem a ordem instituída.

A transgressão como objeto de estudo:

Passível de diferentes leituras, a questão que trazemos para o debate acadêmico-profissional do Serviço Social (a transgressão) é atravessada por diferentes concepções, significados e compreensões diversificadas. Algumas dessas leituras nos foram oportunizadas pelos debates nas disciplinas que freqüentamos nos Programas de Pós-Graduação de Serviço Social, de Ciências Sociais e de Filosofia. Outras leituras foram proporcionadas pela própria vida, que não se resume ao fato de sermos assistente social, mas de sermos *gente*, que institui lugares de memória, ao viver a história em seu movimento incessante.

Partimos do entendimento de que *os direitos possuem uma dimensão transgressora* (Telles, 1999) em relação às normas institucionais, pela qual os sujeitos (assistente social e usuários) exigem seu reconhecimento, desestabilizando consensos e lugares estabelecidos, instaurando litígio, quando se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena pública o que antes estava silenciado ou então na ordem do não pertinente para a deliberação política.

Como forma de deflacionar o peso teórico da transgressão, partimos de sua compreensão como categoria histórica, onde ela é sinônimo de desobediência, tendo em vista o engajamento ou o desengajamento de valores. Neste sentido, ela é uma das características eventuais do ato ético e não seu atributo principal. No primeiro capítulo, fazemos esta análise, situando o que é desobediência civil, suas características e diferenciações em relação a outros tipos de comportamento perante as leis. Também abordamos as justificativas historicamente adotadas para a desobediência civil. Na sequência, abordamos os vários tipos de desobediência política e sua diferenciação em relação ao que o marxismo chama de revolução. E trabalhamos com a compreensão de que a transgressão, embora não seja um movimento revolucionário, ocorre e deve ser reconhecida, não como algo deplorável, do ponto de vista ético-político, na medida em que permite a ultrapassagem de limites e a negação dos valores estabelecidos pela sociedade capitalista, podendo se lançar no risco da afirmação de novos valores, quando pensada na sua dimensão positiva.

No segundo capítulo, situamos a transgressão no contexto da cidadania e dos direitos, fazendo um breve histórico das conquistas da classe trabalhadora no marco da legalidade vigente. Abordamos, a seguir, a cidadania para Marx, para quem faz-se necessário distinguir a emancipação política da emancipação humana, visto que esta última é incompatível com o capitalismo. Aqui problematizamos também os conceitos de liberdade e de cidadania, fazendo uma síntese da dialética materialista-histórica formulada por Marx. É nela que buscamos o fundamento político para a transgressão, o qual é perfeitamente compatível com a história da cidadania e dos direitos na sociedade capitalista.

No terceiro capítulo, analisamos a transgressão na história da nossa cultura, destacando a orientação do Estado brasileiro para com os transgressores à ordem instituída. Neste capítulo, particularizamos a forma histórica da transgressão na sociedade capitalista e seus fetichismos; e atribuímos destaque às idéias oriundas da cultura repressiva, que rege as relações sociais e que se encontra na raiz da formação moralizadora de nossa sociedade.

Um mergulho na história de nosso país nos levou a perceber que o processo cultural transplantado forjou, entre nós, uma cultura de súditos e não de cidadãos e

fez prosperar os *princípios da cordialidade* e a prática do *jeitinho brasileiro*, que recusa normas e contratos que garantam direitos, em defesa da manutenção de privilégios e favores.

Como forma de pensar a transgressão, do ponto de vista ético-político, resgatamos, no quarto capítulo, as resistências ao capitalismo, como movimentos de longa data, que fizeram o máximo uso não-burguês da legalidade burguesa, como estratégia para a construção de outra forma de sociedade. No decorrer desse capítulo, podemos perceber que *todos os movimentos democráticos começaram com ações ilegais (manifestações e greves não autorizadas, ação direta, desobediência civil)*³. E que, atualmente, com exceção a luta contra a globalização - luta bastante ambígua da qual falaremos – os movimentos sociais capazes de abalar a ordem capitalista se tornam cada vez mais raros. As greves prolongadas diminuem ou tendem a fracassar (com algumas exceções), com o medo do desemprego que tende a estender-se pelo mundo inteiro e assusta quem não quer engrossar às fileiras da exclusão. Os sindicatos se enfraqueceram e tornaram-se nitidamente reformistas. A idéia da revolução sofreu o forte impacto da queda do muro de Berlim e as nações que experimentaram projetos socialistas transformaram-se em espaços do mercado mundial. Os partidos políticos, quando não estão profundamente corrompidos, esvaziam a democracia do caráter subversivo e anti-capitalista que a caracterizou desde a origem. As formas tradicionais de organização e luta dos trabalhadores foram perdendo sua eficácia. As ONGs (Organizações Não-Governamentais) diluem a natureza de classe dos seus componentes e tendem a se burocratizar, defendendo interesses puramente corporativos, setoriais ou privatistas e sua multiplicidade (que dá impressão de uma forte atividade da sociedade civil) lhes é prejudicial, porque valoriza apenas a diversidade, podendo se limitar a ela.

O combate contra a OMC (Organização Mundial do Comércio), em Seattle, o questionamento da política dos países mais ricos do mundo em Gênova, o desenvolvimento dos movimentos antimundialização - por mais confusas que sejam suas reivindicações, a luta pacífica, enquanto todos esperavam uma luta guerreira nos Chiapas, no México, e as reivindicações ecológicas (embora imprecisas), são

³ Santos (2002).

exemplos de manifestações que mostram que inúmeras pessoas estão indignadas com o custo social das propostas neoliberais e com os ataques constantes aos direitos humanos e sociais. Elas não querem mais se queixar, mas querem lutar e aceitar o risco do gesto transgressor, em nome da realização de algo existencialmente mais condizente. Querem também reencontrar suas capacidades de crítica, sua aptidão para enfrentar e transformar a realidade e seu desejo de serem verdadeiros cidadãos e de se posicionarem contra o potencial destrutivo do capitalismo, sob a hegemonia neoliberal. Outros eventos atuais, como o Fórum Social Mundial, buscam uma base material para construir *um outro mundo possível*, ou seja, estão buscando a politização das alternativas.

Já o capítulo cinco aborda as origens da profissão Serviço Social, da base de justificação desse tipo de profissão na sociedade capitalista. Aqui, adentramos na história de nossa profissão, buscando localizar, nas modalidades (tipificadas nas políticas sociais), através das quais o Estado burguês se enfrenta com a questão social – com as desigualdades sociais –, os momentos nos quais *o assistente social foi chamado em virtude da necessidade política de contenção e controle de possíveis insubordinações da classe trabalhadora*, subordinada a um intenso processo de exploração.

Registramos também, nesse capítulo, os limites do profissional no controle das condições materiais e técnicas do seu trabalho no processo de profissionalização e institucionalização do Serviço Social. E acompanhamos, ao longo dessa discussão, as mudanças processadas no âmbito dos valores, dos Códigos de Ética Profissional, dando a conhecer a instrumentalidade dos mesmos na configuração dos deveres do assistente social. Outro ponto que buscamos enfatizar, nesse capítulo, foi as diferentes configurações teórico-metodológicas que o Serviço Social assumiu ao longo de sua história, bem como as implicações políticas contidas no exercício profissional. No entanto, o que nos interessa mesmo, ao longo de toda esta análise, é perceber, em que momento o Serviço Social busca novas bases de legitimidade, num processo voltado para a criação de vínculos orgânicos com a classe trabalhadora.

A partir da década de 1970, o compromisso das vanguardas passou a ser selado com a universalização de valores democráticos e igualitários, a partir da

construção de bases de um novo projeto profissional. Alguns marcos são importantes nesse sentido, como III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), ocorrido em 1979, que substituiu os representantes do poder público pelos trabalhadores brasileiros e por aqueles que lutavam pelas liberdades democráticas – que pode ser considerado um momento de transgressão na história da profissão. Essa renovação tem a ver com a consolidação acadêmica, com a ampliação dos campos interventivos, com o crescimento da literatura especializada (mercado nacional de bens simbólicos profissionais) e também com a organização sindical da categoria e reestruturação das entidades nacionais, a partir dos anos 80. Foi quando os assistentes sociais fizeram a travessia para a sua maioria intelectual e profissional, para a sua cidadania acadêmico-política, que tivemos condições para pensar na transgressão, do ponto de vista ético-político.

Do nosso ponto de vista, a reorganização e a emergência dos movimentos sociais, no cenário político, abriram ao profissional de Serviço Social possibilidades reais de transgressão ao que está instituído, porém, isso não pode ser confundido com voluntarismo, nem com o messianismo. Isso significou uma mudança no papel do profissional de Serviço Social: não apenas o de ser mediador do conflito de classes (no sentido de sua contenção ou neutralização), mas o de *explicitação desse conflito na proposição, implementação e avaliação das políticas públicas e sociais, no interior das instituições e onde acontece o Serviço Social*. Somente assim, explicitando o conflito, identificando recursos e fazendo uso dos mesmos, na condição de um direito seu e/ ou de seu usuário, no interior das instituições (e mesmo fora delas), é que o assistente social pode legitimar a sua prática, ampliando as suas conquistas. Porém, isso depende das condições concretas que peculiarizam cada momento histórico, cada conjuntura política, de tal modo que essa transgressão só acontece quando o profissional tem consciência das relações e dos limites que se estabelecem entre prática profissional e prática política.

No sexto e último capítulo, buscamos evidenciar que o nosso objeto de estudo tem uma nítida delimitação temporal, na medida em que só é possível falar em transgressão como atitude de indignação, de não-submissão, de recusa ao instituído, quando ele impede a realização do humano, da liberdade, da democracia

e dos valores que dizem respeito ao ser social. Isso ficou explícito no âmbito da profissão, a partir de seu processo de renovação, quando o projeto ético-político profissional começa a dar os seus primeiros sinais, permitindo o reconhecimento social da profissão e o auto-reconhecimento do assistente social no âmbito dos direitos sociais, na luta contra a desigualdade e a favor da democracia. Na análise das entrevistas, é possível compreender melhor isso, pois elas demonstram que a transgressão está presente nas relações que se processam entre o profissional, a instituição e os usuários.

Retomando a história de profissão e vida dos sujeitos dessa pesquisa, nos deparamos com pontos muito importantes: aspectos que hoje fazem parte de sua linguagem e de seu cotidiano foram conquistas, às vezes árduas, e expressam formas de vivenciar as transformações e as demandas teóricas e do social, o que gerou sofrimento (punições) em quase todos os casos investigados; mas também criou estratégias, proteções e alternativas interessantes para o fazer profissional.

CAPÍTULO 1: A TRANSGRESSÃO COMO CATEGORIA HISTÓRICA

*Toda memória é subversiva porque é diferente.
 Todo projeto de futuro também.
 (...) na história dos homens,
 cada ato de destruição encontra sua resposta
 – cedo ou tarde – num ato de criação.
 (Eduardo Galeano)*

Considerando que, dentro de um referencial materialista histórico-dialético, as categorias são *formas de modos de ser, determinações de existência* (Marx, 2000:44), ou seja, elas reproduzem ou são apropriações mentais de um movimento que tem lugar primeiramente no próprio objeto, parece-nos válido dizer que a transgressão, enquanto categoria histórica, foi produzida na vida dos homens, em dimensões específicas e também pensadas por eles teoricamente.

Partindo deste referencial de análise (o método marxista), que tem por meta a construção progressiva de uma *totalidade concreta*, de *uma síntese de múltiplas determinações*, podemos dizer que o estudo da transgressão é tanto mais "amplo" quanto maior for o número de determinações desse fenômeno histórico-social por ele mediatizado ou sintetizado. O contrário também é verdadeiro: o estudo da transgressão será "restrito" numa formulação que, consciente ou inconscientemente, concentre-se no exame de apenas uma ou de relativamente poucas determinações deste fenômeno. Nesse sentido, do nosso ponto de vista, a dinâmica do processo histórico-ontológico tornou possível e necessária a *superação dialética*⁴ de uma concepção "restrita" de transgressão, na medida em que a própria transgressão se ampliou objetivamente.

⁴ Trata-se de um processo de explicitação que conserva, elimina e eleva a nível superior.

Em seu sentido etimológico⁵, transgressão quer dizer desobediência, ou seja, não obedecer, não se submeter, ir além de, infringir e violar. *Na realidade, a desobediência consiste em não se sujeitar à vontade, à autoridade de outras pessoas, ou simplesmente não ceder às suas decisões. (Vieira, 1984:8).*

Vieira (1984) estuda um tipo de desobediência que é civil; e cita seus principais expoentes: Henry David Thoreau (1817-1862), John Ruskin (1819-1900), Leon Tolstói (1828-1910), Mohandas Karamchand (Mahatma) Gandhi (1869-1948) e Martin Luther King, Jr. (1929-1968). A desobediência civil⁶ representa, segundo esses pensadores, a melhor alternativa para salvar a liberdade e a democracia. É a resistência desarmada⁷, que se utiliza de uma série de declarações e acordos em defesa do homem (tais como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, redigida em 1789), para combater a violência da lei⁸ contrária aos interesses das pessoas, com a finalidade de repudiar a insegurança individual perante os representantes do Estado (Vieira, 1984:10). Segundo este autor, não é a desobediência civil que cria os conflitos, mas mostra, através da ação não violenta, que as tensões e opressões já presentes na sociedade precisam ser encaradas, discutidas e eliminadas. (Idem:22).

A desobediência civil possui uma forma de organizar-se, evitando o tom conspirativo e secreto. A resistência não-violenta funciona abertamente, à luz do sol, para quem quiser ver e ouvir. (Vieira, 1984:35). Nesse tipo de ação, busca-se organizar uma infinidade de pessoas, em busca de seus direitos esmagados pelo

⁵ No Novo Dicionário, da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *transgressão* é *ato ou efeito de transgredir; infração, quebra. Transgredir: passar além de; atravessar; desobedecer a; infringir; violar: transgredir uma regra. (Ferreira, 2001:720).* Numa versão mais antiga do mesmo Dicionário, encontramos também transgredir como *deixar de cumprir; postergar. (Ferreira, 1968: 1193).*

⁶ *A desobediência civil representa a desobediência dos cidadãos em sua sociedade, diante de certas condições ou de diversas leis, em particular porque elas os ofendem, elas os agredem. São pessoas atuando como cidadãos, isto é, como indivíduos possuidores de direitos e de obrigações perante o Estado. (Vieira, 1984:8).*

⁷ *Gandhi dá preferência ao ato violento, quando é impossível lutar contra a opressão através de meios não violentos. (Vieira, 1984:34).*

⁸ (...) *a lei é injusta quando se impõe a pessoas sem direito a voto. Estas pessoas devem obedecê-la, mas não participaram da elaboração da lei e, muito menos tiveram condições de votá-la (...). A lei é injusta quando uma minoria a torna obrigatória para a maioria, que não foi consultada, nem lhe deu pelo voto autorização para existir.(...) A lei é injusta quando votada por falsa maioria, que só aparenta representar a maior parte dos indivíduos, devido a jogadas feitas durante as eleições. A lei é injusta quando submete uma infinidade de pessoas a viverem miseravelmente (...). (Vieira, 1984:22).*

poder. Seus princípios básicos são: reunião de acontecimentos capazes de definir a existência de injustiças; a negociação; a autocrítica e a ação direta.

A desobediência civil *funciona como autêntica denúncia das desigualdades sociais* (Vieira, 1984:84).

(...) A desobediência civil acontece, em geral, contra a dominação do Estado, envolvendo a supremacia de uma classe social sobre outra, a supremacia de um grupo social sobre outro no interior da mesma classe, e também o combate das diversas formas de colonialismo. (Idem:89).

Para Arendt (1973:59-90), a desobediência civil significativa é praticada por um certo número de pessoas com identidade de interesses. Os contestadores são minorias organizadas, que decidem tomar posição contra a política do governo, mesmo sabendo que ela é apoiada pela maioria. Essa ação é delimitada mais pela opinião comum do que por interesses comuns e brota de um compromisso mútuo que dá crédito e convicção a essa opinião, não levando em conta como a tenham atingido originalmente.

Segundo Arendt (1973), a desobediência civil pode servir tanto para mudanças desejadas e necessárias, quanto para a preservação do *status quo*, com a defesa dos direitos fundamentais, ou para a restauração da harmonia dos poderes governamentais, ameaçada pelos avanços do poder executivo e pelo crescimento do poder federal em detrimento dos direitos dos Estados. Em nenhum desses casos, a desobediência civil pode ser comparada à desobediência criminosa - afirma a autora. Esta é a primeira condição para qualquer tentativa de debate da compatibilidade entre desobediência civil e legislação (e instituições governamentais).

A desobediência civil não é revolução⁹ - assegura Arendt (1973). O contestador civil aceita autoridade estabelecida e a legitimidade geral do sistema de leis, enquanto o revolucionário a rejeita.

⁹ Cabe aqui considerar a crítica que Hobsbawm (1985:202-203) fez ao pensamento de Hannah Arendt: *a primeira dificuldade encontrada em Hannah Arendt pelo historiador ou sociólogo dedicado ao estudo das revoluções é um certo matiz metafísico e normativo do seu pensamento, que se combina com um antiquado idealismo filosófico às vezes plenamente explícito. (...) Sua "revolução" é uma grande mudança política em que os protagonistas estão cômicos de iniciar uma época totalmente nova na história humana, que inclui (mas apenas incidentalmente, por assim dizer) a abolição da pobreza e que se expressa em termos de uma ideologia secular. Seu tema é "a emergência da liberdade", segundo sua própria definição.*

Para Lafer (1988: 220-222) a desobediência civil é uma ação que objetiva a inovação e a mudança da norma, através da publicidade do ato de transgressão, com vistas a demonstrar a injustiça da lei. Para ele, a transgressão à norma, na desobediência civil, é um dever ético do cidadão - dever cuja validade não é universal e absoluta -, mas se coloca como imperativo pessoal numa determinada situação concreta e histórica.

Lafer (1988), assim como Hannah Arendt (1973), vê afinidades entre a desobediência civil e os direitos individuais exercidos coletivamente. Ele cita o direito de greve¹⁰ como exemplo de desobediência civil, que demanda *uma sólida ética de grupo*.

Bobbio (1992) discute a desobediência civil como uma forma particular de desobediência, praticada *com o fim imediato de mostrar publicamente a injustiça da lei e com o fim mediato de induzir o legislador a mudá-la*. Diferente de outras transgressões comuns - que desintegram a ordem, devendo ser impedidas ou eliminadas, a fim de que a ordem seja reintegrada *em seu estado original* -, esta é acompanhada de justificativas por parte de quem a pratica, a fim de que seja considerada lícita e obrigatória e, desse modo, seja tolerada pelas autoridades públicas.

Segundo Bobbio (1992), a desobediência civil é um ato que objetiva, em última instância, mudar a ordem, sendo um ato mais inovador que destruidor. Quem a pratica pondera que não está cometendo um ato de transgressão do próprio dever de cidadão, mas sim está se comportando como bom cidadão que, naquela circunstância particular, pende mais para a desobediência do que para a obediência.

Entre as características da desobediência civil, Bobbio (1992) nomeia a inovação, a demonstração e a publicidade; e afirma que o que a difere da desobediência comum é justamente essa publicidade: *enquanto o desobediente civil se expõe ao público e só se expondo ao público pode esperar alcançar seus*

(...) A "liberdade" para cuja instituição se fazem as revoluções é um conceito essencialmente político. Embora não muito claramente definida - esta liberdade é bastante distinta da abolição da pobreza ("a solução do problema social"), que Arendt considera como o fato que corrompe toda revolução, sob qualquer forma que ocorra, inclusive a capitalista. Daí, pode-se concluir que qualquer revolução em que os elementos social e econômico desempenhem um papel mais destacado foge ao interesse da autora, o que elimina em maior ou menor grau toda revolução suscetível de interessar ao estudioso do tema.

¹⁰ Vieira (1984:82-83) também cita a greve como *um poderoso instrumento contra a exploração*.

objetivos, o transgressor comum deve realizar sua ação no máximo segredo, se desejar alcançar suas metas. (Bobbio, 1992).

Bobbio (1992) afirma que a licitude da desobediência às leis (em que casos, dentro de que limites e por parte de quem) é um problema tradicional que já foi objeto de infinitas reflexões e discussões entre filósofos, moralistas, juristas, teólogos, entre outros. Porém, a expressão desobediência civil é moderna e entrou no uso corrente por intermédio dos escritores políticos anglo-saxões, a começar pelo ensaio clássico *Civil disobedience* (1849) de Henry David Thoreau.

Para Bobbio (1992), *a desobediência civil é apenas uma das situações em que a violação da lei é considerada como eticamente justificada por quem a cumpre ou dela faz propaganda.* Na tradição dominante da filosofia política, trata-se de situações que caracterizam o *direito à resistência*.

Alexandre Passerin d'Entrèves (apud Bobbio, 1992) distinguiu oito maneiras diferentes de o cidadão se comportar diante da lei: 1ª) obediência de consentimento; 2ª) obséquio formal; 3ª) evasão oculta; 4ª) obediência passiva; 5ª) objeção de consciência; 6ª) desobediência civil; 7ª) resistência passiva; 8ª) resistência ativa.

Para Bobbio (1992), as formas tradicionais de resistência começam na resistência passiva e acabam na resistência ativa. A desobediência civil é intermédia, em seu sentido restrito; d' Entrèves (apud Bobbio, 1992) a caracteriza como *uma ação ilegal, coletiva, pública e não violenta, que se atém a princípios éticos superiores para obter uma mudança nas leis.*

Com base em diversos critérios pautados no tipo de desobediência em ato, Bobbio (1992) classifica essas situações da seguinte forma:

- a) *omissiva ou comissiva, que consiste em não fazer o que é mandado (o serviço militar, por exemplo) ou em fazer aquilo que é proibido (é o caso do negro que se senta num lugar público interditado a pessoas de cor);*
- b) *individual ou coletiva, segundo é realizada por um indivíduo isolado (é típico o caso do objetor de consciência, que geralmente age só e em decorrência de um ditame da própria consciência individual) ou por um grupo cujos membros dividem os mesmos ideais (são exemplo disso as campanhas de Gandhi¹¹ pela libertação da Índia do domínio britânico);*
- c) *clandestina e pública, ou seja, preparada e realizada em segredo, como acontece e não pode deixar de acontecer no atentado anárquico baseado na surpresa ou influenciada antes da execução, como acontece habitualmente com*

¹¹ Bobbio (1992) afirma que a ação de Gandhi foi certamente uma ação revolucionária.

a ocupação das fábricas, de casas, de escolas, feita com a finalidade de obter a revogação de normas repressivas ou impeditivas consideradas discriminatórias;

- d) pacífica ou violenta, isto é, realizada por meios não violentos, como o sit-in e toda a forma de greve, de uma maneira geral (falamos tanto da greve ilegal como da greve lícita, havendo sempre formas de greve consideradas ilícitas); ou com armas próprias ou impróprias, como acontece geralmente numa situação revolucionária (note-se que a passagem da ação não-violenta para a ação violenta coincide muitas vezes com a passagem da ação omissiva para a ação comissiva);*
- e) voltada para a mudança de uma norma ou de um grupo de normas ou até do ordenamento inteiro. Sua natureza não é de molde a questionar todo o ordenamento (...) nem tende tampouco a derrubar um sistema por inteiro, como acontece com a ação revolucionária. (Bobbio, 1992).*

Segundo uma distinção originada nas teorias políticas da idade da Reforma, Bobbio (1992) afirma que a desobediência pode ser passiva ou ativa. No primeiro caso, *visa a parte preceptiva da lei e não à parte punitiva*, ou seja, aceita a pena resultante, pois não reconhece o direito do Estado de impor obrigações contra a consciência, mas reconhece-lhe o direito de punir toda a violação das próprias leis. No segundo caso (desobediência ativa), *se dirige ao mesmo tempo para a parte preceptiva e para a parte punitiva da lei*, não se limitando à violação da norma, mas também à subtração da pena de todas as maneiras.

A combinação dos diversos aspectos de cada critério com todos os outros resulta numa infinidade de outras situações, que não seria possível enumerar, segundo Bobbio (1992).

Para Bobbio (1992), a ação de grupo e a não violência servem para distinguir a desobediência civil de outras situações que entram, historicamente, na vasta categoria do direito à resistência. Enquanto o primeiro aspecto a distingue dos comportamentos de resistência individual, sobre os quais se apoiaram, geralmente, as doutrinas de resistência, na história das lutas contra as várias formas de abuso de poder; o segundo aspecto serve para distinguir desobediência civil da maioria das formas de resistência de grupo, que cedem espaço para manifestações de violência onde quer que foram realizadas - entre as quais, se destacam: o motim e a rebelião, a revolução e a guerrilha.

Bobbio (1992) afirma que a desobediência civil é uma das várias formas que pode assumir a resistência à lei, pois trata-se de um comportamento que põe,

intencionalmente em ação uma conduta contrária a uma ou mais leis. Segundo ele, é preciso distingui-la de outros comportamentos que muitas vezes a acompanham, que, embora tenham a mesma finalidade de contestar a autoridade, fora dos canais normais de oposição legal e do protesto público, não consistem numa violação intencional da lei. A primeira distinção a fazer é entre desobediência civil e contestação.

O melhor modo de distinguir a desobediência civil da contestação é o recurso aos dois respectivos contrários: o contrário de desobediência é a obediência e o contrário de contestação é a aceitação. Quem aceita um sistema está obedecendo a ele, mas pode-se obedecer sem aceitá-lo (na verdade, a maior parte dos cidadãos obedece por força da inércia, por hábito ou por imitação ou ainda por um vago medo das conseqüências de uma eventual infração, sem entretanto ficar convencida de que o sistema a que obedece seja o melhor dos sistemas possíveis). Por conseqüência, a desobediência na medida em que exclui a obediência constitui um ato de ruptura que põe em questão o ordenamento constituído ou uma parte dele, mas não o coloca efetivamente em crise. (Bobbio, 1992).

Nesses termos, a diferença é a seguinte: a desobediência civil é uma ação, ainda que seja meramente demonstrativa; a contestação se dá através de um discurso crítico, de um protesto verbal ou da enunciação de um *slogan*. Por exemplo, a assembléia é um lugar de contestação, onde as pessoas falam, mas não onde elas agem.

Outro comportamento é o protesto, sob a forma de ação exemplar, como o jejum prolongado, o suicídio público, mediante formas de autodestruição (tais como atear fogo no corpo depois de derramar nele materiais inflamáveis). Diferente da desobediência civil, esse comportamento não é ilegal. É possível se discutir a licitude dessa forma de protesto, que pretende modificar a ação da autoridade pública considerada injusta, não de forma direta, mas indiretamente, com o objetivo de suscitar um sentimento de reprovação ou de execração contra a ação que se quer combater.

A justificativa da transgressão à lei, própria à desobediência civil, é o que a difere de todas as outras formas de transgressão. Uma idéia moral é a principal fonte de justificação da desobediência civil. Ela tem origem primeiramente religiosa e, posteriormente, laicizada na doutrina do direito natural, que obriga o homem

enquanto homem, em consciência. Essa obrigação independe de coação e é distinta da lei promulgada pela autoridade política, que obriga exteriormente. Esta obrigação em consciência está em conformidade com a lei moral, segundo Bobbio (1992).

Uma outra fonte, que justifica a desobediência civil, é a doutrina de origem jusnaturalista, repassada à filosofia utilitarista do século XIX, que afirma a supremacia do indivíduo sobre o Estado e de onde surgem duas afirmações: *o indivíduo tem alguns direitos originários e inalienáveis e o Estado é uma associação criada pelos indivíduos por meio do consenso comum (contrato social) para proteger seus direitos fundamentais e assegurar a sua livre e pacífica convivência.* (Bobbio, 1992).

E a terceira fonte de justificativa para a desobediência civil é *a idéia libertária da perversidade essencial de toda a forma de poder sobre o homem, especialmente do máximo poder que é o Estado* (Bobbio, 1992). Este autor afirma que alguns grupos de protesto e mobilização de campanhas contra a guerra do Vietnã, nos Estados Unidos, durante os anos 1960, manifestaram inspiração libertária, que teve uma das expressões culturais mais sábias no livro de Noam Chomsky, *Os novos mandarins*, 1968 - afirma Bobbio (1992).

Como podemos observar, nas análises anteriores, o tipo de movimento político que gera a desobediência não é o mesmo que é tratado pelo marxismo e pelos movimentos socialistas revolucionários. Para eles, não se trata de desobedecer, mas de fazer a revolução.

O historiador Hobsbawm (1985), em estudo sobre a trajetória dos movimentos revolucionários, nos mostra vários tipos de manifestação política ao longo da história. Muitas delas assemelham-se à desobediência política: a rebeldia, a revolta, as insurreições, a desordem de rua e as agitações espontâneas. Tratam-se de manifestações que se caracterizam por sua falta de organização prévia e por desencadearem ações que podem ou não ter continuidade política. Todas elas apresentam um elemento de transgressão: são manifestações coletivas, que desobedecem a alguma norma ou lei por um ideal, para chamar atenção para alguma outra coisa.

Analizando as agitações nas sociedades ocidentais, Hobsbawm (1985:219) afirma que, *talvez hoje, no Ocidente, onde a força-motriz básica da rebeldia é a “alienação” mais que a pobreza, nenhum movimento que também não ataque o sistema de relações pessoais e de satisfações privadas pode ser revolucionário.* Este autor afirma que *o motim, a insurreição ou a manifestação populares são fenômenos urbanos quase universais (Idem: 221),* que periodicamente irrompem e depois acalmam, sem produzir qualquer efeito importante sobre a estrutura de riqueza e de poder estabelecidos.

A prova de fogo de um movimento revolucionário não é sua disposição para erguer barricadas em qualquer oportunidade, mas sua presteza em reconhecer quando as condições normais da rotina política deixam de funcionar e em adaptar seu comportamento à nova situação. (Hobsbawm, 1985: 241).

Para Hobsbawm, a revolução, no sentido mais literal, é insurreição ou total rejeição do *status quo*. *Aqueles que rejeitam qualquer compromisso com o status quo, qualquer atividade não destinada direta e exclusivamente a opor-se frontalmente ao capitalismo, são certamente revolucionários no sentido mais literal do termo (1985:246).*

Hobsbawm (1985:246) recupera Marx, para dizer que compreender os operários como classe revolucionária não é vê-los como rebeldes que lutam “*contra as condições individuais de uma sociedade existente até o momento*”.

Marx já havia alertado para o fato de que *as condições de vida que as diferentes gerações encontram, já existentes, decidem se as convulsões revolucionárias, que periodicamente se repetem na história, serão ou não suficientemente fortes para subverter as bases de todo o existente (Marx, 1999:57).*

A subversão total depende de elementos materiais; melhor dizendo, dependem das forças produtivas e da formação de uma massa revolucionária que se revolte, não apenas *contra as condições particulares da sociedade existente até agora, mas também contra a “produção da vida” vigente, contra a atividade total sobre a qual se baseia (Marx, 1999:57).* Se esses elementos não existem, no que diz respeito ao desenvolvimento prático, não há revolução.

O proletariado “não pode abolir suas próprias condições de vida sem abolir todas as condições inumanas da vida da sociedade atual, que se condensam em sua situação. Não se trata do que esse ou aquele proletário ou mesmo a totalidade do proletariado imagina que seja seu objetivo em um ou outro momento. Trata-se do que é, e do que, em conformidade com este ser, ele se verá historicamente obrigado a fazer” (...). (Hobsbawm, 1985: 247).

Analisando o que leva as pessoas à posição revolucionária, Hobsbawm (1985: 247) afirma que é quando as reivindicações que fazemos para nós mesmos ou para a comunidade da qual fazemos parte – que não são reivindicações puramente materiais, nem reivindicações utópicas (no sentido de produzir *uma vida nova, diferente e perfeita*), mas modestas, incluindo respeito, autoconsideração, determinados direitos e tratamento justo – se tornam irrealizáveis sem revolução é que os indivíduos se tornam revolucionários.

O comprometimento com a revolução depende, portanto, de uma mistura de motivações: os desejos de uma melhora na vida cotidiana, atrás dos quais, esperando para emergir, está o sonho de uma vida realmente boa; a sensação de que todas as portas estão se fechando a nós, mas, ao mesmo tempo, a sensação de que é possível arrombá-las; o sentimento de urgência, sem o qual os apelos à paciência e à prática reformista não perdem sua força. Tais motivações, mescladas em proporções diversas, podem dar lugar a uma variedade de situações históricas, entre as quais podemos destacar duas. Há o caso relativamente específico de certos grupos particulares no interior de uma sociedade (...) para quem as portas parecem fechadas, enquanto que para o restante da população estão abertas, ou pelo menos, passíveis de serem abertas. Há, também, o caso mais geral e significativo, de sociedades em crise, que parecem incapazes de satisfazer as exigências, quaisquer que sejam, da maioria de sua população, de forma que – com exceções relativamente pequenas – todos os grupos se sentem desorientados, frustrados e convencidos da necessidade de alguma mudança fundamental, embora não necessariamente da mesma espécie para todos (...). (Hobsbawm, 1985:248-249).

Este autor observa que os movimentos revolucionários tendem a acontecer no contexto de dificuldades econômicas, porém, é a ausência de perspectivas, mais do que os problemas econômicos, que fazem com que as pessoas optem pela revolução. É quando elas estão convencidas de que o sistema atual não tem solução para os problemas de suas sociedades, que se tornam revolucionárias.

Há, segundo Hobsbawm (1985:256), uma diferença fundamental entre a revolução social ao estilo tradicional (tal como foi a Revolução de Outubro e a

União Soviética) e as configurações que se seguem (Cuba, Vietnã do Norte, Coréia do Norte ou mesmo a própria China). Havia, na primeira, uma esperança e um modelo concreto de uma sociedade alternativa: o socialismo. Em seu lugar, surgiu a combinação de utopia com aversão negativa à sociedade existente. Também o partido de massas disciplinado perdeu muito de seu apoio entre os demais movimentos. Eles atuam em pequenas facções ou em grupos libertários não estruturados, mas próximos do anarquismo¹² do que do marxismo. Há, nas novas modalidades de comportamento político, um hiato maior entre a fermentação revolucionária e a ação eficaz, denotando que elas têm muito o que aprender.

Hobsbawm (1985) afirma, no entanto, que estamos entrando, mais uma vez, para uma era de violência social, que não deve ser confundida com a natureza progressivamente destrutiva dos conflitos entre sociedades. Ele afirma que é preciso distinguir os diferentes tipos de ação violenta e, acima de tudo, construir e reconstruir regras sistemáticas para os empregos sociais da violência. Isso porque houve o desmantelamento de certos mecanismos sociais de controle do emprego da força física e a violência se torna despersonalizada, sendo atraída para a ação indiscriminada. Os sistemas vigentes criados na era liberal, para a manutenção da ordem pública, estão cada vez mais sob tensão e formas de violência política como a ação física direta, terrorismo, etc. são mais comuns do que no passado.

Hobsbawm (1985) considera que as idéias predominantes do pensamento liberal lançam a dicotomia entre "violência" ou "força física" (má e retrógrada) e "não violência" ou "força moral" (boa e resultado do progresso), porém, chega um momento em que o estímulo para o bem é incompatível com a compreensão da realidade, ou seja, com a construção de sólidos alicerces para o estímulo à bondade. As pessoas, educadas numa cultura liberal, acreditam que qualquer manifestação de violência é pior do que a não-violência (o que é verdade), porém, tal generalização moral abstrata não proporciona orientação para os problemas práticos da violência

¹² Cabe lembrar que o anarquismo defende a desobediência civil, a ação direta, a resistência, a rebeldia e a insubmissão à autoridade – essas manifestações individuais e sociais aos mecanismos de poder, expressões fundamentais dos valores humanos, como liberdade e justiça – mas tem em mira apenas o indivíduo. Eles combatem o Estado, o governo e autoridade. Para eles, a revolução seria feita pela ação espontânea e contínua das massas. *E o anarquismo, esta paradoxal mescla de positivismo com idealismo, não conseguiu jamais formar um organismo aglutinador e impulsionador de seus objetivos; apesar de seus esforços não logrou sequer abalar as estruturas do sólido Estado moderno* (Costa, 2004: 29).

em nossa sociedade. Para os marginalizados desorientados, pobres fracos e abandonados, a violência e a crueldade podem se tornar substitutos do êxito pessoal e do poder social. E aí o que foi um princípio útil de aperfeiçoamento dos hábitos sociais ("resolver os problemas e conflitos pacificamente e não através de brigas", "auto-respeito não significa derramamento de sangue", etc.) se transforma em retórica e contra-retórica e deixa sem regras a crescente área da vida humana em que a violência ocorre. Não há, nesse caso, princípios morais aplicados na prática. E sem estes, numa atmosfera geral de desorientação e histeria, o uso racional e limitado da violência é dificultado. Como afirma Hobsbawm (1985: 215), *supondo que os demais fatores não variem, podemos pensar que qualquer violência é pior do que a não-violência. Mas a pior violência é a que escapa ao controle humano.*

Trazendo isso para os dias de hoje, podemos refletir que, com o aumento das desigualdades sociais, que leva um enorme contingente da população à situação de desempregados, inimpregáveis, à informalidade, ao sub-emprego e até mesmo à criminalidade, resultando nas mais perversas formas de exclusão, na perda de direitos, a não resposta por parte do Estado à questão social, ou mesmo uma resposta burocratizada, parcial e insuficiente a esta questão, nos termos tradicionais de políticas públicas, podem gerar manifestações desse tipo. Numa *atmosfera geral de desorientação e de histeria*, as pessoas podem adotar comportamentos variados, que podem transitar da não-violência (desobediência) à violência.

Ao nível das formas de atuação, o movimento tem de proceder a uma distinção fundamental entre violência que deve ser acolhida sempre que os meios legais não estejam disponíveis ou não bastem. O capitalismo global, ao mesmo tempo que provoca a desregulamentação da economia dos países, impõe uma nova legalidade que, por exemplo, torna ilegal proteger os direitos dos trabalhadores ou o meio ambiente.

Todos os grandes movimentos democráticos começaram com ações ilegais (manifestações e greves não autorizadas, ação direta, desobediência civil). Há que elaborar uma teoria democrática da ilegalidade não violenta. Finalmente, ao nível dos objetivos, há que distinguir entre os primeiros passos e os horizontes. (Santos, 2006).

Queremos, aqui, nos remeter ao estudo da transgressão, enquanto desobediência, destacando a sua historicidade no campo da política e da ética. Na política, a transgressão poderia ser pensada como o extremo oposto da atitude

revolucionária; talvez se identifique com o comportamento revoltoso e não do revolucionário.

Existem diferentes formas de se fazer política hoje, que não são revolucionárias. Como nos lembra Vázquez (1990:200), *nas condições da sociedade dividida em classes antagônicas, a política compreende a luta de classes pelo poder e a direção e estruturação da sociedade, de acordo com os interesses e finalidades correspondentes.*

A política, para Vázquez (1990), é uma atividade prática vinculada a algum tipo de organização dos membros de grupos ou classes (instituições e organizações políticas, como partidos por exemplo). Outra característica da política é que, embora seja acompanhada de um choque de idéias, projetos, programas, etc., ela se faz acompanhar de formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta, como as greves, por exemplo.

A práxis política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Mas não se trata de uma atividade espontânea, ainda que nela se dêem atos espontâneos de determinados indivíduos ou grupos. Persegue determinados objetivos que correspondem aos interesses radicais das classes sociais, e em cada situação concreta a realização desses objetivos está condicionada pelas possibilidades objetivas inscritas na própria realidade. Uma política que corresponda a essas possibilidades e que exclua todo aventureirismo exige um conhecimento dessa realidade e da correlação de forças para não se propor ações que culminem inexoravelmente num fracasso.

(...)

A práxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária, como etapa superior da transformação prática da sociedade (...). (Vázquez, 1990:201).

A transgressão ou desobediência pode ser entendida, do ponto de vista ético-moral, como uma recusa do instituído, tendo em vista o engajamento ou o desengajamento de valores. A transgressão decorre da positividade da ação, que não se contenta em dizer *não* ao que é, mas *sim* ao que pode ou deve ser.

A experiência da transgressão estimula uma nova forma de pensar a ordem existente, a partir de uma outra lógica, tendo como medida de valor as objetivações que enriquecem o ser social:

São de valor positivo as relações, os produtos, as ações, as idéias sociais que fornecem aos homens maiores possibilidades de objetivação, que integram sua sociabilidade, que configuram mais universalmente sua consciência e que aumentam sua liberdade social. Consideramos tudo aquilo que impede ou obstaculiza esses processos como negativo, ainda que a maior parte da sociedade empreste-lhe um valor positivo. (Heller, 1972: 78).

Essa concepção nos permite deflacionar o peso teórico da transgressão, redefinindo-a como uma das características eventuais do ato ético, e não seu atributo principal.

Os limites e as fronteiras da transgressão têm seu ponto de referência nas normas. Uma versão ética sobre as normas propõe outras formas de regular às relações dos sujeitos entre si e com o mundo. Exatamente por isso, esse gesto contém um risco em jogo, na medida em que busca conquistas humano-genéricas, na direção da liberdade e da emancipação humana.

Na outra versão, o sistema normativo permanece intacto e é utilizado, inclusive, para aumentar o poder do sujeito no espaço social. Nela, não há qualquer risco em jogo, porque se visa à reprodução do sistema de normas instituído. O agente busca o incremento de seu poder pessoal, com jogadas marcadas pelo cálculo, com avaliação de perdas e ganhos. Além desse caráter de continuísmo, a ação se caracteriza pelo moralismo abstrato: a política reduz-se a moral e os resultados da ação dependem, exclusivamente, da moral de seus agentes, tomados individualmente. Nesse caso, o agente submete-se à moral vigente, freqüentemente de forma servil. Podemos observar que, fenômenos de corrupção dão a impressão que a transgressão está na ordem do dia, mas, se analisarmos bem estes fenômenos, veremos que eles são inerentes ao capitalismo, à sua lógica econômica competitiva e à ideologia, que se baseia na defesa do individualismo e do privatismo e recomenda ao senso comum *levar vantagem em tudo*.

Quando a moral é reduzida à política, estamos em face de uma ética dos fins, diante da qual todos os meios são válidos, mesmo aqueles eticamente inaceitáveis. Trata-se do realismo político, que “subtrai os atos políticos a qualquer avaliação moral e em nome da legitimidade dos fins” (...). A atenção recai sobre o ato político e a moral, que também é social, operando apenas na esfera da intimidade, do individual, fica reduzida ao fim político. (Pereira, 1983: 38; Barroco, 2001: 51).

Como o gesto transgressor questiona o território delineado pelas normas, a resistência que ele emprega leva à ultrapassagem de limites e a uma tentativa de traçar novas fronteiras, ou seja, há um combate ante os obstáculos que a individualidade nele implicada enfrenta. Isso porque existe conflito, na medida em que os agentes e as instâncias da norma se opõem ao gesto transgressor, lhe impondo sanções, punições ou algum corretivo disciplinar. Ou seja, há um preço a pagar pelo gesto transgressor e, geralmente, essa experiência vem marcada pela angústia, pela dor e pelo sofrimento.

Evidencia-se aqui a representação instituída da palavra, no vocabulário comum e do ponto de vista dos valores estabelecidos, onde a transgressão tem sempre um sentido negativo. No imaginário coletivo, ela continua sendo tratada de maneira francamente negativa. Em sua acepção mais ampla, transgressão é violação da lei.

Mas, trabalhamos com a idéia de que a ultrapassagem de limites ocorre e deve ser reconhecida, mas não necessariamente significa algo deplorável, do ponto de vista ético-político, quando se trata de um movimento que é de negação dos valores estabelecidos, mas que, na sua dimensão positiva, se lança no risco da afirmação de novos valores. Em outras palavras, busca-se a invenção do novo e da criação e não a reprodução do instituído.

A experiência da transgressão, tal como está sendo pensada, é, antes de tudo, um movimento de questionamento dos limites estabelecidos, negando, reinterpretando e projetando valores. Em outros termos, trata-se de uma ação que põe em xeque fundamentalmente o poder instituído, a partir da contestação de suas práticas e, sobretudo, dos valores que sustentam o seu funcionamento.

A transgressão é um movimento que pode nos aproximar do criativo e do inovador, do que precisa desamarrar-se do “instituído” (dos dogmas estabelecidos e incorporados pelo sujeito), para fazer surgir o que ainda não pôde ser pensado, ou mesmo que foi pensado e recusado. Portanto, não deve ser pensada como um estado, mas como uma passagem ou devir, que se dá em um instante, em um momento de escapada e súbito acesso ao heterogêneo, ao que poderia ser diferente. Nesse sentido, a transgressão lida com um limite que busca ultrapassar e só será um ato fecundo, na medida em que for capaz de impulsionar o ultrapassamento do

individualismo e se configurar como um movimento ético-político e, como força inscrita no social, possa ser organizada.

Há, certamente, normas e valores que não podem ser contestados nem transgredidos, pois a vida civilizada seria impossível sem eles. Liberdade, igualdade, justiça, solidariedade, pluralismo, diversidade e responsabilidade social são parte de uma ética direcionada à construção de um mundo radicalmente humanista, democrático e solidário, onde eles possam ser pensados para realização do *humano-genérico*, com respeito à *diversidade do que somos*.

a afirmação de valores universais não é suficiente para a construção de uma identidade de oposição aos valores neoliberais, pois o que se afirma ou nega, em termos de valores não são os valores em si, mas o significado histórico que eles adquirem no interior de diferentes projetos societários, para diferentes interesses, ideologias e necessidades de classes grupos e indivíduos sociais (NEPEDH, 2003)¹³.

Por isso, queremos aqui sugerir que a transgressão possa ser entendida como uma atitude ou comportamento de indignação, de não submissão, de recusa ao instituído, quando ele impede a realização do humano, da liberdade, da democracia, enfim, dos valores que afirmam o ser social.

A possibilidade da transgressão nos remete a uma reflexão de caráter ético-político, muitas vezes sinalizando para a resistência e a liberdade em relação a determinadas injunções.

Nesse sentido, a transgressão ajuda a avaliar e a demarcar novas fronteiras e descobrir novos territórios. É a tentativa de apostar na criação, pois sem esta eliminam-se as perspectivas de intervenção.

A ética, enquanto componente da práxis, permite que alternativas (que antes não existiam) sejam criadas, como um produto interativo da relação homem-natureza-sociedade (pela qual o homem transforma a natureza e a si mesmo, estabelecendo relações sócio-históricas com outros homens, para a satisfação de necessidades vitais). Para elaborar esse produto, são acionadas as capacidades de projeção, de apropriação, de ampliação da consciência e de transformação das

¹³ Projeto de Pesquisa: Ética e Direitos Humanos: unidade e diversidade do Fórum Social Mundial, do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Ética e Direitos Humanos (NEPEDH), coordenado por Maria Lúcia Barroco na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desde 2003.

coisas, a partir de uma teleologia (vislumbrada pela consciência, pela capacidade de apropriação e transformação dos objetos). De modo que, no objeto transformado estão impressas marcas humanas – marcas da ação humana e social. (Re) criam-se, com isso, novas possibilidades, necessidades, capacidades e alternativas de escolhas.

Está posta, portanto, a gênese da liberdade: capacidade de escolha diante de alternativas possíveis, viáveis pelo trabalho e capacidade de desenvolvimento ontológico do homem. É daí que se vislumbram as condições concretas e/ou impedimentos para se realizar algo, lembrando sempre que o primeiro ato histórico dos indivíduos é a produção de meios de vida.

O ser ético se re-produz na medida em que necessidades e capacidades se desenvolvem, numa relação dialética entre mediações culturais específicas, como a moral (que engloba costumes, valores, princípios éticos definidores de deveres e normas de conduta socialmente necessários) e genéricas, como a liberdade¹⁴.

No momento em que as possibilidades, as capacidades e as potencialidades humanas (materiais e espirituais) são ativadas pelo trabalho (modelo primário de práxis), estamos diante de um manancial de liberdade, entendida como atividade dirigida à autonomia, à auto-realização dos indivíduos sociais e à superação de obstáculos que possam impedir a livre manifestação da consciência, da sociabilidade¹⁵ e da universalidade humanas. Esta liberdade está posta enquanto potencialidade, na medida em que o homem é capaz de escolher entre diferentes alternativas de valor para responder as suas necessidades. Mas, sobretudo, deve ser capaz de criar essas alternativas e, para isso, precisa ter determinados meios e

¹⁴ *A liberdade de algo e para algo tem um sentido de negatividade; significa “a capacidade humana de transcender-se, ultrapassar-se constantemente, ser um eterno movimento de vir a ser, transformar sua própria natureza mediante uma atividade consciente” (Markus, 1974:74). Liberdade é, portanto, superação dos entraves históricos às objetivações essenciais o ser social, o que pressupõe fundamentalmente condições objetivas que possibilitem a realização do trabalho de forma livre e criativa. Desse modo para Marx, não se trata tão-somente da consciência da liberdade, mas da ação prática superadora desses obstáculos. (Barroco, 2001: 61-62).*

¹⁵ *Para Marx, a verdadeira sociabilidade não é uma camisa-de-força (como é o papel social atribuído aos indivíduos por meio da divisão do trabalho). Na concepção marxiana, a verdadeira sociabilidade corresponde ao seu ser objetiva e livremente constituído nas condições comunais completamente desenvolvidas. (...) só pode ser produzida na própria realidade ou, mais precisamente, no intercurso material e cultural da existência social comunal dos indivíduos, que não admite ser conceituado em termos individuais, nem realmente ser apreendido com base na abstração das necessidades historicamente variáveis e em expansão dos indivíduos sociais. (Mészáros, 2002:880).*

instrumentos para o exercício da liberdade. Como isso aparece na sociedade burguesa?

Marx (2002:32) afirma que:

(...) a liberdade como direito do homem não se baseia nas relações entre homem e homem, mas sim na separação do homem a respeito do homem. É o direito de tal separação, o direito do indivíduo circunscrito, fechado em si mesmo.

A aplicação prática do direito humano de liberdade é o direito da propriedade privada. Em que consiste o direito da propriedade privada?

(...) o direito humano da propriedade privada é o direito de usufruir da própria fortuna e de dela dispor como desejar, sem atenção pelos outros homens, independentemente da sociedade. É o direito do interesse pessoal. Esta liberdade individual e a respectiva aplicação formam a base da sociedade civil. Ela leva cada homem a ver nos outros homens não somente a realização, mas a restrição da sua própria liberdade.

Marx nos fez ver que, na sociedade capitalista, a emancipação política não significa emancipação humana. Esta só será possível quando o proletariado assumir o seu potencial de negação (o seu papel histórico), superando a si mesmo como classe.

Longe de se constituir uma forma plena, livre de contradições, a emancipação política era vista por Marx (2002:22) como uma espécie de engodo¹⁶. A contradição aqui é a seguinte: o homem vive na *sociedade política* como *ser comunitário* e age, na sociedade civil, como *simples indivíduo privado*¹⁷, tratando os outros homens como meios, aviltando-se a si mesmo em seu meio e tornando-se *joguete de poderes estranhos* (Idem). A vida política é o meio; a sociedade civil é a finalidade. Como o próprio autor analisou: *a atividade autoconsciente se concentra na ação política e a revolução política dissolve a sociedade civil nos seus componentes sem os revolucionar e os submeter à crítica* (Idem:36).

Assim concebida, a emancipação política é a forma final da emancipação humana *dentro da ordem mundana até agora existente* (Marx, 2002:23-24), mas não a forma final da emancipação humana. Representa um enorme avanço, mas tem limites e ninguém deve se iludir quanto a isso. Para Marx, faz-se necessário *uma*

¹⁶ Trata-se, segundo o Novo Dicionário, da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, de *coisa com que se seduz alguém; adulação astuciosa* (Ferreira, 1968:461).

¹⁷ “Na sua realidade mais íntima, o homem na sociedade civil é um ser profano” (Marx, 2002:22).

revolução permanente, a começar por uma *contradição violenta com as próprias condições de existência* (Idem:24). Só então será possível restituir o mundo humano e as relações humanas ao próprio homem.

CAPÍTULO 2: TRANSGRESSÃO, CIDADANIA E DIREITOS

*Perguntei a um homem o que era Direito.
Ele me respondeu que era a garantia
do exercício da possibilidade.
(Oswald de Andrade,
Manifesto Antropófago).*

2.1. Cidadania e direitos: um breve histórico das conquistas da classe trabalhadora no marco da legalidade vigente

Pretendemos discutir a transgressão como categoria histórica em suas dimensões éticas e políticas. Para isso, é necessário situá-la no contexto da cidadania e dos direitos.

A cidadania pressupõe a existência de *condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social* (Coutinho, 2000:50).

Coutinho (2000:50) recupera o conceito de alienação de Marx, para dizer que:

(...) os indivíduos constróem coletivamente todos os bens sociais, toda riqueza material e todas as instituições sociais e políticas, mas não são capazes – dada a divisão da sociedade em classes antagônicas – de se apropriarem efetivamente desses bens por eles criados. A democracia pode ser sumariamente definida como a mais exitosa tentativa até hoje inventada de superar a alienação na esfera política. (Coutinho, 2000:50).

Cidadania, para Coutinho (2000), é a capacidade de apropriação dos bens socialmente produzidos e de atualização de todas as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social, em cada contexto historicamente determinado – capacidade esta, conquistada por alguns indivíduos ou por todos os indivíduos (numa democracia efetiva).

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim, um processo histórico de longa duração. (Coutinho, 2000:51).

A noção de cidadania não tem origem no mundo moderno, embora nele tenha encontrado a sua máxima expressão teórico-prática. Diferentemente de sua acepção moderna, a cidadania, entre os gregos, estava longe de ter uma dimensão universal. A cidadania se limitava aos chamados direitos políticos, ou seja, os direitos de participação no governo; fazia discriminações e separava as pessoas por classes sociais. Não havia ainda os modernos direitos civis (de liberdade de pensamento e de expressão).

Para Couvre (2002:16-17),

A cidadania está relacionada ao surgimento da vida na cidade, à capacidade de os homens exercerem direitos e deveres de cidadão. Na atuação de cada indivíduo, há uma esfera privada (que diz respeito ao particular) e uma esfera pública (que diz respeito a tudo que é comum a todos os cidadãos). Na polis grega, a esfera pública era relativa à atuação dos homens livres e à sua responsabilidade jurídica e administrativa pelos negócios públicos. (...) Mas a democracia grega era restrita, pois incluía apenas os homens livres, deixando de fora mulheres, crianças e escravos.

Já na modernidade, entre os séculos XVII e XVIII, vigorava na Europa o absolutismo dos reis, que governavam sem nenhuma limitação. A sociedade era dividida em classes, mas apenas nobres proprietários de grandes extensões de terras gozavam de privilégios, em detrimento da burguesia e dos trabalhadores.

Contra as arbitrariedades e injustiças praticadas pelos reis absolutistas e pela nobreza, burgueses se uniram aos trabalhadores, desencadeando uma série de revoluções burguesas. Com a Revolução Gloriosa, na Inglaterra, nos anos 1688 e 1689, o rei perdeu todos os seus poderes, a burguesia dominou o Parlamento e o liberalismo como referencial teórico surgiu. Em 1760, a Revolução Industrial coloca em cena a classe operária que, em face da exploração do seu trabalho, iniciou um movimento para o reconhecimento de seu *direito a ter direitos*. Em 1776, as colônias da Inglaterra na América do Norte proclamaram sua independência e, em 1787, criaram os Estados Unidos da América. Com a

Revolução Francesa (em 1789), o ideário liberal se expandiu para o mundo, assentado na tríade liberdade, fraternidade e igualdade.

Com essas revoluções, surgem as Cartas Constitucionais, que se opõem às normas da sociedade feudal e do regime monárquico ditatorial, anunciando a formação do Estado de Direito. *Este surge para estabelecer direitos iguais a todos os homens, ainda que perante a lei, e acenar com o fim da desigualdade a que os homens sempre foram relegados. (Couvre, 2002, p. 17).*

Inicialmente, a cidadania tinha um conteúdo mais universal identificado com a burguesia revolucionária. No entanto, com a ascensão da burguesia e consolidação do capitalismo, desenvolveram-se idéias e práticas diferentes no que diz respeito à cidadania, que vincularam os direitos aos que têm propriedade. Por exemplo, John Locke, no século XVII, construiu seu pensamento político, afirmando que existiam direitos naturais inalienáveis, entre os quais era priorizado o direito à propriedade, *que incluiria não só os bens materiais dos indivíduos, mas também sua vida e sua liberdade (Coutinho, 2000:52).*

Os indivíduos enquanto indivíduos, enquanto seres humanos (e não mais enquanto membros da polis, como entre os gregos, ou enquanto membros de determinado estamento, como na Idade Média) possuíam direitos. Para garanti-los, deveriam contratar entre si a criação de um governo, de um Estado, já que esses direitos naturais estariam ameaçados no plano pré-político “estado de natureza”. A tarefa primordial do governo, para Locke, seria precisamente a garantia desses direitos naturais, que ele considerava inalienáveis. (Coutinho, 2000:52).

Esse pensamento, denominado jusnaturalismo, foi revolucionário, quando afirmou a liberdade individual contra as pretensões despóticas do absolutismo e negou a desigualdade de direitos sancionada pela organização hierárquica e estamental do feudalismo. E acabou se tornando a ideologia da classe burguesa, quando justificou a desigualdade material entre os homens, ao defender o direito à propriedade, que englobava também o direito sobre os bens produzidos pelo trabalhador assalariado.

Para Coutinho (2000), essa idéia de direitos naturais é equivocada e tem uma limitação classista. Os indivíduos não nascem com direitos. Eles são fenômenos sociais e históricos e só existem, efetivamente/ concretamente, no quadro da vida

social e do Estado. Ou seja, eles adquirem materialidade na sua formulação legal e são reveladores das relações entre o Estado e a sociedade civil em diferentes países. Portanto, estão sujeitos as condições políticas, econômicas e culturais particulares a cada um desses países.

Também Bobbio (1992:5) ressalta o fato de que os direitos *são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas.*

Os direitos envolvem lutas por espaços de poder e embates de interesses e ações dos sujeitos sociais. Enquanto estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais, os direitos são forjados num campo contraditório, onde nem sempre a sua garantia legal é efetiva.

As demandas sociais, que prefiguram os direitos, só são satisfeitas quando assumidas nas e pelas instituições que asseguram uma legalidade positiva. (...) Os direitos têm sempre sua primeira expressão na forma de expectativas de direito, ou seja, de demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais. (Coutinho, 2000:53).

Marshall (1967:29) insistiu na dimensão histórico-processual dos direitos, definindo cronologicamente, três níveis de cidadania no mundo moderno (civil, política e social) que dizem respeito respectivamente aos direitos civis, conquistados no século XVIII; aos direitos políticos, conquistados no século XIX; e aos direitos sociais, conquistados no século XX.

Para Marshall (1967), os direitos civis surgiram na Inglaterra, após a Gloriosa Revolução, de 1688, com a consolidação da monarquia constitucional. Esses direitos resultaram das demandas da burguesia em ascensão, no momento histórico em que essa classe representava todos os que não eram aristocratas nem membros do clero em sua luta contra o Estado absolutista (que representava os interesses destes últimos). Ou seja, os direitos civis são aqueles que Locke chamava de *direitos naturais inalienáveis*. São eles: o direito à vida, à liberdade de pensamento e de movimento (de ir e vir) e à propriedade.

Os direitos civis, de natureza individual e privada, foram caracterizados por Marx, em *A questão judaica*, como meios de consolidação da sociedade burguesa. Ele critica o fato de que esses direitos, embora necessários, não são o bastante para realizar a emancipação humana. Para que haja emancipação humana ou cidadania plena, é preciso que o direito de propriedade seja efetivamente universal, garantindo a todos a apropriação dos frutos do próprio trabalho. É preciso que a propriedade deixe de ser privilégio e passe a ser socializada, universalizada.

O historiador brasileiro Carvalho (2003a:9), conceitua os direitos civis da seguinte forma:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida com o desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.

Os direitos políticos, de votar e de ser votado, de associação e de organização, retomam aquela dimensão da cidadania que era própria aos gregos: de tomar parte das decisões que envolvem o conjunto da vida social e do Estado. Esses direitos, até o final do século XIX, foram negados à grande maioria da população, pelos regimes liberais da época. A generalização desses direitos é produto da luta da classe trabalhadora.

Os direitos civis e políticos são também conhecidos como direitos de primeira geração. Estão fundados na idéia de liberdade, esses direitos são exercidos pelos homens, individualmente, tendo como princípio a oposição à presença intermediária do Estado para seu exercício. No caso dos direitos civis, o titular deve exercê-los contra o poder do Estado e, no caso dos direitos políticos, na esfera de intervenção do Estado.

Para Carvalho (2003a, p. 9-10),

(...) é possível haver direitos civis sem direitos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo e na sociedade. Seu exercício é limitado

à parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado. (...) Se pode haver direitos civis sem direitos políticos, o contrário não é viável. Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos. Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a idéia de auto-governo.

Os direitos sociais foram reivindicados pelos trabalhadores ao longo de todo o século XIX e assumidos, parcialmente, no século XX. São precisamente os que permitem ao cidadão participar minimamente da riqueza material e espiritual criada pela coletividade.

(...)Tal como no caso dos direitos civis e políticos, mas de modo ainda mais intenso, o que se coloca como tarefa fundamental no que se refere aos direitos sociais não é o simples reconhecimento legal-positivo dos mesmos, mas a luta para torná-los efetivos. A presença de tais direitos nas Constituições, seu reconhecimento legal, não garante automaticamente a efetiva materialização dos mesmos. Esse é, em particular, o caso do Brasil. Mas, embora a conversão desses direitos sociais em direitos positivos não garanta sua plena materialização, é muito importante assegurar seu reconhecimento legal, já que isso facilita a luta para torná-los efetivamente um dever do Estado. (Coutinho, 2000:63-64).

É na relação contraditória entre as demandas do capital e as dos trabalhadores, no mundo moderno já hegemônico pela burguesia, que foram criadas as condições objetivas para que o acesso aos direitos fosse incluído na pauta de reivindicação das lutas das classes trabalhadoras. Assim, quando falamos em políticas sociais públicas, que são os instrumentos através dos quais se materializam os direitos sociais, temos que ter claro que elas são determinadas pela luta de classes. Indiscutivelmente, elas são uma conquista da classe trabalhadora. Mas, em determinadas conjunturas, dependendo da correlação de forças, a burguesia pode usá-las para desmobilizar e tentar cooptar a classe trabalhadora.

Uma das questões centrais no terreno das políticas sociais tem sido compreendê-las em relação ao binômio concessão ou conquista. Para alguns estudiosos, que caracteriza as políticas sociais é o seu compromisso em manter a acumulação e reproduzir a força de trabalho, buscando a legitimação do sistema capitalista, o que traduziria a sua concepção de

concessão. Outros entendem as políticas sociais como campo contraditório, onde as demandas dos trabalhadores e sua disputa por ampliar direitos sociais ganham visibilidade, introduzindo aí a idéia de que elas se constituiriam numa conquista. (Couto, 2004:60).

No século XX, muitos outros direitos sociais se consolidaram, acabando por gerar o *Welfare State*¹⁸. Este ampliou a cidadania política e acolheu a idéia de direitos, vendo na democracia o regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais. No entanto, tratou-se de uma democracia formal e não de uma democracia concreta, pois a sociedade está estruturada de tal modo que esses direitos não existem para a maioria da população. Daí a crítica feita por Marx ao formalismo jurídico, presente na idéia de direitos do cidadão¹⁹.

Embora seja ressaltado o caráter redistributivo dos direitos sociais, materializado em políticas sociais públicas, sua efetividade depende de condições econômicas e da base fiscal do Estado. Por dependerem das condições econômicas, esses direitos enfrentam problemas quanto a sua viabilização e, não raro, são compreendidos como sendo resultados de um processo político, sem expressão no campo da materialidade das políticas sociais.

Os direitos sociais são também conhecidos como direitos de segunda geração, sendo exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que tem o papel de provedor dos mesmos. Esses direitos respaldam-se na idéia de igualdade para enfrentar as desigualdades sociais e é no âmbito do Estado que os homens

¹⁸ O *Welfare State* foi um Estado protetor e intervencionista, implantado nos países desenvolvidos da Europa e dos EUA, para que as condições de acumulação capitalista fossem reestabelecidas. Com a crise econômica de 1929 e com o aumento das desigualdades e tensões sociais, decorrentes do processo de industrialização, surgiu essa proposta de Estado social, que alcançou sua consolidação e desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial, notadamente nas décadas de 1950 e 1960. Este Estado interviu na economia (investindo em indústrias estatais, subsidiando empresas privadas, exercendo controle de preços, salários e taxas de juros) e assumiu encargos sociais ou serviços públicos sociais (saúde, educação, moradia, transporte, previdência social, seguro-desemprego), atendendo às demandas de cidadania política, como forma de evitar que rebeliões e revoluções que pudessem desembocar em revoluções socialistas. A crítica a essa forma de Estado crescia à medida que se destacavam questões gerenciais do Estado, principalmente no que se refere à economia, devido à dívida adquirida com material bélico durante a Segunda Guerra, e “supostamente”, ao aumento nos gastos com as políticas sociais de atendimento à população. Assim, quando na década de 1970 a inflação se torna insustentável, fazendo subir as despesas estatais, surgem propostas para os cortes dos gastos públicos. Essa crise chamada de “*crise do Welfare State*” é o que os liberais conservadores esperavam para retomar suas propostas de retração do Estado, de maneira que as partes interessadas, ou seja, o setor privado assumia o comando das principais ações na área de infra-estrutura (transporte, saneamento, iluminação) e defesa do trabalhador (saúde, previdência e assistência). É o surgimento do *Estado Neoliberal* (Couto, 2004:64-73).

¹⁹ Essa é a discussão do próximo item deste capítulo.

buscam o seu cumprimento, podendo se dar de forma individual ou coletiva, embora predomine a primeira forma.

Carvalho (2003a:10) afirma que:

Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, a ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A idéia central em que baseiam é a da justiça social.

No século XX, há também movimentos, traduzidos em cartas de intenção, acordos políticos, leis, pactos entre os povos e organismos internacionais (como a Organização das Nações Unidas), fundados na idéia de solidariedade, que objetivam reconhecer os direitos de terceira geração, que são de natureza coletiva e difusa, podendo não apenas indivíduos, mas também famílias, povos e nações requererem a sua titularidade. São eles: o direito ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à autodeterminação dos povos. Esses direitos resultam das relações entre os povos e respondem aos conflitos armados, gerados por opressão política e/ ou econômica, cujas conseqüências devem ser de responsabilidade coletiva. Sua efetividade depende dos grupos de pressão e do ideário predominante na sociedade.

Contribuíram para o processo de elaboração e garantia legal dos direitos a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada pela Assembléia Nacional Constituinte Francesa, em 1789, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada na ONU (Organização das Nações Unidas) em 1948. Embora esses documentos tenham influenciado movimentos sociais, constituições e cartas de princípios, que dinamizaram o campo dos direitos, com princípios universalizantes, não asseguraram a sua efetividade. Vários movimentos e declarações, construídas entre os séculos XVIII e XX, contribuíram para dar visibilidade à luta pela universalização dos direitos civis e políticos e à busca da igualdade enquanto meta dos direitos sociais.

Bobbio (1992:10) afirma que:

(...) A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido (...).

Importa ter claro que, em diferentes momentos, em sociedades distintas e de maneira heterogênea e não-linear, vários segmentos sociais (mulheres, crianças, índios, minorias étnicas e religiosas) tiveram seus direitos reconhecidos, depois de várias lutas e discussões, onde tiveram força e legitimidade para acessá-los.

Para que os direitos manifestem todo o seu potencial como conquistas históricas, faz-se necessário lutar intensamente pela realização da cidadania e estabelecer correlações de forças favoráveis aos segmentos sociais efetivamente empenhados nessa realização.

Segundo Bobbio (1992:32), *os direitos do homem são direitos históricos que emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e das transformações das condições de vida que essas lutas produzem.*

Dado o conceito de *soberania popular*, Coutinho (2000:61) considera um equívoco teórico/ histórico grosseiro falar em *democracia burguesa*. Para ele, liberalismo está vinculado, enquanto teoria e regime político, à luta da classe burguesa pela consolidação de uma ordem capitalista. Alguns de seus elementos, porém, transcendem essa ligação com a burguesia e adquirem valor universal. No entanto, as conquistas da democracia são resultantes das lutas dos trabalhadores contra os princípios e as práticas liberais, defendidos e praticados pela classe burguesa, que excluem a classe trabalhadora.

Coutinho (2000) também não vê sentido em contrapor *democracia burguesa* e *democracia proletária*, já que os institutos de democracia representativa são decorrentes de um processo de lutas e conquistas da classe trabalhadora, que ampliou o estreito horizonte teórico-prático do liberalismo burguês original.

(...) tudo o que limita ou substitui o mercado em nome de um direito social universal (ou, se preferirmos, da justiça social) é uma vitória da economia política do trabalho, isto é, de uma outra lógica de regulação social. Essa

formulação marxiana (...) fundamentou a legitimidade e a possibilidade concreta de obter transformações substantivas por meio de reformas. (Coutinho, 2000:65).

A construção progressiva e permanente de direitos democráticos, na modernidade, é contrária à lógica do capital. Essa contradição não impede a relação entre cidadania, democracia e capitalismo, mas se manifesta através de avanços e recuos. Primeiramente, o capitalismo resiste, depois recua e faz concessões, instrumentalizando a seu favor ou suprimindo, quando pode, os direitos conquistados. Por outro lado, a luta pelos direitos é uma luta contínua, densa, penosa, contraditória, plural, diferente, realizadora e possibilitadora, porque introduz novas lógicas não mercantis na regulação da vida social, pela *ampliação progressiva das vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital (para retomarmos a expressão de Marx).* (Coutinho, 2000:67).

Os direitos, enquanto constitutivos de um patamar de sociabilidade, têm jogado papel importante na sociedade contemporânea, que, ao discuti-los, coloca em xeque as formas de relação que são estabelecidas, tornando tenso o movimento por vê-los reconhecidos em lei, protegidos pelo Estado e, mais do que isso, explicitados na vida dos sujeitos concretos. (Couto, 2004:37).

A cidadania plena não é compatível com o capitalismo. A condição de classe cria privilégios de um lado, e déficits de outro - obstáculos para que todos possam participar, igualitariamente, na apropriação de riquezas materiais e espirituais produzidas socialmente.

Baseados em Marx (2002), consideramos que o ideal da cidadania plena, da soberania popular e da democracia só se realizarão com a superação radical da sociedade de classes e da propriedade privada: determinantes da desigualdade que impede a universalização da liberdade. Esse é o tema de nosso próximo item, que aborda a emancipação política e emancipação humana, segundo Marx.

2.2- Cidadania para Marx: emancipação política e emancipação humana

Para Marx (2002), discutir a cidadania significava problematizar a emancipação política e a emancipação humana. Isso porque, distintamente dos

direitos do cidadão, os chamados direitos do homem são direitos de um membro da sociedade civil, que se encontra separado dos outros homens e da comunidade. Trata-se do homem egoísta, profano, simples indivíduo privado (individualista).

Como Marx afirmou, há limites determinados por lei – e limites muito bem determinados – dentro dos quais cada um pode agir, sem prejuízo de outrem. *Trata-se da liberdade do homem como mônada isolada, reservada para o interior de si mesma (Marx, 2002:31).* Daí resulta que, a liberdade do homem é um direito de um indivíduo circunscrito, fechado a si mesmo. Não se pauta nas relações entre os homens, mas na separação entre eles. E o que os separa é a propriedade privada – que é o direito que cada cidadão tem de dispor e usufruir como quiser dos seus bens e rendimentos e dos frutos do seu trabalho. Nessa perspectiva, os outros homens realizam e restringem a sua própria liberdade.

Desta forma, nenhum dos possíveis direitos do homem egoísta, do homem como membro da sociedade civil; ou seja, como indivíduo destacado da comunidade, limitado a si próprio, ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal. Em todos os direitos do homem, ele mesmo está longe de ser considerado como um ser genérico; ao contrário, a própria vida genérica – a sociedade – surge como sistema que é exterior ao indivíduo, como restrição da sua independência original. Praticamente o que os une é a necessidade natural, a necessidade e o interesse privado, a preservação da sua propriedade e das suas pessoas egoístas. (Marx, 2002:33).

O que Marx (2002) criticou foi a redução, promovida por libertadores políticos, da cidadania e da comunidade política a simples *meio* de conservação dos direitos do homem. Por conta disso, o cidadão foi considerado escravo do “homem” egoísta; houve degradação da esfera em que o homem age como ser genérico para a esfera onde ele atua como ser parcial; e *é o homem como bourgeois e não o homem como citoyen que é considerado como o homem verdadeiro e autêntico.* Dessa forma, *membro da sociedade civil, indivíduo independente, egoísta, cidadão, pessoa moral* são as formas assumidas pelo homem quando se emancipa politicamente.

Nesses termos, a liberdade, no capitalismo, é discutida, no plano político, em função do dualismo “Estado e indivíduo”. *Ou mais precisamente, ela se propõe no terreno dos direitos do indivíduo na ordem jurídica, isto é, dos direitos de que*

gozam os cidadãos em geral, em face da ação do Estado e de seu órgão que é o Governo (Prado Júnior, 1999:8-9). Mas, segundo este autor, não se resume a isso, visto que, no dia-a-dia dos cidadãos numa democracia capitalista não é o Estado que lhe limita a ação e o coage. A argumentação deste autor segue:

Foi assim antes do advento do Estado burguês e liberal, quando o regime político vigente constituía expressão do domínio de classes e categorias sociais juridicamente privilegiadas, como a nobreza em particular, que afirmavam e defendiam seus privilégios através do funcionamento daquele regime. Então, sim, a liberdade dos indivíduos se achava expressa e declaradamente, isto é, por determinação legal, limitada por um poder estatal a serviço de privilégios, alheio e estranho à maioria da população e a ela sobreposta. Numa situação dessas era possível, e mesmo suficiente, aferir a liberdade dos indivíduos pelos direitos e franquias que lhes eram legalmente outorgados. Era através desses direitos e franquias, e no interior deles, que os indivíduos podiam exercer sua ação.

Nas sociedades modernas, contudo, no Estado liberal que constitui a essência da democracia burguesa caracterizada pela igualdade de todos perante a lei, e pela liberdade jurídica dos cidadãos nessa democracia burguesa onde o Estado se acha organizado na base dos direitos iguais de todos os cidadãos, e esses cidadãos podem gozar desses direitos, quem considerar e analisar o problema da liberdade individual unicamente em função das relações entre os indivíduos e esse Estado juridicamente neutro, deixa de lado o principal da questão, e que vem a ser as limitações que o direito de uns indivíduos traz para a liberdade de outros (Prado Júnior, 1999: 9-10).

O Estado não intervém, em princípio, a não ser para assegurar a liberdade individual, impedindo que a liberdade jurídica de uns se faça em detrimento da de outros. Nessa linha de raciocínio, *os indivíduos nas democracias burguesas se apresentam cada qual em face dos demais juridicamente iguais e livres de estenderem sua ação até onde ela se chocar com a livre ação dos outros (Idem:10).*

Assim sendo, o limite da ação e vontade de uns está determinado pela ação e vontade concorrentes e isso será fixado em regra, por acordo entre as partes. *É por acordos expressos ou tácitos com os demais membros da coletividade que se fixa o raio de interferência de cada um, e se determina o que ele pode ou não pode fazer, a maneira como deve agir e orientar sua atividade (Prado Júnior, 1999:11).* Observa este autor que, na vida coletiva das democracias burguesas, os indivíduos pautam seus atos em acordos de vontades “livremente” consentidas, sem intervenção ou coerção do Estado, da lei.

(...) Essa liberdade consiste para cada indivíduo, em última instância, no livre estabelecimento e aceitação de acordos com outros indivíduos. (...) Todo indivíduo é livre de entrar ou não em acordo com seus semelhantes, de aceitar ou não estas ou aquelas condições, de discutir as condições propostas e apresentar as suas. Tudo isso ele fará livre de constrangimentos legais, e sem nenhuma intervenção das forças estranhas e vontades que não sejam as das partes concorrentes. E o fará em pé de igualdade com os demais indivíduos. Em frente uns a outros, todos os indivíduos são iguais.

Essa igualdade dos indivíduos na liberdade de se acordarem entre si é, contudo, uma igualdade jurídica, isto é, uma liberdade de direito e não de fato. Em outras palavras, o direito, a lei não intervêm. A igualdade que o Direito burguês figura é na base de uma personalidade abstrata que caberia ao indivíduo em si e destacado das situações concretas em que se encontra ou pode se encontrar.

A realidade, no entanto, é que os indivíduos, por força daquelas situações, são muito desiguais, e são particularmente naquilo que mais contribui na fixação dos limites e do alcance da sua ação. A saber, na sua posição dentro da estrutura econômica da sociedade. Decorre daí que a liberdade de cada um variará muito, pois será em função de desigualdade real existente à margem da esfera jurídica. (Prado Júnior, 1999:13).

Segundo Prado Júnior (1999), o que fundamentalmente, determina e consagra a desigualdade entre os indivíduos é o nível econômico, a propriedade privada de cada um, ou seja, o domínio efetivo ou potencial, direto ou indireto, sobre as fontes (donde provêm os bens exigidos para a satisfação das necessidades dos indivíduos), sobre forças produtivas (sobre a terra, as máquinas, os equipamentos produtivos em geral) da sociedade.

Como no capitalismo, propriedade e trabalho, ciência e tecnologia e outras conquistas da cultura humana deixaram de ser valores de uso – respostas às necessidades vitais dos seres humanos – e passaram a ser valores de troca, com o objetivo de gerar mais lucro ou mais capital para quem delas se apropria, a liberdade real está atrelada a estrutura hierárquica da sociedade burguesa – estrutura esta na qual prevalecem relações de desigualdade entre os indivíduos. Nessa lógica, cada indivíduo procura *estender ao máximo a sua “liberdade” e raio de ação*, em função de seus interesses particulares e *a liberdade de cada indivíduo se acha assim limitada pela liberdade dos demais*.

Não podemos perder de vista que a sociedade capitalista se assenta sobre o individualismo e, por conseguinte, sobre o antagonismo e a concorrência dos indivíduos, animados por seus interesses particularistas; ao contrário da vida social

no socialismo²⁰, onde há cooperação deles, em razão de interesses gerais e coletivos.

(...) Realmente, é o interesse coletivo, que o indivíduo reconhece e aceita como próprio, e somente esse interesse que lhe limitará a liberdade e fixará o seu raio de ação. Será na base do mesmo interesse que se traçam normas reguladoras de sua atividade. Ao se determinar, o indivíduo o fará, no fundamental e essencial de sua vida, dentro de um sistema de diretrizes e normas inspiradas no interesse coletivo que ele conscientemente aceita como seu próprio. Aceitará, portanto, aquelas normas, segundo elas pautará a sua ação. Não se poderá assim sentir constrangido, porque não haveria como nem porque se determinar diferentemente. Não se propõem ordinariamente para ele interesses particularistas e especificamente pessoais, e por isso não se apresentam também para ele normas de ação próprias e distintas daquelas propostas dentro do sistema geral de vida coletiva da qual ele participa e em que todos os indivíduos cooperam em conjunto. A ação do indivíduo não se subordina, assim, nunca a interesses e vontades estranhas, e sua liberdade, portanto, nunca é sacrificada ou coarctada, como se dá a todo momento na democracia burguesa, por vontade e pretensões de outros indivíduos. (Prado Júnior, 1999: 21-22).

Cabe observar que a norma é “de todos segundo suas possibilidades, a todos segundo suas necessidades” (Idem:29).

Para Marx, a emancipação humana é a transformação do homem real e individual em ser genérico. Quando este homem tiver em si o cidadão abstrato, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, aí sim ele será capaz de reconhecer e organizar as suas próprias forças como forças sociais, sem separar mais de si esta força social como força política.

Em face da pergunta sobre a possibilidade positiva da emancipação humana, Marx (2002:58-59) respondeu que ela estaria:

(...) na constituição de uma classe que tenha esferas radicais, de uma classe na sociedade civil que não seja somente uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não

²⁰ (...) A democracia que nós, socialistas queremos construir tem instituições que não fazem parte nem do arcabouço teórico do liberalismo nem da realidade dos regimes puramente liberais.

(...) O que é valor universal não são as formas concretas que a democracia assume institucionalmente em dado momento, mas o processo pelo qual a política se socializa e, progressivamente, propõe novas formas de socialização do poder. Entendo democratização, no limite, como algo que implica a plena socialização do poder – o que, aliás, é um momento fundamental da concepção marxiana do socialismo. Não apenas socialização da propriedade, mas do poder. Exatamente aquilo que o “socialismo real” não fez. E por isso fracassou. (Coutinho, 2006:133).

exige uma reparação particular porque o mal que lhe é feito não é um mal particular, mas o mal em geral, que já não possa exigir o título histórico, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se contraponha totalmente aos pressupostos do sistema político (...); finalmente, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma nem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade sem as emancipar a todas – o que é, em resumo, a perda total da humanidade, assim, só pode redimir-se a si mesma por uma redenção total do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o proletariado (...). (...) o homem é para o homem o ser supremo. (...) nenhum tipo de servidão será abolido, se toda a servidão não for destruída. (...) não pode fazer uma revolução sem revolucionar a partir do fundamento (...).

A resposta para a emancipação da humanidade estaria, dessa forma, vinculada à constituição da classe operária enquanto classe revolucionária, com um projeto sócio-político autônomo e capaz de transgredir (romper) completamente à ordem do capital.

(...) não é possível libertar os homens enquanto não estiverem em condições de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas (...). (Marx, Engels, 1999:65).

Sendo a sociedade burguesa baseada em relações de opressão e exploração, para que estas relações sejam legitimadas, minimamente, são produzidas formas que velam seus atributos. Tais formas, alienadas e reificadas, associam-se ao *feitichismo da mercadoria*: a sociedade burguesa depende delas, para criar uma aparência coisificada da realidade social e mistificar os fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais. Ocultos, tais fenômenos não são vistos como processos; aparecem sob forma de coisas alheias às relações entre os homens e seus trabalhos.

Ora, no capitalismo, não é preciso insistir no fato evidente que o poder e a força decisivos no estabelecimento daquelas normas que tão fundamentalmente interferem nas atividades do trabalhador e dispõem sobre seu programa de vida, são de natureza privada e se estabelecem em função de interesses e finalidades estranhos ao mesmo trabalhador. É a empresa onde se engaja que tem a voz principal no assunto. É certo que as condições de trabalho são em princípio decididas de comum acordo, e ambas as partes têm a liberdade de as debater e de as aceitar ou não. Mas é aí como em tudo mais na democracia burguesa e no seu sistema econômico que é o do

capitalismo: à igualdade de direitos se sobrepõe a desigualdade de fato (...). (Prado Júnior, 1999:23).

A descoberta de que a produção social não é diferentemente regulada controlada pelos homens, mas pela mercadoria e que esta guarda íntima relação com as necessidades da sociedade e com a capacidade de consumo dessa sociedade, fez com que Marx percebesse e demonstrasse, de forma tão clara que, enquanto existir o capitalismo, estão inviabilizadas as condições de uma ação global consciente dos homens, porque isso representaria a eliminação dos mecanismos de mercado e das formas que propiciam o equilíbrio do processo total de produção, a destruição das relações capitalistas de produção, o fim da propriedade privada dos meios de produção e da apropriação privada dos excedentes da produção.

É por meio do fetichismo que a sociedade burguesa perpetua a sua dominação, na medida em que bloqueia a compreensão do processo de produção, e a apreensão do ser social tal como ele é. Como ele é, ou seja, seu modo de vida tem íntima relação com as condições materiais de sua produção, com a natureza dos meios de vida que ele encontra e que têm que reproduzir. Assim, o que ele é coincide com sua produção, com o que produz e com o modo como produz.

na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. (...) Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a

humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. (Marx, 2000:52).

Aqui está a síntese da dialética materialista e histórica, formulada por Marx. Esta é uma dialética revolucionária. Não se contenta em ser uma teoria da sociedade burguesa. Após fazer uma análise histórica concreta, sobre a origem, a constituição e o desenvolvimento desta sociedade, que se estruturou sob a dominação do modo de produção capitalista, Marx criticou esta estrutura desumanizante, anunciando outra possibilidade, decorrente das tendências contraditórias do capital e de um projeto revolucionário do proletariado – possibilidade que, resultando de uma revolução social, pode mudar o curso da história.

Uma leitura atenta sobre os textos de Marx nos deixa claro que suas afirmações são afirmações ontológicas (acerca do ser social na sua gênese e desenvolvimento) que buscam superar a metafísica e o idealismo. Não se faz essa leitura sem um mergulho na historicidade do pensamento e sem uma análise do tempo e do desenvolvimento da história dos homens, numa perspectiva de totalidade. Portanto, dentro da tradição do materialismo histórico, o desafio maior é buscar as múltiplas mediações/ determinações que constituem os fenômenos históricos, apreendendo, no plano específico do objeto em estudo, as vinculações mediatas e imediatas em relação com a totalidade histórica. Essa qualidade teórico-metodológica assume destaque ainda maior num tempo em que há o domínio de referenciais conservadores, especialmente os de cunho pós-moderno.

Logo, dialogar com a teoria social de Marx pressupõe: 1) uma ruptura com o senso comum; 2) a não-submissão às idéias dominantes e aos poderes estabelecidos; compreensão do mundo, da cultura, da história; 3) o conhecimento sobre o sentido das obras humanas. A finalidade, nós sabemos bem: apanhar o caráter e a dinâmica da sociedade; desvendar a estrutura real da sociedade burguesa, revelando os seus mecanismos de exploração, opressão e reprodução; e emancipar a humanidade de todos os laços que a alienam.

No mais, é preciso evitar alguns equívocos, quando se trata da obra original de Marx. O primeiro deles é desvincular o marxismo, enquanto teoria social, de sua

relação com os processos de transformação da sociedade. O segundo é reduzi-lo a uma explicação de leis da sociedade, supervalorizando a determinação econômica em detrimento de outras determinações, que mostram o poder da ação consciente e teleológica dos homens sobre a realidade.

O homem (ser genérico e particular) só pode realizar-se cabalmente quando ultrapassar todos os obstáculos ao desenvolvimento do seu ser. Estamos nos referindo à fragmentação das classes, das nações e aos particularismos que os criam. Por isso, a crítica deve atingir a raiz do próprio homem, enquanto ser concreto e a sociedade na qual vive e age. Por isso, a crítica torna-se força social capaz de modificar a sociedade, quando assumida enquanto política, deixando de mover-se exclusivamente ao nível do discurso (da consciência), para visar o concreto.

A originalidade da teoria social de Marx está no fato de ser uma teoria da sociedade burguesa e de sua superação, pela revolução proletária. Marx buscou, como ninguém, acompanhar o surgimento e o avanço da classe trabalhadora, com vistas à transformação da sociedade e, como desdobramento dessa perspectiva, captou a dinâmica do desenvolvimento da sociedade burguesa.

A dialética materialista é uma dialética revolucionária. A teoria torna-se força material quando assumida pelas massas. A questão é pesquisar, tanto na teoria quanto na modalidade de sua penetração nas massas, os momentos e as determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução.

A revolução²¹ pode ser entendida também como uma longa trajetória de auto-educação dos trabalhadores, podendo haver um acúmulo de conquistas no marco da legalidade vigente. Isso nos traz novamente a discussão sobre os limites dessas conquistas no marco da legalidade vigente, onde as liberdades estão freqüentemente vinculadas ao direito burguês e a vida democrática tornou-se algo residual,

²¹ (...) Marx assinala que a revolução não instaura de um dia para o outro uma nova sociedade. Ao contrário, como atesta a consideração da análise concreta das condições decorrentes da negação do capitalismo, o comunismo é um processo que, não estando dado, depende, conforme Marx, de lutas concretas.

Assim, a revolução suprime a propriedade privada dos meios de produção, mas não instaura, por si só (como querem os economistas), novas relações de trabalho. Daí a fórmula: “de cada um de acordo com as suas habilidades, para cada um de acordo com o seu trabalho” (e não segundo as necessidades). Prevalecem ainda resquícios do direito burguês (e, portanto, a pressuposição da desigualdade), persistindo a necessidade do Estado, cujo fim é uma construção do comunismo (...). (Leher, 2002:155).

chegando mesmo a encobrir o fato histórico de que as principais conquistas democráticas modernas são frutos do protagonismo das classes trabalhadoras.

Nem voluntarismo, nem fatalismo. A ação política eficaz (a revolução capaz de *derrubar a classe dominante, varrer toda a podridão do velho sistema e fundar a sociedade sobre novas bases*) deriva da *liberdade de escolha na indicação de objetivos políticos*, o que depende, fundamentalmente, do conhecimento dos processos em curso. Trata-se, portanto, de se aproximar e conhecer as determinações e conexões sociais que viabilizarão as possibilidades concretas de ação. Não estamos falando de escolhas abstratas, mas de escolhas conscientes, que se realizarão mediante a conquista da democracia pela luta e pela organização da vontade política da classe trabalhadora.

Desvendar esse protagonismo, para o presente e para o futuro, é dever daqueles que não sucumbiram a esse estado de coisas instalado pela ordem burguesa. Para tanto, faz-se necessário um novo conhecimento – um conhecimento de totalidade – que envolva o sujeito revolucionário e a sociedade que ele pode e deve transformar.

Compartilhamos da idéia de Oliveira (1999:19), de que é preciso utilizar ao máximo os recursos da racionalidade burguesa, extrapolando esse marco, indo além dele. Ou, em outros termos, transgredindo-o, no sentido de apontar para outros mundos possíveis que valham a pena ser vividos.

2.3. Cidadania e transgressão

Um dos pontos centrais para a discussão de transgressão, cidadania e direitos, é a compreensão de que a primeira é uma forma de protagonismo político nos marcos da legalidade vigente e, portanto, perfeitamente compatível com a história da cidadania e dos direitos na sociedade capitalista.

Francisco de Oliveira (1999:2) afirma que a cidadania pressupõe autonomia, ou seja, *saber escolher, poder escolher e efetivar escolhas*. Ou seja, trata-se da capacidade do cidadão de intervir nos negócios da sociedade e, através de outras mediações, também intervir nos negócios do Estado, que regula a sociedade, da qual ele faz parte. O conceito de cidadania ativa não se limita ao recebimento, mas

também no uso de recursos econômicos, sociais, políticos e culturais da ordem burguesa para atuar no espaço público.

Para Oliveira (1999:2), *as instituições compõem a armadura material dos direitos da cidadania*. É pela permanente criação, recriação, invenção e reinvenção de instituições que o cidadão exerce sua autonomia.

Devemos, assim, pensar sobre quais são os meios efetivos pelos quais, em sociedade, o cidadão exerce sua autonomia, mediada pelas instituições democráticas e públicas.

Partindo da compreensão de que há um pacto estabelecido, definindo os papéis (direitos e deveres) do cidadão na sociedade, como fica a idéia de contínua criação de direitos? É possível ao cidadão ser ativo, exercer sua autonomia, mesmo em condições em que as instituições lhe sejam desfavoráveis?

Segundo Oliveira (1999), isso é possível na seguinte perspectiva:

É evidente que a gente não está partindo do plasma que fundou o mundo e a sociedade. Você nasce com alguns princípios que a própria sociedade criou, quer dizer, você ingressa numa certa sociedade já, de alguma maneira, parametrizado. Mas cabe exatamente ao cidadão inventar e reinventar continuamente seu lugar no mundo, isto é, o impacto se faz andando, não é uma situação prévia de repouso absoluto, é uma situação sempre dinâmica e isso dá um outro caráter à questão da cidadania. O cidadão pleno não é só aquele que recebe o usufruto de sua plenitude, mas é aquele que forja a plenitude desse usufruto, e isso significa uma participação ativa no andamento da sociedade, na intervenção dentro do Estado, na criação de instituições, portanto a gente não se restringe, desse ponto de vista, à imagem liberal do cidadão individual que é depositário de todos os direitos. Ele é mais o criador, o ativador desses direitos, do que apenas um repositório, um receptor. (Oliveira, 1999:3-4).

Para Oliveira, somente as instituições (as leis) não podem garantir a cidadania. Antes de tudo, é preciso que o indivíduo esteja ativo, tenha consciência da posse de seus direitos. Se não forem ativadas, as instituições, as leis ficam somente no campo da virtualidade. A virtualidade, segundo este autor, seria um campo de possibilidades, socialmente determinado e materialmente construído.

O autor ressalta que nos encontramos num campo de possibilidades burguesas, no sentido de como a cidadania se constituiu no campo burguês, onde a *âncora mais forte do campo de possibilidades é a âncora da propriedade* (Oliveira,

1999:17). Isso não significa que temos que recusar o confronto, o embate no qual se afirma o novo. Como ele próprio diz, *num primeiro movimento é mimetismo, mas num segundo é criação, é desse campo que você extrai teu recurso de método (Idem:17-18).*

Aqui temos o fundamento político para a transgressão: ao utilizar ao máximo os recursos da racionalidade burguesa, extrapolando esse marco - indo além dele - temos a possibilidade de politizar o social.

(...) politizar significa em primeiro lugar isso, identificar o espaço da política como um lugar de onde você contesta. Isso requer instituições! Mas basta criar instituições? Não! Ao fazer essa passagem você dá um passo que é exatamente introduzir a cidadania e reconhecer a cidadania como forma de conflito. O direito só se dá quando se tem o conflito. A carência não. Você pode ter carência e isso não gera conflito nenhum, pode gerar uma violência que é outra coisa e nós não estamos falando de violência, estamos falando de conflito. Então fazer essa passagem é absolutamente necessário, tanto para continuar ampliando os direitos como para resistir à sua desconstrução. (Oliveira, 1999:24)

Para tanto, faz-se necessário decodificar os signos da sociabilidade burguesa, para ativar a cidadania. A educação formal é apontada pelo autor como um dos melhores meios para se lograr, se não lograr completamente, pelo menos para se criar, produzir o conflito no campo de significados, no campo dos valores. É o conflito que ativa a cidadania. *Formar cidadãos é além de reflexivo, é formar para o conflito (Oliveira, 1999:22).* O autor acrescenta ainda que *cidadania é conflito* e afirma que tem poderes tentando despolitizar e destruir o campo onde a cidadania foi ativada, onde se construiu organizações populares.

Em terras brasileiras, o processo histórico de nossa cultura converteu o exercício do direito em ave rara, porque o *status* de cidadão é limitado ao já instituído e já legitimado, que se estabelece muito mais no jurídico do que no político. Subestima-se a luta pela conquista de direitos e a correlação de forças sociais e estruturais como determinantes das transformações sócio-políticas.

Temos uma sociedade na qual cabe todo e qualquer tipo de transgressão, desde aquele famoso *jeitinho brasileiro* feito de acomodações e conciliações (assentado na promiscuidade ideológica que instalou-se no país), até as formas mais

ousadas de defesa de direitos, que nos fazem trapezistas da forma, acrobatas de leis e regulamentos, na luta complexa entre um imaginário feito de liberdade e uma realidade social feita de servidão.

Faz-se necessário, portanto, examinar, em que momentos na nossa história transgredimos, exercitamos o conflito, fazendo a liberdade prevalecer sobre a autoridade, na luta pela conquista de direitos. Isso é matéria do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: TRANSGRESSÃO NA HISTÓRIA DE NOSSA CULTURA

*Quer-me mal esta cidade... pela verdade.
 Não há quem me fale ou veja... de inveja.
 E se alguém me mostrar amor... é temor.
 De maneira, meu senhor,
 Que me hão de levar a palma
 Meus três inimigos d'alma:
 Verdade, inveja e temor.
 (Gregório de Matos)*

Repousa, decerto, na base colonial de nossa formação o significado de certas imagens que nós construímos sobre nossas instituições, valores e sobre nós mesmos, enquanto povo historicamente organizado. Por trás disso tudo está uma determinada estrutura de poder, a forma e a fórmula pela qual o Estado, ou quem o representa, mantém o domínio sobre as pessoas.

(...) Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns deserdados em nossa terra. (Holanda, 2005:31).

Aqui temos o molde do Brasil-nação, cujo “espírito” de seu povo levou-se a extremos o sentimento do rei como "bom pastor", que "vela por todo seu rebanho" e o "rebanho", como se sabe, depende do "bom pastor" e para sobreviver submete-se à sua vontade e à sua iniciativa.

Assim, o quase culto a quem dirige o Estado - seja ele rei, presidente da República, governador, prefeito, vereador, autoridade institucional, profissional, enfim -, como aquele que tudo sabe e do qual tudo se espera, configurou a base colonial de nosso presente e, mesmo havendo *um cipoal de leis* a encobrir a arrogância e a incompetência dos administradores, vicejou-se toda espécie de *vícios*

em nossa organização, que terminaram por constituir muito da maneira de ser coletiva.

Ninguém podia sentir o Brasil como projeto comum a todos, mas como usufruto de um Estado que recrutava pessoas para uma empresa com a qual ninguém podia ser solidário. Predominava antes a consciência do desamparo que levava o indivíduo, como indivíduo descolado do projeto social, a tudo esperar daquele mesmo Estado e a empregar todas as forças na sobrevivência pessoal. (Araújo, 1997:23).

Em nome dessa sobrevivência pessoal, criou-se aqui todo um aparato ideológico (uma *mitologia* ou um *mito fundador*²²), para compreender o caráter do “*povo brasileiro*”, envolvendo noções tais como as de “*jeitinho brasileiro*”, “*gente de índole pacífica*”, “*levar vantagem em tudo*”, “*preguiça inata*” (com exceção de São Paulo), “*acomodação*”, entre outras. No bem da verdade, essa ideologia²³ enraizou-se em nosso meio, justificando toda espécie de *vícios* no comportamento dos brasileiros, mas cabe estudar o contexto em que tais elementos se formaram, dando concretude a esse comportamento.

E a especificidade de tal comportamento típico reside na dicotomia entre o público e o privado, entre o que significava transgressão que devia agredir a comunidade e a aceitação e perpetuação de um padrão de atitudes pessoais que norteava a vida doméstica, entre o interesse do Estado ou o da res publica e o do indivíduo (Araújo, 1997:24).

Como os modelos políticos do passado continuam a sobreviver, criou-se um impasse que se resolveu, ao longo da história, seja pela substituição dos governantes ou pela confecção de leis formalmente perfeitas, mas, oscilando como um pêndulo estava o significado da transgressão, diante de uma tendência contraditória: visando ora uma organização administrativa ideal, que deveria funcionar automaticamente

²² Para um estudo mais detido sobre essa mitologia do comportamento do brasileiro, indicamos: Araújo (1997); DaMatta (1997); Chauí (2000) e Carvalho (2003).

²³ Segundo Couvre (2002:24), a ideologia é composta de idéias que, por sua vez, expressam valores capazes de serem incorporados pelos indivíduos ou pelos grupos de indivíduos no decorrer de sua vida. Isso se realiza pela educação, pela vida em sociedade, e é o que orienta o comportamento de indivíduos e grupos. Todos os indivíduos e grupos possuem ideologias que lhes permitem orientar-se em tal e qual sociedade, pois comportam a explicação de si próprios e das coisas do mundo em que vivem. No sentido mais amplo, pode-se compreender a ideologia como uma concepção de mundo, expressão cultural de uma época cujo interior pode ser formado por muitos veios, mesmo contraditórios - se considerarmos que a ideologia é a expressão do embate entre várias formas de pensar e agir dos grupos que formam a sociedade.

pela virtude impessoal da lei, ora visando um extremo personalismo, que a desfaz a cada passo.

Porém, a luta de classes trouxe consigo um outro significado para a transgressão – um significado que pode ser apreendido na dinâmica dos movimentos sociais²⁴, que aspiram construir uma sociedade mais justa, sem misérias, sem exclusões, sem desigualdades. Esses movimentos sociais tendem a ser sempre subversivos, criam indisposições, conflitos, litígios, disputas e revoltas contra a ordem capitalista e apontam para novos valores e melhores padrões de convivência e de estruturação social. Esses movimentos sociais mobilizam elementos culturais, para elevar a política do nível corporativo ao nível ético-político e lutam por reformas que entrem em contradição com a lógica do capital e possam levar à sua superação.

Tomamos aqui como referência a definição²⁵ de *cultura* utilizada por Nelson Werneck Sodré (2003:9-10), na qual trata-se do:

Conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história. A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. Em um sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade que nascem e se desenvolvem a base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinado. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral etc., e as instituições correspondentes. Entre os índices mais importantes do nível cultural, em determinada etapa histórica, é preciso notar que o grau de utilização dos aperfeiçoamentos técnicos e dos desenvolvimentos científicos na produção social, o nível cultural e técnico dos produtores dos bens materiais, assim como o grau de difusão da instrução, da literatura e das artes entre a população.

Dada esta definição, ao pensarmos sobre o conceito de cultura, nos remetemos ao modo como, em diferentes espaços e tempos históricos, os seres

²⁴ Segundo Leher (2002:162), os movimentos sociais organizados relacionados com o trabalho *adotam categorias e conceitos totalizantes, buscam soluções sistêmicas que implicam ruptura com o modo de produção capitalista.*

²⁵ Definição esta constante no Dicionário Filosófico Abreviado, de M. Rosental e P. Iudin, Ediciones Pueblos Unidos, Montevideu, 1950. p.104.

humanos produziram suas condições de existência material e simbólica, subjetiva e objetivamente, de modo diverso da existência animal (que, por natureza, vem regulada, programada, não se projetando, nem modificando o meio em que vive, mas se adaptando, respondendo instintivamente ao meio).

Por ser diverso da existência animal, o gênero humano sempre criou e recriou suas formas de viver em sociedade, porque, pela ação consciente do trabalho e, mais amplamente pela cultura, transgrediu ao que estava posto enquanto limite a sua existência.

Ao apropriar-se da natureza, ao transformá-la, criando e recriando, pela mediação do conhecimento (ciência e tecnologia), o intercâmbio entre o ser humano e a natureza, e os bens que produziu nessa relação para viver em sociedade humana, o homem foi re-descobrimdo o sentido ontológico do trabalho: *manter a vida humana* (tal como diria Marx²⁶). Trabalho é direito do ser humano, para produzir e reproduzir sua existência, primeiramente, física e biológica e, depois, cultural, social, estética, simbólica, afetiva. Ocorre que desse direito, advém outros, pois o trabalho assume nessa perspectiva ontológica, duas dimensões: primeiramente, o trabalho responde a necessidades imperativas do ser humano, enquanto ser histórico-natural; e depois de responder a estas necessidades imperativas, que o ser humano criativo e livre pode fruir do trabalho propriamente humano.

Embora assuma essas dimensões distintas e articuladas (necessidade e liberdade), o trabalho assumiu, ao longo da história, formas alienadas.

A história nos mostra que há mais de um século e meio o gênero humano está cindido, porque está submetido a modos sociais de produção - ao antigo e ao medieval, ao trabalho escravo e ao servil e, sob o capitalismo, à extração da mais-valia -, que dividem a sociedade em classes, proporcionando condições para que as classes dominantes mutilem e alienem a maior parte dos seres humanos. Segundo Frigotto (2002:10), é possível apreender sua especificidade de maior violência ao pesquisar a realidade de *um país que dos seus 500 anos após a descoberta pelos europeus, 400 foram de escravidão e colonização e, na atualidade, continua colonizado pelos países que representam o centro hegemônico do capital*.

²⁶ MARX, Karl. **O capital**. 7.ed. São Paulo, Difel, 1982. p.50.

Pesquisando esta realidade, descobre-se, como primeiro traço da cultura brasileira, a sua *origem colonial* e de “civilização” *transplantada*.

Somos herdeiros de culturas e visões de mundo antropofágicas, ou seja, da tradição de assimilar o outro, de incorporar a sua cultura e os seus modos (Martins, 1993:20).

Sodré (2003:11) explica que, *tanto os senhores – aqueles que exploram o trabalho alheio – como os trabalhadores – os escravos são transplantados ao Brasil para a empresa de “colonização”, isto é, de ocupação produtiva (Idem:10).*

Uns vêm da Europa, em reduzido número; outros da África, em avultado número, quando a empresa produtora aparece acabada, quando em pleno funcionamento. Assim, provêm do exterior tanto os elementos humanos como os recursos materiais. A empresa destina-se a enriquecer os que exploram o trabalho; a produção se destina a mercados externos (...) Numa produção transplantada e montada em grande escala, para atender exigências externas, surge naturalmente uma cultura também transplantada. (Sodré, 2003:11).

Assim como o autor, optamos por não fazer uma análise da etapa anterior às *três correntes humanas que vão concorrer na tarefa da chamada “colonização” – o índio, o negro, o português*. Cabe apenas ressaltar o reflexo dessa heterogeneidade que influencia a nossa cultura, dado o regime a que estavam submetidas cada uma dessas correntes humanas, na elaboração da etapa anterior da cultura: *o índio vivia no regime da comunidade primitiva, em organização tribal; o português, em regime feudal; o africano, no regime da comunidade primitiva ou no regime escravista. (Sodré, 2003:11).*

O fenômeno cunhado de “aculturação”, pela Sociologia e consagrado pela Antropologia, trata justamente desse processo em que *cada uma dessas correntes humanas carrega essa cultura anterior para o Brasil, onde se encontram. (Sodré, 2003:11).* Fenômeno este marcado por *conflitos ou acomodações, transitórios ou duradouros*, segundo o autor, que nos permitem identificar tão logo aparece a produção, duas áreas culturais: a *de supremacia da cultura indígena – em extensão – economicamente secundária, com predomínio de relações feudais*; e a *de supremacia da cultura transplantada, economicamente principal, com predomínio de relações escravistas*.

A supremacia da cultura transplantada define a colônia, dado o fato de que, até o século XVIII, a cultura indígena carecia de significação, havendo apenas formas não-sistemáticas (oral ou por imitação) de transmissão da cultura, salvo no que se refere aos religiosos de ofício.

No Brasil, antes da chegada dos portugueses, os índios eram instruídos por adultos. Em algumas tribos, o pajé passava adiante valores culturais. Em 1549, os jesuítas chegaram trazendo na bagagem a religiosidade européia e alguns métodos pedagógicos. Detiveram o monopólio educacional por 210 anos, até 1759, quando foram expulsos do país. A partir do século 19, a cultura capitalista fez com que a educação deixasse de refletir apenas valores religiosos para ter a ciência como base. Nasceu assim a escola como a conhecemos hoje: com normas específicas, agentes próprios e estrutura de ensino: vários alunos nas salas, provas, notas, carteiras em fila, diplomas. Tudo para educar uma massa cada vez maior de indivíduos. (Abreu, 2005: 18).

Cabe ressaltar que, segundo a Abreu (2005), os escravos tinham o capataz como professor e o chicote como recurso pedagógico. Desde logo, no nosso imaginário social, ficou registrada a idéia de instrução associada à idéia de castigo – característica do escravismo brasileiro.

No que tange à supremacia da cultura transplantada, alguns fatores contribuem para isso: *aparecem formas sistemáticas de transmissão da cultura, monopolizadas pelas Ordens religiosas, os jesuítas em destaque (Sodré, 2003:12).*

Em ambas as áreas culturais defendiam-se, evidentemente, a cultura da classe dominante e a cultura da classe dominada, *aparecendo a primeira como a cultura em geral (Sodré, 2003:12).* Ambas são transplantadas e participam do processo de “aculturação”, como bem analisa o autor, salvo a que pertence ao índio.

Esse fenômeno também por ser observado na música. Por exemplo, Clara Nunes lançou o disco *Canto das três Raças* em agosto de 1976²⁷. Nele, estão

²⁷ Pinheiro (1976), ao introduzir o disco de Clara Nunes, afirma que: *Quando o Brasil ainda era um país desconhecido do resto do mundo, a nossa música era apenas sons dispersos na boca do índio habitante. Porque fazer som e ritmo é próprio do instinto humano. Mas nada havia definido em termos musicais. Até que aqui chegou o português colonizador e a história da MPB começa. A Terra foi tomada em nome do rei. E o índio guerreiro foi vencido e escravizado ao trabalho da lavoura, em favor da civilização. E, do cativo, ecoaram os primeiros cantos tristes que começaram a definir o nosso canto brasileiro. Dado ao gigantismo da nova nação descoberta, precisavam os conquistadores de muitos e muitos braços para o trabalho, que se prenunciava tão grande quanto o próprio território. E importaram de suas colônias africanas a raça nascida escrava: a raça negra. E o canto do índio cativo juntou-se ao lamento do preto sofrido das senzalas e dos quilombos. E a música passou a tomar novas formas, proporções e grandeza, às*

trechos fortes de uma cultura marcada pelo *soluçar de dor*, pelo *lamento triste* do índio guerreiro que *foi pro cativoiro* e do negro, que *entooou um canto de revolta pelos ares do Quilombo dos Palmares, onde se refugiou*. Mauro Duarte e Paulo César Pinheiro evidenciam, na letra da música *Canto das Três Raças*, cantada por Clara Nunes nesse disco, que, *fora a luta dos Inconfidentes, pela quebra das correntes, nada adiantou*. E acrescentam a continuidade da luta pela quebra das correntes: *e de guerra e paz, de paz em guerra, todo o povo dessa terra quando pode cantar, canta de dor*. Esse canto, que os autores afirmam que *ecoa noite e dia e é ensurdecedor*, representa *a agonia, o canto do trabalhador*. *Esse canto que devia ser um canto de alegria soa apenas como um soluçar de dor*.

Martins (1993:23) afirma:

A música (...) é, muitas vezes, e o foi seguramente nos primeiros tempos, a contrafação do silêncio. Para os negros e mesmo para populações indígenas que sobreviveram ao contato com os conquistadores, a música e a dança foram a fala dos emudecidos, dos silenciados.

Importa perceber que a música foi, durante muito tempo, a principal forma de resistência a um processo brutal e predatório, que causou a destruição da comunidade primitiva indígena e de seus valores culturais, na área em que se implantou a grande propriedade escravista, fornecedora de mercados externos.

O ensino jesuítico não perturbava a ordem vigente, subordinando-se aos imperativos do meio social e marchando paralelo a ele, visto que objetivava o recrutamento de fiéis ou de servidores.

As condições objetivas desfavoreciam, assim, a atividade cultural, relegada a plano secundaríssimo. A classe dominante não necessitava dela, e a classe dominada não a podia sustentar. Daí a vigência, nessa fase inicial, de uma “disciplina escolástica, verbalista e dogmática”, que resume o trabalho da inteligência à subalternidade daquilo que se destina apenas a “preencher os ócios de desocupados”, própria do homem “desinteressado das idéias e tão

quais o mundo inteiro ainda viria se curvar. Para a nova Terra partia toda espécie de gente: desde os homens de confiança da coroa portuguesa até aventureiros buscando riquezas. E aqui, saudosos de seus lugares de origem, passaram também a criar seus cantos. A colônia crescia e os próprios brancos já sentiam a necessidade da quebra das correntes que uniam Brasil a Portugal. Até que se deu a independência. E a expressão “música popular brasileira”, desde aí, passou a ter a sua definitiva validade.

facilmente impressionável e sujeito ao encanto da forma, ao aparato da linguagem e às pompas da erudição” (...). (Sodré, 2003:24).

Ainda segundo este autor, *ao mesmo tempo que a comunidade primitiva indígena era esmagada, (...) o regime escravista, a cultura correspondente era violentada e extinta, substituída rapidamente pela cultura alienada do jesuíta (Idem:25).* Cultura esta, marcada pelo que o autor chamou de *força de conservação*, que envolve além da retórica para o ensino de classe, o *apego ao dogma e à autoridade, de respeito à tradição escolástica e literária, de repulsa às atividades criadoras ou inovadoras, uma “cultura disciplinada para se fazer moral” (Sodré, 2003:26).*

A vida urbana, nesse contexto, era praticamente ausente. Segundo Sodré (2003:21), *as formações urbanas gravitavam “na órbita e na dependência dos grandes proprietários de terras”.*

Nessa perspectiva, a cultura expressa as condições objetivas da vida social, fazendo parte do conjunto dos fatores que definiram por longo período, *o desamor pelo trabalho da terra e pelos ofícios mecânicos, fazendo do trabalho físico em geral um equivalente à escravidão, aviltando-o assim (Idem:27).* Além do ostensivo caráter de classe da cultura colonial, para a qual fazia-se necessário o ócio como elemento capaz de discernir o trabalho físico do intelectual, vemos que trata-se de uma cultura reduzida a círculos de classe (dominante), de modo distanciado daquela que surge e se desenvolve na classe dominada.

Segundo Martins (1993:25), *as nossas culturas são culturas do medo e da fachada. A dissimulação é uma ação revolucionária. Na dissimulação há a revolta permanente, a transgressão permanente.*

Adúlteros, bigamos, “invertidos” de ambos os sexos, incestuosos, estupradores, feiticeiros e feiticeiras das três raças que conviviam na Colônia, toda essa gente constituía verdadeira multidão desviante que durante três séculos desafiou o Estado e a Igreja, não necessariamente pela revolta política, mas pela transgressão das normas de conduta oficialmente instituídas. No entanto, excluindo-se os mendigos, assaltantes, prostitutas e escravos, os que pagavam impostos tinham recursos financeiros ou prestígio social suficientes para cometer quaisquer daqueles desvios e subtrair-se à Justiça, sempre venal ou branda segundo as conveniências. E aqui entramos em outra inesgotável seara de pequenos e grandes delitos. (Araújo, 1997:283).

Por aqui, grassou o clientelismo, a corrupção e o patrimonialismo²⁸, com uma sensibilidade exacerbada da Justiça leiga às pressões do poder econômico. A grossa corrupção dependia das posses do corruptor. O problema estava concentrado no proveito particular em detrimento da coisa pública.

Como analisa Araújo, há uma diferença de *status* social entre os acusados de transgressão e a conseqüente distribuição de suas penas peculiares, desde o período da Inquisição.

A tarefa aculturadora da Inquisição não pôde nem quis, a rigor, ignorar as regras básicas da estratificação social. (...) Sujeitava a sociedade a seu domínio, mas não era capaz de dissolver o tecido social, verticalizando em seu único proveito o sentido de obediência. (...) Os privilégios de que gozavam as classes dominantes coloniais, vemo-los algo mais no teor das sentenças e das práticas punitivas. (...) Em vários processos encontramos nossos colonos explicitamente relevados de piores sentenças em razão de seus títulos e qualidades (...). (Araújo, 1997:287),

Assim, nos primeiros séculos de vida colonial, havia enorme distância entre a classe que explora o trabalho alheio e aquela que fornece o trabalho – distância essa fundada na posse da terra e em sua exploração. *Não havia república no Brasil, isto é, não havia sociedade política; não havia “repúblicos”, isto é, não havia cidadãos. Os direitos civis beneficiavam a poucos, os direitos políticos a pouquíssimos, dos direitos sociais ainda não se falava (...). (Carvalho, 2003a:24).*

Nada disso passava despercebido à população, e com certeza o comportamento de certas autoridades constituía objeto de conversas e fundadas reprovações. Quem podia, protestava por escrito, como Gregório de Matos (Araújo, 1997:290). Certa vez, ele ironizou a Justiça da seguinte forma: pelo respeito/ profira a sentença absorto,/ fazendo o direito torto,/ mas isto a torto e a direito, ou que, por causa de alguns respeitos não faça exame nos feitos (Idem:284).

²⁸ Para Faoro (1976:4-5), os traços constitutivos da formação política brasileira são o *estamento burocrático* e o *patrimonialismo*. Para este autor, para uma correta compreensão desses traços, faz-se necessário um estudo acerca das raízes portuguesas da formação política do Brasil, pois a influência das correntes ideológicas francesa, inglesa e norte-americana somente se tornou possível no século XIX, quando a estrutura do Estado brasileiro já havia se cristalizado, permanecendo determinante mesmo depois da Proclamação da República. Entre os participantes do estamento burocrático, que se define com base no controle e na distribuição de privilégios, sendo os mais importantes os que dizem respeito à administração da *coisa pública*, igualdade é uma palavra que só se aplica na distribuição dos prejuízos, porque os lucros são zelosamente concentrados.

Gregório de Matos²⁹, um dos mais célebres pasquins do século XVII, *assumiu vida completamente desviante das normas sociais (...) Sua linguagem (...) não se dirigia aos sobrados, mas à população sem voz no palácio do governador, nada afeita às sutilezas de salão. (Araújo, 1997:332).*

O “Boca do Inferno”, como era chamado, denunciava os desmandos e a hipocrisia das instituições e das elites que mandavam no Brasil (Oliveira, 2006:54). Ele, obviamente, foi punido (sofrendo aborrecimentos) por ter conhecido a corrupção desde o nascedouro e criticado o despotismo e as instituições que mandavam em nosso país. Dizia ele: “*Se souberas falar, também falaras,/ Também satirizaras, se souberas,/ E se foras poeta, poetizaras.*” (Matos apud Oliveira, 2006:57).

Publicamente maldito e maldizido, Gregório de Matos nunca publicou seus poemas (e nem podia, dada à natureza) e agravava-lhe a má fama o fato de que outras pessoas davam a circular versos desaforados que passava como sendo dele. Sua obra sofreu embaraços, pela dificuldade encontrada para certificar-se da autoria de alguns dos textos atribuídos a ele. Preso e degredado para Angola, em 1694, Gregório de Matos teria se envolvido, na África, em uma conspiração de militares portugueses contra a coroa, colaborando com a prisão dos líderes da revolta – fato que lhe trouxe como recompensa o retorno para o Brasil, no ano seguinte, mas com a condição de jamais tornar a pisar no solo baiano. Ficou confinado em Recife, proibido de escrever seus panfletos, vindo a falecer em seguida. *Não houve ninguém, na época colonial, que desafiasse e martelasse tão insistentemente tudo o que lhe cercava. (Araújo, 1997:333).*

Outro importante denunciador das iniquidades do contexto colonial, no Brasil, foi o padre Antônio Vieira, que, em seus *Sermões*, escreve-nos o seguinte:

²⁹ O advogado baiano, Gregório de Matos, criticava o meio em que vivia, através de poemas passados de mão em mão. Foi poeta de dicção própria, que sofreu influências fundamentais de Luís Vaz de Camões e Luís de Góngora – o primeiro é uma das maiores vozes do Renascimento europeu e o segundo um dos maiores representantes do Barroco espanhol. Segundo Oliveira (2006:54), *é possível recuperar boa parte da história do Brasil e de Portugal do século 17 apenas percorrendo sua obra, especialmente satírica.* Segundo esta autora, este poeta foi um dos primeiros, senão o primeiro, a distinguir o ser brasileiro do ser português, criticando aberta e violentamente abusos decorrentes de tal política. “*Que os brasileiros são Bestas,/ e estão sempre a trabalhar/ toda a vida, por manter/ Maganos de Portugal*”, bradava ele em torrentes de indignação (Idem:55).

A causa da enfermidade do Brasil, bem examinada, é a mesma que a do pecado original. Pôs Deus no Paraíso terreal a nosso pai Adão, mandando-lhe que o guardasse e trabalhasse: Ut operaretur et custodiret. E ele, parecendo-lhe melhor o guardar que o trabalhar, a lançou mão da árvore vedada, tomou o pomo que não era seu e perdeu a justiça em que vivia para si e para o gênero humano. Esta foi a origem do pecado original e esta é a causa original das doenças do Brasil: tomar o alheio, cobiças, interesses, ganhos e conveniências particulares por onde a Justiça se não guarda e o Estado se perde. (...)

(...) Muitos transe destes tens padecido, desgraçado Brasil, muitos te desfizeram para se fazerem, muitos edificam palácios com os pedaços de tuas ruínas, muitos comem o seu pão, ou o pão não seu, com o suor do teu rosto: eles ricos, tu pobre; eles salvos, tu em perigo; eles por ti vivendo em prosperidade, tu por eles a risco de expirar. (Vieira apud Araújo, 1997:291-292).

A verdade nua dos fatos, denunciada por Vieira, era que funcionários públicos – entre os quais se encontravam boa parte da população urbana – preocupavam-se com seus próprios interesses e não com o bem comum (coisa pública), o que na prática significava amealhar recursos ou fortuna, conforme possibilitasse o cargo, justamente à custa do interesse coletivo (Araújo, 1997:293).

A colônia era, de fato, o teatro de todos os vícios. Corroborava para a análise desse autor, a constatação do aspecto enigmático da transgressão, sublinhado por Antônio Cândido (1964:174): “o horror manifestado à violação da lei se completa pelo que lhe desperta a violação do uso e do costume (...).”

Além de aterrorizar as pessoas pela vigilância de sua consciência religiosa, o Estado e a Igreja deixavam-nas na ignorância de propósito, só permitindo que fosse lido o que interessava às autoridades. Era considerado crime/ contravenção o simples fato de possuir livros interditados pela censura e era intolerável, para as autoridades, a circulação de críticas em papéis anônimos.

(...) Ainda que o aparelho estatal da Metrópole estivesse aqui presente e atento para vigiar e punir, os próprios agentes repressores, neste incluindo-se o clero, também se adaptavam às formas de agir, de sentir, de pensar – de viver, em suma – sob as quais os colonos americanos conformavam sua própria cultura em terra estranha para os que chegavam, distante de uma corte também estranha para os que aí já estavam, mas todos, de qualquer forma, dando novos sentidos e novas direções aos modelos tradicionais (...). No entanto, insistimos, o fato era simples: não se podia agir, sentir e pensar no Brasil exatamente como se agia, sentia e pensava em Portugal. Para ambos os lados do Atlântico o rei e a lei eram os mesmos, porém as

realidades, e assim as mentalidades, eram muito diferentes, não obstante o natural impulso, na Colônia, de tudo copiar da Metrópole (...). As instituições e as convenções, com efeito, foram todas transplantadas, mas tiveram de acomodar-se, a duras penas para elas e para as pessoas, a um outro jeito de ser e de viver sem parâmetros na civilização que ditava as regras à distância (...). (Araújo, 1997:337).

O capitalismo que nos trouxeram não é o mesmo que se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos. *É um capitalismo baseado na propriedade da terra, no latifúndio, na desigualdade dos estamentos, na hierarquia do mando e do medo (Martins, 1993:25).*

Martins (1993:25) afirma ainda que *a nossa concepção de riqueza é uma concepção especulativa (não é uma riqueza baseada diretamente no trabalho, mas em mediações de exploração e especulação) e nosso capitalismo é tributário, baseado na extorsão (por isso, a escravidão renasce periodicamente no Brasil).*

Colabora para isso o fato de nossa sociabilidade dominante ser *demarcada e bloqueada por enormes dificuldades no reconhecimento do outro, sua aceitação como outro, isto é, diferente, e igual (Martins, 1993:11).*

Chauí (2000:9) chega a esta mesma constatação, analisando o que ela chamou de *mito fundador: é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.* Para esta autora, a sociedade brasileira é autoritária (como formação social) e dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político, porque ela conserva as marcas da sociedade colonial escravista (da “cultura senhorial”), com predomínio do espaço privado sobre o público, tendo sua centralidade na hierarquia familiar – família entendida aqui enquanto *uma unidade econômica e uma forma determinada da propriedade privada e de sua transmissão*³⁰. Em função dessas marcas, essa unidade socioeconômica *desenvolve desprezo senhorial pelo trabalho manual, de maneira que não só o escravo era tido como inferior, mas também todos os trabalhadores livres manuais (Chauí, 2000:37).*

³⁰ CHAUI, Marilena. O que comemorar? **Projeto História**. São Paulo, n. 20, abr. 2000. p.36.

A estrutura hierárquica do espaço social determina uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento toma a forma do favor, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua de opressão física e/ ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação e que estruturam a sociedade sob o signo da nação indivisa, sobreposta à divisão que a constitui. (Chauí, 2000:37).

Aqui cabe uma observação de Carvalho (2003) sobre *Elites políticas e construção do Estado*, para que a gente compreenda esta estrutura. Para o autor, a classe política constrói e conserva o domínio, quando suas habilidades possuem sentido social, quando há controle sobre alguma “força social” (dinheiro, terra, conhecimento, religião) que seja predominante.

Segundo Holanda (2005:141), *só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as leis da Cidade.*

Na colônia, o aparelho do Estado era *rudimentar*; da metrópole provinha as suas funções; e a ordem pública estava submetida à ordem privada (Sodré, 2003:13).

Para Carvalho (2003:420), *o governo seria a sombra da escravidão; esta, ao final, se tornara também sombra, assim como os políticos eram sombra do poder imperial.*

Segundo Sodré (2003:13), a cultura parece, ostensivamente, como traço de classe: privativa da classe dominante, sofrendo inflexões com o aparecimento da pequena burguesia, bem como do alastramento das relações capitalistas.

Contrapondo um dos princípios da ciência (da Economia Política) – que é o trabalho livre –, predominou no Brasil o trabalho escravo. Há uma disparidade entre a sociedade escravista brasileira e as idéias do liberalismo europeu. *Sumariamente, estava montada uma comédia ideológica, diferente da européia (Schwarz,*

2000:12), um *teatro de vícios*, segundo Araújo (1997) ou ainda um *teatro de sombras*, conforme Carvalho (2003). Em todos esses autores, encontramos argumentos para pensar sobre o fato histórico de que o ritmo de nossa vida ideológica era determinado pela dependência do país, que acompanhava à distância os passos da Europa (Schwarz, 2000:25). Esse mesmo autor vai dizer que aqui *as idéias estão “fora do lugar”*.

Vista sob esse ângulo, a história de nossa cultura é permeada pelo *culto tradicional pelas formas impressionantes*, pelo *exibicionismo*, pela *improvisação* e pela *falta de aplicação seguida*, segundo Cândido (2005:18). É fator característico da voga do positivismo no Brasil, nesse período que compreendeu a análise feita por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, o repouso *satisfeito em dogmas indiscutíveis, levando ao máximo a confiança nas idéias, mesmo quando inaplicáveis* (*Idem*).

Na vida política, a isso correspondem o liberalismo ornamental (que em realidade provém do desejo de negar uma autoridade incômoda) e a ausência de verdadeiro espírito democrático. “A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas”³¹. Os nossos movimentos “aparentemente reformadores” teriam sido, de fato, impostos de cima para baixo pelos grupos dominantes. (Cândido, 2005:18).

Não havia cidadania, nem pátria brasileira quando foi proclamada independência do Brasil, em 1822. O que havia aqui era uma sociedade escravocrata, um Estado absolutista, uma economia monocultora e latifundiária e uma população analfabeta. Até o fim do período colonial, a grande maioria da população ficou excluída dos direitos civis e políticos e sem o sentido de nacionalidade.

A independência se realizou de maneira negociada, ordenada e pacífica, sob o peso da herança colonial, pois manteve a escravidão, trazendo grandes limites aos direitos civis. Isso persiste mesmo com a Constituição de 1924, que embora fosse muito liberal quanto aos direitos políticos, ignorava a escravidão.

³¹ Holanda (2005:160).

Nem senhores nem escravos eram cidadãos. Aos primeiros faltava o sentido de cidadania, a noção de igualdade de todos perante a lei. Aos segundos faltavam os direitos civis básicos, tais como o direito à integridade física, à liberdade e à própria vida, em casos extremos.

(...) Do ponto de vista que aqui nos interessa – a formação do cidadão -, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. A igualdade era afirmada nas leis mas negada na prática(...). (Carvalho, 2003a:53).

O movimento abolicionista indicava o início da cidadania ativa e ganhou força a partir de 1887, tendo um caráter nacional e predominantemente urbano. Tratou-se da luta pela liberdade – direito civil básico.

Com o alastramento das relações capitalistas, surgiu, precocemente, uma camada intermediária entre a classe dos senhores (de escravos e/o de servos) e classe dos escravos e/ou servos, que foi a pequena burguesia. Esta precedeu o aparecimento da burguesia.

O modelo de sociedade pôs exigências de cultura que não havia antes e a camada intermediária será *veículo da transplantação: não apenas é atraída pela ideologia burguesa (...) como pelos valores de uma burguesia externa, uma vez que não existe, praticamente, essa classe, na colônia e no Império (Sodré, 2003:33).*

Segundo este autor, *a classe dominante continua a ser a dos senhores de terras – grandes senhores – que exploram o trabalho de escravos e servos, configurando aqui a contemporaneidade dos regimes escravista e feudal (Idem:39).*

A ideologia que prevalecia na Europa de liberdade do trabalho, de igualdade perante a lei e de universalismo era uma aparência para encobrir a exploração do trabalho. Entre nós, essa ideologia era falsa, porque instituíra abertamente a escravidão. O universalismo aqui transfigurou-se em práticas de favor.

Esquematizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes da população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem

proletários, seu acesso à vida social e seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. (...) O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida, em consequência, por este mesmo mecanismo. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, essa assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, e compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção. (Schwarz, 2000:16-17).

Para Schwarz (2000:17), o favor, ponto a ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais. Segundo ele, na medida em que adotávamos as idéias européias (que, no processo de sua afirmação histórica, postulavam a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc. contra as prerrogativas do *Ancien Regime*), elas poderiam justificar, de forma nominalmente “objetiva” e “racional” o arbítrio que é da natureza do favor. Para completar, *o favorecido engrandece a si e ao seu benfeitor (Idem:18).*

Assim, com método, atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio etc. (Schwarz, 2000:19).

Para manter-se, a sociabilidade do favor que, desde então, se configurou aqui no Brasil, pressupõe: cumplicidade permanente, que só a prática do favor pode assegurar, ou seja, não cabe nenhuma denúncia entre as partes, embora haja, a todo o momento, elementos que permitem fazê-la.

Além disso, os senhores absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as judiciárias:

(...) A justiça privada ou controlada por agentes privados é a negação da justiça. O direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito de manifestação, ficavam todos dependentes do poder do coronel. Seus amigos e aliados eram protegidos, seus inimigos eram perseguidos ou ficavam simplesmente sujeitos aos rigores da lei. Os dependentes dos coronéis não tinham outra alternativa senão colocar-se sobre sua proteção. Várias expressões populares descreviam a situação: “Para os amigos, pão; para os inimigos, pau.” Ou então: “Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei”.

A última expressão é reveladora. A lei, que devia ser a garantia da igualdade de todos, acima do arbítrio do governo e do poder privado, algo a ser valorizado, respeitado e mesmo venerado, tornava-se apenas instrumento de castigo, arma contra os inimigos, algo a ser usado em benefício próprio. Não havia justiça, não havia poder verdadeiramente público, não havia cidadãos civis. Nessas circunstâncias, não poderia haver cidadãos políticos. Mesmo que lhes fosse permitido votar, eles não teriam as condições necessárias para o exercício independente do direito político. (Carvalho, 2003a:57).

Cabe ressaltar que, dada a ortodoxia liberal, o Estado não interferia na área trabalhista e, na área social, sua atuação era limitada. A *República dos coronéis*, como ficou conhecida a Primeira República (1889-1930), não contava com uma participação popular significativa e nem com uma experiência política prévia que preparasse o cidadão para o exercício de obrigações cívicas. Além disso, a inexistência de qualquer freio institucional obviamente favorecia a dominação exercida pelos coronéis, incluindo aspectos paternalistas, que lhe legitimavam, como, por exemplo, a proteção contra a polícia e a assistência em momentos de necessidade, em troca de trabalho e lealdade.

No que tange a legislação sobre o trabalho, a Constituição republicana de 1891 proibia a interferência do Estado, considerando-a uma violação da liberdade do exercício profissional. Também não cabia ao Estado promover assistência social.

A vida urbana em desenvolvimento proporcionou as condições de recrutamento de letrados, funcionários, religiosos e de todos aqueles que detinham conhecimento em escala quase sempre rudimentar.

A atividade intelectual chegou tardiamente à colônia; e foi a via de acesso social para os elementos da camada intermediária, sendo cultivada por ostentação, para exteriorização. Nesse clima, a cultura se desenvolveu, tendo por finalidade não o saber, mas o diploma e permitindo, entre outras coisas, o ingresso na nobreza de

títulos (quando não permitia ingressar nas camadas superiores) e o acesso às funções não manchadas pelo trabalho físico.

Em seu processo, a “classe culta” teria papel destacado, dando expressão política aos interesses da classe dominante senhorial, que comanda os acontecimentos. Numa estrutura social como a existente no Brasil do início do século XIX, a camada intermediária, em que são recrutados os intelectuais, deveria depender da classe dominante, cujos padrões aceita e consagra. Nada a aproxima das classes dominadas, que fornecem o trabalho. O próprio trabalho degrada socialmente e só pode ser entendido como trabalho físico, pertencendo ao escravo e ao servo, particularmente ao primeiro. (...) Se o trabalho degrada, o ócio enobrece e constitui inconfundível traço de classe. Diferente do trabalho físico – nem mesmo tida como trabalho –, a atividade intelectual não era incompatível com os padrões da classe dominante e se apresentava mesmo como destinada a preencher lazeres, quando consumida, e a constituir ornamento, quando exercida. Assim, a atividade do espírito podia ser praticada, sem desdouro, pelos elementos da camada intermediária, que respeitavam os padrões da classe dominante: “Se a profissão ‘classifica’ e as classes a determinam, influenciando sobre a escolha das profissões, não podia atrair e classificar o que se tinha por ocupação de escravos, mas toda a atividade de preferência intelectual que, elevando aos cargos nobres, fosse capaz de suprir a propriedade da terra e os privilégios de nascimento. (Sodré, 2003:44).

A intelectualidade desse período vai buscar prestígio e se satisfazer com o saber aparente, que tem um fim em si mesmo e, por isso, deixa de aplicar-se a um alvo concreto. *Dai valorizarem-se as profissões liberais que, além de permitirem as manifestações de independência individual, prestam-se ao saber de fachada (Cândido, 2005:17).* Por causa da crise das velhas instituições, há um trânsito fácil de membros das classes dominantes para essas profissões, que não implicam necessidade de trabalho direto sobre as coisas e nem lembram a condição servil.

Os intelectuais capazes de cuidar das idéias e promover transformações políticas se encontravam vinculados à classe proprietária, funcionando como intérpretes desta. Oscilando entre as duras exigências práticas dos interesses da classe dominante – de senhores de escravos e de servos – e as deslumbrantes influências européias, da área onde a revolução burguesa já havia subvertido os padrões culturais e forjado novo conteúdo ideológico, a transplantação da cultura metropolitana se fez acompanhar da cultura européia, com o alastramento das relações capitalistas. Ocorre que, a cultura peculiar à classe dominante era uma e a que vinha sendo elaborada pela burguesia ascensional européia era outra. Em outros

termos: as idéias foram transplantadas aqui no Brasil, mas não as condições objetivas. *É no pensamento político que essa dicotomia acentua seus traços, e as rebeliões e conspirações assinalam o contraste (Sodré, 2003:48).*

A pequena burguesia esposou conceitos próprios da revolução burguesa – conceitos estes que haviam permitido à burguesia conseguir o apoio das classes trabalhadoras/ dominadas -, porém hesitou diante das perplexidades da impossibilidade de operacionalizá-los na realidade brasileira. Havia um descompasso entre a formulação política avançada e o atraso do meio, com destaque para as manifestações de rebeldia dos letrados. Rebeldia esta que poderia ser vista como inconformismo diante de nossas debilidades e/ ou como traço de alienação cultural particular a um povo com passado e herança colonial.

A crescente aplicação das letras ao jornalismo político, se fez acompanhar da superioridade do saber jurídico sobre todas as áreas de saber. E tudo isso foi sendo acompanhado, à distância, pelos militares, no século XIX. Daí surgiram os quadros das assembléias e do governo de nosso país.

O aparelho de Estado se desenvolveu também com todas as suas ramificações: milícias, órgãos de justiça, repartições fiscalizadoras e arrecadadoras, forças policiais e militares, hierarquia religiosa. (...) *o poder público absorve o poder privado, cresce desmedidamente e acaba inclusive, por gerar com aquele contradições que refletem o regime de exploração da riqueza e a estrutura social dele decorrente (Sodré, 2003:32).*

Com o triunfo do liberalismo – no contexto de desenvolvimento da revolução burguesa no Ocidente e de expansão de seus efeitos na América, abalando a dominação colonial ibérica e impulsionando o rompimento da dominação e do regime de monopólio comercial – a classe dominante organizou o Estado, criando um aparato privado de hegemonia, para a laicização do Estado.

São significativos os reflexos políticos e culturais das transformações que aqui se processaram. Com o advento da República, segundo o modelo burguês mais avançado, as instituições políticas brasileiras procuraram conciliar o liberalismo com a realidade do poder mantido pelas oligarquias, que detinham o monopólio da terra, o latifúndio. Tratava-se, em outros termos de alterar a realidade, aproximando-a da letra constitucional, para responder às novas necessidades

políticas. De um lado, isso implicaria na destruição ou limitação das oligarquias no poder; de outro, tratava-se de ampliar a participação da burguesia no poder. E para isso, *era preciso dar realidade ao liberalismo constitucional. E a burguesia só poderia operar essa conquista política se conseguisse apoio na pequena burguesia e na classe trabalhadora (do campo e da cidade), mantendo em relação a esta, entretanto, extrema vigilância (Sodré, 2003:66-67).*

Esta é uma época de enorme efervescência política e cultural, onde aparecem elementos importados e internos, definindo, por um lado, os traços persistentes da transplantação e da alienação cultural e as transformações em escala mundial; e por outro, buscando originalidade, autenticidade e reação ao passado colonial.

Cabe recordar que o auge da influência dos anarquistas, que foi um movimento operário que aconteceu nos últimos anos da Primeira Guerra Mundial, quando lideraram uma greve geral que incluía planos de tomada de poder, em 1917.

A partir dos anos 20 do século XX, a sociedade brasileira vai se complexificando (ou se tornando menos simples) e o capitalismo vai se tornando o modo de produção dominante. Com a abolição, a nossa estrutura social, embora atrasada, com traços pré-capitalistas, vai se conformando ao aparecimento de novas classes e camadas sociais, que se apresentam no cenário político do nosso país.

O mercado e o comércio internos fazem surgir e ampliar rapidamente a divisão do trabalho, com atividades diversificadas. Com os primeiros esboços de industrialização, a classe operária, formada por semi-artesãos, por imigrantes do século passado, dá os primeiros sinais de contestação à ordem, colocando em discussão, de modo organizado, o modelo elitista e marginalizador de dominação econômica, política, social e cultural até então existente.

No campo da política, a contestação ao estabelecido, ao dominante, é comandada pelo elemento militar, com episódios que definem o Tenentismo. No campo da cultura, a contestação ao estabelecido, ao dominante, é comandada, naturalmente, pelo elemento intelectual, e mais particularmente pelos artistas, com os escritores à frente, nos episódios que definem o Modernismo. São manifestações características do avanço burguês no Brasil; como todas as manifestações desse avanço, em todos os tempos, contém elementos de conciliação e estímulos a razões populares, apresentando-se com um caráter mais revolucionário do que a realidade exige e permite; é a burguesia buscando apoio, com essas concessões, nas classes inferiores, a pequena burguesia particularmente, onde recruta a vanguarda da renovação,

no campo da política como no da cultura, e, tanto quanto possível, as classes trabalhadoras, particularmente as suas camadas proletárias, que começam a aparecer no palco. (Sodré, 2003:67).

O Tenentismo foi um movimento iniciado em 1922, de caráter militar e corporativo, constituído por jovens oficiais do Exército contra as oligarquias políticas estaduais. O Tenentismo foi um movimento que incluía o assalto ao poder como tática de oposição. Seu aspecto negativo foi o não envolvimento popular, mesmo quando teve intensa participação política.

Porque o Tenentismo, na verdade, almeja precisamente a moralização da República: que as leis sejam cumpridas, que as eleições sejam honestas, que os homens públicos sejam probos, e tudo estará solucionado – homens bons tornam a sociedade boa, não há necessidade de alterar a sociedade, mas apenas os homens. Representação e Justiça é o binômio com que expressam suas aspirações reformadoras. A burguesia vê crescer o prestígio dos jovens militares, bafeja-os com sua proteção, anima-os, ampara-os, estimula as suas ações e acaba por compô-los, politicamente, com organizações partidárias de oposição (...). Na pequena burguesia, eles são cultuados como ídolos. Representam os anseios de mudança política, o repúdio ao estabelecido, ao que correspondia a uma sociedade em que predominavam relações pré-capitalistas. A dedicação deles à rebelião pela reforma política fascina a pequena burguesia e proporciona à burguesia o instrumento que lhe permitirá operar o rompimento com os valores tradicionais, que correspondem a relações antigas, sem rompimento com valores essenciais que lhe permitem o avanço. (Sodré, 2003:68-69)

O Modernismo, nas artes plásticas, principalmente, refletiu aqui, nos primeiros momentos, a mistura dessas influências externas e internas, geradas em condições completamente diferentes. As manifestações artísticas de vanguarda, na Europa, refletiam a angústia de uma sociedade em radical mudança e continham elementos objetivos e subjetivos, correspondentes à decadência da burguesia do Ocidente europeu – elementos estes apresentados, às vezes, como se fossem renovadores. Quando esses elementos chegaram aqui no Brasil, encontraram uma jovem burguesia ascendente, que emergia de uma sociedade secularmente dominada pela classe latifundiária, *descompromissada, pronta a aceitar tudo que rompesse com o passado, menos, naturalmente, o que lhe pusesse em risco a posição de classe (Sodré, 2003:69).*

Outro fato importante na vida do país foi a fundação, em 1922, do Partido Comunista do Brasil. É a primeira vez em nossa história que temos *a criação de um partido político de feita a partir de baixo; e de um partido não só independente do Estado, mas até mesmo antagônico a ele* (Coutinho, 2005:27).

No que tange à cidadania, o movimento operário teve um avanço inegável, sobretudo no que tange aos direitos civis. Lutava-se por direitos básicos, como: organizar-se, manifestar-se, escolher o trabalho, fazer greve. Lutava-se também por uma legislação trabalhista.

Em relação aos direitos políticos, observa-se algo contraditório: os setores operários menos agressivos – chamados “amarelos” – eram mais próximos ao governo e os que mais votavam, numa perspectiva clientelista. Os setores mais radicais – os anarquistas – rejeitavam qualquer relação com o Estado e com a política; rejeitavam os partidos, o Congresso e mesmo a idéia de pátria. Para eles, o Estado, os partidos, as eleições e a própria pátria eram servidores da classe capitalista. Os socialistas, por sua vez, avaliavam que poderiam fazer avançar os interesses da classe trabalhadora através da luta política, da conquista e do exercício dos direitos políticos, mas foram os que tiveram menor êxito. Todas as tentativas de formar partidos socialistas operários no Rio de Janeiro e em São Paulo foram fracassadas. A política das oligarquias não lhes deixava espaço para atuar, porque eram contrárias às eleições livres e à participação política (Carvalho, 2003).

Persistiu, assim, a tradição que buscava melhorias através da aliança com o Estado, através do contato direto com os poderes públicos. Carvalho (2003a:61) caracteriza tal atitude como “estadania” e afirma que, com direitos civis e políticos tão precários, era difícil falar em direitos sociais. *A assistência social estava quase que exclusivamente nas mãos de associações particulares* (Idem).

Segundo Carvalho (2003a:62), *só em 1926, quando a Constituição sofreu sua primeira reforma, é que o governo federal foi autorizado a legislar sobre o trabalho.*

Até 1930, politicamente o povo não estava organizado para a participação na política nacional. Sua participação nos grandes acontecimentos era limitada a pequenos grupos e a grande maioria tinha uma relação de distanciamento, de suspeita ou de reação ao que considerava arbítrio das autoridades.

O modo pelo qual se deu a chamada Revolução de 1930 deixou claro os obstáculos que a classe trabalhadora tinha naquele momento para organizar a sua cultura³². A Revolução de 1930 resultou de uma manobra “pelo alto”, da conciliação de interesses de setores das classes dominantes e da cooptação de lideranças políticas das camadas médias emergentes, expressas no Tenentismo. Este movimento quebrou a maior parte das tendências que vinham se esboçando anteriormente, mas não as minou completamente.

O fato é que, com a Revolução de 1930, ocorreu a aceleração das relações capitalistas e o crescimento numérico da burguesia e do proletariado. E o ritmo do desenvolvimento das relações capitalistas aumentou progressivamente, por força da acumulação.

(...) Veio, finalmente, um tempo em que tudo que os homens tinham encarado como inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico, e podia ser alienado. Este foi o tempo em que as próprias coisas, até então, eram transmitidas, mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; adquiridas, mas jamais compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc. – em que tudo enfim passou ao comércio. Este foi o tempo da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, o tempo em que tudo, moral ou físico, tornando-se valor venal, é levado ao mercado, para ser apreciado no justo valor (Marx, 1963:11-12).

Mas, no Brasil, o Estado, no período pós-1930, lutou para exterminar a autonomia da sociedade civil, seja pela incorporação corporativa dos sindicatos à estrutura do Estado, seja pela instalação de uma ditadura aberta em 1937, que durou até 1945. Fechou partidos e parlamentos, criou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), tentando pôr a cultura diretamente a serviço do Estado totalitário.

O principal destaque que fazemos, nesse período, no que diz respeito à transgressão às normas e valores estabelecidos é a vida-militância de Patrícia Galvão (1910-1962). Pagu, como ficou conhecida, foi uma mulher que esteve à frente de seu tempo e participou ativamente dos principais debates de sua época³³.

³² Segundo Coutinho (2005:20), a “organização da cultura”, em suma, é o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo.

³³ Numa época (1931) em que era incomum encontrar uma mulher escrevendo na imprensa, Pagu lançou, juntamente com Oswald de Andrade, um jornal panfletário – *O Homem do Povo* – onde chamava as mulheres a assumirem uma postura mais ativa e revolucionária na sociedade. Escreveu também o romance proletário *Parque Industrial*, em 1933. E, numa viagem ao redor do mundo, escreveu para os jornais cariocas *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias* e para o jornal paulista *Diário da Noite*. Sob acusação de ser comunista foi

Não apenas defendeu as reformas feministas em discussão no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, como também *propôs que essas conquistas deveriam acontecer juntamente com uma mudança da estrutura social vigente, que relegava à mulher um papel secundário na sociedade* (Dimenstein, Giansanti, 2003:60).

No que tange a história de nossa cultura, podemos evocar certa ordem de interesses e de visão de mundo, recorrendo a três livros que nos permitem uma aproximação ao sopro de radicalismo e análise social que eclodiu após a Revolução de 1930 e, que, apesar de tudo, não ficaram abafados pelo Estado Novo: *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior.

Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala*, nos apresenta o *tratamento da vida sexual do patriarcalismo e fala da importância decisiva atribuída ao escravo na formação do nosso modo de ser mais íntimo* (Cândido, 2005:9). Ainda segundo Cândido (Idem:10), esse livro representa *uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Viana, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940*. Em suma, esse livro trata do liberalismo das classes dominantes, em seu movimento contraditório entre posições conservadoras e certas posições avançadas.

Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, tem o mérito de nos ajudar a compreender certas posições políticas de um momento dominado pela descrença no liberalismo tradicional e pela busca de soluções à direita (com o integralismo) e à esquerda (com o socialismo e o comunismo). Longe de legitimar as estruturas vigentes, *Raízes do Brasil* é, segundo Cândido (2005:24), *uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador e não o confinam ao papel de massa de manobra, como é uso*.

deportada da França para o Brasil em 1934. *Militante do Partido Comunista do Brasil, Pagu conheceu os porões da ditadura do Estado Novo. Em 1935, foi presa, acusada de ter participado da Intentona Comunista.* (Dimenstein; Giansanti, 2003:60). Em 1940, Pagu rompeu com o Partido Comunista do Brasil, criticando os stalinistas por defenderem a teoria do partido único. Depois disso, dedicou-se ao jornalismo, à literatura e à tradução de peças teatrais.

Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior, surgiu em pleno Estado Novo, envolvendo repressão e renovação intelectual e política, porque trazia como forma de captação e ordenação do real o materialismo histórico, desvinculado do compromisso partidário ou prático-imediatista, mas tendo como referência o trabalhador. Também do mesmo autor, podemos mencionar *Evolução política do Brasil* – um livro datado de 1933, que foi a primeira tentativa séria de interpretar nossa história, baseada no marxismo.

A visão do Brasil, apresentada por esses livros, trazia *a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos “patriarcais” e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal* (Cândido, 2005:11).

No campo das idéias, havia um debate sobre a visão do Brasil, entre essa orientação metodológica crítica e outra de tipo naturalista ou (no sentido amplo) positivista – representada por Oliveira Viana e Alberto Torres, que tinham argumentos para justificar uma visão hierárquica e autoritária da sociedade.

Segundo Cândido (2005:12), *no pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada (...) pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições.*

Ao analisar *O significado de “Raízes do Brasil”*, Antônio Cândido destaca que Sérgio Buarque de Holanda analisou as nossas “raízes”, buscando compreender o Brasil e os brasileiros, explorando, de forma dinâmica, entre os conceitos polares, a relação entre norma impessoal e impulso afetivo no modo-de-ser ou na estrutura social e política.

O brasileiro, formado nos quadros da estrutura familiar, *recebeu o peso das “relações de simpatia” e não acha agradáveis as relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo* (Cândido, 2005:17).

A expressão “*homem cordial*”, tomada a Ribeiro Couto, tem fundamento sociológico em *Raízes do Brasil*, segundo Cândido.

O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente o predomínio dos comportamentos de aparência afetiva, inclusive suas manifestações externas,

não necessariamente sinceras nem profundas, que se impõem aos ritualismos da polidez. O “homem cordial” é visceralmente inadequado às relações impessoais que decorrem da posição e da função do indivíduo, e não da sua marca pessoal e familiar, das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários. (Cândido, 2005:17).

A *mentalidade cordial* está então marcada por uma *sociabilidade apenas aparente, que na verdade não se impõe ao indivíduo e não exerce efeito positivo na estruturação de uma ordem coletiva (Idem)*. Como conseqüências disso temos: o individualismo, a relutância em face da lei que o contrarie e a incapacidade para aplicar-se a um objetivo exterior.

A cordialidade, segundo Holanda (2005:146) tornou-se traço constitutivo do caráter do brasileiro, com toda carga de sentidos do meio rural e patriarcal³⁴, definindo padrões de convívio humano que distam de qualquer tipo de ritualismo social, para incorporar, de algum modo, a polidez como organização de defesa do indivíduo ante a sociedade. *Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência (Idem:147)*. Afirma ainda este autor: *Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social (Idem)*.

Nada mais significativo dessa aversão ao ritualismo social, que exige, por vezes, uma personalidade fortemente homogênea e equilibrada em todas as suas partes, do que a dificuldade em que se sentem, geralmente, os brasileiros, de uma reverência prolongada ante um superior. Nosso temperamento admite fórmulas de reverência e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimiam de todo a possibilidade de convívio mais familiar (...). (Holanda, 2005:148).

Esse desejo de estabelecer intimidade, de familiarizar-se com as pessoas e com os objetos, para dar-lhe relevo e torná-los mais acessíveis aos sentidos e próximos do coração se tornou marca registrada do brasileiro, que, entre outras coisas, está pronto a estabelecer acordos (à transigência), sem que isso represente uma moral social poderosa.

Segundo Rocha, o homem cordial

³⁴ *A família patriarcal, fruto da herança ibérica, possuía características que se tornaram fundamentais para a organização da sociedade brasileira. A mais importante consistiu na resistência às leis de natureza universal que definem o Estado moderno - ao menos em tese. (Rocha, 2004:53).*

pode ser visto como resultado de uma formação social marcada pelo predomínio da esfera privada e primado das relações pessoais. Nesse caso, os dois fatores transformam a condução dos interesses (em princípio) públicos numa forma de favorecimento de grupos familiares ou camadas dominantes. Para o homem cordial, cujas raízes vicejam na instabilidade do espaço público, parece inconcebível a moderação do comportamento, controlado por regras impessoais, com base na divisão clara entre esferas pública e privada. Pelo contrário, o homem cordial busca impor à ordem pública a lógica característica da esfera privada, trazendo para a rua os códigos de casa. (Rocha, 2004:36).

O homem cordial, portanto, é o filho dileto da família patriarcal e a etimologia do conceito é muito útil para a presente discussão. (...) a palavra "cordial" deriva de cor, cordis - coração. Dominado por sentimentos, o homem cordial rejeita as premissas mais racionais da vida moderna, já que, ao deixar-se levar por impulsos, vive em função de seus próprios interesses. No reino do homem cordial, prevalece a reveladora máxima, tão bem estudada por Roberto DaMatta em Carnavais, malandros e heróis: "aos amigos tudo; aos inimigos, a lei" - justamente a lei que deveria igualar todos os cidadãos. Na sociedade cordial, princípios universais deixam de ser direitos, transformando-se em potencial punição para todo aquele que não ocupa uma posição hierárquica superior ou que não se encontra incluído nos círculos do poder. (Idem:54).

Como bem analisou Holanda (2005:151), *o ritualismo não nos é necessário.* Em outros termos, o autor defende a idéia de que o brasileiro *é livre para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre em seu caminho, assimilando-os sem maiores dificuldades.* Ou seja, seguindo as ideologias mais rotas da cena mundial, estamos prontos a nos moldar as configurações de cultura que nos ensinaram a considerar, em meio a idas e vindas do arbítrio e do favor.

(...) Em consequência, um latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social. (Schwarz, 2000:25). O resultado é a desqualificação de nosso pensamento, pela impropriedade com que reproduzimos idéias européias:

Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas – as idéias mais adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia – e rancoroso, pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e

distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no Abolicionismo. Submetidas à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem, gravitavam segundo uma regra nova, cujas graças, desgraças, ambigüidades e ilusões eram também singulares. Conhecer o Brasil era saber destes deslocamentos, vividos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade, para os quais, entretanto, não havia nome, pois a utilização imprópria dos nomes era a sua natureza. Largamente sentido como defeito, bem conhecido, mas pouco pensado, este sistema de impropriedades decerto rebaixava o cotidiano da vida ideológica e diminuía as chances da reflexão. (Schwarz, 2000:26).

Segundo Coutinho (2005:10), a questão central da cultura brasileira (a escassez de produtos com densidade nacional-popular) tem origem na ausência de um “*grande mundo*” democrático em nossa sociedade. Para este autor, o fato dos processos de transformação terem se dado pelo alto, pela “*via prussiana*” e pela “*revolução passiva*”³⁵ marcaram a história brasileira, causando dificuldades à participação popular criadora nas várias esferas de nossa sociedade. Resulta desse processo sócio-histórico, no plano da vida cultural brasileira: o predomínio de uma cultura “ornamental”, de timbre aristocrático, personalista e elitista trouxe dificuldades para a construção de uma efetiva consciência crítica nacional-popular.

(...) Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por uma parte delas –, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder. A esse movimento de cooptação dos dominados pelos dominadores Gramsci chama de “revolução passiva”, um processo pelo qual se muda a forma da dominação, mas se mantém a substância. (Sader, 2005:8).

Obviamente, em meio a tudo isso, existiram movimentos políticos de massa, até então desconhecidos em nossa história, tais como Aliança Nacional Libertadora

³⁵ Na tradição marxista, há pelo menos dois conceitos elaborados para apreender processos de transição “não clássica” para o capitalismo, ou seja, processos que não seguiram o paradigma das revoluções inglesas do século XVII ou da Grande Revolução Francesa do século XVIII: refiro-me à noção de “*via prussiana*”, elaborada por Lênin, e à de “*revolução passiva*”, cunhada por Gramsci. Em Lênin, a noção serve sobretudo para definir os processos de transição para o capitalismo no campo, evidenciando o fato de que, nos casos de “*via prussiana*”, conservam-se na nova ordem fundada pelo capital claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como por exemplo, o uso da coerção extra-econômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais; em Gramsci, o conceito é usado para compreender processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a “modernidade” capitalista. (Coutinho, 2005:248-249).

(ANL) e Ação Integralista Brasileira (Coutinho, 2005:28). Efervescência política e de intensa luta ideológica marcaram o período que vai de 1930 a 1945, tendo iniciado com um clima de relativa liberdade, passando por um curto experimento constitucional inaugurado em 1934, por medidas de exceção em 1935, até culminar em 1937 com a implantação do Estado Novo.

Com a instauração do Estado Novo e a imposição ao país de nova Carta Magna (1937), o caráter autoritário, centralizador e antidemocrático do regime tornou-se inequívoco. Suprimiram-se os direitos políticos e aboliu-se o poder Legislativo em todos os níveis, cabendo ao executivo o exercício das suas funções. Os partidos políticos foram dissolvidos, as greves proibidas, a censura aos meios de comunicação tornou-se rotina e estreitaram-se as possibilidades de contestação ao regime, que não hesitou em valer-se da intimidação e da tortura contra seus opositores, bastando lembrar que o número de presos políticos ultrapassou a casa dos dez mil. (Luca, 2003:480).

Segundo Coutinho (2005:29), os débeis embriões da sociedade civil foram sufocados pelo golpe de 1937, quando as classes dominantes se serviram do Estado, de mecanismos de dominação “*de cima para baixo*” (com episódios terroristas e totalitários, inspirados no fascismo internacional), para desenvolverem *um processo de modernização capitalista conservadora, afastando o povo de qualquer decisão*.

O Estado Novo era um regime autoritário, que misturava repressão com paternalismo e buscou organizar padrões e empregados através do corporativismo. Eles eram obrigados a filiar-se a sindicatos controlados pelo governo.

A debilidade da sociedade civil também vai se revelar pelo caráter abertamente “golpista”, autoritário e elitista da atuação das forças políticas renovadoras do período (as forças populares), que, ao invés de apostarem no fortalecimento da sociedade civil, investiram no golpe. O movimento de massas na ANL foi abandonado então. No entanto, esses embriões da sociedade civil, fortalecidos pela situação internacional, apareceram de modo mais explícito em 1945, por ocasião da redemocratização do país, quando, por exemplo, o Partido Comunista do Brasil, tornou-se, legalmente, um partido de massas e revelou

compreender melhor a importância da luta democrática e do fortalecimento da sociedade civil nas lutas pelo socialismo em nosso país³⁶.

O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. (Carvalho, 2003a:110).

A herança populista e os ciclos ditatoriais no Brasil fizeram com que os direitos sociais precedessem os direitos civis e políticos, de modo que o período de 1930 a 1945 foi considerado a era dos direitos sociais. Mas, o que se configura então é a incorporação dos trabalhadores em virtude das leis sociais e não de sua ação política e sindical independente. Santos (1979:75) chamou isso de *cidadania regulada*, considerando o seguinte:

São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a essas profissões, antes que por extensão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei (...). A regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público definem, assim, os três parâmetros no interior dos quais passa a definir-se a cidadania.

³⁶ Segundo Netto (1996b: 45), Astrojildo Pereira, em notável ensaio de meados da década de quarenta, discorreu sobre as tarefas da intelectualidade brasileira para a criação de uma cultura democrática. O fundador do PCB aponta para o nervo da política cultural: ela supõe a erradicação do analfabetismo, o combate à miséria e à exploração, o acesso a meios de comunicação livres de censura, padrões de participação social efetiva, etc. *Ou seja: na definição e implementação de uma política cultural qualquer (e escusa notar que Astrojildo tinha em vistas uma que fosse adequada ao Brasil liberado dos constrangimentos ditatoriais do Estado Novo) comparecem necessariamente problemas que dizem respeito à reprodução social como processo macroscópico e abrangente. É somente com o simultâneo equacionamento destes problemas (alfabetização, escolarização, garantia de alimentação e moradia, direito ao trabalho, assistência médico-hospitalar, participação social etc.) que se podem encaminhar as questões culturais específicas.*

Suas raízes encontram-se no governo de Vargas, que construiu um sistema de proteção social *conservador, meritocrático-particularista*, que privilegiou algumas categorias em detrimento de outras, tendo como critério a posição ocupacional e os rendimentos. Mas, esse sistema excluía categorias importantes de trabalhadores, fazendo com que a política social fosse concebida não como um direito, mas como um privilégio – fato que dividia a classe operária. (...) *os benefícios atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado.* (Carvalho, 2003a:115).

O acréscimo de autoritarismo na legislação sindical (...) acentuou alguns traços negativos. O principal deles foi o peleguismo. A expressão vem da palavra “pelego”, peça de lã de carneiro que se coloca sobre a sela de montaria para torná-la mais confortável para o cavaleiro. O pelego sindical, em geral um operário, embora a expressão possa ser também aplicada aos patrões, era aquele funcionário que procurava beneficiar-se do sistema, bajulando o governo e o empregador e negligenciando a defesa dos interesses da classe. Juntos, o imposto sindical, a estrutura piramidal e a justiça do trabalho construíram um viveiro de pelegos. (...)

Os pelegos eram aliados do governo e dos empregadores, de quem também recebiam favores. Sempre avessos ao conflito, alguns podiam ser bons administradores dos recursos sindicais e com isto tornar o sindicato atraente pelos benefícios que oferecia. Mas, em geral eram figuras detestadas pelos sindicalistas mais aguerridos. Grande parte da luta sindical após a redemocratização de 1945 se deu em torno da tentativa de desalojar os pelegos de suas posições de poder (...). (Carvalho, 2003a:123).

Transitando para o regime constitucional, o segundo governo de Vargas consolidou a sua imagem como *pai dos pobres*, com um populismo, sobretudo urbano, que forjava uma cidadania passiva e receptora entre as massas, trazendo-as para o campo da política, numa posição de dependência perante a ação do governo. Os direitos sociais não eram vistos enquanto tais, *mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade.* (Idem:126).

Segundo Carvalho (2003a:145), *o ambiente internacional era novamente favorável à democracia representativa, e isto se refletiu na Constituição de 1946. A participação do povo na política teve um crescimento significativo, tanto nas eleições, como na ação política em partidos, sindicatos, ligas camponesas e outras associações.*

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais e assegurou direitos civis e políticos tradicionais. Houve liberdade de imprensa e de organização política até 1964.

Escritores, advogados, jornalistas e outros profissionais das camadas médias criaram formas de organização independentes dentro e fora dos partidos. São associações para a defesa de seus interesses e de seus ideais, que ampliaram o campo da organização material da cultura, gerando um fecundo combate de idéias.

Dada à intensificação das lutas sociais, são criadas organizações culturais autônomas, tais como: sindicatos, partidos de massa, jornais de opinião, revistas, editorias, que também se tornaram portadores materiais de cultura e de ideologias.

A atmosfera favorável à democratização da sociedade brasileira sofreu alguns impactos como, por exemplo, o fechamento do PCB em 1947. Mas, a tendência geral de democratização da sociedade brasileira foi se fortalecendo, embora sejam forças pouco enraizadas no que tange a construção de uma hegemonia nacional-popular não-elitista na cultura brasileira.

Segundo Carvalho (2003a:127), *uma das poucas restrições sérias ao exercício da liberdade referia-se ao direito de greve. Greves só eram legais se autorizadas pela justiça do trabalho.* Segundo o autor, várias greves foram feitas *ao arrepio da lei*. Conflitando com a Constituição, essa exigência sobreviveu até 1964, quando foi aprovada a primeira lei de greve, no regime militar.

Os principais enfrentamentos políticos envolviam Guerra Fria³⁷, petróleo e política sindical e trabalhista.

Após a morte de Vargas, Juscelino Kubischek foi eleito e assumiu a presidência da república. *Sem recorrer a medidas de exceção, à censura da imprensa, a qualquer meio legal ou ilegal de restrição da participação, Kubischek desenvolveu vasto programa de industrialização (...).* (Carvalho, 2003a:132). Sob a

³⁷ A guerra fria foi a divisão geopolítica, econômica e militar entre dois grandes blocos: o bloco capitalista, sob a direção dos Estados Unidos, e o bloco comunista, sob a direção da União Soviética e da China. Uma das principais razões para essa divisão foi militar, isto é, a invenção da bomba atômica, que punha fim às guerras convencionais. (...) a guerra fria definiu o alinhamento político e econômico de todos os países à volta dos dois blocos hegemônicos. (Chauí, 2000:222).

cooperação do capital estrangeiro³⁸, esta foi a época áurea do desenvolvimentismo³⁹.

Segundo Netto (1996b: 16), a ditadura brasileira moveu-se no quadro de *uma substantiva alteração na divisão internacional capitalista do trabalho*. Os centros imperialistas, sob a hegemonia norte-americana haviam patrocinado, principalmente ao longo dos anos 60, uma *contra-revolução preventiva em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social)*.

Essa contra-revolução preventiva objetivou adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro econômico capitalista, aprofundando o ritmo da internacionalização do capital. Além disso, visou também imobilizar os protagonistas sócio-políticos que resistiam a essa reinserção subalterna no sistema capitalista e dinamizar tendências que podiam ser mobilizadas contra a revolução e socialismo. Esses objetivos foram realizados com relativo êxito.

Ao final do período, no entanto, já surgiam sinais de dificuldades. Os nacionalistas mais radicais mostravam insatisfação com a abertura ao capital estrangeiro e se opunham aos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A esquerda alegava que o pacto desenvolvimentista beneficiava mais a burguesia que o operariado. (Carvalho, 2003a:134).

O desenvolvimento capitalista refuncionalizava e integrava em sua dinâmica formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas, como o latifúndio, por exemplo. *No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o "atraso", mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados. (Netto, 1996b:18)*

Outro ponto ressaltado por Netto (1996b:18), diz respeito a socialização da política na vida brasileira, que sempre foi um processo inconcluso. Ou seja, houve

³⁸ Segundo Chauí (2000:223), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional fizeram empréstimos aos Estados do Terceiro Mundo, para investir nos serviços sociais e em empresas estatais; e através dos serviços de espionagem e das forças armadas, ofereceram "ajuda" para reprimir revoltas e revoluções. Com isso, estimularam, sobretudo a partir dos anos 1960, a proliferação de ditaduras militares e regimes autoritários no Terceiro Mundo, como foi o caso do Brasil. A razão para isso foi o perigo do socialismo, que se apresentava, naquele momento, como um contraponto para as injustiças e desigualdades do capitalismo.

³⁹ Netto (1996b:20) afirma que *a industrialização restringida passa a ceder lugar, mormente a partir de 1956, à industrialização pesada, implicando um novo padrão de acumulação*.

uma recorrente neutralização e exclusão das forças populares dos processos de decisão política.

E, como conjunção dos processos anteriores, o Estado brasileiro *historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emergência, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos* (Netto, 1996b:19).

Uma série de contratempos políticos - o país se viu à beira de uma guerra civil; os conflitos reduziram-se cada vez mais à oposição esquerda/direita, não deixando espaço para a negociação; o bordão anticomunismo foi usado intensamente e planos para derrubar o presidente, com a simpatia do governo americano - marcaram a realidade do nosso país no início dos anos 60.

Os trabalhadores agrícolas tinham ficado à margem da sociedade organizada, submetidos ao arbítrio dos proprietários, sem o gozo dos direitos civis, políticos e sociais. Agora, eles emergiam da obscuridade e o faziam pela mão do direito de organização e num regime de liberdade política. Daí que seu movimento aparecia como mais ameaçador do que a sindicalização dos anos 30. A ameaça parecia mais real por vir o sindicalismo rural acoplado a um movimento nacional de esquerda que, entre outras mudanças estruturais, reclamava uma reforma agrária. (...) Muitos fazendeiros se organizaram e se prepararam para resistência armada ao que consideravam um perigo de expropriação de suas terras ao estilo soviético ou cubano. Em alguns pontos do país houve conflitos violentos envolvendo fazendeiros e trabalhadores rurais. (Carvalho, 2003a:140).

Quando a mobilização política em torno das *reformas de base*⁴⁰ (da estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional), uma aliança entre os vários segmentos das classes dominantes truncou o processo de democratização⁴¹ já em curso no nosso país e a velha solução “pelo alto” para os problemas decorrentes da nova etapa da acumulação capitalista foi acionada.

⁴⁰ *Acumulando reservas desde o governo constitucional de Vargas, o campo democrático e popular articulava uma importante ação unitária no terreno sindical, politizando-o rapidamente, e colocava em questão - sob a nem sempre inequívoca bandeira das reformas de base - o eixo sobre o qual deslizara até então a história da sociedade brasileira: o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão. (Netto, 1996b:22).*

⁴¹ Segundo Netto (1996b:22), a ampla mobilização de setores democráticos e populares, que encontrava ressonância em várias instâncias do aparelho estatal, não caracterizava um quadro pré-revolucionário. Não fora o golpe, é bastante provável que seus desdobramentos originassem uma situação pré-revolucionária; no entanto, o contexto de precipitação social ocorrente entre 1961 e 1964 não a tipificava.

O golpe militar se deu de forma relativamente precoce, em virtude de uma esquerda que, embora se apresentasse mais fraca do que a de países como Argentina, Uruguai e Chile, começava a apresentar-se como uma ameaça, por causa do papel-chave do país e pelo amadurecimento relativamente rápido de condições consideradas de risco pela estratégia de segurança nacional. Os principais agentes do golpe – o governo norte-americano e a oficialidade das Forças Armadas brasileiras, concentrada então na Escola Superior de Guerra – detiveram-se especialmente no surgimento de um movimento de mobilização e sindicalização rurais nunca antes visto no país, assim como na politização e organização de setores de baixa e média oficialidade das Forças Armadas, movimentos esses que colocavam em risco o monolitismo do que seria “o partido” das classes dominantes durante o período a ditadura militar (Sader, 2003:81).

Nesse processo, vários direitos políticos foram ceifados e alguns direitos sociais se desenvolveram, como instrumento de amenização de conflitos e de compensação pela ausência de direitos políticos e civis.

Além disso,

(...) o regime autocrático burguês procurou sistematicamente consolidar certas características culturais presentes de há muito na formação social brasileira, características essas que podem ser suficientemente sintetizadas na tara elitista que de longe persegue a vida cultural brasileira, pelo cariz de excepcionalidade que nela possuem elaborações que Gramsci (1968) designava como nacional-populares - é uma constante no erguimento da identidade cultural brasileira e está distante de esgotar-se nas problemáticas da transplantação cultural ou, mais sofisticadamente, das idéias fora do lugar (...) (Netto, 1996:49).

Segundo Netto (1996:50), na conformação da estrutura de classes que se afirmou como substantiva no Brasil moderno e na particular dinâmica sócio-ocupacional, o trabalho intelectual assumiu um espaço que sempre remete ao poder de sanção - positivo/gratificante, negativo/excludente - de franjas das classes dominantes, pela via institucional do Estado⁴².

No terreno cultural, o regime autocrático burguês nunca teve condições de promover a plena evicção das oposições: *aí sempre restaram espaços, mais ou menos restritos, para bolsões de oposição e crítica - que entravam em rota de*

⁴² *Dáí o estreito (e hostil) campo para a movimentação e o florescimento das tendências culturais de fundo crítico ou que se direcionam para a perspectiva nacional-popular - umas só a custo escapando do "intimismo à sombra do poder", outras transitando para a aberta marginalização, como o demonstram, no âmbito da literatura, emblematicamente, as trajetórias de Machado de Assis e Lima Barreto. (Netto, 1996:50)*

choque aberto com o Estado todas as vezes que buscavam mediações com organizações políticas democráticas e populares (Netto, 1996:53).

O panorama cultural dos anos 1965-1968 é inteiramente dominado por correntes críticas, democráticas e progressistas, com valorização de matrizes intelectuais extraídas da tradição marxista. Formou-se um caldo cultural anticapitalista. Netto (1996b:77) afirma que isso tem a ver com a conjuntura política internacional - a revolução cubana, a resistência vietnamita à agressão norte-americana e as rebeliões estudantis nas metrópoles capitalistas, por exemplo. O vetor decisivo deve ser buscado nas tensões iminentes da própria sociedade brasileira que proporcionaram uma geração maciçamente anticapitalista, no interior da pequena burguesia.

Como podemos analisar, *a ditadura, em 1964, não interrompeu as linhas de desenvolvimento do processo cultural brasileiro (Netto, 1996b:77).* Ela só fez precipitá-las num quadro em que, pela própria existência do poder ditatorial e de sua condução anti-nacional e anti-popular, as correntes críticas gravitavam.

Netto (1996b:78) afirma ainda que:

com a tradição marxista colocada no index oficial, traduzem-se e editam-se autores dela expressivos (as primeiras versões de Lukács e Gramsci são deste período, assim como de pensadores como Lefebvre, Schaff, Goldmann, Althusser) ou a ela muito conectados (Marcuse, por exemplo) - igualmente, são os anos em que se inicia a publicação da primeira tradução portuguesa de O Capital.

Segundo Netto (1996b:78), há um acentuado processo de desprovincianização cultural e uma atenção maior com o processo histórico-social da América Latina.

Para Schüler e Axt (2005:14), *a produção historiográfica, assim como a música rica em alegorias, era então considerada uma trincheira de resistência ao autoritarismo e ao conservadorismo, associados a isto que chamamos de direita no Brasil.*

No campo das artes e da música são expressivos os avanços do acúmulo crítico que vinha do pré-1964, temperado pelo traumatismo do golpe:

Glauber estreou Terra em Transe em 1967; um ano depois, Vandr  cantava Pra não dizer que não falei das flores, no Festival Internacional da Can o.; em 1968, as alegorias da revolução - qualquer uma que se queira - percorreram nossas ruas e nosso imaginário. Os anos 60 nos lembram das vanguardas, das utopias. E lembram de uma idéia sedutora na nossa cultura: a idéia de resistência. O regime de 1964 forneceu um tom de hero s mo   boa parte do que se fez, na cultura brasileira nas duas décadas seguintes. (Sh ler; Axt, 2005:9).

Podemos destacar ainda a manifestação privilegiada de todo esse processo na música popular brasileira. Netto (1996b:78) afirma que *ela recebe o aporte da alta cultura (Vinícius de Moraes, por exemplo) e de uma geração intelectual moldada pelo clima crítico do pr -1964 (Gilberto Gil, Chico Buarque, Caetano Veloso). Também, segundo Netto, a crítica literária e cultural se renova amplamente (  o momento dos primeiros trabalhos de Merquior, Coutinho e Schwarz). (Idem).*

No entanto, as conex  es entre os segmentos democráticos e progressistas do "mundo da cultura" e as forças sociais e políticas das classes subalternas foram interrompidas pelo golpe de 1964.

A impossibilidade de fazer política, posta pela ditadura, não engendrou somente a politização da cultura - a cultura converteu-se em sucedâneo e substitutivo da política. Para os setores em tela, a participação no evento cultural tinha uma relevância política em si mesma, dado o caráter antiditatorial do panorama cultural. O ato de cultura passou a ser, imediatamente, o ato contra o regime político (Netto, 1996b:1996).

Cabe lembrar que o Brasil, de 1964 e dos anos subseqüentes a 1968, foi palco de um enfrentamento ao regime militar⁴³, que despedaçou a muitos na tortura e na morte e, nos casos mais favoráveis, no exílio.

Ianni (2000:54) afirma que

Em nome da segurança nacional, milhares e milhares de seres humanos (...) passaram a integrar a categoria t trica e fantasmagórica: a dos Desaparecidos... Levados pela força, deixaram de ter presença civil... No que se refere à sociedade, enraizando-se a idéia da desproteção, o obscuro temor de qualquer um, por inocente que fosse, poderia cair naquela infinita ca a às bruxas, apoderando-se de uns o medo aterrador e de outros uma tendência

⁴³ Segundo Jornal O Globo (2005:15), justifica a ação dos militares no poder. Diz a matéria: *No poder, os militares descobriram que teriam de lidar com press  es e problemas para os quais não haviam sido treinados. As solu   es que adotaram incluíram a truculência das cassaq  es políticas, do exílio e da tortura, a farsa das elei   es indiretas e do bipartidarismo e a intolerância da censura.*

consciente ou inconsciente de justificar o horror: "Por algum motivo será", murmurava-se me voz baixa, como querendo assim propiciar aos terríveis e inescrutáveis deuses, olhando como empestados os filhos ou pais do desaparecido... O delírio semântico, encabeçado por qualificações tais como "marxismo-leninismo", "apátridas", "materialistas e ateus", "inimigos dos valores ocidentais e cristãos", tudo era possível, desde gente que favorecia uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam às favelas para ajudar seus moradores. Todos caíam na rede (...). Contam-se por milhares as vítimas que jamais tiveram qualquer vínculo com tais atividades e foram, no entanto, objeto de horrendo suplício, por sua oposição à ditadura militar, por sua participação em lutas sindicais ou estudantis, por tratar-se de reconhecidos intelectuais que questionaram o terrorismo de Estado, ou simplesmente por vínculos familiares, de amizade; ou por estarem na agenda de alguém considerado subversivo.

Netto (1996b:80) afirma que após 1964, um veio irracionalista processualmente se insere na cultura brasileira. *Ela vai se configurando paulatinamente, na escala mesma em que se torna flagrante que a crítica cultural não derrota a ditadura.* Segundo este autor, *quando, em 1968-1969, o regime autocrático burguês dá um golpe sobre o "mundo da cultura", aquele veio apresentar-se-á com todos os seus traços característicos - desenvolver-se-á como a perspectiva (ou melhor: a falta de perspectiva) da contracultura.* (Idem:80-81). Contribui para isso, os constrangimentos político-sociais imediatos a que estavam submetidos os protagonistas do circuito cultural, que ficaram isolados pela ditadura, impedidos de contactar o "mundo do trabalho" e de realizar um metabolismo com um público mais diferenciado.

Exemplarizado e neutralizado o movimento operário e sindical, nos anos 1967-68, o eixo visível da mobilização e da luta antiditatorial faz coincidir a vanguarda contestadora com os segmentos democráticos e progressistas do "mundo da cultura" - seus protagonistas são os mesmos, a pequena burguesia urbana que se desgarrar, estudantes e intelectuais. (Netto, 1996b:82).

A fantasia de ditadura civilizada foi rasgada quando a repressão não conteve a militância política de esquerda. Em 1968, cem mil pessoas foram para as ruas no Centro do Rio de Janeiro. Não eram apenas extremistas os manifestantes. Havia também pessoas pacíficas que queriam manifestar o seu desagrado em relação ao rumo do país. Então, o governo decretou o AI-5 (Ato Institucional número 5),

intensificando a repressão, fechando o Congresso e iniciando uma onda de cassações, prisões, perseguições.

Nesta operação, o regime joga em duas frentes: na liquidação dos atores da contestação armada e na liquidação do bloco cultural que, de uma maneira qualquer, os inspirava. Já não se trata de conter a produção cultural no seu circuito: trata-se de abortá-la com a destruição deste circuito. A crônica de 1969-1970 não deixa dúvidas quanto a isso: editoras são levadas ao fim, desestruturam-se grupos de teatro, artistas e intelectuais são conduzidos aos porões da ditadura e ao exílio - e, recorde-se, o processo é o mesmo que desembocou no "saneamento" das Universidades. Se o "mundo da cultura" constituiu-se o santuário da oposição e da resistência democráticas, o regime entende, corretamente, que cabe dismantelá-lo - conduzi-lo à imobilidade ou obrigá-lo a aceitar o confronto no terreno da força. Inicia-se, e fato, um período novo na vida cultural brasileira, que vai prolongar-se aproximadamente até 1974-1975 e cuja face primeira e mais aparente foi caracterizada, ao que sabemos, por Alceu Amoroso Lima, com a denominação de vazio cultural. (Netto, 1996b:83).

Netto (1996:83) avalia que o vazio é simétrico ao "milagre" que o "modelo econômico" opera. Não é apenas o silêncio compulsório dos segmentos democráticos e progressistas no "mundo da cultura", mas é o momento em que as correntes irracionalistas existentes na cultura brasileira adquirem maior ponderação, juntamente com o esforço iniciado pela autocracia burguesa para redirecionar amplamente o desenvolvimento cultural do país. Acrescente-se a isso o terrorismo estatal vigente entre 1968 e 1972.

A década de 70, no Brasil, também foi marcada por momentos de muita tensão na história política e, simultaneamente, por transformações culturais e sociais de grande importância. Sob o impacto da modernização conservadora, houve uma acelerada mudança de valores, transformando radicalmente o perfil da sociedade brasileira, que até então estava referenciado pelo nacionalismo. A derrota sofrida pelo conjunto de forças que lhe dava sustentação política vai influenciar o conjunto das interpretações vigentes sobre a sociedade brasileira e sobre seu lugar no mundo. Mas a elaboração e a aceitação desse novo modo de pensar o país não foi nem tranquilo, nem imediato, mas alvo de muita controvérsia, segundo Lahuerta (2001:1). Segundo este autor, o ambiente intelectual viveu, *pelo menos até o início de 1976, sob uma situação de restrição quase absoluta*, dada à repressão vigente no

país entre 1969 e 1975, que fechou jornais e revistas, aumentou a vigilância sobre a Universidade, censurou espetáculos e peças teatrais, cassou professores e funcionários públicos, prendeu e perseguiu políticos, sindicalistas e estudantes. Mesmo limitadas pela repressão, algumas experiências culturais se desenvolveram, questionando, indireta e metaforicamente, a essência do regime. *Se ao golpe no "mundo da cultura" é inerente uma espécie de operação borracha - vale dizer: o exílio da memória da hegemonia cultural imediatamente anterior - é-o igualmente a face "construtiva" da política cultural da ditadura. (Idem: 84).*

No que diz respeito às condições institucionais para implementação desta política, a partir de 1975, o Estado autocrático burguês construiu um aparato burocrático-administrativo de complexidade e atribuições sem precedentes para assegurar a intervenção estatal.

As críticas ao regime, as denúncias de torturas, as passeatas estudantis, o humor dos caricaturistas, as peças de teatro, os homens com passado de militância política – tudo era temido pelo regime militar – razão pela qual se insistia em atestar corriqueiramente os antecedentes políticos destes protagonistas. Todo cidadão tinha que apresentar seu histórico junto aos dossiês policiais e isso se tornou uma importante arma contra a resistência ao regime militar. O passado contava muito, até mesmo a posse de um único livro era algo perigoso. Segundo Carneiro (2002:165), *regredimos aos tempos medievais*.

O novo regime ditatorial (posterior ao AI-5) desarticulou os movimentos de autonomia e de organização da cultura da sociedade civil. Repressão e censura foram os dois principais recursos utilizados para quebrar a autonomia da sociedade civil e dos intelectuais que defendiam uma orientação nacional-popular.

Carneiro (2002:163) afirma que, entre 1964 e 1978, as obras dos intelectuais de esquerda eram tidas como provas do crime de subversão. Segundo a autora, *os títulos ilustrativos sobre o comunismo e o cotidiano na Rússia continuavam proibidos, assim como aqueles que versavam sobre a Revolução Francesa (Idem)*. Esta preocupação com a bibliografia marxista residia no fato de que, uma revolução cultural paralela a uma revolução armada, era temida pelas autoridades.

Nesse período, a intelectualidade e o profissional de imprensa eram tidos como cidadãos perigosos e, se comunistas, *“desde há muito, tanto mais temíveis”*.

Os homens de vasta cultura incomodavam e eram temidos. Também professores e estudantes de Ciências Humanas e Ciências Políticas.

O investimento feito nas Ciências Humanas, com a criação de Universidades e Cursos de Pós-Graduação, juntamente com o crescimento da indústria cultural e do público universitário compôs *um cenário contraditório que torna possível uma certa sagração da figura do “intelectual de oposição”* (Lahuerta, 2001:2). Nesse contexto, surge um *partido da inteligência* que, segundo o autor, expressa o estado em que *os especialistas saem de seus afazeres e são impelidos a se defrontarem com problemas políticos e/ ou gerais*.

De acordo com Lahuerta, todos esses elementos *contribuem para manter a intelectualidade no campo da cultura heróica que havia marcado a América Latina, desde o final dos anos 50*, e forçaram-na um processo de renovação de seus pressupostos. Paulatinamente, inúmeros elementos da cultura política nacional popular foram desmontados, mas suas marcas persistiram por muito tempo.

O nacionalismo, a parolagem marxista e a convicção de que aos intelectuais cabe situar-se diante da sociedade no mesmo nível que o Estado, até por força da vigência do regime autoritário e das restrições à liberdade, vão perdurar até a década de 80; inclusive em virtude do fato de a luta pelas liberdades democráticas se confundir, em vários momentos, com concepções e bandeiras expressivas dessa cultura política, dando-lhes sobrevida, impedindo sua reavaliação crítica e dificultando bastante uma compreensão mais circunstanciada tanto da especificidade do desenvolvimento capitalista sob a ditadura quanto da própria questão da democracia. A predominância do economicismo no marxismo, somada à tradição funcional e dualista do pensamento social brasileiro, deixaria pouco espaço para o desenvolvimento de uma reflexão propriamente política. (Lahuerta, 2001:2).

Apesar da *política cultural da ditadura*, muitos intelectuais resistiram passiva ou ativamente às medidas repressivas do regime. Contribuiu para isso, o processo de modernização do país, que promoveu um intenso desenvolvimento das forças produtivas, colocando-as a serviço das multinacionais, apesar de conservar traços de atraso no campo. O regime ditatorial impulsionou fatores objetivos que levaram à diferenciação social e à construção de uma autêntica sociedade civil, envolvendo organização de operários, mulheres, jovens, setores médios, intelectuais e mesmo setores da classe dominante (Coutinho, 2005:34). Essa atuação efetiva da

sociedade civil trouxe para a história de nossa cultura potencialidades democráticas que o regime militar fez de tudo para sufocar.

O regime de ditadura militar articulou as condições políticas necessárias para a transição do capitalismo brasileiro para o capitalismo monopolista de Estado. Coincidentemente, o período de maior repressão era também o de maior crescimento econômico. Mas, o sentido do "milagre" econômico foi se revelando de maneira muito desigual entre os vários setores da população. Houve crescimento econômico; urbanização, que para muita gente significou progresso, acesso aos confortos da tecnologia; mudança na estrutura de emprego e nos tipos de emprego, causando a impressão de melhoria nas condições de vida.

O comportamento do homem contemporâneo (envolvendo gostos, idéias, preferências, motivações, interesses, hábitos, valores e atitudes) pareceu cada vez mais *coisificado* pelos meios de comunicação de massa (pela imprensa, pelo rádio, pela televisão e pelo cinema), cujos principais traços característicos são: a homogeneidade, a baixa qualidade e a padronização.

Uma das características desse *Admirável Mundo Novo* foi a crescente massificação da cultura, com ampliação dos meios de comunicação de massa, de caráter a-nacional, que promoveram a internacionalização de produtos culturais.

O problema da massificação da cultura é quando ela não mantém uma constante relação com as formas de expressão popular, não as preservando nem as estimulando, fazendo vigorar uma mentalidade de simples importação de cultura. Com isso, as culturas nacionais tendem a desaparecer ou a se debilitar.

a medida em que se amplia a área de atividade artística e que suas criações se tornam mercadoria, muda o quadro e, inclusive, a escala dos valores. Antes, quando não havia público ou, nele, reduzido que era, preponderava o julgamento dos oficiais do mesmo ofício, dos confrades, a consagração, pelo menos a curto prazo, ficava na dependência dos especialistas – eram os escritores que julgavam os escritores, por exemplo – e isso conferia uma nota provinciana ao meio, assemelhava-o ao arraial interiorano, permitindo a influência das igrejinhas; só estas podiam consagrar. O aparecimento e o crescimento do público, que passa a ser árbitro do sucesso, transfere esse poder de consagração àqueles que estão fora da atividade artística e não sofrem as suas injunções e competições. Na medida em que as criações artísticas se transformam em mercadoria e que, portanto, há consumidores para ela, são estes os juizes de seu valor. Com o desenvolvimento desse mercado, surge a possibilidade de forjar falsos valores, à base da

publicidade, aquilo que a chamada “cultura de massa” pode impingir. Assim, em seu desenvolvimento dialético, o positivo se torna negativo, o avanço se transforma em recuo.

O desenvolvimento das relações capitalistas, desse modo, gera estímulos, de um lado, e particularmente de início, mas depois apresenta deformações e cria servidões, no domínio da cultura. (Sodré, 2003:83-84).

Esse domínio dos organismos de difusão cultural foi sendo revertido, na medida em que a resistência democrática foi transgredindo os instrumentos de repressão e censura. Isso foi dando passagem relativa ao pluralismo e abertura às exigências da sociedade civil. Paralelamente, o culto de um marxismo difuso e um certo *ethos* de esquerda alimentaram o ideal de militância entre a juventude universitária, ainda que a sociedade, de uma maneira geral, estivesse preocupada com o acesso aos bens de consumo.

A vitória do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) nas eleições de 1974 foi o episódio que permitiu não só a guinada teórico-conceitual, mas também o reforço dos vínculos entre os intelectuais e o partido, configurando um espaço para a participação dos “intelectuais enquanto massa”. Uma forma de fazer política diferente da tradicional faria com que advogados, cientistas, filósofos, dramaturgos, artistas plásticos, atores, economistas e estudantes saíssem de suas especialidades e se engajassem na luta de resistência democrática, compondo um “partido informal”.

A estratégia do grupo de intelectuais em questão foi, justamente, a de levar em conta o papel que as novas camadas sociais produzidas pela modernização autoritária passariam a jogar, no sentido da democratização do país. Percebiam, portanto, que a aceleração do processo de acumulação ainda que comandada por um regime autoritário, estava alterando radicalmente o perfil demográfico e cultural do país, contribuindo para a emergência de uma nova estrutura social e de novos personagens que, de modo crescente, passariam a reivindicar direitos numa escala jamais vista no país (Lahuerta, 2001:7).

Werneck Vianna (1989) caracteriza o fenômeno de concentração nos aspectos institucionais, de valorização da cidadania e ênfase nos novos sujeitos sociais e nas questões do cotidiano – fenômeno que se amplia ao longo dos anos 80 – como uma *revolução dos interesses*.

Vianna (1994:383) sintetiza a situação da seguinte forma:

De um lado, uma “intelligentzia” que se apresenta socialmente como defensora das liberdades civis e públicas; de outro, o institucional-builder que agencia recursos para suas linhas de pesquisa e estabelece redes com o governo, fundações estrangeiras e, eventualmente, com entidades da “sociedade civil”.

Para Carneiro (2002:167), embora o *Estado republicano tenha sido um censor por excelência, responsável pela mutilação da cultura nacional interferindo, negativamente, na construção do conceito de cidadania (...) os intelectuais brasileiros conseguiram (...) contribuir para a mudança da sociedade, superando o conformismo.*

Em especial, observa-se no final dos anos 70, uma conotação política quanto às diferenças teóricas e conceituais entre os intelectuais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (Universidade de São Paulo). Esses intelectuais tomaram como objeto de estudo: a ampliação dos movimentos sociais, a relação com o MDB, o surgimento de um novo movimento operário no ABC, a participação em eleições e a capacidade de tomar iniciativas por parte do regime militar.

Importante ressaltar que, embora houvesse diferentes concepções, a intelectualidade se manteve bastante unida, pelo menos aparentemente, canalizando para o MDB o melhor de seu ímpeto participativo até o processo de reestruturação partidária, que vai acontecer em 1979. Segundo Silva (2004:47), *ao mesmo tempo em que se ampliavam as lutas populares, as elites patrocinavam uma abertura política “lenta e gradual”. Tratava-se, pois, mais uma vez, de controlar os avanços populares, permitindo, lentamente, reformas na ditadura instituída.*

Nesse contexto, destaca-se no cenário cultural o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), com a produção intelectual de Francisco Weffort, Florestan Fernandes (que nos anos 70 viveu numa espécie de auto-exílio), Francisco de Oliveira, José Álvaro Moisés e Marilena Chauí. Com diferentes nuances, essas leituras concordavam nos seguintes aspectos: no estabelecimento de uma relação entre o intervencionismo estatal, o autoritarismo e o elitismo; na recusa do regime militar e do Estado autoritário que o sustenta; no questionamento de toda a história política posterior a 1930, devido a sua subordinação à lógica estadista e a manipulação da política populista.

Quanto a inspiração de esquerda, que envolve matizes os mais diferenciados - da impoção social-democrata a requisiões de corte socialista revolucionário, cobrindo proposiões utópico-românticas e mesmo anarcóides -, ela exige alguma atenção crítica. Na sua diversidade, aparecem as incidências de fenômenos cuja importância intrínseca é inegável: a diferenciação e a complexificação da estrutura social brasileira, resultantes dos processos econômico-sociais acentuados ou deflagrados sob o ciclo autocrático; a realidade do mercado nacional de bens simbólicos; os novos papéis sociopolíticos assumidos pelos quadros intelectuais universitários, no contexto da transição democrática e na vinculação aos movimentos políticos e sociais que se contemplam como o saldo da autocracia e os influxos ideoculturais que sopram dos países capitalistas avançados. Na sua configuração global, este pensamento de oposição e de esquerda demanda uma análise que, ao que sabemos, ainda está por fazer-se. (Netto, 1996b:104).

Para Netto (1996b:105), um novo irracionalismo faz parte do legado da ditadura. Ele se vincula expressamente a posições de esquerda (com a pretensão explícita de uma intencionalidade revolucionária) e que se inspira não só nos ideólogos que nos chegaram ao tempo do vazio cultural, mas em influências ulteriores (como Deleuze, Lyotard e outros). Nesse pensamento, os parâmetros de racionalidade são assimilados a componentes do poder burguês e desqualificados como vetores de libertação. Esta parcela do novo pensamento social de oposição de esquerda, mas não apenas ela, tem como alvo principal da sua crítica a tradição marxista emergente no pré-1964.

(...) o fundo golpe que a autocracia burguesa desferiu sobre o que podemos chamar de cultura de esquerda (parte constitutiva da cultura brasileira) - que, naturalmente, não se reduz a inspiração marxista, mas que tem nesta seu componente axial - não se esgota no fato de ter interrompido brutalmente um acúmulo crítico que, nos anos sessenta, começava a configurar uma tradição marxista no Brasil, que avançava naquela década diferenciando-se, desbordando as fronteiras do movimento comunista organizado e lançando raízes na cultura brasileira. Só isso já assinaria um dano incalculável para o desenvolvimento dos vetores democráticos e progressistas no "mundo da cultura" e fora dele. A autocracia burguesa foi mais adiante: no seu legado, deixou componentes macroscópicos e específicos que conspiram vigorosamente contra a possibilidade de resgatar criticamente o patrimônio arduamente acumulado em mais de meio século de lutas sociais e confrontos ideológicos. Entretanto, a mesma autocracia gestou necessidades e possibilidades objetivas - econômicas, sociopolíticas e culturais - que situam como concreta a alternativa de recuperar os ganhos do passado e construir, sobre o patamar da contemporaneidade, a tradição marxista brasileira que ela quis conjurar. (Netto, 1996b:112).

O relativo consenso entre setores médios da sociedade, serviu de legitimação parcial do regime, durante o chamado “milagre brasileiro”. Mas, com a crise deste “modelo”, a sociedade civil se reativou e se reorganizou e em meados dos anos 70, *a ditadura foi obrigada a respeitar em certa medida os espaços conquistados pelas forças democráticas na sociedade civil, a conviver com a presença de algo que escapava ao seu controle* (Coutinho, 2005:35). Isso se deu porque, devido às instabilidades, dificuldades e crises vividos àquela época, o regime não foi capaz de criar movimentos de massa capazes de organizar o consenso na sociedade civil e se viu tendo que *fazer política*, abandonando a repressão, para lutar pelo monopólio da decisão.

(...) Os anos do "milagre" estavam contados e eram necessárias novas estratégias para enfrentar os tempos difíceis que se anunciavam. Nessa conjuntura, seria melhor para o governo e para os militares promover a redemocratização enquanto ainda houvesse prosperidade econômica do que aguardar para fazê-lo em época de crise, quando os custos da manutenção do controle dos acontecimentos seriam muito mais altos. (Carvalho, 2003a:174).

A crise da ditadura alongou-se por mais de uma década, segundo Netto (1996b:44), e configurou um processo de transição para uma situação política democrática, já nos primeiros anos da década de 1980. Esta foi se aprofundando, porém com um aparato estatal inteiramente direcionado para um sentido incompatível com a sua manutenção, ampliação e consolidação. *O impasse de fundo aí contido - uma clara defasagem entre o Estado e o regime político - seguramente não pode perdurar por muito tempo.* (Netto, 1996:44).

A organização da transição entre ditadura e regime democrático-representativo se dá num contexto de frustração dos brasileiros que, sob o lema *Muda Brasil*, esperavam a superação de mais de 20 anos de autoritarismo militar. A frustração tem a ver com a estagnação do crescimento econômico, a partir de 1980/82, quando a maioria dos países da América Latina é levada a rever suas políticas econômicas e sociais, acentuando a dependência em relação ao endividamento externo e iniciando um longo período de inadimplência. Essa década, considerada *década perdida*, coloca um limite ao modelo econômico

baseado na substituição das importações, esgotando o grande tripé nacional-desenvolvimentista latino-americano – intervenção estatal, capitais nacionais e endividamento externo.

As pressões das novas formas de representação vão gerar campanhas variadas pela petição de direitos e em favor da incorporação de medidas institucionais que atendam aos trabalhadores, às minorias raciais e sexuais, à mulher, à criança e ao adolescente, ao meio ambiente. Essa reivindicação de direitos é encaminhada ao Congresso Nacional, transformado em Assembléia, em 1º de fevereiro de 1987, dando início às atividades dos constituintes, com 30 mil assinaturas da sociedade civil.

Para a maioria dos setores sociais concentrados nos novos partidos e nas organizações da sociedade civil, a democracia era vista como a participação do indivíduo na vida pública ou no exercício ampliado da cidadania e não como no receituário liberal clássico, como direitos e deveres políticos de cada indivíduo. Cidadania agora engloba direitos sociais e é produto de uma relação de poder, de pressões e contrapressões entre os indivíduos e o Estado, produzindo imagens simbólicas dinâmicas dos grupos sociais e de seus projetos. *A chamada “sociedade civil organizada”, as associações profissionais, de bairro, de consumidores, os sindicatos assumem o papel de interlocutores legítimos como o Estado (e mesmo os partidos) (Silva, 2000:390-391).*

Por outro lado, a Constituição foi alvo de ataques antes mesmo de sua implementação. Havia setores da sociedade desejosos de que a redemocratização viesse a implantar uma ordem liberal, longe do estatismo autoritário da ditadura e das noções de Estado do Bem-Estar Social, encampadas pelas pressões populares. É bom lembrarmos que o mal-estar social explode em movimentos grevistas e o governo os trata como um ato criminoso⁴⁴.

⁴⁴ Dois camponeses e 22 feridos gravemente na greve dos bóias-frias na cidade do Leme, interior de São Paulo resultam do ataque da Polícia Militar; 70 assassinatos por ano de líderes sindicais, quase todos praticados por *jagunços* pagos por fazendeiros (amplamente representados no Congresso Nacional através da União Democrática Ruralista), como forma de resistência ao plano de assentamento de 1.500.000 famílias pelo então Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (que resulta no assentamento de apenas 70.000 famílias); Chico Mendes é uma das vítimas da violência no campo, em dezembro de 1988, por pecuaristas que, presos e condenados, fogem facilmente da prisão; vários operários ficaram feridos na invasão da usina de Itaipu, em resistência ao exército, revidando com ataque de baionetas. Os sinais de impopularidade do presidente e do governo do PMDB ficam claros numa visita ao Paço Imperial, onde *o presidente é cercado por populares e seu ônibus é arrastado por uma multidão, instalando um clima geral de crise da própria*

Com tantas contradições, os direitos sociais e um certo caráter nacionalista foram incorporados a Constituição, representando o ápice das conquistas políticas do movimento popular, o que, obviamente, esgotava a capacidade de pressão dos partidos de esquerda e das organizações da sociedade civil, que somava a mobilização popular desde a campanha das *Diretas Já* ao esforço de participação nos trabalhos da constituinte.

Para Carvalho (2003:199), *a constituinte de 1988 redigiu e aprovou constituição mais liberal e democrática que o país já teve, merecendo por isso o nome de Constituição Cidadã*. O saldo posterior a esse processo pode ser retratado, segundo o autor, na amplitude dos direitos políticos, mas isso não sanou o déficit em relação aos problemas econômicos mais sérios, como a desigualdade e o desemprego e o agravamento da situação dos direitos civis, no que tange a segurança individual. Pra completar, *as rápidas transformações da economia internacional contribuíram para pôr em xeque a própria noção de direitos que nos guiou desde a independência (Idem)*.

Carvalho (2003:200) afirma que a redação da Constituição foi feita com *amplas consultas a especialistas e setores organizados da sociedade*. O produto foi *um longo e minucioso documento em que a garantia dos direitos do cidadão era preocupação central*.

A partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, um clima de refluxo passou a tomar conta do dinamismo dos movimentos sociais. Muitos aspectos ajudam-nos a explicar esse refluxo: o desaparecimento do inimigo comum, representado pelo autoritarismo que marcou a ditadura, a crise econômica que passou a direcionar as lutas pela sobrevivência e o clima de cooptação estabelecido pela democracia.

Aquela conjuntura trazia, para o cenário nacional, marcas de um crescente empobrecimento da população, com a queda acentuada dos salários, alterações

dignidade presidencial (Silva, 2000, p.396). Dias depois, a população do Estado do Rio de Janeiro se rebela contra os aumentos das tarifas de ônibus. *Mais de 100 veículos são queimados em 12 horas de rebelião; lojas e órgãos públicos são saqueados, a polícia impotente se retira das ruas e o povo canta uma canção de Chico Buarque de Holanda, Apesar de Você! (Idem)*. A violência não pára por aí: Sarney usou as *Forças Armadas como instrumento de política trabalhista*. São abatidos com golpes de baionetas e tiros três jovens operários e outros tantos são gravemente feridos, em uma greve de 18 mil operários da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, onde o governo ordenou a invasão.

substantivas da vida brasileira – como forma de burlar a lei (ou seja, as novas obrigações trabalhistas decorrentes da Constituição de 1988) – surgem centenas de empresas fornecedoras de trabalho terceirizado, com vínculos provisórios e descumprindo direitos trabalhistas.

A implantação do neoliberalismo no Estado brasileiro, deu-se pela necessidade de reestruturação do capital, principalmente do capital dos países hegemônicos, como forma de controlar as economias periféricas. Em virtude da crise econômica mundial, da dependência em relação ao capital estrangeiro (das dívidas contraídas com o Banco Central e com o FMI), o Brasil se comprometeu com os postulados e propostas para as economias periféricas, que foram discutidas pelo FMI, Banco Mundial, governo norte-americano, economistas e políticos latino-americanos e caribenhos de orientação neoliberal no Consenso de Washington, em 1989. Tais propostas visam o ajuste fiscal, a redução do tamanho do Estado, as privatizações, a abertura comercial, o fim das restrições ao capital externo, a abertura financeira, a desregulamentação, a reestruturação do sistema previdenciário, o investimento em infra-estrutura básica e fiscalização dos gastos públicos.

Com todas essas alterações nas funções do Estado, há uma desresponsabilização do Estado para com a sociedade, refletida na diminuição dos recursos destinados às políticas sociais e nas transferências para a esfera da sociedade civil (das organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil). As políticas sociais passam a ser focalizadas, o que vai contra o princípio da universalização dos direitos e se reverte na redução da quantidade, qualidade e variedade dos serviços prestados, pois os atendimentos passam a ser orientados por necessidades pontuais e setorializadas. Para os que têm condições de pagar, há serviços de assistência, previdência e saúde na esfera privada. Para quem não tem condições, resta o atendimento precário disponível no Estado.

Quanto à questão social, temos muitos discursos, mas poucos resultados práticos. Ela permanece impregnada de privatismos, ao sabor das conjunturas, distanciada da cidadania e entregue ou ao mercado ou à sociedade civil, com expectativas incompatíveis com os rumos até então tomados pelo Estado. Este deixa de ser uma referência, um recurso para a construção ético-política de um projeto

público nacional, para ficar à mercê de valores e ideários pautados pela lógica mercantil transnacionalizada, onde vigora a natureza errática e “fisiológica” dos partidos e da classe política como um todo, incentivando projetos de poder e não projetos de sociedade.

Houve, nos últimos tempos, uma verdadeira corrosão não apenas das relações sociais, mas também da legitimidade política dos partidos, dos parlamentos, dos governos e das representações políticas, bem como das ideologias. Agregados de interesses personalistas e corporativos, os espaços de discussão política e ideológica estimulam a baixa participação e a apatia.

Os novos elementos introduzidos pela dinâmica do capital formaram um *caldo de cultura para a adesão às novas regras* (Behring, 2003, p.35), entre os quais destacamos: a automatização da produção (que quebra ainda mais o saber/poder do trabalhador na operação das máquinas); a pressão patronal pelo sindicalismo por empresa (sindicalismo de envolvimento); a pressão do desemprego; a reestruturação do mercado de trabalho e a *heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora* (Antunes, 1997); o aprofundamento do desemprego estrutural; a rápida destruição e reconstrução de habilidades, a perda salarial, o retrocesso da luta sindical, com queda dos índices de sindicalização e dificuldade de organizar politicamente o *subproletariado moderno*; e tendências neocorporativas e individualistas (Behring, 2003:36-37). *Esses processos apontam para obstáculos na constituição de uma consciência de classe para si, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva* (Idem:37). Entre os obstáculos apontados, a autora chama atenção para a *fratura de identidades promovida pela condição de precariedade*.

Segundo Behring (2003:40), a derrota dos trabalhadores está *fundada na insegurança*:

(...) a insegurança se manifesta em algumas formas: insegurança no mercado de trabalho, com a não-prioridade ao pleno emprego como objetivo do governo, a destruição de empregos em plena expansão econômica, sobretudo no setor industrial, e a ampliação da desigualdade entre os desempregados em função da redução dos benefícios sociais; insegurança no emprego, que implica a redução da estabilidade e subcontratação (formas atípicas ou contingenciais de emprego, diga-se

precárias); insegurança na renda, por meio da flexibilização dos salários, da diluição da relação entre salário e produtividade, da queda nos gastos sociais e fiscais das empresas, da deterioração da distribuição de renda, e, por fim, do crescimento da pobreza; insegurança na contratação do trabalho pela expansão do dualismo no mercado de trabalho e pelo risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho; e, por fim, insegurança na representação do trabalho, com redução dos níveis de sindicalização.

Num *mix* de heteronomia e conservadorismo político, o Brasil abriu as portas para o neoliberalismo, refreando historicamente a incorporação econômica, política e cultural dos trabalhadores, da massa da população.

Segundo a autora, o conservadorismo político é uma constante, porém, com novas fontes de legitimidade, tais como:

o clientelismo moderno, ou neocorporativismo, a modernização do voluntariado para o solidarismo que acompanha a ofensiva ideológica burguesa no Brasil, e a superutilização dos meios midiáticos para a difusão dos axiomas fundamentais da “nova modernidade” (Behring, 2003:21).

A contra-reforma do Estado implicou o abandono das possibilidades de ruptura com a heteronomia e de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população nos anos 1990.

Para Antunes (2004), trata-se da *desertificação social e política neoliberal*. Este autor sugere um estudo comparativo do que há de continuidade e descontinuidade entre a ação repressiva na época da ditadura e recentemente promovida por governo neoliberal no Brasil:

Poder-se-ia começar traçando as similitudes entre as lembranças de como a ditadura militar com sua Lei de Segurança Nacional (LSN) tratou o então vigoroso movimento grevista do ABC Paulista, entre 1978 e 1980, e compará-las com a “modernização” da LSN e a satanização em curso pela “inteligência” do poder ante a pujança do MST. E continuar lembrando da reação ditatorial ante o ressurgimento do movimento estudantil em meados dos anos de 1970 e compará-la com a ação repressiva dos governos tucanos em relação aos professores e aos funcionários públicos. Ou ainda recordar a censura explícita dos anos de 1960 e a “sutil” solicitação de abrandamento/ exclusão do noticiário das TVs, quando da brutal repressão aos índios, aos negros, aos trabalhadores rurais, aos estudantes, aos que resistiram e recompuseram o real significado dos 500

anos de dominação de exclusão, na ocasião da comemoração elitista e eurocêntrica do 22 de Abril. (Antunes, 2004:42).

É bem verdade que, em períodos assim, rebeldia, lutas e ações emergem das forças sociais do trabalho e das vítimas desse sistema destrutivo e excludente.

Podemos citar aqui *o primeiro ato das oposições em Brasília contra FHC e o FMI que chegou perto da casa dos 100 mil. As ações do MST, lutando pela dignidade humana e pela busca de uma vida dotada de algum sentido, seguem-se em tantas partes do país (Antunes, 2004:47).*

Também a greve dos metalúrgicos contra demissões e por salários nacionalmente equânimes são mostras de que movimentos transgressivos ao instituído estão vivos, mesmo quando, em momentos nefastos de nossa história, o sindicalismo aturdido entra em acordos que precarizaram ainda mais as formas do trabalho, a exemplo do que fez o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical, cujo sentido perverso e a sintonia com o ideário neoliberal se fizeram sentir entre os trabalhadores.

Todos os movimentos transgressivos desta fase acabaram por denunciar *a inconstitucionalidade do saque aos direitos, a penalização e o vilipêndio contra os assalariados em geral para pagar a conta e o rombo de uma política econômica servil e subserviente aos capitais, especialmente ao financeiro, seguida à risca por FHC (Antunes, 2004:46).*

Antunes (2004:50) afirma que:

numa contextualidade crítica desta envergadura, todos aqueles que se contrapõem à lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias devem buscar alternativas que contraditem fortemente estas tendências hoje dominantes, em vez de fazer coro com os interesses da ordem, que estão em sintonia com o neoliberalismo.

Tavares (1999) afirma que trata-se de um processo *destrutivo não-criador*, que nos traria, pelo seu desvendamento, possibilidades de construção de contra-tendências, fundadas um movimento social contra-hegemônico.

Assim sendo, *qualquer operação reformadora anticapitalista tende a despertar resistências poderosas, que não podem ser contidas apenas pelo uso*

intensivo da força (pela lei ou pelas armas) (Nogueira, 2004:245). Isso passa, obviamente, por uma luta política e por uma luta cultural. Nas palavras do autor, não pode haver mudança efetiva se as idéias e as consciências não se entrelaçam com as eventuais alterações estruturais ou com as medidas legais destinadas a reformar a sociedade (Idem:246). Isso faz parte do legado de Lukács e Gramsci, segundo o qual é preciso ter “um profundo apreço pela cultura como tal”, recusando, categoricamente, o pragmatismo, o imediatismo, o utilitarismo e o cinismo que tendem a subestimar a riqueza do significado das criações culturais.

CAPÍTULO 4: RESISTÊNCIAS AO CAPITALISMO: MOVIMENTOS DE LONGA DATA

*Por mais críticas que sejam a situação e as circunstâncias,
 não aceite o desespero.
 Nas ocasiões em que tudo leva ao medo,
 não se deve ter medo de nada;
 quando se está rodeado de perigos,
 não se deve temer perigo nenhum;
 quando se esgotaram os recursos,
 deve-se contar com todos os recursos;
 quando se é surpreendido,
 deve-se surpreender o inimigo.
 (Sun-tzu).*

4.1. Alguns marcos de resistência ao capitalismo: do movimento operário aos movimentos atuais.

A segunda metade do século XIX marcou a etapa histórica onde a burguesia deixou representar o seu papel progressista - como força revolucionária – para assumir, progressivamente, um papel conservador, reprimindo as manifestações e os movimentos revolucionários dos trabalhadores em suas lutas por direitos. (Netto, 2006:24). As classes trabalhadoras não tiveram o seu lugar assegurado em meio à expansão do capital industrial e as fronteiras de identidade de classe ficaram mais definidas entre os proprietários dos modernos meios de produção e os possuidores da força de trabalho. Isso se tornou mais visível em 1848, quando as demandas populares - entre elas, a exigência da república social - se tornaram incompatíveis com a direção assumida pela burguesia (emancipação civil e emancipação política).

Nesse momento, marcado pelas revoluções proletárias de 1848, a burguesia vai, progressivamente, abrindo mão de seu papel revolucionário para assumir um posicionamento conservador, na defesa de seus interesses de classe e a bandeira dos direitos humanos passa para as mãos dos trabalhadores (Trindade, 2002).

Mészáros (2002:22) afirma, no entanto, que, ao longo do desenvolvimento da classe operária, *a parcialidade afetou todos os aspectos do movimento socialista, inclusive a sua dimensão política.*

Nos países onde o capitalismo mais se desenvolveu, como na Inglaterra e na França, as formas de resistência local, nas fábricas, nos bairros operários foram ganhando o espaço regional, nacional, até que surgiram as primeiras experiências de organização no plano internacional.

O caráter setorial e parcial do movimento operário se combinou com sua articulação defensiva. O sindicalismo inicial – do qual surgiram mais tarde os partidos políticos – representou a centralização da setorialidade de tendência autoritária, e a conseqüente transferência do poder de decisão das “associações” locais para as centrais sindicais e, mais tarde, destas para os partidos políticos. Desta forma, o movimento sindical global foi, desde o início, inevitavelmente, setorial e defensivo. (Mészáros, 2002:22).

Segundo Sader (2005:29), a Associação Internacional dos Trabalhadores foi a primeira forma de organização e solidariedade supranacional dos entre trabalhadores e seus movimentos (sindicatos, associações, partidos políticos), que mais tarde foi chamada de Primeira Internacional. Nesse momento, artesãos eram a maioria dos que participavam dos movimentos nacionais e internacionais e suas reivindicações estavam predominantemente vinculadas à melhoria das condições de trabalho, à redução da jornada de trabalho, ao reconhecimento legal das organizações dos trabalhadores e à proteção de crianças e mulheres das piores condições de trabalho. A concepção predominante era a anarquista: lutava-se pela abolição imediata do Estado e a instauração de uma sociedade sem classes.

O principal marco desse período foi a Comuna de Paris, que foi formada por organizações vinculadas a Primeira Internacional e foi *a primeira manifestação verdadeiramente revolucionária da luta de classes na história moderna.* (Fernandes, 2001:50). Foi a primeira vez, na história, que os trabalhadores construíram seu próprio governo. Porém, divergências entre marxistas e anarquistas puseram fim a Primeira Internacional. As causas ditas imediatas da derrocada da Primeira Internacional podem ser resumidas da seguinte forma:

(...) o comunismo de Estado baseado em um partido centralizado e disciplinado foi criticado pelos anarquistas que propunham em troca comunas livremente federadas e independentes. Nelas, capital, as fábricas, as máquinas e as matérias-primas pertenceriam às associações e as terras seriam dos que a cultivassem. Para Karl Marx, a revolução ocorreria por causa do fatal processo histórico e da gradual consciência por parte do proletariado do lugar que lhe cabia na inevitável luta de classes. (Costa, 2004:75).

Netto (1998:LV) afirma que Marx e Engels identificavam a idéia de revolução à de *insurreição* (não sendo o inverso necessariamente verdadeiro):

A revolução é pensada essencialmente como disrupção, evento eversivo de curta duração e concentrado num tempo compactado; a revolução é pensada exclusivamente no seu momento explosivo. (...) os dois autores, a partir de meados da década de cinquenta, reelaboraram esta concepção, operando um tratamento mais complexo e mediatizado dela. O desempenho de ambos, à frente da Associação Internacional dos Trabalhadores (a Primeira Internacional), deixa claro que passaram a conceber a revolução como também um largo trajeto de (auto) educação dos trabalhadores. E Engels (...) não deixa margem de dúvidas: a revolução é ali pensada, num diapasão (...), como culminação - que inclusive pode decorrer num acúmulo de conquistas operadas no marco da legalidade vigente – de um processo no qual a violência só seria empregada reativamente pelo proletariado.

Leher (2002:152) afirma que Marx critica o voluntarismo e o idealismo dos anarquistas revolucionários e dos economicistas que pretendem ultrapassar o tempo burguês sem, contudo, revolucionar a base econômica que lhe corresponde. Ao contrário, Marx afirma que a possibilidade da revolução está relacionada ao alcance de determinadas condições objetivas (*contradição entre forças produtivas e relações de produção*), não dependendo da vontade imediata dos homens (Leher, 2002: 152).

Com o desenvolvimento do capitalismo e com a expansão da classe trabalhadora - majoritária nas cidades européias, foram se reunindo as condições para a realização da Segunda Internacional ou Internacional Socialista. Ela foi constituída por sindicatos e partidos que expressaram a organização internacional da classe trabalhadora. A ideologia socialista e as teorias de Karl Marx orientaram essa nova organização internacional da classe trabalhadora, com vistas a lutar pela superação do capitalismo. Enormes concentrações operárias em torno de grandes

fábricas, formando bairros operários, associações culturais e sindicatos colaboraram para o surgimento de uma cultura e tradição operárias. (Sader, 2005:30).

O movimento operário reagia às condições de exploração e os partidos socialistas lutavam por direitos democráticos, além de um programa de socialização da economia e de construção de uma sociedade socialista, dirigida pelos trabalhadores. O objetivo da Segunda Internacional era a construção de uma sociedade sem exploração, dominação e alienação, baseada na cooperação e na solidariedade.

Sader (2005:31) afirma que o movimento operário teve que enfrentar, além das condições de exploração existentes, o nacionalismo – fenômeno político e ideológico complexo, que ainda hoje é um enigma para a construção de um mundo solidário e sem fronteiras.

Paralelamente à superação da sociedade feudal pela capitalista, dos poderes locais pelos Estados nacionais, surgiu o conceito de nação e a ideologia nacionalista fez com que os trabalhadores se submetessem a uma dupla identidade – a de classe e a nacional.

Conforme o capitalismo entrava em sua fase imperialista, a partir do final do século XIX, passaram a conviver a internacionalização do capitalismo e o fortalecimento dos Estados nacionais. Uma vez concluída a divisão do mundo entre as potências imperialistas, a tendência expansiva do capitalismo empurrava para o conflito entre esses Estados, para apropriação dos territórios já dominados. As contradições interimperialistas iriam gerar a Primeira e a Segunda Guerra mundiais. (Sader, 2005:32).

Segundo Sader (2005:32), o movimento operário se dividiu, quando, em 1914, no momento da deflagração da Primeira Guerra Mundial, os partidos socialistas – o movimento internacional dos trabalhadores – tiveram que se posicionar entre os interesses nacionais (da burguesia) de seus países e a solidariedade internacional dos trabalhadores. O movimento socialista dividiu-se. A maioria dos partidos socialistas – da corrente social-democrata – aderiu à guerra, optando pelo patriotismo e pela identidade nacional. Nestes termos, a identidade nacional se sobrepôs às determinações de classe. A minoria dos partidos priorizou as determinações de classe e do internacionalismo, segundo os quais os

trabalhadores têm interesses comuns, em quaisquer circunstâncias. Evidenciando que os trabalhadores não tinham nenhum interesse nacional a defender e considerando que a tomada de posição diante da guerra traíam os princípios da solidariedade internacional dos trabalhadores, essa minoria saiu da Internacional Socialista e se reuniu, pregando o *pacifismo revolucionário*⁴⁵.

Com a vitória da revolução bolchevique na Rússia, esse grupo de partidos fundou a Internacional Comunista, para diferenciar da corrente social-democrata. Embora com diferentes métodos, essas correntes afirmavam lutar pelo socialismo contra o capitalismo. Com o triunfo da revolução soviética, a Internacional Comunista consagrou o modelo de luta pelo poder e o projeto de construção do socialismo assumido pela União Soviética. Os partidos social-democratas concentraram suas forças nos principais países da Europa Ocidental, em sociedades capitalistas avançadas, como a Alemanha e a França. (Sader, 2005:35).

As duas guerras mundiais e a crise econômica de 1929 foram fenômenos que atingiram profundamente a Europa, os Estados Unidos e a América Latina. O cenário internacional e as organizações dos trabalhadores passaram a desenvolver uma luta defensiva contra os movimentos ultra-direita, especialmente contra o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. Tratou-se de uma *contra-revolução de massas*, segundo Sader (2005:35).

O desenvolvimento de determinados aspectos no século XX abalaram profundamente os projetos de capitalismo e socialismo. Alguns desses projetos foram derrotados e destruídos; outros sofreram graves distorções. Estamos nos remetendo às bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945; à Guerra do Vietnã, primeiramente conduzida pela França e, em seguida, pelos Estados Unidos – uma guerra que praticamente se desdobra da Segunda Guerra Mundial, ocorrida em 1939-45 e termina em 1973, com a derrota da França e dos Estados Unidos; e à Guerra Fria, que foi uma contra-revolução mundial comandada pelos EUA, Europa Ocidental e o Japão, entre os anos de 1946 e terminada em 1989, com a queda do Muro de Berlim. (Ianni, 2000: 53).

⁴⁵ Este consistiria em dizer aos trabalhadores combatentes na Guerra que o seu inimigo estava dentro do próprio país e que se tratava de aproveitar a situação de estarem armados para virar os fuzis contra suas próprias burguesias. Pregavam a confraternização dos trabalhadores dos distintos países que deveriam enfrentar nas trincheiras, destacando-se seus interesses e sentimentos comuns. (Sader, 2005:34).

Enquanto para os Estados Unidos e demais potências ocidentais, a polarização passou a ser feita entre “democracia e totalitarismo”, reivindicando-se a continuidade da luta contra o nazismo, então substituído pelo comunismo; para o “campo socialista” e para as vertentes majoritárias de esquerda, a polarização mundial se daria entre capitalismo e socialismo. Já o movimento comunista mantinha o “internacionalismo proletário” como um dos seus campos de ação, mas tendo como ponto central a solidariedade com a União Soviética, através de partidos comunistas, Estados do campo socialista e organizações relacionadas ao movimento comunista internacional. (Sader, 2005: 36-37).

Segundo Sader (2005), com aparecimento do “Terceiro Mundo” e com o início da onda de ruptura com a dominação colonial, temas como intercâmbio desigual, comércio desigual, falta de recursos para o desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo foram ocupando um espaço cada vez maior, gerando um novo movimento internacional.

1968 foi um ano de *contestação política generalizada* (Toledo, 1998: 72), em que o jovem foi o principal protagonista e força social. Apesar de não terem conseguido causar rupturas drásticas, não podemos desconsiderar as importantes transformações que se processaram nos movimentos sociais.

Na década de 1960, emergiram os movimentos das minorias (negros, feministas, entre outros) que, como outros, foram marcados pela heterogeneidade. Um novo estilo de mobilização e contestação social, bem diferente da prática política da esquerda tradicional começou a se esboçar, não se atrelando somente à questão política e ideológica, ao trabalho e à luta de classes.

Embora tenham se tornado conhecidos sob a denominação genérica e ambígua de “nova esquerda”⁴⁶, esses movimentos contestatórios da ordem capitalista conseguiram efetuar uma ruptura ideológica com instituições, papéis e

⁴⁶ A chamada Nova Esquerda, que vinha se organizando desde o começo de 1960, elaborou um discurso crítico, diretamente político. Ela também cultuava os seus mitos, principalmente um pensador alemão radicado nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial: Herbert Marcuse, que valorizava, ao máximo, o papel transformador dos jovens e acreditava na importância da utopia e das ações diretas e radicais. Tendo como inspiração o fascínio do socialismo, Marcuse (1968) negava a sociedade capitalista pelo fato de esta depender cada vez mais da produção e do consumo de supérfluos e gerar meios de destruição e defendia uma sociedade diferente, ainda por construir. (Toledo, 1998: 77).

princípios historicamente atrelados à moralização dos costumes⁴⁷. A busca de autonomia e o livre-arbítrio contra práticas repressivas e autoritárias era um aspecto universal desses movimentos, como demonstra Barroco:

(...) Os “anos rebeldes” expressam uma recusa radical em face das normas, valores e formas de ser mais caras ao conservadorismo moral: o poder, a autoridade, o dogma, a hierarquia, a ordem, a tradição. Neste sentido, apontam para posicionamentos de valor fortalecedores de uma atitude ética crítica; a desobediência civil, a transgressão das normas, entre outros aspectos podem gerar uma superação do espontaneísmo característico da reprodução cotidiana do preconceito e do moralismo, contribuindo para o enfrentamento de conflitos e para a instituição de novos papéis e referenciais éticos. (Barroco, 2001: 101-102).

Estamos nos referindo a uma onda libertária⁴⁸ que teria invadido quase todas as regiões do mundo, dos Estados Unidos ao Japão, do resto da Europa à América Latina e, especialmente, aos eventos ocorridos em maio de 1968 na França e no “outono quente” da Itália, onde rebeliões de estudantes se tornaram desproporcionalmente eficazes, provocando greves operárias que paralisaram temporariamente a economia de países inteiros.

Maio de 1968, na França, foi um movimento em que *a revolução não triunfou (Hobsbawm, 1985:235)*. Segundo este autor, foi *um movimento popular de base, sem qualquer ajuda dentro da estrutura de poder. E foram os estudantes que iniciaram e inspiraram esse movimento e em momentos cruciais foram seus porta-vozes (Idem)*. Nesse movimento, forças revolucionárias foram mobilizadas em dois estágios, que pegaram de surpresa o governo, a oposição oficial e a não-oficial, mas reconhecida - dos intelectuais de esquerda de Paris. *A inteligência consagrada da esquerda não desempenhou nenhum papel significativo nos eventos de maio (Idem:236)*.

Os estudantes eram a nova força social, mobilizada facilmente pelas enormes usinas de conhecimento (Universidades), que os deixava mais livres que os

⁴⁷ (...) As formas de resistência ficaram na cultura e, principalmente, no processo deflagrado de luta pela democracia e revisão das formas de vida, principalmente o modelo hierárquico autoritário de família e as expressões da sexualidade (Toledo, 1998: 91).

⁴⁸ A década de 60 é um momento em que a liberdade emerge como projeto, ora em função de projetos políticos coletivos, ora em termos de uma liberdade individual que tanto propicia um processo de individualização como permite uma reatualização do individualismo. Ao mesmo tempo, as contestações e mobilizações desse contexto fortalecem a participação cívica e a cidadania, o que adquire, em determinados contextos, direcionamentos anticapitalistas e revolucionários. (Barroco, 2001: 103- 104).

operários das fábricas gigantescas. Membros das classes educadas, filhos da classe média estabelecida, eles eram encontrados em quase toda parte, nas grandes capitais, sob o olhar atento dos políticos e dos meios de comunicação. Além disso, eram a base de recrutamento para a elite dominante de suas sociedades e não eram tão fáceis de metralhar como as classes mais baixas. *A rebelião dos estudantes ocidentais foi mais uma revolução cultural, uma rejeição de tudo o que, na sociedade, representasse os valores paternos de “classe média” (Hobsbawm, 1995: 432).*

A revolta estudantil de fins da década de 1960 foi a última arremetida da velha revolução mundial. Foi revolucionária tanto no antigo sentido utópico de buscar uma inversão permanente de valores, uma sociedade nova e perfeita, quanto no sentido de procurar realizá-la pela ação nas ruas e barricadas, pela bomba e pela emboscada na montanha. Foi global, não só porque a ideologia da tradição revolucionária, de 1789 a 1917, era universal e internacionalista (...) mas porque, pela primeira vez, o mundo, ou pelo menos o mundo em que viviam os ideólogos dos estudantes era verdadeiramente global.

E, no entanto, não era a revolução mundial como a geração de 1917 a compreendia, mas o sonho de uma coisa que não mais existia (...).

Ninguém mais esperava revolução social no mundo ocidental. A maioria dos revolucionários não mais sequer encarava a classe operária industrial, a “coveira do capitalismo” de Marx, como fundamentalmente revolucionária, a não ser por lealdade à doutrina ortodoxa (...). (Hobsbawm, 1995: 434).

Hobsbawm (1985:237) afirma que *graças à falta de previsão, complacência e estupidez do governo, um movimento de ativistas de um campus de subúrbio foi transformado em um movimento de massas*, que incluía quase todos os estudantes de Paris, que desfrutavam de amplo apoio da opinião pública.

A segunda fase desse movimento criou possibilidades revolucionárias ou, pelo menos, demandou do governo uma ação contra-revolucionária. Tratou-se de uma greve geral espontânea, que, segundo Hobsbawm (1985), foi *a maior da história da França e talvez do mundo*. A rejeição, por parte dos grevistas, do acordo negociado em seu nome pelos líderes oficiais dos sindicatos e o governo foi o ponto alto desse movimento. Os operários que participavam dessas rebeliões viam nelas uma oportunidade de descobrir o poder de barganha industrial que tinham acumulado sem se dar conta. Não eram revolucionários.

Apesar da fraseologia política, do jargão⁴⁹ do movimento se valer das proposições de Marx, sua mensagem real não aceitava mais a noção de teoria e de revolução dela resultantes - que demandaria, segundo a política tradicional, algum nível de organização, objetivos e um programa de ação definido. Além de objetivos concretos (ainda que periféricos em relação a seu propósito principal), Hobsbawm (1985: 241) aponta para o fato de que, *sem profundos descontentamentos sociais e culturais, não pode haver revolução social importante.*

Ao contrário, a própria profundidade da crítica social contida implicitamente ou formulada pelo movimento popular deixou-o sem objetivos concretos. Seu inimigo era “o sistema”. Para citar Touraine: “O inimigo já não é uma pessoa ou uma categoria social, o monarca ou a burguesia. É a totalidade dos modos de ação do poder sócio-econômico despersonalizado, ‘racionalizado’, burocratizado...”. O inimigo, por definição, não tem rosto e nem sequer é uma coisa ou uma instituição, mas um programa de relações humanas, um processo de despersonalização, não é a exploração que envolve exploradores, mas a alienação. (...) O movimento popular foi, pois, subpolítico ou anti-político. A longo prazo, isto não diminui a sua importância ou influência histórica. A curto prazo, porém, foi fatal. Como diz Touraine, maio de 1968 é menos importante, mesmo na história das revoluções do que a Comuna de Paris. Provou não que as revoluções podem triunfar hoje nos países ocidentais, mas apenas que podem irromper. (Hobsbawm, 1985: 242).

A “grande mudança”⁵⁰ da sociedade burguesa teria criado dissidências e conflitos, não só na periferia como também no seu próprio centro. Nessa perspectiva, um movimento social contraditório acompanha a nova economia. De um lado, trata-se de uma rebelião primitiva de pessoas que se pautam nas experiências mais antigas para enfrentar uma nova situação, o que pode causar o ressurgimento de velhas formas de militância, ou, entre os militantes inexperientes, algo parecido com os movimentos populistas dos países subdesenvolvidos ou com o movimento operário do início do século XIX. *Este movimento é importante não pela luta que está agora empreendendo segundo as velhas orientações políticas,*

⁴⁹ O slogan de 1968 foi *Soyons réalistes, demandons l'impossible* (Sejamos realistas, peçamos o impossível).

⁵⁰ O que se encontra por trás do reflorescimento do revolucionarismo da década de 60 é, em primeiro lugar, uma transformação tecnológica e social de uma rapidez e profundidade sem paralelos e, em segundo lugar, a descoberta de que a solução dada pelo capitalismo ao problema de escassez material revela – talvez até crie – novos problemas (ou “contradições”, em termos marxistas) básicos para o sistema e, possivelmente, para toda a sociedade industrial (...). (Hobsbawm, 1985: 254).

mas pelo que revela a respeito do futuro: mais por sua visão que pela sua realização necessariamente fraca. (Hobsbawm, 1985:243). Por outro lado, este movimento engloba uma espécie de reformismo atualizado, que pode alterar estruturas rígidas e absoletas da sociedade. Para Hobsbawm (1985: 244), aí estão os futuros dilemas dos revolucionários.

(...) Na França, argumenta Touraine, o novo movimento produziu uma crise genuinamente revolucionária, embora fosse improvável que chegasse à revolução porque, por razões históricas, se combinaram nela a luta social, a política e uma “revolução cultural” contra todas as formas de manipulação e integração do comportamento individual. Não pode haver movimento social hoje que não combine estes três elementos, devido ao “desaparecimento progressivo do divórcio entre Estado e sociedade civil”. Mas, ao mesmo tempo, isto torna extremamente difícil a concentração da luta e o desenvolvimento de instrumentos eficazes para a ação como os partidos do tipo bolchevista. (Hobsbawm, 1985: 244).

Vázquez (2001:111) afirma que, em virtude de seu caráter insubordinável, da sua desconfiança justificável em relação ao centralismo e à organização e, em grande medida, da inexperiência de seus dirigentes e bases, o Movimento de 1968 talvez tenha impregnado seu modo de fazer política de um utopismo e moralismo que o levaram a impor condições ao diálogo público e à negociação. Para este autor, a política não é assunto só da moral ou da fidelidade aos princípios, sem levar em consideração sua encarnação na vida real. *Está obrigada por isso a medir o possível, a ter presentes as conseqüências, a não mover as pedras no tabuleiro do "tudo ou nada"; resumindo, está obrigada a ajustar seus passos à razão e à realidade (Idem).*

A crise do “Terceiro Mundo” e dos movimentos ligados a ele, principalmente de países não-alinhados, o desaparecimento da União Soviética e do “campo socialista” e a adoção, pelo capitalismo, de um novo projeto hegemônico – o neoliberalismo – são fatores que, junto ao movimento de resistência que entrou em crise, introduzem o cenário político do mundo atual.

Com a dissolução do bloco soviético e a intensificação do desenvolvimento capitalista em escala mundial, as nações que experimentaram projetos socialistas transformaram-se em espaços do mercado mundial. Para Antunes (2004), a abrupta desmontagem, o desmoronamento do Leste Europeu e dos países que tentaram uma

transição pós-capitalista, permitiu que se desenvolvesse, no interior de importantes parcelas do mundo do trabalho, a falsa idéia do *fim do socialismo*. Restaria, então, a esquerda a *busca de um caminho civilizado dentro do capitalismo*. Vista por este prisma, a social-democracia seria a única maneira de resistir ao neoliberalismo e à ordem do capital. Essa ilusão ganha uma força, porque é assimilada por amplos contingentes da esquerda, num momento em que a própria esquerda não tem conseguido operar uma ruptura com a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias.

Desde que a globalização neoliberal se impôs como modelo dominante no mundo, tratou de se apropriar da idéia de globalização. Sua pretensão era polarizar o mundo entre globalização e nacionalismo. (...) os neoliberais conseguiram se apropriar da idéia de modernidade, de democracia, de liberdade de pensamento.

Os três princípios básicos em que passou a se assentar a hegemonia capitalista neste período histórico são: o “livre comércio”, os regimes políticos liberais e a defesa dos “direitos humanos”. Foi com base nessa visão que surgiram as teorias do “fim da história”, como aquela defendida por Francis Fukuyama, para quem o horizonte final do desenvolvimento histórico, a que teríamos chegado a partir do fim do “campo socialista”, seriam a economia capitalista de mercado e a “democracia” liberal. (Sader, 2005: 49).

Desregulação, redução da presença do Estado na economia, abertura para o mercado mundial, privatização, flexibilização e precarização das relações de trabalho fazem parte do receituário neoliberal adotado pelo capitalismo. *A globalização neoliberal é resultante direta dessa nova configuração econômica do mundo, da adoção pelo capitalismo de um novo modelo hegemônico (Sader, 2005: 39).* Essa globalização neoliberal favoreceu uma reorganização econômica e das relações de poder em escala mundial.

Neste cenário histórico, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), Organização Mundial do Comércio (OMC) e as corporações transnacionais pressionam externa e internamente os Estados nacionais a promover reformas de natureza política, econômica e sócio-cultural, abarcando instituições jurídico-políticas favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas de produção. O interesse, por trás da reestruturação do Estado,

é assegurar o "mercado", a "produtividade" e a "competitividade", eliminando todas as barreiras para o seu desenvolvimento.

A margem cada vez mais estreita das alternativas permitidas pela globalização neoliberal produziu - além da desestatização, desregulação a economia e privatização - a idéia de que "não há alternativa".

Desde que a economia mundial foi transformada, em níveis diferentes, conforme a região e o país, pelas políticas neoliberais, promoveu-se hegemonia da ideologia de mercado e assistiu-se, duas décadas depois, à fragilização das economias nacionais, à sucessão de crises financeiras e sociais, à piora da distribuição de renda e ao aumento do desemprego. À crise econômica e social somou-se a debilitação dos sistemas políticos.

A globalização neoliberal exclui enormes contingentes populacionais que, na desconstrução e na diminuição da máquina estatal, em nome da rentabilidade econômica, não tem mais onde se apoiarem para sobreviver. A quebra do Estado do Bem-Estar Social, instituído no Ocidente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, condena essas populações socialmente excluídas, lhes deixando entregues à própria sorte.

No entanto, uma profusão de mobilizações organizadas por uma diversidade de forças sociais e políticas questiona e se coloca “contra a globalização neoliberal” e tem se caracterizado pela extrema heterogeneidade e autonomia de seus componentes - movimentos sociais, ONGs, sindicatos e coletivos em geral atrelados a temas diversos.

4.2. Transgressão e movimentos sociais na atualidade

O combate contra a OMC, em Seattle, o questionamento da política dos países mais ricos do mundo em Gênova, o desenvolvimento dos movimentos antimundialização, por mais confusas que sejam suas reivindicações, a luta pacífica, enquanto todos esperavam uma luta guerreira nos Chiapas, no México, e as reivindicações ecológicas, embora imprecisas, são exemplos de manifestações que mostram que inúmeras pessoas estão indignadas com o custo social das propostas neoliberais e com os ataques constantes aos direitos humanos e sociais. Elas não

querem mais se queixar, mas querem lutar e aceitar o risco do gesto transgressor, em nome da realização de algo existencialmente mais condizente. Querem também reencontrar suas capacidades de crítica, sua aptidão para enfrentar e transformar a realidade e seu desejo de serem verdadeiros cidadãos e de se posicionarem contra o potencial destrutivo do capitalismo, sob a hegemonia neoliberal.

O elevado custo social com o aumento da desigualdade, a exclusão social, o crescimento do desemprego e da precarização do trabalho, a negação da cidadania social, a intensa degradação ambiental, a forte diminuição da autonomia político-estatal, o esvaziamento de instâncias democráticas e a erosão das culturas tradicionais junto com a crescente concentração de riqueza e poder em países e regiões podem ser elencadas entre as razões explicativas do fenômeno. Mas, na base de tudo isso estão as transformações do capitalismo contemporâneo.

Segundo Gómes (2001: 13),

a origem imediata do movimento remonta à segunda metade dos anos 90, quando, em distintas partes do planeta, começaram a se multiplicar os signos da oposição – fragmentados e setoriais – ao ordenamento mundial pós-Guerra Fria, identificado cada vez mais com o acionar das instituições econômicas internacionais (especialmente a “troika” FMI, Banco Mundial e OMC).

A maior manifestação de repúdio a globalização neoliberal se deu contra uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), convocada para ser realizada em Seattle, nos Estados Unidos, em novembro de 1999. Ela foi organizada por convocações informais, via internet, planfletos, pequenas reuniões, sindicalistas, movimentos ecológicos, feministas, movimentos civis de distintas características. A manifestação localizava nas chamadas teses do “livre comércio” a responsabilidade pela concentração da riqueza no mundo, pela devastação do meio ambiente, pela precarização das condições de trabalho, entre tantos outros efeitos negativos.

Centenas de milhares de manifestantes simplesmente impediram a realização da reunião, ocupando praças e ruas próximas aos locais marcados, enquanto a polícia os atacava ferozmente, tornando ainda mais difíceis as condições de acontecimento do encontro, que terminou sendo cancelado, sob o impacto da primeira série de dezenas de manifestações desse tipo que se realizaram

posteriormente, de Washington a Praga, de Barcelona a Seul, de Buenos Aires a Gênova. (Sader, 2005: 46).

Denning (2002) afirma que *os protestos contra a OMC representam uma forma de movimento inédita, que não foi inaugurado em Seattle*. Para este autor, *Seattle apenas marcou uma manifestação nos EUA dos vinte anos de insurreições populares contra os cercamentos globais dos bens públicos (Denning, 2002:62)*. Ele afirma que a relação entre insurreição e movimento causa confusões no círculo hermenêutico.

Insurreições, rebeliões, manifestações, revoltas, greves gerais que “abalam o mundo” são sempre um enigma, residindo em algum lugar entre as resistências escondidas, invisíveis do cotidiano e as revoluções que mudam os regimes e que fazem” história. Mesmo se as revoltas são aparentemente planejadas por algum partido, alguma rede, algum grupo de conspiradores, organizadores ou instigadores, elas acabam indo muito além dos planos iniciais, o que ao mesmo tempo aumenta e diminui a responsabilidade desses organizadores. Insurreições são interrupções inesperadas, a chegada do “novo”, o que acaba tornando-as um texto social aberto para interpretações paralelas: insurreições são sonhos sociais, uma manifestação exagerada de algum conteúdo subterrâneo, que seja um movimento ou um momento. (Denning, 2002:63).

Denning (2002), estudioso dos movimentos sociais na atualidade, faz uma análise sobre os movimentos de 1968 e os movimentos que tomam Seattle como "modelo" para pensar os novos movimentos sociais. Ele busca compreender qual é o significado dos movimentos "globalizados". Para isso, ele retoma os movimentos de 1968 - marco de mobilizações e revoltas sociais - contexto em que emerge não apenas o conceito de movimentos sociais, mas a pesquisa e as teorias sobre os movimentos sociais. Ele quer saber se existe alguma semelhança entre os movimentos sociais atuais e os de 1968. Essa discussão é importante, porque situa historicamente os protestos, possibilitando a compreensão da conjuntura social e política na qual eles emergem.

Denning (2002) parte da idéia de que a era da globalização representa o fim de uma era chamada *era dos três mundos - um período dominado por um pensamento que dividia o mundo em três partes: o Primeiro Mundo capitalista; o Segundo Mundo comunista e o Terceiro Mundo descolonizado (Idem: 69)*.

A era dos três mundos tinha determinados tipos de movimentos sociais, entre os quais ele destaca os movimentos de liberação⁵¹ de 1968, como *a designação de um momento notável de revolta social e política e do aparecimento de uma série do que seria chamado "novos" movimentos sociais* (Denning, 2002:68). Este autor afirma que a classificação e o julgamento de uma mobilizações populares (feministas, pacifistas, fundamentalistas, pró-gays, ambientalistas e supremacistas brancos) tem gerado controvérsia na teoria dos movimentos sociais. No entanto, a maioria dos estudiosos do assunto aceitam o fato de que os novos movimentos sociais se caracterizam pela autonomia e a diversidade, *estudando a ascensão e queda e o sucesso ou fracasso de determinado movimento, isolando cada um de todo o resto* (Idem).

Para Denning (2002: 68), *a teoria dos movimentos sociais surge como uma teoria análoga às teorias sociológicas sobre instituições, grupos ou partidos: um modelo abstrato da dinâmica de determinada construção social* e quem tenta encontrar um denominador comum entre os movimentos sociais acabam chegando a categorias abstratas de populismo ou de identidade.

Os movimentos sociais de 1968 tinham como mira os regimes de Estado, produtos de um século de lutas por poder estatal iniciadas pela revolução mundial de 1848. Estes regimes são as social-democracias do Primeiro Mundo com seus parâmetros sindicais e trabalhistas, as democracias populares do Segundo Mundo e suas nomenclaturas de partidos comunistas e os Estados pós-coloniais do Terceiro Mundo com suas elites nacionalistas compradoras. Os movimentos de liberação foram produtos das novas estruturas técnicas, educacionais e ocupacionais do capitalismo, comunismo e da "modernização" nacionalista, apoiando-se no mundo vasto e ampliado dos estudantes, das intelligentsias técnicas, das mulheres emancipadas, e dos trabalhadores de colarinho branco e do setor público: 1968 marcou a primeira revolta do proletariado do conhecimento (...). E eles lutaram contra o Estado: o Estado de bem-estar social, o Estado de guerra, o Estado intervencionista (Denning, 2002: 70).

Esses movimentos tinham como questões e formas de luta: o direito das mulheres pela liberdade sexual e reprodutiva e pelo direito ao divórcio,

⁵¹ "Liberação" e não "identidade", foi a palavra chave para o movimento de liberação das mulheres, dos gays e dos negros (...). Liberação, por outro lado, foi palavra-chave de vários movimentos: no fim da década de 50 se tornou o título de uma revista pioneira da Nova Esquerda americana, e também da revista do Congresso Nacional Africano. Esta palavra foi também uma categoria-chave nos trabalhos de Herbert Marcuse, Franz Fanon e Shulamith Firestone. (Denning, 2002:69).

contracepção e aborto, e contra o assédio sexual e a violência; a resistência à escalada de armas nucleares e ao envolvimento do Estado nas guerras coloniais; as greves espontâneas e a auto-organização de jovens trabalhadores do setor público, a ação direta por direitos civis e direitos de bem-estar organizada por minorias étnicas/ raciais. Denning (2002:70) afirma que *em todas essas lutas o Estado foi o alvo e a aposta dos manifestantes*. Isso se reflete nas teorias: Althusser analisa os aparatos ideológicos do Estado; Chomski ataca os mandarins; Piven e Cloward criticam o Estado de Bem-Estar Social e Foucault reflete sobre a genealogia da prisão.

Recorrendo a temas da tradição anarquista, os intelectuais dos movimentos de liberação trouxeram o Estado de volta ao pensamento social, desafiaram as promessas não-cumpridas da Segunda Internacional Social-Democrata, da Terceira Internacional Comunista e do Nacionalismo. Esses intelectuais questionaram duas teses fundamentais da "velha esquerda": *a noção de que o objeto da luta do movimento social era tomar o poder do Estado, seja por meios parlamentares ou insurrecionais, e a noção de que o partido (seja ele de massa ou de vanguarda) era o veículo principal da luta* (Denning, 2002: 70).

A partir da caracterização dos movimentos de liberação de 1968, Denning (2002) analisa os movimentos atuais para tentar identificá-los.

Denning (2002:71) se respalda no relato jornalístico mais comum sobre a "coalizão de Seattle"⁵², que a descreve como uma aliança problemática das seguintes forças: grupos de ação direta, que treinaram e mobilizaram pessoas em protestos de rua através da desobediência civil e do teatro de rua (onde se inclui o *Ruckus Society* e a *Direct Action Network*); ONGs (onde se incluem o *Global Exchange*, o *Naderite Public Citizen's Global Trade Watch* e o *International Forum on Globalization*, a AFL-CIO, sob a liderança de John Sweenwy do *New Voice*, que tomou posse em 1995), que organizaram campanhas contra o FMI, OMC e o Banco Mundial, lançando publicações, estabelecendo contatos e recursos via internet e educando os intelectuais do movimento emergente; e um pequeno grupo de

⁵² Segundo Denning (2002:76), *a onda global de greves do setor público durante 1994-97, o início da liderança do New Voice AFL-CIO nos EUA, o crescimento do ativismo estudantil anti-sweatshop (fábricas que exploram trabalhadores com baixos salários, longas jornadas de trabalho e condições precárias de trabalho): tudo isso está por trás da coalizão de Seattle*.

tendências anarquistas anônimas (incluindo o *NO2WTO Network*, o *Black Clad Messengers* e o *Anarchist Action Colletive*). Trata-se, segundo este autor, de *um novo tipo de ação anti-sistêmica que vem se formando no último quarto de século, uma forma de resistência social que é notavelmente diferente dos movimentos de liberação de 1968*. (Denning, 2002:72).

Como não há nome, nem cronologia reconhecida para esta tendência anti-sistêmica (para esse momento de resistência ou movimento transnacional) que é o movimento anti-globalização, Denning (2002: 72-73) vai caracterizá-lo a partir de três etapas: uma primeira onda de revoltas contra o FMI, no fim da década de 1970, início dos anos 1980⁵³; uma segunda aparição em 1989, *quando a História parecia ter terminado*⁵⁴; e um terceiro momento⁵⁵ mais visível a partir de 1994, com o movimento dos Zapatistas⁵⁶.

⁵³ Tratam-se de revoltas urbanas por comida. No verão de 1976, protestos em massa aconteceram no Peru e na Polônia, onde o governo tentou aumentar o preço dos alimentos. Em janeiro de 1977, revoltas se formaram em várias cidades egípcias, onde o governo aumentou o preço dos alimentos e da gasolina em resposta às rigorosas exigências do FMI. Três meses depois, manifestações contra o aumento dos preços em Kingston, Jamaica, geraram saques a lojas. Nos anos seguintes, protestos contra a austeridade fiscal surgiram em metade dos países devedores de todo o mundo. Em 1984, liam-se as palavras "FORA FMI" em cartazes na República Dominicana, onde três dias de manifestações de rua e greves gerais levaram a um confronto com a polícia, que causou a morte de seis pessoas. Em 1985, mulheres sudanesas que protestavam contra o aumento de preços dos alimentos entoavam a palavra de ordem "Abaixo FMI". *Apesar destes protestos terem alcançado pouco sucesso em reverter o "acordo estrutural" - um termo que surge com os "empréstimos de ajuste estrutural" do Banco Mundial em 1980 -, estes atos desempenharam um papel nos principais movimentos sociais de 1979-80: nos protestos de rua que engatilharam a revolução no Irã; na maior onda de greves da história da Turquia, que acabou num golpe militar em 1980; nas greves polonesas de 1980 iniciadas por causa de um aumento de preços e que resultaram no surgimento do Solidarity e no golpe militar subsequente*. (Denning, 2002:72-73).

⁵⁴ No fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990, uma nova onda de revoltas surgiu: na Venezuela, um aumento de preços em fevereiro de 1989 (sentido pela população através de um substancial aumento no preço das passagens de ônibus) engatilhou um dos maiores e mais severos protestos que já ocorreram lá, com barricadas de rua, saques, e queima de ônibus, sendo respondidos com uma ocupação militar e a morte de mais de trezentas pessoas. Os protestos foram violentos porque o presidente Pérez havia feito uma campanha contra o FMI, chamando a instituição de "uma bomba que mata as pessoas de fome"; cortando acordos com o FMI desde então. Em 1990, em Marrocos, houve uma greve geral que atingiu todo o país, na Índia houve também greves gerais em 1991 e 1992 contra a adoção das medidas de liberalização e contra o rigor do FMI/ Banco Mundial. Em 1992, uma "revolta por comida pós-moderna", nas palavras de Mike Davis, tomou os bairros da cidade de Los Angeles. (Denning, 2002:75).

⁵⁵ Nos meses de maio e junho de 2000 ocorreram greves gerais contra reestruturações de governo e programas de austeridade na Coreia do Sul, África do Sul, Argentina, Uruguai, Nigéria e Índia. As greves nigerianas foram provocadas por um aumento no preço dos combustíveis causado por uma pressão do FMI. Na Índia, onde 20 milhões de trabalhadores saíram em greve em 11 de maio, um líder grevista disse que "o objetivo da greve é ir contra a rendição da soberania econômica do país diante da OMC e FMI". Uma década depois das revoltas na Venezuela, a eleição de Hugo Chávez como presidente marca o surgimento de um importante líder mundial de dentro do movimento anti-FMI. (Denning, 2002:76).

⁵⁶ (...) Os Zapatistas não foram uma resposta urbana ao crescimento de preços, mas sim uma revolta rural contra o cercamento das terras comunitárias – um ataque à cláusula sobre terras comunais contida no Artigo 27 da Constituição mexicana. Eles articularam uma revolta contra o que chamaram de "neoliberalismo" e, ao pedir o apoio de uma nova sociedade civil, reformularam o discurso da esquerda.

O terceiro momento - o período que começa com os zapatistas em 1994 - é marcado pelo desenvolvimento de novas análises, de novas teorias e de novos movimentos intelectuais, a partir de quatro tendências que se sobrepõem: *a primeira é a tentativa dos grupos de cidadãos e estudantes de estabelecer junto com as ONGs leis alternativas para a economia mundial, através da luta em fóruns mundiais, um tipo de keynesianismo global (Denning, 2002:76)*. Apesar de haver um debate sobre se estes fóruns são reformistas ("consertar ou recomeçar"), esta tendência inclui lutas por normas internacionais em relação ao trabalho, ao meio ambiente, a direitos e a criação de uma taxa.

A segunda tendência é *a extraordinária proletarização de milhões de pessoas no mundo*. Dobrou o número de pessoas da classe trabalhadora, atreladas a uma linha de montagem global, fazendo surgir um sindicalismo global. Esta tendência, segundo Denning (2002:77) é influenciada pelos movimentos sociais sindicalistas dos anos 80, que foram conduzidos pelos novos sindicalismos surgidos no Brasil, África do Sul e Coréia do Sul. Segundo este autor, essa tendência influencia novas formas de organização e militância, como a de jovens mulheres que fazem o processo de exportação de brinquedos, produtos têxteis e eletrônicos, que são conhecidas como *maquiladoras*.

A terceira tendência é apresentada como *uma teorização sobre a "recolonização"* - movimento dos países não alinhados dos países do hemisfério sul, que criou novos tipos de conexão entre os países do sul. Isso está particularmente presente na retórica de Hugo Chavez, segundo Denning (2002:77).

A quarta e última tendência é composta por *uma nova forma de imaginar os bens públicos*, não apenas como luta pela terra, o que trouxe para a batalha os povos indígenas, mas uma luta contra a mercantilização e a privatização de aspectos da vida social nunca antes imaginados, como por exemplo, a mercantilização do material genético e da informação.

Um ponto importante desta análise de Denning (2002) é que ele mostra a base social dos movimentos anti-globalização: a gênese concreta está dada pelo início da implementação das políticas neoliberais e das transformações dos

(Denning, 2002:75-76). Segundo Sader (2005:44), o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) instou um movimento mundial de resistência ao neoliberalismo.

capitalismo após 1970, que leva a população a se manifestar publicamente em face da perda de direitos e da miséria. Ou seja, não é um movimento ideológico. Sua base ontológica é dada pela necessidade real da vida social.

Como podemos analisar, os movimentos acima são movimentos de desobediência civil e política, que formam um imenso oceano de iniciativas populares de base nos domínios econômico e social, simples estratégias de sobrevivência ou frutos de uma inventividade dinâmica e política.

4.3. Movimentos de resistência ao neoliberalismo e "sociedade civil": múltiplos e difusos significados

Uma das temáticas predominantes nos movimentos de resistência ao neoliberalismo tem sido o espaço de aglutinação da “sociedade civil”, com seus múltiplos e difusos significados. Isso traz para a discussão dois aspectos:

o primeiro se refere às margens de coincidências perigosas do resgate da “sociedade civil” com os movimentos neoliberais e, em particular, com a linha do Banco Mundial de incorporação de ONGs, como extensão da participação dessas organizações na aplicação de políticas compensatórias propostas pelo Banco” (...). Essa margem de coincidências permite ambigüidades que não tiveram até aqui efeitos negativos que desfigurassem o caráter antineoliberal dos fóruns, pelo forte peso de um de seus componentes programáticos originais, derivados das manifestações fundadoras de Seattle, em novembro de 1999, contra a OMC e, portanto, contra as políticas do chamado “livre comércio”.

Outro aspecto da opção pela “sociedade civil” é excludente: deixa de fora os partidos e os governos, ao assumir a oposição entre sociedade civil/ Estado. Este aspecto é mais grave, não apenas porque um movimento antineoliberal não pode prescindir de nenhuma força numa luta ainda tão desigual, mas principalmente porque se abstrai das temáticas do poder, do Estado, da esfera pública, da direção política e até mesmo, de alguma forma, da luta ideológica. (Sader, 2003: 86).

Para Sader (2003), este aspecto é mais grave, porque limita a formulação de propostas alternativas ao neoliberalismo ao marco local ou setorial, abrindo mão da luta por uma hegemonia alternativa, sem propostas globais de projetos negadores e superadores do neoliberalismo como proposta global do capitalismo na presente fase histórica.

O problema das organizações não-governamentais é sua falta de ambição de construir projetos hegemônicos alternativos. Estes projetos demandariam a inclusão de Estados e governos como formas de articulação do poder político e econômico nas sociedades contemporâneas.

As ONGs se inserem no marco do neoliberalismo, na sua crítica essencial à intervenção do Estado e dos governos e por reduzirem à sua ação ao campo da “sociedade civil”, em contraposição do Estado, limitam suas concepções políticas ao neoliberalismo e diluem a natureza de classe dos seus componentes, entre os quais se situam as corporações multinacionais, os bancos, as máfias, juntamente com movimentos sociais, sindicatos e entidades civis. *O protagonismo das organizações não-governamentais na luta de resistência ao neoliberalismo é um sinal do caráter ainda defensivo – e impotente para lutar por uma hegemonia alternativa – dessa luta. (Sader, 2003: 87).*

Sader (2003) afirma que os movimentos que lutam por uma globalização alternativa podem passar para uma etapa ofensiva e política, enfrentando o desafio de criar alternativas ao neoliberalismo e às políticas imperialistas dos Estados Unidos. No entanto, o campo de resistência ao neoliberalismo tem demonstrado que os velhos componentes da esquerda foram se enfraquecendo, perdendo a expressão e deixando esse campo para ser ocupado pelas ONGs, que, desvinculadas do campo político (em suas formas tradicionais), não têm preocupação com reflexões e propostas estratégicas.

Não se pode negar que *os movimentos sociais empenhados em construir a hegemonia dos subalternos estão em crise (Leher, 2002:173).* Contribui para isso, *o peso das ideologias dominantes, na criação de disposições, valores e formas de ver e sentir o mundo (Idem :171).*

(...) A classe operária e os trabalhadores em geral, depois de algumas conquistas significativas no período que vai do final da Segunda Guerra até a década de 1960, passou a sofrer derrotas significativas, sobretudo a partir de meados dos anos 1970. O capitalismo empreendeu um intenso processo de contra-reformas, modificou o mundo do trabalho, conseguiu criar condições mais favoráveis para si com a fragmentação da consciência operária. Isso se reflete num refluxo ideológico da esquerda em geral. Nos espaços em que iam sendo perdidos pela esquerda, entraram a ideologia e a prática do neoliberalismo e, em consequência, sua expressão cultural, ou seja, o pós-

modernismo. Afirma-se agora que ponto de vista da totalidade está superado, que os “grandes relatos” não têm mais sentido e levam ao totalitarismo, que as lutas não devem ser travadas em prol de valores universais e, sim, da afirmação de identidades e das diferenças. É claro que, nesse quadro, vem a afirmação de que a luta de classes, a luta mais universal, perdeu o sentido, não existe mais. Com maiores ou menores mediações, o chamado pós-modernismo é a superestrutura ideológica da contra-reforma neoliberal. (Coutinho, 2006: 113).

Conforme o pensamento dominante, a globalização fez eclodir novos movimentos sociais para os quais o trabalho social perdeu a sua centralidade, em favor de novas identidades, valores e problemas. (Leher, 2002: 148). Esse pensamento parte do pressuposto de que o trabalho e as antigas formas de organização social, como sindicatos e partidos de orientação marxista, estariam vivendo o seu ocaso, enquanto novas esferas estariam assumindo o lugar da antiga sociedade de classes, cindida pelas relações de produção (Idem, p.146).

Assim, os novos movimentos sociais, em especial as Organizações Não-Governamentais (ONGs), indicam novas identidades, valores e interesses capazes de articular a subjetividade como a etnia, o gênero, a opção sexual, a religião, a nacionalidade, o meio ambiente, entre outros. Visto a partir do ângulo do pensamento hegemônico, a resposta à indagação de Gorz: “Adeus ao proletariado?” é, indubitavelmente, positiva. Este pensamento institui uma forte dicotomia (passado versus futuro) entre, de uma parte, os movimentos sociais relacionados com o trabalho e, de outra, os novos movimentos sociais. Os primeiros adotam categorias e conceitos totalizantes, buscam soluções sistêmicas que implicam ruptura com o modo de produção capitalista. Os últimos, ao contrário, são pragmáticos e pouco ideológicos. Os movimentos realmente novos buscam mudanças pontuais, concretas, nas políticas de governo (um processo denominado de focalização), não aspirando, felizmente, a mudanças capazes de levar a rupturas. Outro aspecto igualmente elogiável, ainda na ótica dominante, é que esses movimentos muitas vezes se colocam na condição de “parceiros” do Estado na implementação de determinadas políticas, contribuindo, desta forma, para a despolitização das mesmas e, por conseguinte, para o dismantelamento do ineficiente Estado keynesiano. A sociedade, nesta concepção, é apenas um conjunto de grupos de interesse desprovidos de qualquer identidade capaz de articular uma transformação global; ao contrário, os valores unificadores são os mesmos da empresa capitalista: flexibilidade, competitividade, etc. (Leher, 2002: 162).

O pensamento que subsidia a interpretação dos novos movimentos sociais é o pós-moderno. Nele se propõe o fim das “grandes narrativas” no estudo das

sociedades. Os sistemas e as grandes estruturas e as explicações de conjunto para o estudo da sociedade são substituídos pela história imediata, pela ação direta do indivíduo sobre seu meio ambiente e pela multiplicação das “pequenas narrativas” e das iniciativas particulares; como se isso bastasse para contestar uma ordem autoritária de natureza política ou econômica!

O que está em questão, segundo Leher (2002), é a noção de sociedade civil, de onde vicejam *os novos movimentos sociais*. Na concepção dominante, a noção de sociedade civil aparece desvinculada do mundo do trabalho; ignora as contradições, as diferenças de classe; servindo para atenuar as tensões sociais e as lutas de classe. Trata-se de um conceito polissêmico e polêmico, segundo este autor.

Também Houtart (2003: 309) afirma que o uso desse conceito (de sociedade civil) não é inocente e seu significado depende dos grupos que o utilizam. Há uma concepção burguesa de sociedade civil, que privilegia o indivíduo empreendedor, para o qual é preciso assegurar a liberdade. Há uma concepção ingênua que identifica sociedade civil com os grupos e organizações que querem o bem da sociedade. E há uma concepção analítica e popular que a situa entre o mercado e o Estado, como lugar das lutas sociais.

Na concepção burguesa, *fortalecer a sociedade civil significa favorecer a liberdade de empreendimento, dinamizar os atores sociais empreendedores, reduzir o lugar do Estado e, finalmente, reproduzir a relação social que assegure uma superioridade de classe, hoje mundializada* (Houtart, 2003: 312). Além de não propor alternativas (porque a relação social é naturalizada), essa concepção de sociedade civil valoriza os aparelhos ideológicos, atribui um estatuto privado às organizações voluntárias, permitindo a canalização e a fragmentação institucional da demanda social de grupos e classes fragilizadas.

Como o mercado é a norma universal de funcionamento das relações humanas, para esta concepção de sociedade civil, ele configura o panorama de consumo e o campo de cultura. Decorre daí uma série de deslocamentos: do político para o mercado, do cidadão para o indivíduo consumidor, do engajamento institucional para os referentes institucionais culturais (etnia, gênero, religião, etc.).

A sociedade civil se despolitiza, pois ante o mercado, a política torna-se cada vez mais virtual. Movimentos sociais buscam sua identidade exclusivamente em seu próprio campo, rompendo com a tradição política. Algumas ONGs desenvolvem uma ideologia ferozmente anti-estatal (...). (Houtart, 2003: 312).

Esta autora aponta para uma *concepção ingênua ou angélica da sociedade civil*, composta por organizações geradas por grupos sociais fragilizados, pelas ONGs, pelo setor não mercantil da economia e pelas instituições de interesse comum, educativas e de saúde. Trata-se de uma organização de cidadãos, de todos aqueles que querem o bem e desejam mudar o curso das coisas, num mundo de injustiça, mas não tem por meta uma outra ordenação das relações sociais. Segundo Houtart (2003: 312), *é uma espécie de Terceiro Setor, ao lado do Estado, autônomo e suscetível de fazer-lhe contrapeso.*

Tal conceito de sociedade civil permite dirigir combates sociais. Com efeito, conduz à denúncia do abuso do sistema, mas não chega a uma crítica de sua lógica. Por essa mesma razão, torna-se facilmente o receptáculo de ideologias anti-estatais, interclassistas, culturalistas, utópicas, no sentido negativo da palavra, e, manifestando o desejo de mudar os paradigmas da sociedade, engendra a longo prazo a ineficácia. Por vias indiretas, reencontra sem o saber, a concepção burguesa da sociedade, e é por isso que as constituições que partilham essa visão da sociedade civil se tornam muito facilmente objeto de cooptação pelas empresas transnacionais, pelo Banco Mundial ou pelo Fundo Monetário Internacional. (Houtart, 2003: 313).

Uma terceira concepção da sociedade civil, a *analítica e popular*, busca fazer uma leitura da sociedade civil em termos de relações sociais, o que já traz uma conotação política para o termo, já que se trata de um lugar onde se constroem as desigualdades sociais e onde instituições e organizações representam interesses de classes muito divergentes.

Nesta concepção, as relações diretas capital/ trabalho são desregulamentadas pela orientação neoliberal da economia. Não há ruptura com a lógica do capital, mas as novas tecnologias, a concentração de empresas, a mundialização do mercado, a volatilidade do capital financeiro, e mesmo outros aspectos contemporâneos do sistema econômico contribuíram para difundir suas conseqüências no espaço e dividi-los diferentemente no tempo. As proteções sociais sucumbem a poderes de decisão que escapam do Estado e o capital amplia as suas fronteiras. As

modalidades de lutas sociais sofrem os impactos da relação social de exploração do capitalismo, que se tornou mais difusa.

Existem hoje populações pobres, sem luta de classes correspondente, trabalhadores que se definem de início como consumidores, grupos sociais fragilizados pelo sistema econômico e que reagem em função dos pertencimentos de casta..., de etnia, de gênero, sem fazer relação com as lógicas econômicas que estão na fonte de sua precariedade. As lutas particulares se multiplicam, mas permanecem a maior parte do tempo fragmentadas geograficamente ou setorialmente, diante de um adversário cada vez mais concentrado. (Houtart, 2003: 314).

Em relações desiguais, o mercado forja a sociedade civil e as forças econômicas invadem o espaço público. Os Estados são utilizados pelos grupos dominantes que agem em escala mundial, para o controle sobre populações, migrações e movimentos sociais, e também para servir o mercado. O dinamismo e a pluralidade da sociedade civil são estimulados, desde que não coloquem em xeque a relação social capitalista. Para tanto, as ONGs, o Estado e os órgãos da ONU – sujeitados e domesticados pelos grupos dominantes que agem mundialmente – exercem um controle da sociedade civil.

Com base nesta análise, desenvolve-se também uma consciência social mais profunda, segundo a qual

Existe, com efeito, uma sociedade civil de baixo, que é expressão de grupos sociais desfavorecidos ou oprimidos, que pouco a pouco, experimentam e descobrem as causas de sua situação. Ela está na base das resistências que se organizam atualmente e se mundializam. Reivindica um espaço público organizado a serviço do conjunto dos seres humanos e não de uma minoria. Ela quer transformar em cidadãos aqueles que foram reduzidos a produtores e consumidores, que se debatem nas aflições das economias informais, que formam essa “massa inútil” para o mercado globalizado. (Houtart, 2003: 315).

O critério de análise dos múltiplos componentes da sociedade civil de baixo, segundo Houtart (2003: 316), é seu caráter anti-sistêmico, ou seja, como que os movimentos sociais ou as organizações não-governamentais contribuem para pôr em xeque à lógica do sistema no domínio que lhe é próprio. Para a autora, é

necessário deslegitimar o sistema econômico prevalecente e não apenas condenar seu abuso, como fazem as instâncias éticas.

É preciso denunciar a lógica que preside a sua construção e suas práticas e desemboca necessariamente em contradições sociais ou, pior ainda, na impossibilidade de responder às funções essenciais da economia, isto é, assegurar as bases materiais necessárias à vida física e cultural de toda a humanidade (Houtart, 2003: 317).

Nesse sentido, o que vai qualificar a mundialização das resistências será a busca de alternativas que desemboquem em ações coletivas e não em paliativos.

Não estamos nos referindo às alternativas reformistas, criadas no interior do sistema, como a “terceira via”. Elas perseguem a ilusão de humanizar o capitalismo. Estamos falando de algo mais em longo prazo, com projetos de médio e curto prazo, elaborados pela *sociedade civil de baixo* que Houtart (2003: 318) caracteriza como *organização pós-capitalista da economia*, mas que nós entendemos como sendo uma sociedade que se pretende construir.

4.4. Fórum Social Mundial e os movimentos atuais: da transgressão à politização das alternativas

Quando as condições para a resistência mais aberta ao neoliberalismo se acumularam, os que protagonizaram essa oposição pensaram na possibilidade de fazer um fórum alternativo ao Fórum Econômico Mundial, que acontece em Davos – onde os protagonistas do neoliberalismo se reúnem todos os anos.

(...) A convocação do primeiro Fórum Social Mundial foi então feita tendo como sede um país da periferia capitalista – principal vítima da concentração de poder e da transferência de riqueza para os grandes centros capitalistas. O Brasil foi escolhido, por ter desenvolvido uma esquerda social e política significativa ao longo das décadas anteriores. Porto Alegre foi a cidade designada como sede do Fórum, pelo sucesso das administrações públicas levadas a cabo pelo Partido dos Trabalhadores desde 1988. Esses governos se desenvolviam centrados nas políticas de orçamento participativo. Estas são políticas que visam a redefinir as relações entre governantes e governados, a partir das decisões sobre o orçamento colocadas nas mãos da cidadania. (Sader, 2005: 48).

Movimentos sociais, organizações civis e não-governamentais, redes internacionais e todos⁵⁷ os que de uma forma ou de outra resistem ao neoliberalismo foram convidados para a elaboração de propostas alternativas neste e nos demais Fóruns Sociais Mundiais⁵⁸, demonstrando que estes são espaços inéditos de encontro de forças anti-sistêmicas em escala internacional, que marcam a virada do período de resistência fragmentada, setorial e defensiva ao neoliberalismo, para a fase de acumulação concentrada de forças (políticas, sociais e culturais) articuladas internacionalmente, com o intuito de enfrentar, derrubar e superar o neoliberalismo com condições de superá-lo. Porém, mesmo depois de rupturas tão marcantes, os fóruns constituem um quadro de difícil apreensão em relação a outras tentativas de coordenação internacional. Isso porque,

O mundo do trabalho que caracterizou as Internacionais, até mesmo a primeira, com o próprio sentido de internacionalismo extraído da universalização da exploração do trabalho pelo capital, perdeu protagonismo. O mesmo aconteceu com outro componente da “esquerda” tal como ela existiu na periferia do capitalismo – o “terceiro mundo”- e suas formas de organização econômica e política. A sua ausência, sob a forma que existia anteriormente, é uma das características dos fóruns (...). Significativamente também, a presença maior dos representantes do mundo do trabalho se dá em países da semiperiferia. Os do “terceiro mundo” – e os fóruns têm sido realizados em um espaço do “terceiro mundo” – estão igualmente presentes, embora as maiores manifestações desde Seattle tenham se dado em cidades do centro: Gênova, Florença, Londres, Madri, Roma e Barcelona, entre outras (...). (Sader, 2003:88-89).

Sader (2003:90) considera que existem elementos comuns entre os Fóruns Sociais Mundiais e a Primeira Internacional, *especialmente no caráter ideológico libertário, plural, rebelde, na composição social heterogênea, na tônica*

⁵⁷ São movimentos muito diversos, que têm como ponto comum a oposição ao neoliberalismo e a disposição de construir, conjuntamente um projeto global alternativo ao modelo vigente. São sindicatos urbanos e rurais, movimentos sociais que lutam pelos direitos das mulheres, dos povos indígenas, dos negros, dos deficientes físicos, dos homossexuais, são organizações que lutam pelo desenvolvimento sustentável, pela proteção do meio ambiente, são organizações estudantis, entidades que lutam pela taxação do capital financeiro, entre tantas outras. (Sader, 2005:60).

⁵⁸ A primeira conclamação dos Fóruns Sociais Mundiais é contrária a idéia do Consenso de Washington de que haveria uma única política possível, aquela do ajuste fiscal; à tese do “fim da história”, segundo a qual estaríamos condenados à democracia liberal e à economia capitalista de mercado; e à idéia da irreversibilidade da globalização neoliberal, horizonte que seria obrigatório para a humanidade. (Sader, 2005:81).

internacionalista, na oposição à mercantilização do mundo, mas sobressaem os elementos diferenciadores entre ambos:

(...) especialmente no marco de ruptura do período histórico existente entre aquele iniciado com o surgimento do termo “esquerda” e o movimento operário, como foram conhecidos por mais de um século. Separam-nos a derrota e a desapareição do que historicamente assumiu a imagem do “socialismo” e as transformações operadas pela esquerda, como ela foi projetada para o mundo, a partir dos processos políticos da Europa ocidental. (Sader, 2003: 91).

Os principais objetivos do Fórum Social Mundial e de todos os movimentos de oposição à globalização é, primeiramente, resistir e tratar de impedir, dentro do possível, a realização das políticas neoliberais. Além disso, construir coletivamente políticas alternativas é outro objetivo.

Quanto ao segundo objetivo, podemos dizer que ele tem caráter internacional, mas isso não quer dizer que o Fórum Social Mundial, que abriga o conjunto desses movimentos, seja uma Internacional. As Internacionais se assentavam nas organizações dos trabalhadores, que orientavam suas lutas pela compreensão de que a resolução da contradição capital/ trabalho favorecia a este e representaria a emancipação do conjunto dos dominados, explorados e discriminados. Desde então, as estruturas das sociedades contemporâneas se modificaram, se multiplicaram e diversificaram as contradições que as compõem e as visões existentes sobre o processo emancipatório. As formas de organização e relação entre os componentes deste vasto movimento são bem diferentes em relação às que caracterizaram as Internacionais.

Antes, entre os membros – partidos, sindicatos, etc. –, estabelecia-se uma organicidade que supunha centralização e disciplina, até mesmo porque as Internacionais eram concebidas como “partidos internacionais dos trabalhadores”, com formas de organização e disciplina similares aos partidos.

A própria diversidade dos movimentos componentes da nova rede mundial impede isso. Mas também a concepção é mais ampla e mais elástica, para que caibam todas as diversidades. (...) Assim, os movimentos não são obrigados a aceitar deliberações coletivas; busca-se da forma mais trabalhada possível a construção de consensos, num marco mínimo de decisões formalmente construídas, que permitam um funcionamento coletivo e com graus básicos de efetividade. (Sader, 2005: 67).

Embora os Fóruns Sociais Mundiais tenham construído elementos de força, tais como a produção teórica⁵⁹ no plano das análises globais e no plano setorial (dos movimentos sindicais, de gênero, de etnias, de meio ambiente, etc.) – inclusive com o reconhecimento moral de que os grandes temas da humanidade, na entrada do novo século, estão sendo discutidos em seu interior (e não em Davos) –, esses elementos não têm sido incorporados politicamente no plano dos governos, parlamentos e outras formas, além das mobilizações de massa. Isso significa que ainda não se conseguiu ainda efetivamente exercer o poder de veto sobre as políticas neoliberais vigentes. Também não se conseguiu, no plano econômico, frear o movimento especulativo do capital, apontar para novas formas de intercâmbio internacional nem criar políticas econômicas alternativas.

Para Houtart (2003), a profusão de movimentos sociais está relacionada aos efeitos da mundialização do capitalismo, que afeta, cada vez mais, os grupos sociais *diretamente integrados na relação capital/ trabalho (submissão real) e aqueles que sofrem uma submissão formal pelos mecanismos notadamente financeiros de absorção de riquezas*. Na visão desta autora, as resistências permanecem fragmentadas diante de um sistema econômico mundializado, sendo necessário construir convergências estratégicas e orgânicas.

⁵⁹ Porém, as concepções tradicionais de interpretação histórica, na forma como existiram até aqui, não estão em condições de abastecer movimento com uma concepção articulada e coerente sobre o mundo que deve substituir o articulado em torno do neoliberalismo (Sader, 2005: 82).

CAPÍTULO 5: SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS E TRANSGRESSÃO

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
(Carlos Drummond de Andrade)*

5.1. Um breve histórico da profissão de Serviço Social

Profissão e vida de assistente social, no modo de produção capitalista têm a marca profunda *do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo*. Nas origens desta profissão, observou-se *uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir* (Martinelli, 1995:66).

A base de justificação desse tipo de profissional especializado encontrou sua gênese no contexto da hegemonia do capital industrial e financeiro e este processo pode ser apreendido sob o ângulo das classes sociais emergentes (da constituição e da expansão do proletariado e burguesia industrial) e das mudanças verificadas, em cada conjuntura histórica específica, na composição dos grupos e segmentos de classes que compartilham do poder de Estado. Foi isso que trouxe, historicamente, o assistente social para o cenário de manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição existente entre o proletariado e a burguesia, a qual passou a demandar outras modalidades de intervenção, para além da caridade e da repressão.

A institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende (...) de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/ trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. É quando o Estado se “amplia”,

nos termos de Gramsci, passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional. (Iamamoto, 1998: 23).

A questão social, posta pelas expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu protagonismo político, exigiu seu reconhecimento por parte do empresariado e do Estado. Este último passou a intervir nas relações interclassistas, estabelecendo uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, via legislação social e trabalhista, organizando e prestando serviços sociais e formulando políticas sociais como uma nova modalidade de enfrentamento da questão social. Estas políticas consideram, ainda que minimamente, as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e servem de sustentação ao poder da classe dominante sobre o conjunto da sociedade. Para os que estão inseridos no mercado de trabalho, tais políticas representam uma complementação ao salário; para os que estão fora deste mercado, elas significam um modo de sobrevivência. Em essência, são um mecanismo de redistribuição de renda, que opera segundo a estratégia de regulação do Estado em relação aos anseios populares. Resultam, portanto, do protagonismo da classe trabalhadora, quando esta reivindica, conquista e amplia seus direitos, após confrontos e processos de luta.

Netto (1992:74) afirma que *a profissionalização do Serviço Social tem suas bases nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais*. Essa nova modalidade de intervenção atendeu *a necessidade política de contenção e controle de possíveis insubordinações* (Iamamoto; Carvalho, 2003:78) da classe trabalhadora, subordinada a um intenso processo de exploração.

Como a profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, é a partir da compreensão destas determinações históricas que se poderá alcançar o significado social desse tipo de especialização do trabalho coletivo (social), mais além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso, e, ao mesmo tempo, procurar detectar como vêm contribuindo de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja, do conjunto da sociedade.

O Serviço Social só pode afirmar-se como prática institucionalizada e legitimada na sociedade ao responder a necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de

vida e de trabalho de forma socialmente determinada. (Iamamoto, Carvalho, 2003:16).

Ainda segundo a análise feita Raichelis (1988:11), o Serviço Social foi se configurando como *uma atividade diferenciada na divisão social e técnica do trabalho*, na medida em que se articulou com as classes fundamentais, ao modo de produção capitalista. Foi assim que, a partir do cenário político e econômico da sociedade urbano-industrial, o Serviço Social foi se inserindo na lógica do capital, inicialmente, com bases conservadoras vinculadas aos movimentos de ação social da Igreja Católica e, posteriormente, às novas bases de legitimidade junto ao Estado e às classes dominantes.

No Brasil, durante a década de 40, foram criadas instituições estatais ou patronais, como o SESI, o SESC, a LBA, entre outras, como resposta ao agravamento dos conflitos de classe. Esta foi uma intervenção organizada da classe burguesa sobre a questão social, onde o Serviço Social passou a ter um lugar privilegiado no aparato institucional, na execução de programas sociais indispensáveis à reprodução da força de trabalho e ao controle social e ideológico da classe trabalhadora, como modo de impedir o desenvolvimento autônomo desta classe. O destaque aqui, no processo de profissionalização do Serviço Social, foi dado para *uma atividade que contribui para que o poder de classe se exerça (Raichelis, 1988:12).*

A contradição estava posta na própria legitimidade da demanda dos serviços profissionais do assistente social. Ao mesmo tempo em que ele prestava serviços à classe trabalhadora, quem o contratava e tinha o controle sobre as instituições sociais determinava as condições desta legitimidade. Foi assim que estes serviços apareciam sob a forma de imposição para a população assistida.

Em suma, o que se tinha aí, no processo de profissionalização (e institucionalização) do Serviço Social, era o caráter de classe das contradições, que expressava *os limites do profissional no controle das condições materiais e técnicas do seu trabalho (Raichelis, 1988: 13).*

O primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social foi elaborado

pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) em 1947⁶⁰ e aprovado em 1948.

Em 1948, a ação profissional é claramente subordinada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa (...).

A formação profissional, “em todos os ramos da moral”, é tida como uma exigência ética, tendo em vista “cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se sempre, em todos os atos profissionais, no bem comum e nos dispositivos de lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus” (ABAS, 1948:40-41). Orientada pelo neotomismo, a ética profissional opera de modo prescritivo, baseando-se numa dicotomia entre bem e mal, que, no agir profissional, só aparentemente é abstrata, uma vez que traduz os dogmas cristãos e a moral conservadora. Assim, o assistente social deve recusar “qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral (...) Aperfeiçoar a sua personalidade (...) Manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e bons costumes da comunidade (...) Respeitar no beneficiário do Serviço Social a dignidade humana, inspirando-se na caridade cristã (idem, ibidem). (Barroco, 2001: 95-96).

Nesse contexto, profissão e vida de assistente social eram tratadas como um todo homogêneo. A legitimação da prática profissional tinha ligação com a intenção do agente e a validação teórica não era relevante, ou pelo menos, não tinha o mesmo peso que as bases ético-morais da instituição profissional. Eram requisitos à profissão e vida de assistente social: perfectibilidade, caridade cristã, respeito à lei de Deus, atenção ao bem comum e à dignidade da pessoa humana, atitudes de cortesia.

O Código de Ética de 1948 pautava-se em pressupostos neotomistas⁶¹ e positivistas. Partindo do pressuposto de que o modo capitalista de produção e, por conseguinte, a sociedade capitalista e as desigualdades sociais eram *naturais*, profissão e vida de assistente social voltavam-se à integração dos indivíduos à realidade⁶², procurando atenuar (ainda que minimamente) os excessos da

⁶⁰ Segundo Brites e Sales (2000: 27), a primeira formulação ética do Serviço Social Brasileiro data de 1947 e consistiu numa resposta à exigência de configuração de uma axiologia, isto é, da explicitação de um corpo de valores com os quais os profissionais se comprometiam, para fins da regulamentação do exercício profissional.

⁶¹ “O neotomismo tornou-se a base filosófica da doutrina social da Igreja Católica, a partir de fins do século XIX. Retoma as idéias centrais da filosofia de Santo Tomás de Aquino (séc. XIII), combinadas a uma visão de mundo conservadora”. (Brites; Sales, 2000:25).

⁶² (...) quanto aos usuários, diz que “o Serviço Social trata com pessoas humanas desajustadas” ou ainda, nas relações profissionais, sugere “evitar fazer quaisquer alusões ou comentários desairosos sobre a

exploração do trabalho.

(...) Nas origens do Serviço Social do Brasil, as críticas ao ordenamento social instituído não estavam ausentes, mas o teor da crítica era balizado por claros componentes anticapitalistas românticos, sintonizados no passado perdido e não na ultrapassagem do presente como alimentadora da construção do futuro. Porém, rapidamente o Serviço Social adere à sociedade industrial, dela procurando eliminar “os perigos que a revolucionam e a dissolvem”, aderindo à “reforma administrativa” e à “filantropia do Estado”, que sustentam, em última instância, que “os burgueses são burgueses em benefício da classe operária”. A crítica moralizadora da vida social – contrapartida de sua naturalização – reforça os pilares de sua sustentação. (Iamamoto, 1996:98).

A profissão foi regulamentada em 1957⁶³ e, em 1962, foi criado o Conselho Federal dos Assistentes Sociais (CFAS). Também data de 1962, a publicação pela ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) de um Código Moral de Serviço Social, que oferecia ao assistente social subsídios para a sua formação moral. Segundo Barroco (2001:122), *a legitimação dessa obra, por parte da entidade nacionalmente representativa do conjunto das Escolas de Serviço Social (...) é uma expressão significativa da reação conservadora aos questionamentos ético-políticos dos anos 60.*

Quando o autoritarismo burocrático-militar invadiu o Estado brasileiro e as instituições da sociedade civil, o Serviço Social viu-se polarizado entre as demandas contraditórias do poder e da população. Externamente, redefiniu-se as relações entre o capital monopolista internacional e as nações denominadas “periféricas” do sistema capitalista. Internamente, ocorreu um processo de gestação de sucessivas crises político-institucionais, cujo ápice foi a crise do populismo. As redefinições se processaram no Estado, nas instituições, nas profissões (entre elas no Serviço Social), enfim, na sociedade brasileira pós-64.

Bravo (1996:84) afirma que o Serviço Social no pós-64 sofreu profundas modificações, tendo uma renovação significativa na “autocracia burguesa”. Renovação, pela alteração de muitas demandas práticas, pelas mudanças das condições de exercício profissional, pelo redimensionamento de seus quadros

conduta de colega”, dentre outros. (Brites, Sales, 2000:27).

⁶³ A Lei de Regulamentação da Profissão nº 3252, data de 27 de agosto de 1957 e foi regulamentada pelo Decreto nº 994 de 15 de maio de 1962, tendo sido atualizada em 07 de junho de 1993, pela Lei nº 8662.

técnicos na reprodução da categoria profissional⁶⁴ e pela incorporação de novos referenciais teórico-culturais e ideológicos. Essa renovação do Serviço Social aconteceu num contexto de crise do regime ditatorial instaurado em 1964 e de lutas pela democratização da sociedade brasileira, que só adquiriram visibilidade política na segunda metade da década de 70.

Seguindo os fluxos dos acontecimentos, em 1965, o Código de Ética foi reformulado pelo CFAS, permanecendo valores e fundamentos tradicionais (humanistas-cristãos), de cunho conservador, acrítico sobre as relações sociais que deram suporte à profissão e vida de assistente social. Tratou-se de um Código de Ética essencialmente corporativo, que empreendeu, *por meios legais, a adequação da prática profissional ao estabelecido, de forma conectada ao coroamento filosófico da defesa do status quo* (Brites, Sales, 2000:30).

No entanto, constatou-se uma mudança no que se referiu à manifestação do pluralismo presente na renovação profissional. De acordo com Barroco (2001:126), *em 1965 anuncia-se a existência de diferentes concepções e “credos” profissionais*. Segundo esta autora, isso representou um avanço tanto em relação ao Código anterior (de 1948) – onde a profissão era vista como um todo homogêneo –, quanto em relação ao posterior (de 1975) – em que a referência ao pluralismo é excluída do Código, expressando uma reatualização do conservadorismo profissional.

Outro destaque em relação a este Código foi a direção ética que ele assumiu: embora mantendo a base filosófica tomista, o Código de 1965 passou a tratar o Serviço Social como uma *profissão liberal*, de natureza técnico-científica, e não mais como uma atividade humanista. *Os deveres profissionais já não se apresentam como decorrência de um compromisso religioso, mas de uma obrigação formal dada pela legislação à qual a profissão está submetida*. (Barroco, 2001: 127).

Entre as atribuições profissionais, constava no Art. 6 deste Código de Ética de 1965 que *o assistente social deve zelar pela família, grupo natural para o*

⁶⁴ É possível afirmar que já se começava a esboçar uma mudança no perfil profissional. Assim, os assistentes sociais vão se diferenciando progressivamente das pioneiras, cujos traços de formação eram eminentemente católicos e de cunho moral, sendo a opção pelo Serviço Social concebida como “vocação” e atributo feminino voltado à ajuda e à compaixão; ao que se somava também a sua origem burguesa. Na década de 60, portanto, os agentes profissionais tornam-se oriundos mais e mais dos estratos médios, fruto da consolidação e ampliação do mercado de trabalho e respectivo assalariamento da categoria – tendência que vai se intensificar nos anos 70 até atingir características típicas das classes trabalhadoras. (Brites; Sales, 2000:30).

desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade.

Sintonizado com a realidade brasileira daquele momento e, portanto, com as apostas desenvolvimentistas na justiça social e no projeto modernizador do Estado, o Código de Ética de 1965 propunha que o assistente social deveria colaborar com os poderes públicos, na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma ordem social justa (Art.8). O assistente social também deveria interessar-se por todos os grandes problemas sociais da comunidade, dentro de uma perspectiva da realidade brasileira, colaborando com seus recursos pessoais e técnicos, para o desenvolvimento solidário e harmônico do país. (Art.22). Não havia incompatibilidade entre essas proposições e o reformismo social limitado, que alimentava a prática profissional desde a sua gênese, como legado do humanismo cristão. Constava no Art.9 deste Código: *o assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnado pela correção dos desníveis sociais.*

Segundo Barroco (2001:128),

(...) o perfil ético tradicional é reforçado através da orientação de valor quanto ao comportamento profissional; o assistente social deve ser: “imparcial... pontual ... respeitoso, cortês”(…). A moral apresenta-se como o “alicerce” da ação profissional que deve ser mantida em todas as dimensões da vida social, como condição de preservação da “dignidade profissional”. Assim, “todo assistente social, mesmo fora de sua profissão, deverá abster-se de qualquer ação que possa desaboná-lo, procurando firmar sua conduta pessoal por elevado padrão ético, contribuindo para o bom conceito da profissão”(…).

Mais uma vez, profissão e vida de assistente social pareciam coincidir, pela reincidência de prescrições evidenciadoras da necessidade de um comportamento adequado à moral tradicional.

No pós-64, o Serviço Social, com a vertente modernizadora, atualizou a sua herança conservadora, adequando-a às novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, para atender às

exigências da política de desenvolvimento com segurança. Burocratização e modernização das estruturas organizacionais, associadas à reestruturação e à racionalização do Estado, para gerenciar o desenvolvimento em proveito dos monopólios, com elaboração, planejamento e execução de políticas setoriais – que objetivaram a reprodução da força de trabalho e legitimação – fizeram surgir um mercado nacional de trabalho para os assistentes sociais.

Em síntese, a “modernização conservadora” redefiniu a base de legitimidade profissional a partir das novas exigências do mercado de trabalho e do quadro de formação para ele. É nesse processo que Netto (1989) aponta o processo de renovação do Serviço Social, com o surgimento de diversas propostas teórico-metodológicas, com diferenças ideológicas, com projetos profissionais em confronto, com concepções interventivas diversas, com práticas múltiplas, com proposições de formação alternativas, com formas de organização antes desconhecidas e uma discussão teórico-ideológica inédita. Um dos elementos significativos, levantado pelo autor, tem suas bases na laicização do Serviço Social (...). Esses elementos de renovação profissional, entretanto, se iniciaram no pós-64, atravessando a distensão política, a “abertura” e a transição (...) O Serviço Social até 1960 não se apresentava com polêmicas de relevo, havendo uma relativa homogeneidade nas propostas profissionais, apesar dos questionamentos surgidos em meados da década de 50, que se avolumam na próxima década. No início da década de 60, diversos profissionais de Serviço Social começaram a questionar a posição conservadora assumida majoritariamente pelos assistentes sociais, voltada para a manutenção do status quo (...). (Bravo, 1996:86-87).

É válido lembrar que, o período que precedeu o golpe militar foi marcado por movimentos que buscam a ampliação da cidadania política e econômica das classes populares (ou melhor, de um coletivo extremamente heterogêneo, cuja unidade foi dada no plano social da política e não no da produção, precisamente).

No Serviço Social, experiências de Desenvolvimento de Comunidade articularam-se a propostas heterogêneas – do ponto de vista político e ideológico – de participação popular, cuja unidade se deu em torno das *reformas de base*.

Segundo Bravo (1996:88),

O processo de crítica existente no Serviço Social na década de 60 foi abortado pelo golpe de 64, com a neutralização dos protagonistas sócio-políticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, cortando os suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista à crise em andamento na profissão (...). O eixo do debate se centrava na contestação do Serviço Social importado,

com práticas assistencialistas e ajustadoras, e a pretensão de neutralidade científica.

O processo de revisão e redefinição no campo do conhecimento e das práticas profissionais, denominado *Movimento de Reconceituação do Serviço Social*⁶⁵, na década de 60, resultou de um conjunto variado de experiências, derivadas dos processos políticos desenvolvimentistas-populistas, em diferentes países da América Latina, principalmente no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. Não houve uma unidade neste Movimento e sua gênese esteve relacionada a diferentes situações políticas, econômicas, sociais e culturais que particularizaram cada sociedade latino-americana neste período. O importante destaque dessa conjuntura foi que, a partir das experiências político-organizativas derivadas do populismo⁶⁶, ocorreu um determinado nível de desenvolvimento da consciência de classe.

O eixo do debate trazido pelo Movimento de Reconceituação foi a contestação do Serviço Social importado, com práticas assistencialistas e ajustadoras, e a pretensão de neutralidade científica. Ressaltamos como pontos pertinentes: 1) uma forma do Serviço Social pautada, pela primeira vez, na raiz marxista, porém, com equívocos de interpretações feitas a partir de manuais, influenciados pelo positivismo. Não foram utilizadas as fontes originais; 2) a preocupação de responder às problemáticas comuns da América Latina sem as tutelas imperialistas.

⁶⁵ *Enquanto fenômeno sócio-cultural, o processo de reconceptualização articulou-se como consequência da crise estrutural que, gestada desde meados dos anos cinqüenta, afetou os padrões de dominação sócio-política vigentes na América Latina. Enquanto fenômeno profissional, ele instaurou-se como uma resposta possível elaborada por setores da comunidade profissional como alternativa à evidente falência do Serviço Social Institucional que, no continente, sempre foi um Serviço Social a que cabe a caracterização de tradicional (Netto, 1981:59).*

⁶⁶ *No Brasil, o governo de João Goulart, que assume a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, tenta promover uma política populista de maior radicalização, o nacionalismo desenvolvimentista, contrapondo-se ao processo de internacionalização da economia brasileira e abrindo espaço para os processos de mobilização e lutas a favor das mudanças de base, no contexto de um processo de ampla luta política. (...) Verifica-se, nessa conjuntura, um período de gestação da consciência nacional-popular, com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais, com a presença das ligas camponesas, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros (Silva, 1995:27).*

Surgiram, nesse processo de redefinição do Serviço Social, diferentes tendências e concepções sobre a profissão, bem como sobre as tarefas que lhe competiam na conjuntura da sociedade brasileira pós-64⁶⁷. Essa foi uma conjuntura em que houve uma ruptura com as experiências populistas de participação popular e a consolidação do poder burguês, sob ênfase do autoritarismo militar.

Dada a repressão do regime militar e a institucionalização do Estado de Segurança Nacional, a difusão de idéias que questionassem a estrutura do poder, a sociedade de classes e as práticas inspiradas no marxismo, só puderam penetrar no país a partir da década de 70.

Até então, no período de 1965 a 1975, segundo Bravo (1996:89), o CBCISS⁶⁸ foi o *principal veículo responsável pela produção teórica e reprodução teórica do Serviço Social, com a realização de seminários e publicações como os de Araxá (1967) e Teresópolis (1971)*. No entanto, como a própria autora adverte, essa instituição extra-universitária difundiu a perspectiva modernizadora, buscando adequar o Serviço Social ao marco de estratégias do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido,

Trata-se de um conjunto de atividades e tarefas relacionado com o aumento da racionalidade e eficiência das ações profissionais, no sentido de atuarem como coadjuvantes no processo de dominação de classe. Os problemas daí derivados são reduzidos a um tratamento técnico que exige a intervenção de 'um profissional especializado em relações humanas', apto a mediatizar, junto à população trabalhadora, os serviços assistenciais e previdenciários conhecidos como 'benefícios' da política social, lançando mão de mecanismos de persuasão e controle que funcionam como instrumentos de enquadramento na ordem capitalista.

Essa perspectiva, embora com nova roupagem, não representa nenhum rompimento ou transformação da tendência dominante na profissão de atuar como elemento acessório ao poder estabelecido, cujos agentes profissionais funcionam como mediadores dos interesses do capital, contribuindo para a estabilização das relações sociais (Raichelis, 1988:17).

Como se pode ver, esta foi uma vertente coadjuvante no processo de dominação de classe, que exigiu a modernização do instrumental metodológico e

⁶⁷ Para uma compreensão adequada dessa conjuntura, a leitura do livro *Legitimidade e coação no Brasil pós-64*, de Lúcia Klein & Marcus Figueiredo (1978) foi fundamental.

⁶⁸ Inicialmente denominado Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social e, depois, Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (Netto, 1996b:134).

técnico, no sentido de potencializar a eficácia do Serviço Social prestado, ou seja, de uma vertente que se orientou pelas demandas oriundas das classes dirigentes.

Uma contraposição a isso surgiu nos anos de 1972 e 1975, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Estamos falando do Método BH. Apesar de suas debilidades teóricas, o chamado Método de Belo Horizonte, com algumas propostas do Movimento de Reconceituação latino-americano, ficou conhecido como uma iniciativa que buscou romper com o Serviço Social modernizador e incorporar algumas categorias marxistas.

No que tange as disposições ético-normativas, o Código de Ética de 1975 substituiu, em termos, o neotomismo pelo personalismo, reafirmando os princípios do humanismo cristão tradicional. Isso pode ser apreendido na visão que se tem da *pessoa humana como centro, objeto e fim da vida social* (CFAS, 1975:7). Excluindo as referências de democracia e pluralismo – presentes no Código anterior –, o Código de 1975 representou um retrocesso, pois reiterou os mesmos postulados tradicionais abstratos (bem comum, autodeterminação, subsidiariedade, participação da pessoa humana, justiça social), citando abstratamente categorias do tipo *dialética homem-sociedade*. Também houve um retrocesso neste Código, quando assumiu uma posição acrítica em face da *ação disciplinadora do Estado... que em nome do bem comum tem o direito de dispor das atividades profissionais* (CFAS, 1975:6).

Segundo Brites e Sales (2000:35),

À semelhança do que preconiza Durkheim, sobre o papel das corporações enquanto agrupamentos profissionais fundados no dever de elaborar e assegurar uma moral e um direito profissionais contra a anomia e o risco da atomização social inerentes ao Estado liberal, o Código de 1975 define: “A profissão é mais do que um trabalho orientado para a subsistência dos que a exercem; é um dos fundamentos da estruturação da sociedade e de sua organização em uma diversidade de grêmios profissionais. Em seu aspecto associativista, a organização profissional representa um valioso instrumento de defesa social”. As corporações teriam, assim, como finalidade a instituição de regras, com vistas à formação de hábitos, justificando-se o método da coação. Na visão durkheimiana da divisão social do trabalho, faz-se necessária a construção de uma “potência moral”, para além do aparato do Estado, que instigue nos indivíduos o respeito e a disciplina, provocando num somatório geral de atitudes a coesão social e a manutenção da ordem. Eis aí, portanto, o cimento ideológico que faltava para preencher as lacunas morais entre a pessoa humana e o bem comum; e na expectativa e crítica social de Durkheim, entre o indivíduo e o Estado, qual seja, a perspectiva corporativista.

Os vínculos teórico-metodológicos do Serviço Social com o estrutural-funcionalismo – expressos no adensamento da lógica racionalista, cientificista, asséptica e a-histórica, como diretriz técnico-operativa à operacionalização da prática profissional – aprofundaram-se. Entre as orientações deste Código, estava: *agir, quando perito, com isenção de ânimo e imparcialidade (CFAS, 1975:14)*. É vedado ao assistente social *formular, perante o cliente, crítica aos serviços da instituição, à atuação dos colegas e demais membros da equipe interprofissional (CFAS, 1975:16)*.

Segundo Silva (2004:125), *há certa “denúncia” com relação à atuação profissional pelo fato de exercer funções paliativas, sendo possível até vislumbrar novas possibilidades de trabalho, porém não se percebe uma reflexão ética em torno do exercício profissional*.

Observa-se claramente o vínculo com o funcionalismo e também com a fenomenologia. *O papel do profissional dentro da instituição é cuidar do progresso do “cliente”*.

Nota-se que, em sua prática, há certa tendência a solucionar os problemas sociais em uma perspectiva preeminentemente centrada no indivíduo, isolado de uma estrutura social. Dá a entender uma ocorrência de apropriação de concepções diagnósticas, o que são peculiares às disciplinas terapêuticas, com ênfase ao tratamento e com forte tendência, portanto, ao psicologismo. Este fato pode ser explicado pelo código de 1975, que apontava os rumos do Serviço Social para uma tendência fenomenológica, posta em voga em 1977 por Ana Augusta de Almeida. Era necessário, face à base ideológica conservadora do neotomismo, buscar novos referenciais que ocasionassem um novo discurso, o que se pôde evidenciar no código de 1975. Este, permanecendo com as suas bases fixas na metafísica e no conservadorismo, introduz a referência ao personalismo. (Silva, 2004:126-127).

Nesta conjuntura, os assistentes sociais reclamavam a ausência de recursos como o maior entrave para a realização das ações do Serviço Social. No entanto, essa denúncia não se fazia acompanhar de uma análise conjuntural ou por reflexão que questionasse o problema. O exercício profissional encontrava-se ainda bastante atrelado aos princípios norteadores da profissão pré-movimento de reconceituação, ou seja, à visão conservadora ainda presente no Código de Ética de 1975.

O revigoração à crítica no Serviço Social só se tornou possível num

contexto em que as bases de legitimidade do regime foram ameaçadas pelas contradições do bloco do poder, pela “crise do milagre” e pela pauperização de amplos setores das classes médias urbanas e da classe trabalhadora. Isso, logicamente, teve ressonância no interior da profissão.

Os assistentes sociais responderam às demandas dessa conjuntura de forma heterogênea, buscando rearticular e atualizar o seu discurso e a sua prática, ainda que de modo polarizado, por vertentes contraditórias entre si, que trouxeram no seu interior uma diversidade de posições. Estamos falando de duas vertentes: a *reatualização do conservadorismo*⁶⁹ e a *intenção de ruptura*⁷⁰ com o Serviço Social tradicional.

A primeira, denominada *reatualização do conservadorismo*, rechaçou os componentes vinculados à tradição positivista e ao pensamento de raiz marxiana (crítico-dialético), porém sucumbiu aos componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, repondo-os sob uma base teórico-metodológica que se propôs como nova (com o verniz de modernidade), mas que reforçou o traço microscópico da intervenção da profissão e uma visão de mundo advinda do pensamento católico tradicional. Tratou-se de um pensamento que teve inspiração na fenomenologia e que concedeu uma acentuada atenção para as questões relativas à subjetividade e tirou vantagem do fato do exercício tradicional de Serviço Social ter se fundado no circuito da ajuda psicossocial.

Podemos constatar que, em 1975, o Código de Ética não só reafirma o conservadorismo tradicional, mas o faz na direção de uma adequação às demandas da ditadura, consolidada a partir de 1968. Como produto histórico, já não expressa a tendência modernizadora evidenciada tanto no Código anterior (1965) como em Araxá e Teresópolis, o que se confirma na consideração de Netto. Segundo ele, a perspectiva modernizadora perde sua hegemonia, no plano ideal, a partir de meados dos anos 70, quando emerge duas tendências que com ela se antagonizam: a vertente de reatualização do conservadorismo e a de intenção de ruptura.

Neste sentido, podemos considerar que o código de 1975 já aponta para a tendência tratada por Netto como reatualização do conservadorismo: a vertente fenomenológica inaugurada por Ana Augusta de Almeida, em 1977. (Barroco, 2001:130).

⁶⁹ Netto (1996b:201).

⁷⁰ Netto (1996:247).

A segunda vertente, chamada *intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional* revelou em sua essência a crítica sistemática ao desempenho profissional e aos substratos teórico-metodológicos e ídeo-políticos existentes na profissão, com a intenção propriamente dita de romper com a herança conservadora do pensamento positivista e de seu paradigma de intervenção, entre os quais destacou-se o reformismo conservador. Aqui se teve o resgate histórico das tendências que, antes de 64, conjecturaram rupturas, do ponto de vista político e social, para adequar as respostas profissionais às demandas da realidade brasileira.

(...) desde os anos sessenta, no Brasil, tem início um processo de erosão das bases de legitimação do ethos tradicional do Serviço Social, propiciando uma renovação e pluralismo capazes de evidenciar a dimensão político-ideológica da prática profissional, abrindo a possibilidade de emergência de uma vertente crítica.

(...)

Nos anos 60/ 70, essa parcela minoritária de profissionais opta pela participação política e cívica; amplia sua consciência social e recusa ideologicamente a ordem burguesa. Sob a influência do movimento de reconceituação e da militância cívico-política, se aproxima do marxismo e inicia experiências práticas voltadas ao compromisso com as classes populares.

(...) Num primeiro momento, influenciada por Althusser, entende que deve abandonar o trabalho nas instituições, concebidas como “aparelhos ideológicos de Estado”. Passa a desenvolver trabalhos na periferia dos grandes centros, nas favelas, junto aos movimentos organizados da população, criando novas formas de atuação militante.

Começa a produzir uma literatura crítica, voltada à busca de compreensão do significado da profissão; participa do debate e das entidades latino-americanas, busca elementos para uma superação crítica de seus equívocos, questiona as teorias tradicionais, denuncia a pretensa neutralidade profissional; anuncia seu compromisso com as classes trabalhadoras.

No engajamento político-partidário, resiste à ditadura, rompe com valores, faz escolhas pautadas em valores emancipatórios, acredita na liberdade move-se pela intenção de ruptura em seus entraves.

No fim da ditadura, começa a se organizar como categoria; cria associações vinculadas às lutas gerais dos trabalhadores; organizada, ainda que em minoria, muda as normas do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, exigindo a sua democratização e seu compromisso político com os trabalhadores. (Barroco, 2001:141-142).

Como se viu anteriormente, devido ao marco sócio-político implantado pela ditadura, essa vertente que recorreu progressivamente à tradição marxista teve dificuldades de afirmação naquele contexto, tendo se configurado, inicialmente pelo

Método Belo Horizonte, no início da década de 70, onde se ressalta o protagonismo intelectual de profissionais de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga. Por longos anos, esta foi uma contribuição significativa, porém, isolada (Bravo, 1996:95).

Apesar desses avanços, no sentido de fortalecer a *intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional*, representantes da vertente modernizadora mobilizaram uma resistência, realizando um Seminário, organizado pelo CBCISS, no Centro de Estudos do Sumaré, Rio de Janeiro, em 1978. Este seminário tematizou a *cientificidade do Serviço Social* e sobre a construção do Serviço Social a partir de uma abordagem fenomenológica, entre outros temas afins, não tendo, entretanto, a mesma repercussão que tiveram os seminários de Araxá e Teresópolis, pelas mudanças que já vinham se processando no interior da categoria profissional e pela desvalorização das promoções do CBCISS pelas vanguardas profissionais, além da defasagem dos conteúdos e reflexões apresentados neste seminário em relação ao debate profissional já acumulado.

Outros veículos de divulgação do Serviço Social surgiram, destacando-se os cursos de pós-graduação, o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) e a Cortez Editora, que contribuíram para o debate (e desvelamento) político das questões pertinentes à realidade brasileira e para a construção de uma nova postura teórico-prática, capacitando os profissionais de Serviço Social a questionar as demandas oriundas do poder instituído, a analisar a relação da profissão com os métodos e técnicas e as implicações políticas contidas no exercício profissional, num processo de busca de novas bases de legitimidade do Serviço Social, voltado para a criação de vínculos orgânicos com a classe trabalhadora.

Segundo Raichelis (1988:18),

Essa questão adiciona à profissão e à análise um elemento que é fundamentalmente político, que não se resolve apenas com a incorporação de novos modelos operativos e intrínseca a essa postura encontra-se o desafio de formular projetos de ação que não só atendam às necessidades e interesses das classes populares, mas sejam por elas reconhecidos e legitimados.

Trata-se, portanto, de conceber o Serviço Social numa perspectiva antagônica à perspectiva de quem controla os agentes profissionais para desempenhar um conjunto de tarefas que visa corroborar para o aprofundamento do controle social através da adesão da população aos

programas e objetivos institucionais.

Nos últimos anos da década de setenta, o compromisso das vanguardas passou a ser selado com a universalização de valores democráticos e igualitários, a partir da construção de bases de um novo projeto profissional.

Não se pode ignorar fatos históricos importantes, como o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais⁷¹, realizado em São Paulo, em 1979, que substituiu representantes do poder instituído pelos trabalhadores brasileiros e por aqueles que lutavam pelas liberdades democráticas. Este Congresso objetivou realizar um extenso debate acerca da democratização e ampliação dos direitos sócio-políticos e civis, retratar os valores ético-políticos inscritos no projeto profissional de ruptura e amadurecer a reflexão de bases marxistas, em detrimento do tradicionalismo profissional. Nesse mesmo ano, foi lançada a Revista Serviço Social & Sociedade pela Cortez Editora, com uma proposta plural, aberta, crítica, instigadora de debates, pautada no exercício democrático da liberdade. Incentivo à crítica e confronto de posições foram as perspectivas abertas a partir de então.

No campo profissional, é possível falar em transgressão a partir da profunda renovação do Serviço Social, nos finais da década de 70. Essa renovação tem a ver com a consolidação acadêmica, com a ampliação dos campos interventivos, com o crescimento da literatura especializada (mercado nacional de bens simbólicos profissionais) e também com a organização sindical⁷² da categoria e reestruturação

⁷¹ É importante assinalar que esse congresso representou a “virada”, ou seja, a ruptura pública e coletiva da prática conservadora, sendo considerada decisiva no compromisso da profissão com um projeto articulado com os setores populares. Tendo como tema “Serviço Social e política social”, o seu eixo se desenvolveu por meio da prática do Serviço Social, cuja análise permitiu a discussão da política governamental, da garantia dos direitos sociais, do atendimento prestado pelas instituições, da realidade social – a partir da ótica do usuário – e da atuação do assistente social frente a essa realidade. (Silva, 2004:125).

⁷² Em 1979 foi criada a CENEAS (Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) e, como resultado do trabalho de mobilização e organização dessa Comissão, em 1983, foi criada a ANAS (Associação Nacional de Assistentes Sociais). Abramides e Cabral (1995) elucidaram a trajetória desta entidade, analisando o processo de organização sindical da categoria, através da sua filiação a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que gerou, posteriormente, a necessidade da sua extinção, ocorrida em 1989, devido à adoção da estratégia defendida por esta central sindical de reforçar a organização por ramo de produção e não mais por categoria profissional. Tal estratégia funda-se na necessidade de romper com a formatação corporativista, característica peculiar da sociedade brasileira, e daí sinalizando uma organização inspirada nos princípios da autonomia e liberdade, portanto, na não interferência do Estado. (Ramos, 2001:3).

das entidades nacionais⁷³, a partir dos anos 80.

Iamamoto (1996:90) afirma que *os anos 80 marcam a travessia para a maioridade intelectual e profissional dos assistentes sociais, para a sua cidadania acadêmico-política*. Marca dessa conjuntura foi a politização das ações profissionais, não mais nos marcos do militantismo – predominante no Movimento de Reconceituação – mas no sentido de compreender profissão no âmbito das relações de poder de classe e, em especial, com o poder do Estado.

Do nosso ponto de vista, a reorganização e a emergência dos movimentos sociais no cenário político abriram ao profissional de Serviço Social possibilidades reais de transgressão ao que está instituído, porém, isso não pode ser confundido com voluntarismo, nem com o messianismo. Isso significou uma mudança no papel do profissional de Serviço Social: não mais o de ser mediador do conflito de classes (no sentido de sua contenção ou neutralização), mas o de explicitação desse conflito na proposição, implementação e avaliação das políticas públicas e sociais, no interior das instituições e onde acontece o Serviço Social. Somente assim, explicitando o conflito, identificando recursos e fazendo uso dos mesmos, na condição de um direito seu e/ ou de seu usuário, no interior das instituições (e mesmo fora delas), é que o assistente social pode legitimar a sua prática, ampliando as suas conquistas. Porém, isso depende das condições concretas que peculiarizam cada momento histórico, cada conjuntura política, de tal modo que essa transgressão só acontece quando o profissional tem consciência das relações e dos limites que se estabelecem entre prática profissional e prática política.

A revitalização do sindicalismo brasileiro e de outros movimentos sociais, na sociedade brasileira, estimulou os assistentes sociais, de posições mais progressistas, a se organizarem enquanto categoria, a partir de 1974. A organização da categoria profissional como *sujeito coletivo*⁷⁴ deu vida e efetividade aos projetos

⁷³ Estou me referindo à reestruturação do Conselho Federal e Conselhos Regionais (CFESS/ CRESS); da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e da Seção de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE).

⁷⁴ *O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional é um universo heterogêneo: os membros da categoria profissional são, necessariamente, indivíduos diferentes – têm origens e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. A categoria profissional é uma unidade não-identitária, uma unidade de elementos diversos; nela estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, ela é um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes (Netto, 1999:96).*

profissionais, que, segundo Netto (1999:95),

apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – a respectiva categoria profissional, que inclui não apenas os profissionais de campo, mas que deve ser pensada como o conjunto dos intervenientes que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (organização que envolve os profissionais em sua atividade, as instituições que os formam, os pesquisadores, docentes e estudantes da área, seus organismos corporativos e sindicais etc.) que uma categoria elabora o seu projeto profissional. Se pensarmos no Serviço Social brasileiro, a organização da categoria compreende o sistema CFESS/ CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e demais associações dos assistentes sociais.

O amadurecimento intelectual do profissional de Serviço Social tornou-se historicamente possível a partir dos anos 80 (mais precisamente a partir de 1982) com a publicação do livro de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* – que retomou, de forma significativa, as fontes da teoria social de Marx, tendo em vista a superação de equívocos cometidos nas interpretações desta teoria, ou seja, de equívocos do marxismo vulgar, das leituras mecanicistas que marcaram a negação inicial da prática tradicional, entre os quais destacamos: a ideologização do marxismo, o determinismo tão presente no voluntarismo ético-político e o economicismo.

Foi no Código de Ética de 1986 que configurou-se uma versão formal dessa nova tendência profissional, ou melhor, de uma tendência crítica que intencionou romper com o que está instituído, visando a defesa, a consolidação e a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora. Em grande parte, isso foi favorecido pelo contexto da reorganização política da sociedade civil e pela defesa intransigente da democracia.

O Código de 1986 representa um marco da ruptura ética e ideopolítica do Serviço Social com a perspectiva do neotomismo e também com o funcionalismo, influências tradicionais do Serviço Social até então. Isto fica

evidente quando, de maneira simples, esse código postula novos deveres para os assistentes sociais, tais como democratizar as informações e tentar alterar a correlação de forças no âmbito institucional.

Um elemento fundamental da inovação empreendida pelo Código de 1986 refere-se à questão da denúncia: cabia ao assistente social denunciar as falhas das instituições e, também, as falhas éticas de outros profissionais, o que não era enfatizado pelos códigos anteriores. Havia esta possibilidade, mas tanto a formação teórico-prática quanto a orientação ético-profissional não suscitavam a crítica, nem reconheciam as contradições. Os imperativos éticos e a postura profissional que lhes eram concernentes sinalizavam sempre a intenção e o dever de “ajustar”: mesmo entre os assistentes sociais, predominava a perspectiva de se evitar ou de apaziguar as situações de conflito.

Mas o Código de 1986 mostrou-se, em certos aspectos, insuficiente do ponto de vista teórico e filosófico, e também apresentou fragilidades quanto à sua operacionalização no cotidiano profissional (...). (Paiva; Sales, 1996:175-176).

Mesmo sendo um avanço no processo de construção da nova ética profissional, o Código de Ética de 1986 mostrou-se frágil, tanto por falta de mediações necessárias entre o compromisso ético e sua operacionalização prática⁷⁵, quanto no tipo de relação imediatista e mecanicista entre os valores éticos e a produção econômica. Entre as fragilidades apontadas por estas autoras, estavam a constatação de que o Código de 1986 privilegiava *instruções teórico-metodológicas de como conduzir a prática profissional*, ou melhor, um ensinamento do *como fazer* (baseado em trabalho coletivo, de grupos e equipes), e não uma reflexão sobre o *dever ser* do Serviço Social em face do compromisso assumido, ou melhor, dos princípios definidos pelo projeto ético-político profissional. Ao tender mais para o *como fazer* do que para o *dever ser*, o referido Código acabava por não ter uma configuração normativa, que pudesse dar respaldo legal a conduta profissional que ele estava instigando.

Outro ponto na sua discussão deste Código foi que ele se apresentou de forma datada, com *forte traço conjuntural* – e de uma conjuntura marcada por expectativas democráticas (que mais tarde se revelaram em sua essência) – o que

⁷⁵ Yamamoto (1996:101) afirma que subjacente ao Código de Ética de 1986 estava *uma ética de esquerda e uma epistemologia de direita. Enquanto a órbita da interpretação teórica da sociedade era presidida por uma análise dualista, de corte positivista, na órbita do dever ser emergia uma intencionalidade política de compromisso com a classe trabalhadora e com a ultrapassagem do ordenamento social instituído, veiculada na prática profissional cotidiana numa linguagem mais próxima da militância do que de um trabalho profissional.*

acabou por desconsiderar a singularidade da prática do assistente social. Idealismo e voluntarismo marcaram, portanto, a interpretação da possibilidade política da profissão, delineando um excesso de ideologização no Código de Ética.

Cabe observar ainda que:

(...) Num Código de Ética, o compromisso deve ser com os valores e não com classes, grupos, indivíduos, isto é, não cabe num Código prescrever quem são os sujeitos portadores desses valores. Neste sentido, o Código deveria se posicionar, ética e politicamente, elegendo os valores que estão presentes nos movimentos progressistas da sociedade: liberdade, democracia, igualdade, justiça, solidariedade, cidadania. A eleição desses valores como positivos já indica uma contraposição a outros valores, como, por exemplo, autoritarismo, violência, desrespeito aos direitos sociais e políticos, entre outros. Isto significa um esforço de normatizar formas de prestação de serviços que viabilizem os direitos dos usuários, sob a ótica de sua participação efetiva nas decisões institucionais, isto é, da realização objetiva da cidadania e da democratização da sociedade. (Barroco, 1996a:121).

Paiva e Sales (1996:177) apontaram em suas análises a necessidade de vislumbrar não só o compromisso, mas também o controle da sociedade sobre as práticas profissionais. Segundo essas autoras,

(...) Não é possível exercermos a nossa prática somente a partir de uma referência endógena... Contrariamente, é preciso imprimir sentido à prática profissional a partir das demandas e interesses dos usuários e da sociedade civil como um todo. A prática profissional, com seus direitos e deveres, não é algo que possa se instituir só com referência na própria categoria (Paiva; Sales, 1996:177).

Isso é tão verdadeiro que Iamamoto (1998:20) retomou essa idéia anos mais tarde, em seu livro *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*:

(...) para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os assistentes sociais numa visão de dentro e

para dentro do Serviço Social, como precondition para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação.

Explicitou-se nessa análise de Iamamoto (1998), bem como na análise anterior, de Paiva e Sales (1996), a necessidade de compreender e desmistificar o aspecto corporativo da ética profissional, dando a conhecer o compromisso do assistente social.

Isso colocou uma direção sócio-histórica para a profissão: a necessidade de acompanhar o fluxo das demandas emergentes e os interesses dos usuários e da sociedade civil como um todo, o que supõe romper (transgredir) a atividade rotineira e burocrática e o cumprimento de atividades preestabelecidas, para efetivar direitos. Mas isso não significou ausência de codificação moral⁷⁶ do exercício profissional. Muito pelo contrário: a autonomia do profissional exigiu a codificação moral, como modo de assegurar um controle, pela sociedade, da qualidade do Serviço Social prestado. Foi necessário constituir limites e parâmetros para as condutas profissionais, até para assegurar que, em face de tantas transformações societárias instigadas pelo mercado capitalista, o profissional, os usuários e a sociedade, como um todo, pudessem proteger seus direitos das violações possíveis, numa conjuntura em que o individualismo, a busca de prestígio, de status profissional, as aspirações pessoais de carreira, a privatização de informações, métodos e técnicas e a competitividade estavam em voga.

A revisão do Código de 1986 se deu na conjuntura dos anos 90, reafirmando os avanços obtidos⁷⁷ e propondo alterações que expressaram o amadurecimento da categoria frente à necessidade de explicitar o significado social da profissão e as implicações ético-políticas de sua intervenção, culminando na aprovação do atual Código de Ética Profissional – que se tornou referência nacional, na luta por direitos

⁷⁶ (...) entendemos moral como um sistema normativo, concreto, que direciona a vida das pessoas mas que existe objetivamente, independentemente da consciência delas: quer dizer, você trabalha, e mesmo que não tenha consciência de que age no seu trabalho com elementos morais, efetivamente você os têm, e por eles se referencia no sentido de uma moralidade do trabalho (Simões, 1996:67).

⁷⁷ (...) determinadas circunstâncias históricas favorecem a consolidação de um projeto profissional que tem como um de seus marcos o Código de Ética de 1993. Eticamente consideradas, tais condições têm origem na organização política da categoria profissional, no amadurecimento de uma vertente teórica histórico-crítica e no posicionamento ético das entidades representativas da categoria nos encontros, deliberações e intervenções substanciadas, em especial, nos Congressos Brasileiros a partir de 1979, na Reforma Curricular de 1982 e 1996, nos Códigos de 1986 e 1993. (Barroco, 1999:130).

e justiça social, orientando a formação e a atuação do assistente social. Foram importantes nesse sentido: os Seminários Nacionais de Ética (São Paulo/ 1991 e Paraná/ 1992), o ENESS (1992), o VII CBAS (1992) e os dois Encontros Nacionais CFAS/CRAS (1992 e 1993)⁷⁸.

Sintonizados com um movimento de reflexão sobre a ética na sociedade brasileira, frente a uma política de traços conservadores, paternalistas e clientelistas, espelhadas em várias situações de corrupção, os assistentes sociais engajaram-se no movimento pela ética na política, que fez a crítica ao “*jeitinho brasileiro*” (símbolo do *ethos* individualista do *querer levar vantagem em tudo*).

Forças progressistas atravessaram a profissão de forma a comprometê-la com as necessidades e prioridades sociais dos segmentos populares no Brasil, assim como com a defesa das políticas públicas e com a qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da garantia da efetivação dos direitos sociais, donde sobressaiu a militância política dos assistentes sociais com as entidades e atores da sociedade civil que estavam engajados na luta pela construção de um novo projeto societário.

Netto (1996a:116-117) afirma que:

No caso do Serviço Social, o rompimento com o conservadorismo engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, prenhe de diversidades, mas que acabou, ao longo da década de oitenta e na entrada dos anos noventa, por gestar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir (...) – direção suficientemente explicitada no Código de Ética em vigência desde março de 1993; direção que, pondo como valor central a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, toma como princípios fundamentais a democracia e o pluralismo e, posicionando-se em favor da equidade e da justiça social, opta por um “projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação de classe, etnia e gênero”.

A construção de uma nova ética profissional determinou uma apropriação cada vez mais rigorosa da ontologia social de Marx.

O Código de 1993 revelou o aprofundamento da reflexão teórica crítico-

⁷⁸ Cujo produto é o conhecido livro *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*, organizado por Bonnetti et alli (1996).

dialética (que fundamentou o projeto profissional a partir da reconceituação), demonstrando o esforço coletivo no sentido de re-dimensionar o significado dos compromissos e valores ético-políticos assumidos pela categoria. Além disso, este Código reafirmou a conexão entre projeto ético-político profissional e projetos societários. Sua teleologia comporta, segundo Barroco, uma ética de emancipação humana e

sua projeção ideal é orientada na direção da construção de uma sociedade que “propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (Barroco, 1999:131).

Cabe registrar que, assim como a aprovação do Código de Ética do Assistente Social de 1993, a Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão constituiu-se como um importante instrumento legal da profissão, sob o ângulo não-formalista e não-positivista da dialética. Segundo o CFESS (1996:185), *convém assim ampliar o debate com a categoria sobre os direitos de cidadania, a prestação de serviços sociais e o processo de trabalho do assistente social, a partir desses instrumentos, de forma a articulá-los com os desafios que a conjuntura atual tem nos colocado.* Segundo o Conselho, *isso vem reforçar a opção estratégica pela luta pela democratização das políticas sociais públicas e de resistência ao projeto neoliberal.* Esses instrumentos selaram o compromisso da categoria com a universalização dos valores democráticos e igualitários, adensando e dando concretude, nos anos 90, ao projeto ético-político⁷⁹ acenado, na década de 60, por alguns assistentes sociais engajados nos movimentos de reformas de base, partidos políticos e outras iniciativas de reforço e reconhecimento da cultura popular. Esse mesmo projeto, que foi posteriormente revigorado, no final dos anos 70, na luta

⁷⁹ Segundo José Paulo Netto (1999:93), *é muito recente – datando mesmo destes anos 90 – o debate acerca do que se tem denominado projeto ético-político do Serviço Social.* Entretanto, diz o autor, *o objeto deste debate e, sobretudo, a construção de um novo projeto ético-político no Serviço Social brasileiro têm uma história menos breve, que se inicia na transição da década de 70 à 80.* Trata-se de um momento histórico, no qual é possível a recusa e a crítica do conservadorismo profissional no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. Trata-se, no dizer de Yamamoto (1999:12), *de um projeto profissional indissociável da democracia, da equidade, da liberdade da defesa do trabalho, dos direitos sociais e humanos, contestando discriminações de todas as ordens.*

contra a ditadura militar, com conseqüências históricas, políticas e filosóficas, reapareceu nos anos 80, ganhando qualificação teórica, política e ética, importância e legitimidade social – frutos da capacidade de aprendizado da profissão com os setores mais progressistas da sociedade brasileira, na sua luta pela democracia.

É correto constatar que esse projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no Serviço Social brasileiro na entrada dos anos 90. Esta constatação, porém, não significa afirmar seja a completude desse projeto, seja a sua exclusividade no campo profissional: por uma parte, não se desenvolveu suficientemente as suas possibilidades, por exemplo, no domínio dos indicativos para a orientação de modalidades práticas profissionais (...); por outra, a ruptura do quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras ... (Netto, 1999:106).

5.2. O projeto ético-político profissional e as condições de trabalho

O projeto ético-político reuniu um conjunto de valores e concepções ético-políticas expressos por setores significativos da categoria dos assistentes sociais, que o fazem democraticamente legítimo, representativo e, por vezes, hegemônico, em virtude dos espaços fundamentais que detém e direciona na profissão no Brasil.

Como todo projeto coletivo, também o projeto ético-político do Serviço Social posiciona-se frente a questões gerais que permeiam a sociedade em sua totalidade, relacionando-se com projetos de sociedade transformadores ou conservadores. *Suas aceções e valores o vinculam a projeções sócio-históricas que vislumbram a ruptura com a ordem social vigente. (Braz, 2004:57).* Segundo este autor, este projeto ético-político tem contornos muito precisos: o acúmulo da produção de conhecimentos no interior da profissão nas duas últimas décadas, a sistematização teórica de várias modalidades de intervenção da profissão e um conjunto de leis, resoluções, documentos e textos políticos consagrados no meio profissional. O destaque vai para o aparato jurídico-político e institucional da profissão, expresso pelo Código de Ética de 1993, pela Lei de Regulamentação da Profissão, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pelas legislações sociais, tais como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990), a LOAS (Lei

Orgânica da Assistência, de 1993), a LOS (Lei Orgânica da Saúde, de 1990). Além disso, os espaços deliberativos, consultivos e representativos da profissão, criados pelos movimentos organizados da categoria, referendam este projeto, mobilizando suas principais entidades: CFESS/ CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e, no âmbito do movimento estudantil a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social).

Passados os mais de 20 anos de ditadura militar, marcados pelo autoritarismo e centralização no trato das políticas públicas, temos, desde a Constituição de 1988, um processo lento e gradual, com avanços e recuos, no qual se tornaram possíveis à interlocução e a negociação entre governo e sociedade, e onde esta passou a ter condições de influenciar a esfera pública, firmando pactos e cobrando direitos.

Os assistentes sociais têm assumido um papel importante nesta construção, exercendo funções junto à gestão das políticas sociais, no planejamento, execução e avaliação de projetos, programas e serviços, consolidando nos Conselhos, alianças com a sociedade civil, interlocução com os poderes Executivo e Legislativo, na garantia e universalização dos direitos, com a finalidade de garantir pleno acesso dos usuários a serviços de qualidade.

Entre os avanços mais significativos, estão: a defesa das políticas públicas (acesso gratuito, universal e de qualidade); a construção da Seguridade Social pública, pautada em direitos sociais reconhecidos constitucionalmente; e as Conferências e os Conselhos de políticas, importantes espaços para o exercício da cidadania. Tais avanços revelam ganhos substantivos do Serviço Social que, nos últimos anos, no Brasil, tem apresentado uma maior clareza conceitual, resultante de uma apropriação crítica das transformações paradigmáticas no campo do pensamento e do exercício profissional.

No entanto, é preciso considerar que a distância que separa o nível da intencionalidade da realização concreta de práticas socialmente determinadas ainda é grande. Os assistentes sociais, no seu cotidiano de trabalho, vivem situações precárias, enfrentando a degradação e redução dos serviços públicos, flexibilização das formas de contrato, aviltamento das condições gerais de trabalho, ameaça de

desemprego, o que traz dificuldades para a efetivação dos princípios e valores consagrados no Código de Ética de 1993. Como afirmou um dos assistentes sociais entrevistados, *a proletarização da profissão interfere com a gente, na maioria das vezes (Maurílio).*

Leonardo, outro assistente social entrevistado, reflete sobre como a precarização das condições de trabalho interfere na construção de uma sociabilidade do direito nas instituições em que o assistente social trabalha:

Então, eu acho que nós estamos ainda bastante longe do direito, do direito em todas as situações, porque você aborda o direito do usuário e o direito do profissional. Os nossos direitos de trabalhador ou de parte da classe-que-vive-do-trabalho, a gente vive de salário, é também sempre muito precária no órgão público. (...) Então, eu lembro que as condições de trabalho, pelo menos as que eu tenho vivenciado, no interior do órgão público, no decorrer de mais de 24 anos de inserção, se eu contar como estagiário, elas só tem se degradado (as condições físicas do trabalho, as condições e os instrumentos que a instituição coloca a disposição dos profissionais, pra que o trabalho seja pra todos.

(...)

Então, você veja que é tanto as condições quanto resguardo da sua integridade física e mental, então, mesa, cadeira, vamos dizer e higiene do ambiente, como aqueles instrumentos que fariam parte das políticas sociais. No caso do professor, uma sala de aula, material escolar didático, é... recursos áudio-visuais etc. Tudo isso é uma degradação, assim como no campo da assistência, toda essa parte física onde o trabalho se dá, cada vez é mais degradada em geral, como também você tem muitas dificuldades pro material que faz parte do seu trabalho. Então, vamos dizer, recursos pra você fazer o trabalho externo, viaturas, etc. que tem que ser feitos pela instituição, porque você não está a serviço de si próprio, mas do órgão público; material de trabalho propriamente, e isto tudo se dá em virtude também, a degradação se dá por conta de um reposicionamento do Estado brasileiro, crise fiscal e de um redirecionamento que é dado a arrecadação dos impostos do dinheiro público, que não são enfim, aplicados mais em políticas públicas, pelo menos da forma como se vinha num crescendo em fim dos anos 80 e 90, ou a partir do que, pelo menos, a Constituinte de 88 previu. Hoje a gente vê que vários executivos e tal querem mudar as leis de aplicação na área da educação, reduzir verba e novamente isso percorre um amplo espectro político, desde a direita até a esquerda. (Leonardo).

Além disso, a degradação, a mercantilização e a privatização do aparato público-estatal e conseqüente retirada dos direitos conquistados na Constituição de 1988, trazem impactos negativos sobre o projeto ético-político do Serviço Social de muitos modos.

Do ponto de vista jurídico-político, as alterações no sentido de flexibilizar as relações trabalhistas e desregulamentar profissões apontam para a possibilidade de refuncionalização da divisão sócio-técnica do trabalho. Como analisou Braz (2004:61), *determinadas habilidades profissionais tendem a ser reformatadas expressando-se em novas modalidades interventivas, o que já vem desdobrando debates em torno das competências e atribuições do Serviço Social*.

Outra tendência apontada por esse autor, é a ofensiva às legislações sociais oriundas de 1988, por meio de seu questionamento jurídico ou por meio da edição de decretos, medidas provisórias e atos administrativos, que as ignoram.

Do ponto de vista político-organizativo, embora as entidades representativas do Serviço Social (o conjunto CFESS/ CRESS, a ABEPSS e a ENESSO) se coloquem na contra-corrente da hegemonia neoliberal, as condições atuais produzem aversão às ações coletivas, isolamento, saídas individuais ou o famoso “*salve-se quem puder*”.

Do ponto de vista teórico, há fragilização da base teórico-acadêmica do projeto profissional e enfraquecimento de nossos instrumentos coletivos de direção social da formação profissional.

No que tange à garantia de qualidade dos serviços prestados, há dificuldades para efetivá-los, em função de condições objetivas político-profissionais bastante adversas. O resultado disso, segundo a nossa pesquisa, é que os assistentes sociais estão sofrendo e adoecendo.

Há, segundo Leonardo, um sofrimento envolvido nesse trabalho do assistente social, pois além do direito não se configurar como direito, o profissional lida normalmente com a possibilidade de acesso a serviços e recursos que configuram o atendimento a necessidades de reprodução física do indivíduo, ou seja, com situações de *urgência urgentíssima*.

O sofrimento se coloca também na vida do profissional, que adoece em virtude da intransigência das administrações:

se você está encaminhando o trabalho e você não consegue fazer o trabalho que você gostaria ou que é o mínimo que você poderia fazer, isso interfere na sua vida. Ele vai te dar uma qualidade de vida inferior àquilo que você

gostaria que fosse. Ele vai interferir de alguma maneira, ou seja, vai mexer com a sua questão emocional, vai mexer com a sua própria saúde, porque muitas vezes a gente somatiza isso e se a gente for fazer uma pesquisa, você vai encontrar aí muitos profissionais com problemas de saúde decorrentes de toda essa intransigência que existe hoje das administrações, das instituições, dentro do trabalho do assistente social. Então, a gente perde, é muito podado e perde muito a liberdade. E você fica, muito, as vezes, sem ter saída e você somatiza isso. Não consegue colocar pra fora esse sentimento, a sua vontade de ter feito ou fazer diferente. (Maria Conceição).

Maurílio afirma que *lhe chama muita atenção a desassistência com a gente. Segundo ele, a gente pouco cuida da cabeça da gente. Isso é preocupante, porque é uma profissão extremamente estressante. E acrescenta:*

eu me surpreendo com a pequena adesão dos assistentes sociais a atendimentos psicoterápicos, psicológicos (...). E a gente nega isso, a gente tem um profundo desconhecimento dessa questão. Eu acho isso complicado, porque a gente lida com as expressões da questão social, que se expressam pela miséria, pela dor, pela fome, e a gente não trabalha, se aliena ou a gente se embrutece, fica duro. (...) a gente não cuida do impacto subjetivo do trabalho na vida da gente. (Maurílio).

Como os demais assistentes sociais entrevistados, Elaine também analisa que *a vida profissional é uma vida de muito sofrimento.*

Eu acho que a vida de um assistente social, ela é construída a partir de vários obstáculos que você precisa cotidianamente superar. Porque assim, uma profissão nascida do conflito entre o capital e o trabalho, que a gente trabalha com as diversas questões que são as manifestações do que se convencionou chamar de questão social. E quais as implicações que isso traz, quer dizer, quais os conflitos internos individuais que isso traz pro profissional, a partir de dada área que ele se ocupa em problematizar, de que ele está disposto a atuar? Então, acho assim, do ponto de vista da vida profissional, você tem diversos descompassos que precisam ser continuamente refletidos. Refletidos, problematizados e propositados, no sentido que você tem que construir uma reflexão propositiva o tempo todo. (Elaine).

Como Maurílio, Elaine considera que *esta é uma profissão que mexe muito com a subjetividade e afirma: a gente jogou a subjetividade no lixo, dentro de uma discussão materialista histórica ortodoxa. Você não tem espaço para lidar com a*

subjetividade e, no entanto, a subjetividade, ela está constantemente te colocando questões.

Para Elaine, como o assistente social não tem suporte emocional, nem na sua formação, nem suporte institucional, a tendência acaba sendo *trabalhar pela lógica institucional*:

Como você pode operar profissionalmente tentando dar conta de uma demanda individual que é o usuário que te traz, quando ela tem que ser ampliada e colocada dentro de uma discussão coletiva maior, e onde você opera necessariamente sem nenhum suporte? Que suportes são esses? Você não tem suporte institucional! Então, pra diminuir o sofrimento, o que que você faz? Você acaba optando por trabalhar pela lógica institucional. Isso não é uma escolha necessariamente consciente. Que toda escolha consciente, dentro do processo de profissionalização da profissão, do fazer profissional, você tem que refletir sobre esse processo. Como refletir sobre o processo de trabalho traz mais sofrimento do qual o profissional está inserido, ele camufla, ele isola esse sofrimento. O que sobra na verdade, são os recursos institucionais que estão à sua mão. Eu tenho lidado com muitas assistentes sociais e tenho ouvido cotidianamente a seguinte frase: “se você dá conta de um caso, nossa, isso é muita coisa! Mas você atende 30 a 40 por dia. Se você atende 30, e os vinte nove casos que você atendeu? Se você se sente bem, porque você deu resolutividade a um caso, se coloca no lugar do usuário, que foi ali com uma demanda pré-definida e essa demanda pré-definida escamoteava diversas outras demandas, diversas outras relações e que você, que é um mecanismo de auto-defesa, na verdade, você acaba ignorando todos esses sujeitos, porque você não dá conta de atender essas demandas, porque primeiro, você não reflete sobre o seu processo de trabalho de forma crítica mesmo, e aí crítica é se colocar na crítica também. Você não vai fazer a crítica do serviço por si só, porque o serviço ele é construído por pessoas, e você faz parte daquele coletivo que constrói aquele serviço cotidianamente. Então se colocar na crítica é muito difícil! A matriz teórica que organiza as relações na sociedade não é o materialismo dialético, o materialismo histórico. É o positivismo. Então a sociedade é toda organizada através de função, integração, adaptação e portanto de felicidade que o sujeito vai buscar. E aí a gente também se coloca nesse processo. Nós também somos os sujeitos que buscamos a nossa felicidade, e dentro da concepção de felicidade profissional, qual seria o caminho? Qual seria a alternativa? Não está dado. Como não está dado, isso traz sofrimento, porque você tem que construir a sua alternativa, que não necessariamente, e já que não é uma receita de bolo, essa não é uma alternativa que não é igual para todos os espaços institucionais e, possivelmente, ela não é igual nem dentro do mesmo espaço institucional. Então, eu diria que é um trabalho adicional em que o profissional tem que se empenhar em produzir pra na verdade fazer, estabelecer, realizar um fazer profissional que dê conta de estimular o sujeito a acessar a cidadania dele. (Elaine).

Elaine afirma que o que tem visto *cotidianamente é que o profissional adota a alternativa de reproduzir aquela demanda*. Para ela, a *perversidade* está no fato de que, embora se valorize *o sujeito como cidadão, nas suas múltiplas necessidades, nos seus múltiplos desejos, na sua forma de ver e pensar o mundo (...), por conta das orientações das políticas públicas e sociais se mantém o sujeito na condição subalterna na qual ele está inserido*.

Além disso, Elaine afirma que há um outro tipo de sofrimento para o profissional que critica, que se posiciona de forma não convencional, porque ele traz incômodo para a instituição na qual ele trabalha, para a equipe na qual ele está inserido, se ela não pensa de uma forma tão propositiva quanto ele. *Vai incomodar com a ousadia que você profissional tem e isso traz um outro tipo de sofrimento*.

ser esse profissional ousado, crítico, criativo, é geralmente um profissional que quando ele vai dormir, ele também sente muita angústia, quando ele, antes de dormir, antes de pegar no sono, quando ele repensa como é que foi o dia profissional dele, ele vê quantas coisas ele deixou de fazer, quantas outras ele poderia ter feito. Outras ele não conseguiu, porque ele não foi capaz de convencer o seu grupo de pares, os seus outros colegas, porque a realização do fazer profissional está pra além da equipe (...). (Elaine).

Como podemos observar, a ousadia e a crítica incomodam, por isso não se devem se esgotar numa ação individual; precisam ser canalizadas para ações coletivas.

Para Maria Regina, o sofrimento por que passa o profissional de Serviço Social tem também um corte de gênero, pois segundo ela, além de lidar com os conflitos políticos, profissionais e institucionais, o assistente social que é mulher nessa sociedade tem outras demandas que lhe exercem pressão psicológica.

Devido à *jornada extensiva de trabalho*, Maria Regina afirma que *se fizer um levantamento na Secretaria, nós temos hoje 30% da Secretaria afastada, as mulheres afastadas, fazendo tratamento de saúde mental, por razão psiquiátrica e você vai ver esse peso nas costas da gente*. Para ela, *nós temos que lutar pela redução da jornada de trabalho*. E afirma: *por mais que a gente defenda direitos iguais entre e mulheres, a responsabilidade com os filhos ainda é nossa*.

(...) A gente vem pra trabalhar, preocupada com a casa, não desliga da casa, e a gente vai pra casa, preocupada com o trabalho, com a família que a gente está atendendo, então, eu fico sem dormir. Eu fico sem dormir, dependendo das situações que eu estou trabalhando, entendeu? Eu fico me sentindo as vezes culpada (...) Então, essa jornada extensiva, ela é extremamente desgastante para a gente. Não uma pessoa que agüente um negócio desse! (Maria Regina).

Como podemos analisar, uma série de determinantes (mulher, limites institucionais, normas) faz com que a transgressão seja um elemento de sofrimento.

No que tange ao constante aprimoramento intelectual, vimos, através da pesquisa que, num dado momento, o direito à qualificação profissional pode ser legitimado e, noutro momento, esse mesmo direito pode ser negado institucionalmente:

Eu tinha feito uma solicitação de liberação para curso, aí veio a liberação, me liberaram. Aí certo dia, eu mando um outro documento, dizendo que eu mudei a data, eu vinha na quarta-feira para São Paulo, eu mudei a data, o dia para terça-feira. Aí veio um documento dizendo que no RH não tem nenhum documento que me autoriza... aí me devolvem o documento pedindo que eu me explicasse como é que estou vindo pra São Paulo, se no RH não tem nada. Aí eu fui correr atrás, claro, da documentação que eu tinha, que eu tenho uma coisa que eu pego as documentações e tiro xérox para eu ter em mão. E na região, não se achou essa documentação. Tinha que está arquivada e essa documentação não foi achada. Aí como eu tinha xérox, tirei xérox da xérox, anexei no documento e encaminhei. Até o momento, não tive retorno dessa não-autorização. Continuo saindo, sem problemas. Então, é assim, há muitos desmandos. (Maria Conceição).

Outra questão importante que verificamos nessa pesquisa diz respeito ao pluralismo na profissão. Embora o respeito ao pluralismo/ pluralidade de concepções igualmente democráticas esteja posto no projeto ético-político da profissão, parece não haver tolerância nem respeito pelo diferente, mas ausência de pluralidade. Para duas entrevistadas, o princípio do pluralismo tem se descaracterizado dentro da profissão, deixando espaço para disputas pessoais e práticas perversas e persecutórias, como demonstram os depoimentos abaixo:

O pluralismo é confundido, é desqualificado como ecletismo, entendeu? Eu acho isso péssimo, eu acho que não constrói... Eu sempre tive uma visão ó:

Meu Deus, se tem divergência é melhor que ela apareça! Melhor do que ficar nos bastidores! Então, pluralismo, pra mim é isso, entendeu? Não é pra conviver com tudo harmonicamente. Muito pelo contrário. Se eu quiser derrotar o outro, eu quero derrotar na frente de todo mundo. É, porque se eu não faço isso em público, ele corrói por trás! Então, é muito melhor o pluralismo, porque a possibilidade de você fazer (...) a disputa de fato. Eu vejo o pluralismo desta forma. Pra mim, a possibilidade de você fazer a disputa, porque, senão, a disputa não é feita no campo onde ela deve ser feita. Ela fica com essas disputas pessoais, com os grupinhos (...). E eu acho que há uma descaracterização do pluralismo, pra dizer assim: isso é eclético! Não tem nada. O pluralismo não tem nada a ver com o eclético. Ao em troca disso, então não pode nem ser pluralista, porque isso dá no ecletismo, então... tacão! (Maria Regina).

Eu acredito que o projeto ético-político ele é importante da forma como ele está organizado hoje. Ele é importante porque busca primeiro, minimamente, valorizar a categoria. Segundo, reorganizar suportes sócio-teórico-éticos importantes para a categoria. Do que eu discordo, da ausência de pluralidade. (...) não posso desvalorizar o outro que não tem o mesmo olhar e a mesma inserção social no mundo que eu. Eu não posso desconsiderar o outro por isso e não posso dizer que a verdade dele é menos verdade que a minha e, portanto, não posso desqualificá-lo e não compreender que o olhar diferenciado – que a pluralidade está nisso – a pluralidade democrática é um olhar que contribui tanto quanto o meu e ainda costumo dizer uma outra coisa: mesmo me percebendo, vendo o mundo através do conflito, defendendo a democracia, não a democracia de uma sociedade capitalista, mas uma democracia que pressupõe emancipação humana, é a hora que eu não posso defender o projeto ético-político, porque eu não acredito na ausência de pluralidade. E o projeto ético-político pressupõe que ele “é a verdade, o caminho e a vida”. E aí é uma discussão muito ortodoxa, mais ortodoxa inclusive do porque não permite, e aí não permite porque nega, e pra além de desvalorizar, isola e elimina, que é uma estratégia de quem está à frente do projeto ético-político. (Elaine).

Cabe recordar que, segundo o nosso Código de Ética Profissional, o pluralismo deve ser garantido *através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas*, e no *compromisso com o constante aprimoramento intelectual* (CFESS, 1993).

Fundamental parece ser a necessidade de debate de idéias e práticas no interior da profissão. Quando não há essa possibilidade, não há troca, não há discussão com o diferente, não podemos afinar nossas verdades e nossas posições e, muito menos, fazer com que a teoria ou, no caso, o projeto ético-político se aproxime, dentro do possível, do real.

CAPÍTULO 6: DA TRANSGRESSÃO À POLITIZAÇÃO DAS AÇÕES

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que lhe parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão generalizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer impossível de mudar.
(Bertold Brecht)*

Em nosso trabalho, consideramos que a transgressão tem uma nítida delimitação temporal, na medida em que só é possível falar em transgressão, como atitude de indignação, de não-submissão, de recusa ao instituído, quando ele impede a realização do humano, da liberdade, da democracia e dos valores que dizem respeito ao ser social. Isso ficou explícito no âmbito da profissão, a partir de seu processo de renovação, quando o projeto ético-político começa a dar os seus primeiros sinais, permitindo o reconhecimento social da profissão e o auto-reconhecimento profissional no âmbito dos direitos sociais, na luta contra a desigualdade e a favor da democracia.

Consideramos que o assistente social como um ser de escolhas e, enquanto tal, pode decidir orientar suas ações para a construção de um determinado projeto de sociedade, cuja racionalidade conserva ou nega a lógica do capital. Nesse sentido, é possível pensar sobre a construção de mediações sócio-políticas - tais como consciência de classe, alianças, conhecimento técnico-político, aquisição de valores sócio-cêntricos, entre outras. Entendemos que essas mediações só se desenvolvem quando ao exercício profissional está aliada algum tipo de militância política, quando **o profissional vai adquirindo: valores sócio-cêntricos** - oriundos de uma prática cada vez mais comprometida com os interesses da classe

trabalhadora; **padrões de comportamento** engendrados pelas novas dinâmicas promovidas pelas lutas de classes e pelo seu antagonismo nas mesmas; e **maneiras de pensar**, resultantes de uma apropriação cada vez mais rigorosa da ontologia social de Marx, que não objetiva a mudança de normas, nas funções e nos processos de destinação dos recursos (através de movimentos reivindicativos), nem influir nas modalidades de acesso aos canais de participação política e de mudança da correlação de forças (através dos movimentos políticos), mas sim subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classe (através de movimentos de classe). Enquanto isso não acontece, é possível passar de um movimento para outro, dependendo de inúmeros fatores, entre os quais está o tipo de resposta que o Estado pode dar, bem como a capacidade dos movimentos em aumentar seus seguidores e incrementar as suas ações.

Dessa forma, o trabalho do assistente social não apenas contribui, de forma específica, para a reprodução das relações capitalistas. Esse profissional pode - desde que configurada a sua consciência de classe e a sua articulação à organização coletiva dos trabalhadores - transgredir (desobedecer) determinadas normas, determinada concepção política e/ ou valores ético-morais dominantes na instituição em que trabalha, quando estas obstruírem o acesso aos direitos. Frente a isso, dependendo da instituição e da circunstância, do comportamento profissional crítico diante das normas, o profissional pode ser coagido, reprimido e punido, se não as acatar.

Não estamos aqui afirmando que, ao se deparar com situações em que a transgressão/ desobediência às normas se colocam como possibilidades de viabilização do direito do usuário, o assistente social estaria com isso negando o trabalho institucional, pois isso seria um retorno ao passado, um retrocesso a propostas já ultrapassadas, do ponto de vista dos avanços do projeto ético-político.

O que estamos querendo colocar é antes de tudo o dilema: a tensão vivida no cotidiano: existem determinadas situações-limite, em que o profissional se vê diante de duas alternativas de escolha: ou defende o direito do usuário ou acata a norma institucional. Esse dilema é ético e político. Ético, porque envolve o compromisso do assistente social com valores e princípios que ele acata de acordo com seu Código, para com seu usuário. Político, porque as normas institucionais, em geral,

decorrem de determinações administrativas/ burocráticas ou por interesses/ necessidades políticas e econômicas. Nesse sentido, vão então, entrar em choque. Essa é a tensão que queremos evidenciar.

Em situações-limite, o assistente social, ao desobedecer à norma institucional, estaria obedecendo o Código de Ética. Por isso, a transgressão é um lado da moeda. Porém, a transgressão é do ponto de vista dominante; do ponto de vista do Código de Ética não é transgredir.

As entrevistas revelaram que a transgressão está presente nas relações que se processam entre o profissional, a instituição e os seus usuários. De uma maneira geral, os depoimentos permitem afirmar que o processo de nossa profissão está atrelado à questão do controle social e que, só há controle porque há contradição e resistência, há conflito e tensão e isso se revela, cotidianamente, nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, porque trata-se de *uma profissão nascida do conflito entre o capital e o trabalho, que a gente trabalha com as diversas questões que são as implicações que isso traz. (Elaine).*

Outra questão relevante, revelada pelas entrevistas, é que em processos de trabalho, quando se trata de apresentar reivindicações e/ ou propostas, que fogem do esperado, há uma desqualificação. Percebemos que, entre os entrevistados, predomina a compreensão de que o fazer profissional é de tal forma ampliado como é a questão social nas suas diversas manifestações.

Para duas entrevistadas, a experiência da transgressão no Serviço Social passa pela superação de concepções morais, pela desnaturalização das relações sociais e pela compreensão de nosso processo histórico-cultural, que tem gerado outras questões relativas ao direito na atualidade. Isso se evidencia, por exemplo, no seguinte questionamento: *Como é que eu vou trabalhar uma concepção, ultrapassar e chegar a uma dimensão de direito, se eu não discutir que seletividade tem relação com uma cultura? (Maria Regina)*

Elaine, por sua vez, afirma que alguns profissionais tem se ocupado de problematizar, aprofundar e discutir questões de gênero, etnia, de geração, de afetividade, enquanto outros tem continuam negando, por achar que todas essas questões são questões menores e estarão resolvidas quando a classe trabalhadora vencer, dentro de uma ampla discussão, dentro da luta de classes. Elaine afirma que

sua experiência lhe mostra que, ainda que vivêssemos sobre outras bases organizacionais e econômicas, todas essas questões que são produzidas, via relações cotidianas, não estariam respondidas. Segundo ela, é necessário que haja *grupos se ocupando de questões não tradicionais da esfera interventiva do Serviço Social* (Elaine).

O campo institucional lembra um campo de lutas (Faleiros, 2001:9), em que *a construção de uma força social implica a descoberta de interesses comuns, o estabelecimento de relações entre os atores, a formulação de estratégias e táticas, e a mobilização de recursos na conjuntura.*

Segundo Faleiros (2001:9), *uma força se constitui na dialética da identidade e da oposição, na descoberta de interesses próprios em conflito com o adversário, no enfrentamento por defender ou conquistar posições.* Para ganhar posições - afirma o autor, *é preciso a consciência da posição que se tem, da força do adversário e do processo global das condições de manobra, isto é, de avanços e recuos imediatos e de longo alcance e das mediações necessárias para isto.* Organização, mobilização e saber são mediações necessárias neste sentido.

Nesse sentido aqui apresentaremos, as transgressões e punições; as estratégias, proteções e alternativas criadas pelo profissional de Serviço Social; sua consciência ético-política e a transgressão dos usuários.

6.1. Transgressões e punições:

- Maria Conceição:

Maria Conceição afirma que trabalhava com organização comunitária. Inicialmente, *pulando de galho em galho, não tinha muita parada.* Em 1990, a chefia requisitou um profissional para trabalhar no centro da cidade, *num espaço da comunidade, que ele não tinha quem ia pra lá. Ele disse: "se vocês não aceitarem, eu vou determinar".* Maria Conceição afirma que optou estar indo para este local, para não causar maiores danos. Explica que, como estava iniciando, não queria se indispor com ninguém. Ela descreve esse local como *uma pólvora acesa* e diz que quando chegou lá, começou a restringir algumas coisas e a colocar algumas regras para o atendimento. Ela nos conta que:

Chegou o momento em que os adolescentes chegaram quase a botar fogo no local. Nesse dia eu não estava. Ai me ligaram, pedindo pelo amor de Deus que eu fosse ao local e a coisa era tão grave que nós tivemos que chamar a polícia militar para estar indo até o local para conter os adolescentes e jovens que utilizavam lá e desde essa época, o local foi lacrado e acabou-se esse trabalho nesse local. (Maria Conceição)

Esse depoimento revela aquilo que Hosbsbawm (1985) analisou sobre a violência: os sistemas para a manutenção da ordem pública estão cada vez mais sob tensão e numa *atmosfera geral de desorientação e de histeria*, as pessoas podem adotar comportamentos variados, que podem transitar da não-violência (desobediência) à violência.

No entanto, não é verdade que exista transgressão permanentemente. Também não é verdade que exista liberdade sem limites. A entrevistada mostra claramente a necessidade de regras e de educação para a cidadania.

A expectativa da instituição é que o profissional de Serviço Social "ponha ordem" no terreno da transgressão, do conflito e da rebeldia, embora nem sempre seja possível pela própria forma como está organizada a sociedade. A não-resposta do Estado à questão social, ou mesmo uma resposta burocratizada, parcial e insuficiente, nos termos tradicionais de políticas públicas, podem gerar manifestações desse tipo.

Maria Conceição avalia sua participação em instâncias de representação política, como sendo de *muita briga, muita luta, muita negociação*. No Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, Maria Conceição afirma que, *na realidade, apesar de estarem pessoas de uma certa proximidade ideológica, mesmo assim as pessoas ainda, dentro do próprio Sindicato brigam pelo poder*. Ela afirma que não se trata de uma briga sadia.

O Sindicato, eu acho que, dentro dele, não existe só a questão da briga pelo poder (...). Eu acho que há muito ali, muita sujeira, muita trapça, e isso me fez assim desestimular. Eu perdi totalmente o referencial de um espaço onde as pessoas têm possibilidades de crescimento. Acho que te traz algumas coisas sim, mas essa questão de usar de mal-caráter, de subterfúgios para chegar ao objetivo, isso me deixou um pouco frustrada. Acho que isso mexeu um pouco e me tirou bem da centralidade da vontade de brigar pelos direitos, de brigar por melhoria pra própria frente dos servidores públicos (...). (Maria Conceição).

Ainda assim, Maria Conceição avalia que tentou *participar da melhor maneira possível dos eventos: de estar indo para a porta das unidades, pra fazer, pra conversar com os trabalhadores, mesmo em greve, estar indo fazer piquete (...)*. Aqui a transgressão de Maria Conceição aparece sob forma de desobediência civil. Ela avalia, no entanto, que embora tenha participado de tudo, tem uma certa dificuldade pra tentar liderar.

No partido, ela afirma:

A gente ia pro debate e sempre a maioria vencia; não vencia quem tinha as melhores propostas, mas quem tinha a maioria e, nessa maioria, ganhavam todas, independente de serem boas ou não e eram pessoas que na realidade de história do PT tinham muito pouco. Então, eu acho que hoje, se você for avaliar o partido de uma maneira geral, ele perdeu muito a sua história, muito da sua raiz. E eu acho que isso que me desmotivou a estar mais a frente, participando, discutindo, porque pra você discutir pra não levar nada, fico em casa, ou vou fazer outras coisas. (Maria Conceição).

Do nosso ponto de vista, Maria Conceição viveu a transgressão também em instâncias de representação, como no Conselho de Assistência Social, onde afirma que:

a Secretária de Desenvolvimento Social era presidente do Conselho e ela estava, praticamente, em quase todas as reuniões. E, por estar no Conselho pela via, sendo representante de órgão público, é muito complicado, porque você está vendo que as coisas estão indo pro lado que a administração quer e desfavorecendo o usuário e você fica muitas vezes no impasse. Você vai para o embate, mas vai para o embate sabendo que você vai ter retaliação por causa disso. Então, houveram assim muitos momentos difíceis. (Maria Conceição).

Numa outra frente de trabalho, Maria Conceição afirma que a prefeitura estava direcionando todos os moradores de favela para um conjunto habitacional que estava sendo construído para pessoas de baixa renda. Ela afirma: *essa era outra bomba*. Ela disse que aí teve problemas de relacionamento com a chefia e com a equipe - algo que também ficou evidenciado na conversa que tivemos com outros assistentes sociais. Ela afirma que fazia o intercâmbio entre duas favelas e diretamente, que não tinha que bater cartão (*assinava folha nessa época*) e não tinha também local para ficar (*utilizava o que a comunidade tinha: se era capela, era*

capela, se era a casa de alguém, na casa de alguém e aí por diante). Afirma que em 1993, houve um redimensionamento do trabalho e passou a ficar lotada num centro comunitário.

A transgressão está caracterizada, no depoimento de Maria Conceição, quando ela reflete sobre o processo de urbanização que, segundo ela, *veio confrontar os modelos instituídos, caracterizados como desfavelamento, enfrentando a classe média do entorno e a própria burguesia do município.*

Consideramos que alguns fatores, possibilitaram essa transgressão ao instituído, a saber: uma conjuntura favorável - *esse processo partiu da Secretaria de Desenvolvimento Social*; uma equipe que trabalhava em favela muito boa - *um pessoal que discutia e tentava buscar alternativas (...), nós discutíamos muito de que maneira estar melhorando isso, de que maneira estar trazendo melhor qualidade de vida para essa população*; uma boa assessoria - *alguém que já tinha trabalhado em São Paulo, nessa área, e ela trazia algum material também nesse sentido.*

Praticamente, a gente colocou essa discussão na pauta da discussão da administração, porque no Programa de Governo da Administração não constava a urbanização de favelas, e a gente, nós fomos com a população para os orçamentos participativos e conseguimos fazer valer o processo de urbanização sair como uma das prioridades do governo. Então, a partir daí que nós conseguimos colocar em pauta essa discussão e começar discutir internamente, via governo esta questão. Pros assistentes sociais, nós discutíamos muito, mas não tínhamos qualquer experiência nessa área. Era só questão teórica e aí, então, que nós não imaginávamos que conseguiríamos isso. E na hora que a gente viu que estava em pauta, foi meio que assim né, o pessoal ficou meio assustado, mas nós conseguimos segurar a barra e vamos que vamos, vamos tentar. E nós contamos na época com muita força da Secretaria de Desenvolvimento Social, que tinha também essa intenção e que botou fogo pra que a coisa acontecesse. (...) (Maria Conceição).

A transgressão aqui caracteriza-se por um ir além do que o Programa de Governo da Administração propunha, fazendo valer o processo de urbanização sair como uma das prioridades do governo.

O movimento da transgressão à politização das ações envolve a população em orçamentos participativos e os marcadores do posicionamento profissional incluem discussões coletivas e a autoria da população no processo de urbanização.

eu tinha como princípio de que tudo aconteceria de acordo com o que a comunidade definisse, de acordo com o que ela estivesse preparada e organizada para aquilo. As discussões eram muito, bem coletivas mesmo! E mesmo essas pessoas que eram contra, elas tiveram todo acesso ao processo de urbanização, todo acesso ao projeto. E os próprios profissionais que estavam na época fazendo, desenvolvendo esse trabalho iam até a favela pra fazer essa discussão com os moradores e paralelo a isso, eu tinha todo um processo de ter reunião com o pessoal, praticamente, quase que quinzenal – reunião quinzenal com os moradores e pra estar discutindo a questão da organização deles, enquanto esse processo de urbanização. Então, eu tentava garantir essa possibilidade, que eles fossem realmente os autores aí daquele processo. É claro que você não entra num processo desse sem ter uma intencionalidade, mas, mesmo tendo essa intencionalidade, por a gente apostar nessa proposta de urbanização e tentar fazer com que a população assumisse esse papel de co-autora aí. (Maria Conceição).

Maria Conceição revela que a questão da propriedade ainda é o principal fator que obstrui a questão da igualdade, como podemos analisar no seguinte depoimento:

Olha, nesse processo de urbanização de favelas, (...) tentava envolver a população da melhor maneira possível. É claro que nesse processo, você não tem assim o acordo de todo mundo. Que um ou outro, não quer perder o quintal, que um ou outro não quer dividir o que tem; ele acha que ele se apropriou daquilo e ele acha que ele não tem que estar dividindo com ninguém. O outro que se vire, que se organize da maneira que ele queira. Então, nós tivemos assim: de 120 famílias, nós tivemos umas 8 famílias que não arredavam o pé de jeito nenhum. (Maria Conceição).

Segundo Maria Conceição, o auge do confronto com o modelo instituído se deu em relação às concepções de urbanização que estavam sendo discutidas: enquanto para a administração tratava-se de *esconder o que tem de feio e mostrar só o que tem de bonito*, para quem estava à frente do processo, tratava-se de *um espaço para que as pessoas possam morar com maior dignidade*. Maria Conceição descreve o embate da seguinte forma:

acho que isso teve um embate enorme com a cidade, porque, justamente por causa desse preconceito que a cidade tem e por todo esse processo que ela tem de tentar esconder essa população menos privilegiada e tentar também fazer com que essa população que tinha anteriormente, fazer com que essa população fosse pros bairros mais afastados (...) e pra

lá levou as pessoas que estavam no centro da cidade, perto do trabalho, com acesso a toda a rede comercial, e levou para um bairro que não tinha nada, não tinha infra-estrutura, nada nessa área comercial, e que houve assim, muitos protestos dessa população, que na verdade, ela não queria sair, ela queria continuar ali, porque ali para ela facilitava. Ela não tinha que pagar ônibus, então, para ela, ela economizava de alguma maneira. E quando a gente iniciou esse processo de urbanização, então, a gente teve assim por parte da população do entorno eu acho assim muitos repúdios, nada velado, nada aberto, mas houveram assim muitas colocações: “por que que não tira esse povo daí?”, “por que não leva esse povo pra longe?”. Então, assim, houve necessidade desse trabalho também, de tentar estar conversando com essa população, de estar sensibilizando essa população pro direito que essas pessoas tinham de estar ali. (Maria Conceição).

Maria Conceição avalia que a possibilidade dessa população começar a exercer melhor o seu processo de cidadania não avançou por questões burocráticas e políticas. *Apesar da própria comunidade querer essa organização, ela não conseguiu brigar por esse direito que ela tinha (Maria Conceição).*

Quando mudou a administração, eles não queriam trabalhar com organização de comunidade. Isso ficou muito claro! E foram colocando outras frentes, mas nada que envolvesse organização de comunidade, porque essa não era a perspectiva deles - afirma Maria Conceição. Ela transgride ainda quando insiste em trabalhar na favela até 1999. *Depois de 99 já foram me tirando aos poucos. Fui trabalhar na favela e em creche domiciliar.*

O que se pode observar na narrativa de Maria Conceição é que ela vai sofrendo uma represália em função da sua transgressão/ desobediência. Destacamos a forma da instituição proceder neste caso. São comuns as transferências:

- colocar o profissional para trabalhar em diferentes programas e/ou regiões:

em 2002, no último dia, eu recebi um recado, que queriam conversar comigo e aí eu fiquei sabendo que eu seria transferida, que eu iniciaria o ano em outra região, que eu iniciaria o ano, trabalhando na região leste. E isso tudo porque eles queriam desfazer alguns profissionais, que eles sentiam que eram profissionais que faziam alguma movimentação de organização da própria comunidade ou mesmo influenciava na discussão da própria equipe, chamando a equipe pra estar prestando atenção de como ela estava agindo, de que maneira a própria administração estava engolindo ao profissional de uma maneira geral. Então, pegar alguns profissionais x das regiões e fizeram uma troca: e eu fui para a região leste, uma outra companheira foi para a região centro e uma outra seria

transferida para sul. E pegaram da sul, transferiram também (Maria Conceição).

- colocar o profissional para trabalhar em programas que ofereçam aparentemente pouco ou nenhum risco à administração:

Eles disseram: “vamos botar lá pra trabalhar com idoso, que fica lá escondidinha, quietinha” e estou trabalhando com idoso até hoje (Maria Conceição).

Também podemos ressaltar, no depoimento de Maria Conceição que outra forma de manter o profissional afastado ou desarticular o trabalho do assistente social é liberá-lo para estudar:

Eu entrei com solicitação de licença sem remuneração para poder estudar (...). Eu achei que eu iria ter muita dificuldade de conseguir a liberação e qual não foi meu espanto, que essa resposta veio mais cedo do que eu imaginava. (...) Então, isso quer dizer alguma coisa, né! (Maria Conceição).

Maria Conceição avalia que há muitos desmandos na instituição. Nas palavras dela:

as pessoas autorizam, depois desautorizam e acho que tentam também bloquear de alguma maneira a nossa ação, ou que a gente saia para se atualizar e, num dado momento, é favorável que isso aconteça e num outro eles querem cortar e tentam, fazendo assim de uma maneira muito subterfúgia. (Maria Conceição).

Maria Conceição tem consciência de que está sendo punida por fazer o seu trabalho. Isso fica explícita na seguinte reflexão: *eu nunca pensei que seria punida por estar fazendo meu trabalho.* Isso não lhe produz medo nem regressão.

- Maria Regina:

No depoimento de Maria Regina, a transgressão aparece, primeiramente, sob a forma de confronto da militância político-institucional da Secretária da Prefeitura de São José dos Campos/ SP (que é militante do PT) com a militância política de Maria Regina, que começa a trabalhar na Prefeitura de São José dos Campos/SP em 1985. Enquanto a primeira estuda o perfil político das assistentes sociais concursados (entre os quais está Maria Regina), para saber como elas vão se

posicionar, com quem elas vão se articular, avaliando resistências e sucumbindo à lógica do poder institucional; a segunda transgride esse tipo de militância, percebendo que interesses estão em jogo, como mostra o seguinte relato:

uma coisa bem interessante, já que você está falando de transgressão. Você vê que loucura! Foram seis assistentes sociais contratadas no concurso e a Secretária na época era militante no PT e ela como militante, ela sabia o que fazia. Ela estudou o perfil de cada uma de nós – o perfil político inclusive pra estudar muito aonde a gente iria se colocar, com quem, porque ela avaliava que haveria uma resistência da equipe e que nós, como éramos pessoas que tínhamos um nível de discussão política, etc. e tal, a gente viria para tentar minar um pouco a resistência que havia na equipe aqui. Nós ficamos trancadas numa sala com ela durante uma semana. Enquanto isso, a equipe, que sabia que a gente estava há uma semana tendo reunião com ela, direto, ela passando trabalho, discutindo com a gente, conhecendo a gente, sem falar num clima assim danadíssimo, porque a equipe achou que a gente vinha pra base pra destruir o trabalho da equipe. Só que, se ela fosse um pouco mais inteligente, se ela estava fazendo todo esse trabalho com a gente porque a gente tinha um nível de politização, é porque a gente entendeu o que ela estava querendo. (Maria Regina).

A essa transgressão, segue o processo de politização, iniciado por Maria Regina junto a equipe de trabalho:

A primeira coisa, nós chegamos assim, eu estou falando já assim da minha participação, na hora que eu percebi isso, a gente começou a fazer reuniões paralelas – esse grupo de assistentes sociais que foi contratado. Eu disse: olha, aqui está acontecendo uma coisa estranha; a equipe vai receber a gente com pedra na mão, a gente não pode permitir isso e coisa e tal. Então, quando a gente chegou às equipes, quando a gente foi pra base, nós já pedimos uma reunião. Era regionalizado o trabalho, depois essa estrutura acabou e já falamos claramente para equipe: olha, o que a gente avaliou é que aconteceu isso (...) nós temos consciência do que está acontecendo, mas a gente quer dizer que a gente tá do lado da equipe, independente se a gente vai discordar ou não, mas nós vamos fazer o jogo da secretária. Então, essa foi a primeira situação. E aí em relação a esse trabalho, todo o final de ano tinha avaliação do trabalho social. Logo no primeiro ano, eu fiz a avaliação do absurdo que era pensar o trabalho de comunidade, nesses moldes de competição, de gincana, que enfim, então, essa foi a primeira... eu me lembro que a secretária uma vez me chamou e disse assim: eu não acredito que você, que eu joguei tanto em você, eu apostei tanto em você e você veio pra questionar o trabalho! (Maria Regina).

A transgressão aqui se dá não apenas porque Maria Regina questiona o trabalho de comunidade, nos moldes que vinha sendo desenvolvido pela Prefeitura de São José dos Campos/ SP, frustrando às expectativas da Secretária (que aqui representa os interesses da instituição); mas também porque, dada a percepção aguçada de Maria Regina para o que estava acontecendo, se conseguiu criar uma aliança com a equipe de trabalho, fazendo reuniões paralelas, para definir estratégias de ação.

São marcadores da transgressão do profissional nesse caso: a consciência crítica; a capacidade de avaliação e a capacidade de fazer alianças, ainda que estas não estivessem imunes à discordância (*a gente quer dizer que a gente está do lado da equipe, independente se a gente vai discordar ou não*). Cabe ressaltar a capacidade de Maria Regina de transgredindo, *fazer o jogo da Secretária*. E, fazendo o jogo, avaliar o trabalho social e *o absurdo que era pensar o trabalho de comunidade nesses moldes de competição, de gincana*.

Maria Regina afirma que sua vida posterior de transferência, de demissão na prefeitura, foram todas por questões coletivas. Afirma também que ficaria muito mal, se fosse demitida individualmente por alguma questão de trabalho, técnica. E chega a afirmar que *ser demitida por questão política, por estar fazendo movimento, pra mim tá limpo, tá perfeito, não perfeito, mas enfim! (Maria Regina)*. Ou seja, ela aceita a punição resultante da transgressão e não se intimida por isso.

Quase me demitiram quando fui trabalhar numa favela e eu toda entusiasmada, achando que ia fazer a reforma agrária na favela, e logo a gente organizou uma comissão de terras, aí eu chamei os vereadores pra uma reunião lá com a população, e é claro que os vereadores que foram, foram os vereadores do PT. No dia seguinte, o prefeito queria me demitir (...). (Maria Regina).

Maria Regina fez parte da primeira diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Campos/SP, fez parte da Comissão de Greve e avalia que até hoje os funcionários da prefeitura, que são dessa época, pra eles sindicato foi aquele lá daquele período.

O nosso sindicato não foi reconhecido. Os trabalhadores contribuíram com o sindicato, indo lá no sindicato, pagando, isso é uma coisa muito

interessante, ou autorizando o desconto na sua conta bancária, porque não, a gente não havia liberação por folha de pagamento. Então, esse sindicato, ele tem uma história de construção de base, muito importante. Em 89, nós fizemos outra greve. Só que, nessa, eu fui demitida. (Maria Regina).

Maria Regina nos conta que, embora a lei trabalhista garanta estabilidade do servidor público, a prefeitura a demitiu. *Eles reconhecem, mas eles dizem assim: "a gente demite e você recorre na justiça. A gente sabe que você vai voltar, mas recorre na justiça". (Maria Regina).* Foram quatro anos recorrendo na justiça, segundo Maria Regina. Ela afirma que, por conta disso, *foram anos vivendo da ajuda de custo de outros sindicatos, porque nosso sindicato não tinha dinheiro.* Ela afirma o seguinte:

Só que nesse período de quatro anos, eu ganhei algumas liminares, aí eu voltava, trabalhava 2,3 meses, eles ganhavam outra liminar, aí eu saía. O apoio da categoria foi uma coisa impressionante! Porque, faziam vaquinha, pra me sustentar, porque nessa época, eu já tinha um filho. Quando eu voltava, que já sabiam que, logo, logo, vinha uma liminar pra me tirar e que o oficial de justiça ia me procurar; na hora que ficavam sabendo do oficial de justiça, era uma rede de informações. Eu ficava fugindo do oficial de justiça para eles não me acharem, pra eu sair de novo, e foram anos assim em que a gente trabalhou muito para a organização dessa categoria, e isso, eu já estou te falando, porque isso vai dar o gancho pr' aquela matéria: por que a categoria, ela tinha um nível de organização. (Maria Regina).

Como podemos ver, no depoimento acima, a transgressão a lei (justiça) também compõe a militância política de Maria Regina.

Maria Regina nos conta que tem uma relação tão grande com o Serviço Social que precisou do aval da categoria para ser Secretária de Desenvolvimento Social. No entanto, ela transgrediu, ao pedir exoneração por divergências políticas com o pensamento majoritário da administração do PT. Ela afirma:

a gente vinha acumulando, muitas divergências políticas no governo, mas ele ponderando, ponderando e tal e quando chegou numa greve dos funcionários, em que a prefeitura, o governo deliberou acabar com a greve, a qualquer preço. E eu vi pancadaria! E eu fui alijada dessa discussão, a nível de governo. Quando cheguei as 5 horas da manhã, porque tinha piquete e tal então eu chegava cedo para ver como é que estava o movimento, aquela coisa toda, que eu vi aquela pancadaria, eu

fui direto conversar com a prefeita, porque só ela podia parar aquilo, porque a guarda só recebia ordens dela! E aí ela me sentou e disse que eles tinham deliberado no final de semana que se fosse preciso, ia acontecer aquilo, mas que eles iriam acabar com a greve naquela segunda feira. Eu não fui chamada para participar dessa discussão – claro que propositadamente – porque sabiam que se eu participasse da discussão, jamais eu iria concordar com uma atitude dessa! E aí eu disse assim: a gente negocia tudo, mas princípio! Princípio e História! Né? Nós temos uma história de luta dos trabalhadores! Jamais! Eu falei assim: se eu ficar, por uma questão de coerência e de compromisso, eu vou ter que acabar justificando essa ação do governo e eu não posso justificar essa ação do governo! E aí eu pedi minha exoneração. (Maria Regina).

Segundo Maria Regina, sua saída foi muito mal trabalhada pela categoria que, embora, a princípio, tenha compreendido que se tratava de uma questão de coerência política, sofreu as conseqüências da atitude ética de Maria Regina: *a Secretaria ficou paralisada durante um ano* e todos os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos (descentralização dos trabalhos sociais, eleição dos nomes de chefias, todo processo de urbanização de favelas) foram interrompidos.

O que mais indignou Maria Regina foi a desqualificação política de sua saída da Secretaria de Desenvolvimento Social: *(...) a discussão pra dentro do partido, pra militância, estava porque eu pedi exoneração porque não agüentei. E isso me deixava indignada! Porque não tem nada disso! (Maria Regina).*

Maria Regina nos conta outra situação de transgressão, de recusa em relação ao que lhe estava sendo demandado pela prefeita:

Eu lembro que eu tive uma briga com a prefeita, depois que eu tinha saído, como assistente social, que eu integrava a equipe de plantão de calamidade. E teve, e ela me chamou, ela não sabia que era eu que estava no plantão. Ela chamou a assistente social plantonista, porque eles estavam querendo desocupar as casas e queriam que a assistente social fosse com a polícia, pra humanizar o trabalho da polícia. Como ela soube que eu estava de plantão, ela me chamou para ir à casa dela. “Então, Maria Regina, a gente está querendo fazer, a gente quer a presença de vocês lá, pra não dar esse caráter de repressão, porque não é repressão! A polícia vai estar lá para garantir que as casas sejam desocupadas, porque você sabe, essa ocupação foi feita pelo vereador, que é da oposição. Então, aí, a gente não pode permitir essa coisa”. Como não?! Só porque o vereador é de oposição, está organizando, nós vamos de-so-cu-par?! Quer dizer, deixou de ser direito as famílias ocuparem as casas etc. e tal? E eu me recusei a ir. E não é uma coisa tão fácil! É o prefeito

falando, no caso, a prefeita, e eu me recusei! Ai o que eu fiz? Eu falei, bom, posso ter retaliação, intuição, sei lá o que? Fui pro caderninho de ocorrência e... porque que eu disse isso, porque que ela disse aquilo. (Maria Regina).

Compreendemos aqui que, frente à violação do direito, por parte da instituição, o profissional pode reagir, e isso pode, segundo nosso entendimento, significar uma transgressão.

Maria Regina chega a ameaçar a prefeita, dizendo:

Não vou! Me recuso a ir! Entendeu? E se chamar outra colega, eu vou entrar com um processo ético, por isso, isso, isso, isso, isso e isso. E eu falei pra chefia: você vai querer bancar isso? Vai? Nunca ninguém mais tocou no assunto comigo! Esse até que existe lá no livro de ocorrência. Então, eu acho assim, o fato da gente procurar argumentar as coisas e defender, eu nunca fui cansada para fazer toda a discussão, sempre me ajudou muito nas punições (...). (Maria Regina).

A reação de Maria Regina indicou como possibilidade de politização, entrar com um processo ético junto ao Conselho Regional de Serviço Social e de, alguma forma, bloqueia a violação do direito por parte da instituição.

Maria Regina afirma que, a partir de 1997, suas *inserções passam a ser politicamente pensadas* pela instituição e por ela mesma enquanto profissional: *do tipo assim, aonde a Regina vai trabalhar?* Ela afirma o seguinte:

eu começava a fazer um trabalho de articulação que eu já sabia, que eles vissem que meu nome estava envolvido com, eu fazendo contato com comunidade, que eles não permitiriam. Então, o que eu fazia? É aquela história também, eu fazia um arrazoado da importância de fazer contato – é muito engraçado, eu chego a dar risada com o governo do PSDB: toda reunião de trabalho minha com a comunidade, a direção vinha, estava presente, com a justificativa de que eles estavam ali e tal. Eu era a única que contava nas reuniões com a presença da direção, porque eles tinham um medo danado, tem um medo danado, que eu vou conversar com a comunidade. Quan-to poder! Quan-ta bobagem! - deles ficarem com esse tipo de preocupação. Mas, enfim! (Maria Regina).

É o caráter de publicidade das ações de Maria Regina como profissional que dá o tom a sua transgressão. Suas ações não tem o tom conspirativo e secreto; ao contrário, funcionam abertamente, *à luz do sol, para quem quiser ver e ouvir*

(Vieira: 1984). Ela é *acompanhada de justificativas, por parte de quem a pratica, a fim de que seja considerada lícita e obrigatória e, desse modo, seja tolerada pelas autoridades públicas (Bobbio, 1992).*

Como podemos observar a transgressão de Maria Regina é o que lhe atribui poder. *O poder não é próprio de um objeto nem de um sujeito em si. Só existe na relação com o que está fora dele: circunstâncias históricas, condições sociais, determinadas estruturas, etc. (Vázquez, 2001:35).* É a capacidade de Maria Regina de, cumprindo com o que a instituição lhe demanda, fazer um trabalho de articulação da sociedade civil, da própria equipe de trabalho, para discutir formas de trabalho e organizar pessoas o que assusta a instituição e ao mesmo tempo lhe dá legitimidade para fazer o trabalho junto a comunidade.

Maria Regina narra o seguinte:

eu fiquei sabendo de discussões assim: “não podemos botá-la na Região, nas Regiões”. Por que? As Regiões se concentram os assistentes sociais. Nós temos 66 assistentes sociais na prefeitura de São José. Cada Região tem pelo menos quase 20 assistentes sociais. Então, não pode colocá-la nas Regiões, porque senão vai dar confusão, porque é onde se reúne muitos assistentes sociais. Não pode colocá-la em nenhum trabalho que tenha muita população. Então, renda mínima, essas coisas não! Porque ela vai ter que fazer reunião com o povo. É muito engraçado isso! (risos) Então, me colocou aonde? Num lugar onde fica mais afastada, ela só vai se relacionar com um determinado grupo seletivo. (Maria Regina).

Como podemos ver, em virtude de ser um sujeito transgressivo em relação a algumas normas institucionais, Maria Regina é colocada pra trabalhar com um grupo seletivo, num local mais afastado.

Ela afirma que está na Direção do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) e, desde que voltou, a coisa piorou. E explica: *Porque nós soltamos algumas matérias no jornal, sobre o trabalho aqui na Prefeitura (Maria Regina).*

O diálogo abaixo reflete um momento de transgressão de Maria Regina:

E, na reunião, na minha volta a chefia chegou e falou assim: “Regina, a única coisa que eu quero te pedir, principalmente porque vem o ano de eleição, o ano que vem, é que você não crie problemas! Eu virei e falei assim: você não está entendendo, a única pessoa que não quer problemas sou eu! Se tem uma pessoa que detesta problema sou eu! Entendeu?! Agora, eu não sei o que você está querendo dizer? Chegou a me pedir claramente, para que eu não misturasse o Conselho Regional com o

trabalho, que eu não misturasse o partido com o trabalho. (...) Eu nunca fiz isso. Agora, se você chama misturar o fato de se houver problemas aqui com a nossa categoria e o CRESS tiver que atuar, ele vai atuar, se você chama isso de misturar, eu não chamo! Se você chama misturar, a gente fazer uma crítica a uma determinada condução num programa, numa política que está equivocada do ponto de vista da concepção, se você acha que isso é misturar, então, eu vou misturar muito, se prepara então, entendeu?! Porque isso vai acontecer, porque isso pra mim não é misturar! Isso pra mim é ser conseqüente, com a prática e tal. (Maria Regina).

Como podemos observar, no depoimento acima, o profissional torna-se uma ameaça para a chefia, quando é conseqüente com a sua prática profissional.

Como repreensão a este seu comportamento, Maria Regina afirma:

Então é assim: eu estou aqui, eles não mexem comigo, ninguém fala nada, mas assim, já tenho percebido algumas coisas. (...) Tem fórum disso, tem fórum daquilo, tem rede disso, rede disso, e a gente não participa. A gente não participa. Nós somos um zero a esquerda aqui! Então, a gente tem que estar começando a participar dessas coisas. (Maria Regina).

Maria Regina afirma que, para reverter essa situação, está se articulando com outros setores que vão participar (entidades, rede de amigos, etc.), se reunindo para discussão de caso. *Eles estão começando a fazer um movimento de pressionar, pra que a gente comece a participar (Maria Regina).*

Maria Regina avalia que a equipe da qual faz parte, é identificada como uma equipe petista. *E logo que esse governo entrou, ele começou a dismantelar a equipe.*

Hoje, por exemplo, o que nós temos de regionalização do trabalho, é muito pouco! Eles praticamente acabaram com a estrutura de regionalização de trabalho, que era em São José dos Campos, o grupo de assistentes sociais ficava concentrado e todo o trabalho emanava daquela região de forma coletiva. Eles foram paulatinamente acabando com isso. Na época que esse governo assumiu, nós tínhamos um grande número de assistentes sociais recém-contratados por concurso. Esses assistentes sociais começaram a ser ameaçados de serem mandados embora e aí a equipe toda recuou porque era desemprego! Ameaça! Hoje a gente vive um processo de transferência enorme. É difícil a gente ficar muito tempo em algum programa. Eles logo transferem. (Maria Regina).

Maria Regina afirma que outra forma de coagir a equipe, foi *implantar denúncia de usuário contra assistente social*.

Então, fazer assistente social fazer carta denunciando... Nós tivemos vários colegas com processo, mas eu já estava no CRESS, então, assim, a cada processo, pumba! Lá ligava para a prefeitura enquanto CRESS: olha a gente está recebendo isso, como é que é isso?; como é que está esta história? Virou processo, não virou? A gente vai estar entrando com advogado! Mentira, porque nem advogado nós temos no CRESS. Tem uma assessoria política, que não tem. Mas, eu acho que a equipe sofreu muito. Foi um processo de distanciamento. Agora, a gente está voltando de novo a ter reuniões. Ai tem um calendário de reuniões. (Maria Regina)

Maria Regina denuncia que há um problema com visita domiciliar, que a equipe está sendo obrigada a fazer visita domiciliar, da maneira mais absurda possível, fiscalizatória.

Ai nós pegamos documentos então e fora do horário de trabalho a gente está fazendo toda uma documentação sobre visita domiciliar, pra defender a nossa concepção. Então, agora, a gente está retomando isso, mas só que, assim, já houve muito esfacelamento nessa questão. (Maria Regina).

Maria Regina afirma que a equipe se dividiu. Segundo ela, uma parte da equipe, que estava exercendo cargo de chefia no governo do PT *tinha uma avaliação de que tinha que continuar na chefia para garantir o trabalho*. Maria Regina sabia que isso representaria um baque na categoria e afirma:

Eu fui do grupo que exigia contrariamente (...) Não vai funcionar! Se a justificativa era essa, é justificativa errada! Porque cargo de confiança é cargo de confiança política. Ninguém vai garantir o trabalho continuando em cargo de chefia no governo do PSDB (...) A minha maior preocupação era que isso ia confundir a equipe, como de fato! O fato de ter uma parte da equipe que ia responder e que confiasse por ter posições, por ter assumir o cargo de chefia no governo do PT, continuar na chefia, e o governo do PSDB tinha interesse por isso, porque sabia que era da equipe politizada, entendeu?! Eu falava assim, vai confundir a equipe e na hora que a equipe precisar se mobilizar, ela não vai porque ela vai estar dividida, mas foi batata, foi o que aconteceu! Uma parte da equipe ficou achando que talvez fosse melhor mesmo etc. e tal. (Maria Regina).

Maria Regina afirma que a parte da equipe que assumiu a chefia no governo do PMDB, já se desfilou do PT,

porque muito pelo contrário de garantir o trabalho, começaram a tomar atitudes de repressão à própria equipe, e a própria equipe estava desarmada aí, não conseguiu manter seu pique de resistência, não é! Essas pessoas foram exoneradas, porque é o que eu digo, não é, você... Essa história de você atender a vários patrões, ninguém confia, acabaram sendo exoneradas e a equipe já estava totalmente dividida e enfraquecida. (Maria Regina).

A militância de Maria Regina persiste, no sentido de retomar o processo de categoria. Sua análise confirma o que já analisamos anteriormente: que trata-se de um contexto totalmente adverso a qualquer tipo de organização.

Então, retomar um processo de organização é muito mais difícil, mas eu também não desisti. Hoje, uma assembléia que tem três pessoas, eu bato palma e ainda solto fogos, que eu acho que é muita gente! (riso) É claro, porque é um processo que é totalmente adverso a qualquer tipo de organização, conseguir reunir cinco, que fiquem depois do horário de expediente. Sábado agora, nós vamos ter uma reunião do CRESS aqui, que eu acho que vai ter umas cinqüenta pessoas! Isso é um oásis, num momento em que a gente está vivendo (Maria Regina).

- Leonardo

Em seu depoimento, Leonardo afirma que, em 1986, conseguiu um trabalho em São Paulo, para ser chefe da equipe de assistentes sociais, do Serviço Social da Indústria da Construção Civil. Aí se deu sua primeira transgressão:

Nesta instituição eu fiquei pouco tempo. Fui demitido, com um anos de casa (...). Lá, eu transgredi uma norma do sigilo (...). Naquela época, pelo menos, era tudo muito sigiloso. Eu devo ter visto algum dia um documento no xerox e comentei com os profissionais assistentes sociais e isso deve ter sido ventilado. A gerente da área então me chamou. Disse que não era nada tão importante. Eu nem me lembro o que era. E que aquilo não era aceitável e me demitiu. (Leonardo).

Aqui, a transgressão envolve a questão do sigilo institucional e não o sigilo profissional, ao qual o assistente social tem o direito de manter para proteger o usuário em tudo aquilo de que tome conhecimento em decorrência de sua atividade

profissional. (CFESS, 1993). *A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade (Idem).* Como Leonardo não se lembra do que se tratava, não é possível analisar esse tipo de transgressão.

Ao avaliar os movimentos sociais nas décadas de 70 e 80, Leonardo aponta para uma questão que nós já discutimos na introdução desse capítulo

quando eu trabalhei na habitação na prefeitura de São Paulo, na Secretaria de Habitação, na Superintendência de Habitação Popular, os movimentos sociais faziam toda a reivindicação, brigaram muito nos anos 70, quando os movimentos sociais se revigoram no Brasil, nos anos 70 e nos anos 80, o movimento de habitação esteve lá batalhando. Quando Luiza Erundina foi eleita a prefeita e foi nesse período que eu passei, que eu fui concursado e que eu entrei na Prefeitura, eu percebi, eu pensava, aqui estão as lideranças do movimento na reivindicação de casas. Até aí é legítimo, não tem o que se colocar como nenhuma observação ou senão. Agora, como que a gente faz pra extrapolar essa visão. Eu não posso ignorar a necessidade de moradia, porque eu tenho a minha, né, ou eu não tenho, então eu sei o que é esta necessidade, mas todavia eu tenho que pensar na extrapolação disso, em como extrapolar, em como pensar que moradia é necessário, mas só que o próprio capitalismo te tira a moradia, como muitas vezes você entra numa crise de desemprego e o pai tem que vender a casa ou alguma coisa assim. Estou dando um exemplo simplista, meio besta, mas pra dizer quando a gente luta por essa ética do direito, eu acho que tem que ter uma clareza de que é ética do direito. Nós temos que lutar por ela aqui nessa sociabilidade burguesa já acenando pra uma outra sociabilidade que seria a socialista, comunista, todavia, né, nós temos que pensar nessas necessidades, atender a essas necessidades, lutar por elas na perspectiva de uma ética do direito, mas sabendo que ela não se consubstancia nunca, não se concretiza nessa sociedade. Nesse sentido, uma obra que eu li que eu gostei muito foi a de Elaine Behring, Política social no capitalismo, se não me falha a memória né. Quer dizer, não é porque nessa sociabilidade você não constrói, não concretiza na finalidade, na sua finalidade última a ética do direito, que eu não vou lutar por ela, mas acenando inclusive para uma sociabilidade que pode constituir a ética do direito, que é a sociedade, eu penso, a sociedade comunista, né, então você luta nela. Agora, neste campo, do trabalho que o assistente social desenvolve, como eu penso que se eu fosse um professor da rede pública, da rede privada, como eu penso que se eu fosse um outro profissional de uma outra área, você tem que a partir daí, isto é estrategicamente o lugar onde você procura discutir esse acesso, mas aonde você tem que colocar pelo menos as pessoas a imaginação, já que quem imagina, quem constrói a imaginação como ocultamento/ desvelamento da realidade é quem sofre, nós temos que construir a tentativa de uma imaginação, de extrapolar a visão de uma

sociedade onde você tem que lutar pelos seus direitos cotidianamente e lutar quase sempre sendo derrotado. Então, não sei se está mais claro, mas é isto! (Leonardo).

No IPREM (Instituto de Previdência Municipal) de São Paulo, Leonardo afirma que a questão jurídica é fundamental na configuração dos direitos. Havia ali situações que a lei não previa (*pela letra da lei, pela frieza da lei, ela não tinha nenhum direito a pensão*). Explica que *a lei não foi feita pra captar a vida real, mas para captar uma vida burguesa*.

Leonardo descobre seu jeito de fazer relatório (argumentação e contra-argumentação) para defender o direito do usuário ao benefício. Diz que seus relatórios ficavam gigantescos, imensos e que fazia um raciocínio consigo mesmo neles: *se você me fizesse qualquer tipo de restrição àquele raciocínio, àquela forma de pensar, de perceber, de ver, de entender a realidade, eu fazia uma contra-argumentação*. Afirma que, caso tivesse sido negado o acesso ao benefício, por parte do IPREM, o usuário poderia entrar na justiça; e o relatório é um ponto a favor dele: *os procuradores sabiam é que esse relatório, a pessoa tendo a pensão negada pelo IPREM, ela entrava na justiça. Aquele relatório compunha o processo, era mais um ponto a favor dela*. Ele acha que isso é uma luta que ele se lembra na condição de profissional assalariado. Ele fala do desgaste no confronto com o jurídico, que dizia:

"você está fazendo direito administrativo". E eu dizia: mas eu não sei o que é direito administrativo, meu Sr., porque eu não sou da área de Direito. Eu estou construindo um relatório de assistente social e que tem esse estilo de argumentação. Agora cabe ao Sr. dizer que esse estilo está errado do ponto de vista da lei, mas não cabe ao Sr. mandar mudar meu estilo de relatório. Isso o Sr. não tem o poder pra fazer! (Leonardo).

Como punições, destacamos no depoimento de Leonardo as seguintes:

aí nós tivemos uma série de problemas porque eles chegaram a dizer que não iriam mais aceitar esses relatórios. Então eles diziam: "Aqui não é área da assistência social", onde nós vamos ficar condoídos por alguém e, portanto, fazer a liberação de um benefício social. Aqui é o campo previdenciário!" Então, eles queriam dizer que a gente estava sentindo pena dessas pessoas e que por isso eu estava tentando dar, soltar, "vamos dar pensão pra todo mundo" e não era absolutamente isso. Não era! (...) questão não é essa! Ela

está me provando um vínculo. Esse vínculo vai pra além, na garantia do direito dela, pra além da letra da lei morta, quem significava pr' aqueles procuradores, não liberarem e aí veja o constrangimento que você passa do ponto de vista profissional. Ao ponto deles com a força institucional, representantes da instituição também, mas representantes mais representantes que o assistente social - e aí entra a questão da subalternidade, como a profissão enfim vai sendo vista: nós éramos vistos como alguém que auxilia o trabalho do procurador, dando a ele um relatório social. E chegou ao ponto deles falarem: "você não vai mais fazer esse relatório, nós não vamos aceitar esse relatório". (...) E depois fomos devolvidos pelo IPREM pra Secretaria de Habitação... Nós ficamos numa salinha que nem batia sol, nós não tínhamos nem cadeira pra sentar. Era uma coisa de louco! (Leonardo).

- Elaine:

Elaine afirma que em sua primeira experiência profissional houve um caso de violação do direito do usuário, no qual ela teve que tomar uma atitude. Tratava-se de uma adolescente grávida, cuja origem era da Bahia, que morava num determinado morro da cidade do Rio de Janeiro - favela da Rocinha - e foi impedida de entrar na sua própria casa e na comunidade, porque tinha envolvimento com o tráfico local. Ele tinha sido expulso da comunidade e ela por ser companheira dele, também estava expulsa. Elaine afirma que a Secretaria encaminhou esta adolescente para a ONG (Organização Não-Governamental) onde trabalhava e ela, compreendendo a situação de risco social em que se encontrava a menina, fez o seu registro no programa.

Elaine nos conta como foi a sua experiência de confronto com a coordenadora deste programa da ONG:

A coordenadora (...) disse que eu não estava autorizada a fazer um registro da adolescente, porque eu tinha me equivocado que a adolescente não estava em situação de rua. Eu dizia que a situação de rua era uma especificidade da situação de risco. Então, ela estava numa situação de risco, ela não tinha para onde ir e que, como eu acolhi, eu entendi que ela corria risco de vida se voltasse para a comunidade. Ela disse o seguinte pra mim: "aqui, é assim: primeiro a gente espera a adolescente ir para rua; quando ela chegar na rua a gente recolhe". Eu disse pra ela: primeiro, a gente não recolhe ninguém! Primeira coisa, porque não é animal. E segundo que, a minha orientação profissional, meu Código de Ética, me encaminha a tomar essa posição: se a instituição colocar a adolescente na rua, eu vou representar a instituição junto ao poder público, vou fazer uma denúncia. (Elaine).

A transgressão se dá com respaldo na orientação profissional do Código de Ética⁸⁰. Elaine ameaça a denunciar coordenadora do programa e, afirma que mesmo se fosse demitida (recebendo a punição por sua transgressão) denunciaria a instituição:

Aí ela disse que eu era abusada, que na verdade não foi ela quem me contratou, quando eu fui contratada, ela estava fora, quem me contratou foi a coordenadora local. Isso criou um impasse dentro da instituição. Eu já trabalhava há alguns meses na instituição quando nos conhecemos. Ela disse que uma profissional com o meu perfil não servia para a instituição. Eu disse que ela tinha todo o direito, inclusive de pedir minha demissão, caso achasse que eu não tinha perfil para trabalhar na instituição, mas ainda assim se a adolescente fosse para a rua eu iria denunciar, que uma coisa não tinha nada a ver com a outra. E nós acabamos entrando num acordo. Isso demorou 7 dias para ser resolvido. (Elaine).

Elaine afirma que, enquanto não houve um acordo, a adolescente ficou constrangida na casa. Para resolver o impasse, Elaine pediu a presença do Conselho Tutelar.

Elaine afirma que, embora tenha assegurado a permanência da adolescente na instituição, não pode evitar que ela fosse maltratada pela coordenadora. Esta coordenadora trazia "doações" da Europa e *todas as melhores roupas que ela trazia da Europa, iam primeiro para as outras meninas. Era sempre um processo democrático de escolha (Elaine).*

E como essa adolescente não estava ainda oficialmente cadastrada no programa, ela acabava ficando com as sobras. Ela não entrava no processo de seleção, junto com as outras meninas, para escolher as roupas, etc. e tal. Tinha alguns passeios em restaurantes e a adolescente não podia ir, porque, segundo a coordenadora, à medida que eu questionava, ela dizia o seguinte: "cada adolescente tinha o registro lá e tinha uma carterinha, então ela tinha que sair com a identificação e essa adolescente não tinha identificação por conta do impasse que estava sendo vivido". Então, alguns passeios ela deixou de fazer e algumas coisas que estavam no âmbito do direito dos adolescentes que estavam nas mesmas condições, ela não teve

⁸⁰ No Art.13, inciso b do Código de Ética consta ser dever do assistente social, das relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil: *denunciar, no exercício da profissão, às entidades de organização da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, casos de violação de Lei e dos Direitos Humanos, quanto a: corrupção, maus tratos, torturas, ausência de condições mínimas de sobrevivência, discriminação, preconceito, abuso de autoridade individual e institucional, qualquer forma de agressão ou falta de respeito à integridade física, social e mental do cidadão (CFESS, 1993).*

acesso e a cada situação dessa vivida nós íamos para o confronto e, ao final de 7 dias, após o parecer do conselho tutelar – teve o acompanhamento do conselho tutelar – a adolescente foi oficialmente registrada no programa.. (Elaine).

A transgressão caracterizada pela possibilidade da denúncia, pelo confronto com o poder da coordenadora do programa, pelo questionamento dos obstáculos postos a cidadania desta adolescente, levou Elaine a sofrer punições, juntamente as acima descritas, vividas pela usuária:

Sofri perdas com isso: eu trabalhava 30 horas, minha carga horária foi reduzida para 20 horas. Ela contratou uma assistente social que, até então, eu achava que tinha sido uma bela contratação, porque eu vinha pedindo, eu tinha muito trabalho, eu era a única assistente social da casa de acolhida, mas o grupo que a gente fazia de gestantes, que era com a verba da instituição, a verba foi cortada, a reunião não pode mais acontecer; nós tínhamos um convênio com uma outra ONG, então elas faziam cursos de habilidade manual, etc. e tal nessa outra ONG, só que era financiado passagem e lanche sob nossa responsabilidade, e a verba desse projeto foi cortada. Então, assim, eu tive perdas, para que essa adolescente ficasse. Acredito inclusive que essas perdas são naturais de um processo de confronto de um poder institucional. (Elaine).

Elaine teve uma outra experiência na organização/ elaboração da Conferência Municipal de Macaé/ RJ, evidenciando, no seu depoimento, as contradições e fragilidades da política de Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro, especialmente no que tange às questões de orçamento/ financiamento. No tange a esse processo, destacamos o engajamento de Elaine, no sentido de dar mais organicidade a esta política, enquanto esteve atuando naquele município. Elaine assumiu o trabalho de capacitar as instituições para trabalhar de acordo com a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), discutindo os critérios para o recebimento de verbas. Ela afirma que é uma prática comum, naquele município, o Secretário entregar cestas básicas na casa das pessoas e ela tem questionado isso.

Ela afirma que a principal dificuldade está na própria equipe, que não se sente a vontade para estar nesse processo.

As meninas que são contratadas estão em condição de super-precariedade. Elas não têm nenhum direito trabalhista. Elas recebem o salário com alguns descontos, elas são contratadas por uma cooperativa mista, e elas de fato estão com mais dificuldade(...). O fato de não serem

conkursadas traz muita insegurança para elas e eu compreendo perfeitamente. (Elaine).

Elaine nos revela que uma das assistentes sociais concursadas, que atuam nesse município, por ter uma posição partidária clara - ela é oposição a gestão atual - tem sofrido muito:

Então, de tempos em tempos, trocam ela dos lugares, ela é colocada em disponibilidade, por discordar publicamente de algumas posturas do prefeito (...). Ela não tem condições de ter ir para nenhum tipo de enfrentamento, ela não tem condições de ter perda política no momento. (Elaine).

Elaine afirma que o profissional acaba se sentindo muito sozinho, porque segundo o mesmo, *a gestão do CRESS, do nosso Conselho tem fragilidades em relação a essas questões de políticas regionais.*

Elaine afirma ainda que, *em cidade grande, dificilmente você perde o seu emprego. Você até sofre perdas, claro, sofre, mas não tão declaradas (...).* (Elaine).

Em suma, a transgressão de Elaine consiste em capacitar as instituições nas quais trabalha (ONGs, prefeituras e outras) e fazê-las operar em conformidade com a lei, que garante direitos aos usuários.

6.2. Estratégias, proteções e alternativas criadas pelo profissional de Serviço Social:

- Maria Regina:

Observamos, em alguns depoimentos, que o profissional de Serviço Social cria estratégias para proteger o seu trabalho, em casos de transgressão. Uma das estratégias é documentar-se, comprometendo todos os níveis hierárquicos da instituição. Maria Regina por exemplo, nos diz o seguinte:

sempre tive uma preocupação grande, por saber desses conceitos políticos e que a minha vida ia ser sempre parametrada por minha participação política nas coisas, eu sempre tive uma preocupação muito grande em comprometer todos os níveis hierárquicos com aquilo que eu estou fazendo. (...) Era sempre na perspectiva de proteger a mim e ao trabalho que eu estou fazendo. Então, todo o passo que eu ia dar eu... memorando, ã, ofício, estou fazendo isso por isso e isso, justificava, fazia

todo um arrazoado. A minha vida sempre foi fazer grandes relatórios, com explicações, citando fontes e tal, que era pra comprometer a todo mundo e ainda fazia a chefia assinar embaixo. (Maria Regina)

Maria Regina afirma que todas as vezes que acontecia alguma coisa com ela e "pediram a sua cabeça", as chefias estavam todas comprometidas, todas dando o aval e acabavam tendo que a defender, porque sabiam que se acontecesse alguma coisa com ela, ela iria *puxar todo mundo*. Observamos um tom de ameaça nas palavras de Maria Regina, ao afirmar isso, embora ela se demonstre apenas preocupada em proteger a si e ao seu trabalho, através de memorando, ofício, relatórios, explicações, citando fontes, para comprometer todo mundo, inclusive a chefia.

eu sempre fui muito ameaçada de advertência, de suspensão, dessas coisas que nunca se concretizaram, porque é aquilo que eu te falei: gente, o melhor da vida é quando a gente acumula uma experiência pra pensar e agir estrategicamente. Então, eu sempre tive essa preocupação de, na minha atuação profissional, me envolver e registrar tudo o que eu faço, então, e sempre envolver as pessoas da equipe também, pra todo mundo estar sabendo o que está acontecendo. Eu sempre tive muito essa preocupação. Então, toda vez que eu era ameaçada de que vai acontecer alguma coisa comigo, eles acabavam não tendo condições de fazer, tá certo, a não ser da demissão, por causa da greve mesmo, porque aí (risos) não teve jeito de segurar porque não dava pra segurar, tecnicamente. Não tinha nenhuma apelação técnica. (Maria Regina).

Ela afirma também que o caderno de campo é um dos instrumentos de trabalho em que ela anota tudo o que faz, assim como a avaliação daquilo que está fazendo.

Eu anoto: fiz contato com fulaninha, eu disse isso, ela disse aquilo, eu disse isso, ela disse aquilo... e isso me salvou e garantiu a integridade do meu trabalho muitas vezes. Eu as vezes falo isso pros alunos: o caderno de campo não é uma coisa burocrática. Se, de fato, você for dar uma dimensão política pro seu trabalho, ele pode ser seu aliado! (Maria Regina).

Maria Regina afirma que a questão da estabilidade também é algo muito importante para a atuação política do assistente social: *estabilidade significa possibilidade de fazer movimento, sem retaliações, que impliquem demissões, essas coisas todas (Maria Regina)*. Ela revela que, a partir de 1989, a própria estabilidade

do profissional, que é direito institucional, começa a ser atacada por práticas neoliberais, porque há casos em que ela foi demitida na prefeitura e teve que recorrer na justiça.

Maria Regina também dedica boa parte do seu tempo para estar se reunindo e discutindo com a equipe alguma estratégia de trabalho. Segundo ela, *se não é no horário de trabalho, é fora do horário de trabalho para estar discutindo alguma estratégia. (Maria Regina).*

E a gente desenvolveu vários mecanismos de resistência. Nós constituímos um grupo de assistentes sociais. A gente se reunia fora do trabalho. Aí quando a coisa apertou, que começou a haver uma retaliação muito grande, de ameaça mesmo e tal, nós começamos a nos reunir na hora do almoço, em frente ao Paço Municipal, em frente a sede. A gente não almoçava. Uma vez por semana, toda quinta-feira, a gente ia pra frente decididamente, e ficava um grupo de assistentes sociais lá, e a gente ficava discutindo trabalho, ou falando sobre a vida, mas a gente... na estratégia de mostrar ó! E foi o período em que eles melhoraram, porque como eles acabaram com a estrutura de regionalização, a gente não tinha mais a possibilidade de reunir, para discutir assim, quando essa discussão for levada para a região, como é que nós vamos nos posicionar. A gente parou de ter essa possibilidade. Então, nessas reuniões às quintas-feiras, no horário do almoço, a gente deliberava o que a gente iria fazer de coletivo, de conjunto! Fizemos greve de silêncio! (Maria Regina).

A greve de silêncio foi uma estratégia que surpreendeu e incomodou a instituição, porque a equipe sempre foi muito contestadora:

Porque a gente falava, a gente sempre foi muito contestadora! A gente sempre foi muito contestadora! Tudo né! “Não, ela quer o que? Não, não vamos fazer porque isso é anti-ético...” Aí nós fizemos greve de silêncio. Tinha reunião, ficava todo mundo em silêncio. (silêncio). Uma coisa incrível, como incomodou! Não é?(risos) Ninguém falava nada! Todo mundo! (...) voltava todo mundo para o seu trabalho. Ficamos umas duas semanas assim. (Maria Regina).

Maria Regina afirma que toda semana se fazia algo diferente, para mudar a estratégia de resistência. *Isso ajudou eles a baixarem um pouco a bola - afirma ela. Mas, quando saía de licença, o movimento diminuía.*

-Elaine:

Elaine afirma que uma estratégia numa das prefeituras em que trabalha é estar *tentando garantir uma discussão de direitos mesmo, uma discussão de cidadania para que os sujeitos compreendam, possam e tenham condições de incorporar essa discussão no seu cotidiano de vida.*

Eu só me realizo profissionalmente, quando eu estou associada em redes ou quando eu estou articulada dentro de um serviço ou de demais serviços, quando eu troco, quando eu tenho a capacidade de trocar não só uma dada opinião, mas quando eu tenho a capacidade de fazer com que o outro construa os mesmos objetivos que eu tenho, porque afinal de contas, o objetivo-fim de toda a instituição, pelo menos no discurso, que é a satisfação do usuário nas necessidades básicas que ele busca em uma dada instituição, em dado serviço, dentro de uma concepção de políticas públicas e políticas sociais. (Elaine).

- Leonardo

Para Leonardo, a estratégia de trabalho é criar vínculos maiores com os usuários:

Vínculos que são alianças, mas que também são alianças de uma condição que deve ser mais pensada. Nós, não dá pra viver, vamos dizer, “a voz do povo é a voz de Deus”. Isso aí é uma coisa muito simples, ou melhor, simplista. Como eu disse, a gente tem mudanças no campo da pobreza no campo nacional, mudanças de perfilamento, de projetos, de posição, em alguns momentos, muito bons. A pobreza no Brasil de tempos atrás, eu não sei te dizer de 40, de 50... ela era muito mais submissa! A pobreza, eu não estou falando da classe trabalhadora onde basicamente você vai encontrar a pobreza, mas era uma reposição das relações de compadrio, lá do campo, do mundo rural. Era uma pobreza que aceitava o favor. Hoje você encontra outros caminhos, pelos quais vai se tentar superar aquela condição da pobreza, que não é mais pela submissão! Então, você tem no espectro dessa categoria social, o usuário, mas com os quais você tem que construir alianças – alianças no sentido de com eles trabalhar o projeto social, um projeto social, um projeto de vida, que parte do deles, do que eles têm agora, de uma forma conscientemente elaborada ou não, mas é daí que parte, desse pesquisar com eles: o que eu quero pra minha vida?
(...) Quer dizer, até que ponto você pode vir a discutir as categorias solidariedade de classe e não solidariedade social, mas a solidariedade de classe, daqueles sujeitos que compartilham uma mesma situação na sociedade e não só situação no sentido aparente, mas a situação no sentido de que lugar que eles ocupam no interior dessa sociabilidade como sujeitos. (Leonardo).

Leonardo afirma que, em um dos trabalhos que desenvolveu junto aos assistentes sociais, sugeriu: *por que vocês não criam um jornal, um boletim, onde as pessoas possam se expressar e criar um canal de socialização?*

Na mesma ocasião eu disse: vocês tem jornais também na cidade, na cidade menor, vocês também podem colocar ali matérias para reflexão. É também um caminho. Não é um caminho só da profissão especificamente, mas é também um caminho. O que eu quero dizer com isso é que há necessidade de se criar uma série de coisas. (Leonardo).

Leonardo afirma que as alternativas devem ser pensadas coletivamente, a partir do que ele chama de raciocínio estratégico:

não é só uma questão de reflexão, da gente ficar na reflexão, mas a reflexão é basicamente necessária pra você ponderar do ponto de vista teórico qual, do ponto de vista político quais são as possibilidades, os entraves, os limites, não pra você parar mas pra você ver: hoje eu tenho que ir até aqui, pra criar saldo. Eu acho que é um tipo de raciocínio estratégico, não na forma mais pobre como é entendido no planejamento estratégico, mas como que eu expando a minha... meu raio de interferência, de influência, enfim, de atuação, até onde eu consigo ter força pra isso. E não acho que é uma questão do assistente social individualmente. Eu acho que é uma questão da categoria ou de coletivos no interior da categoria. Porque individualmente é muito pouco o que você consegue fazer. Se não há um coletivo, tem que ser na base do individual, nos limites que ele traz. Não estou descartando nenhuma possibilidade. Estou dizendo: é preferível isso. (Leonardo).

Leonardo afirma algo que também já discutimos anteriormente, que é a necessidade de ter um objetivo político mais claramente posto para as ações e para as alternativas que estão sendo discutidas, considerando o momento histórico, a conjuntura e a estrutura na qual nos movemos:

Então o que eu estou falando é que você pode ter grupos de discussão sobre a intervenção mais conseqüente e tal no interior das organizações, no interior das instituições, definindo a qualidade do embate. (...) O capitalismo ainda tem, tem muita condição, quer dizer, eu só consigo pensar numa superação do capitalismo, não só como o Geraldo Vandré coloca: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Em parte ele está certo, você não pode esperar acontecer. Mas você não faz a hora. Você pode descobrir qual é a hora nessa história, talvez você perca, eu não sei, mas se a gente pensar hoje que o capitalismo tem ali toda a África pra se expandir da forma como der, que hoje veja, os países comunistas

retornam ao seio do capitalismo, é porque o capitalismo ainda tem muita força. Então, eu posso assim, inclusive, estar completamente errado nisso que eu estou falando, mas não dá pra eu esperar que a revolução vai começar, vamos dizer, na instituição x, aqui na PUC. Não dá pra esperar isso! Então, eu acho que a construção, ela tem que existir, mas que você tem que ter um mínimo de análise da realidade (Leonardo).

Concordamos com Leonardo. Os riscos da transgressão, nos termos que nós estamos pensando, dentro da ordem do capital, precisam ser mensurados.

O que eu penso é que esta construção não é fácil, ela envolve você pensar as suas condições de assalariamento. Ela envolve, eu vejo que algumas pessoas conseguem, eu acho que não é à toa que no serviço público, normalmente, você consegue uma luta das categorias profissionais mais avançadas do ponto de vista político do que nas empresas. Nas empresas o controle se dá de outra forma. No serviço público até a questão da estabilidade, da efetividade do funcionário público efetivo também auxilia, então, não dá pra você pensar que toda a condição que é só pelo princípio. Então, no princípio é a luta então eu faço a luta inclusive, alucinadamente. Eu penso que não é por aí. Eu penso que você avalia condições, você avalia situações e aí inclusive você pode estar no mesmo campo de proposições mas com visões estratégicas de ação completamente diferentes, penso eu! (Leonardo)

6.3. A consciência ético-política do profissional e a transgressão dos usuários:

- Maria Conceição:

Uma das situações que tem gerado indignação em Maria Conceição é o fato de alguns assistentes sociais estarem fazendo levantamento sócio-econômico de pessoas que são cabos eleitorais e dando aval para que elas sejam inseridas em determinados programas. Maria Conceição afirma:

Só que essas pessoas não cumpriram a mesma regra que as outras, que é entrar pelo plantão, que é entrar na fila. Essas foram indicadas por alguém e furaram a fila. Eu acho que esse programa de alguma maneira está servindo para que coloquem as pessoas que são cabos eleitorais pra trabalhar e está deixando os usuários que realmente necessitam desse trabalho fora e sem condições de acessar esse serviço. E a gente está sem possibilidade de fazer alguma coisa, alguma movimentação nesse sentido. Então, eu acho que isso é uma coisa que tem dificultado muito também o nosso relacionamento com a própria chefia e tem dificultado muito também até nossa consciência de saber que a coisa está errada e que a

gente não tem como movimentar ou fazer uma coisa pra que isso não continue acontecendo. (Maria Conceição).

Maria Conceição afirma também que em São José é *a administração do que grita mais alto*. Quando o direito não é respeitado pela instituição, o usuário tem algumas possibilidades, entre as quais, está a transgressão:

Então, se chegar um usuário, ele passar pelo plantão e falar assim: “a minha situação está complicada, estou precisando de uma cesta básica” e você explicar pra ele de que maneira isso está acontecendo, que não tem, que ele precisa se organizar pra isso (...). Dependendo dessa organização ou de como ele vê isso, ele vai aceitar o que você colocou, ele não tem mesmo inserção no movimento de participação, de reivindicar. Ele vai sair, vai embora, vai se virar. Agora, vai chegar um outro em que ele vai chegar e não vai aceitar o que você está colocando, e a gente sempre coloca: esse é o meu espaço, a partir daqui, eu tenho uma chefia de divisão, essa chefia tem chefia no Paço; você corra atrás, é direito seu. Se essa pessoa sair, botar a boca no trombone, vai aparecer pra ela. Essa é uma das possibilidades. Outra possibilidade é aquela que recorre aos vereadores, que recorre a alguma pessoa conhecida, e que essa pessoa vai fazer essa intermediação. Isso nem passa pelo Serviço Social. Existe uma assistente social que fica centralizada no Paço Municipal que faz, podemos dizer entre parênteses, a distribuição dessas cestas básicas e que são tiradas das regiões, mas que a gente não tem como ter controle disso, mas isso acontece com muita tranqüilidade. (Maria Conceição).

- Maria Regina:

Maria Regina disse ter sentido seu direito transgredido e a sua profissão transgredida quando, num programa do governo do Estado de São Paulo, onde teve que escolher onze famílias para serem beneficiadas com o recurso. Segue o seu relato sobre essa situação:

a gente ficou mal com essa história, como é que nós vamos escolher onze famílias? Por outro lado, a gente não achava justo colocar essa bomba na mão deles, vamos reunir o povo e vamos escolher. Então, era eu e uma outra assistente social, a gente acabou então selecionando onze famílias. O que aconteceu foi que dessas onze, não tinha nenhuma família que era parente do pessoal da sociedade de amigos de bairros, que eles tinham um certo poder no bairro e já havia denúncias de que eles usavam, as vezes, recursos só pra a família etc. e tal. E realmente pela seleção, eles, digamos assim, eram privilegiados do bairro. Há anos sendo responsáveis pela sociedade amigos de bairros e tal. Você pode imaginar. Eles organizaram

uma passeata contra mim. Eu fi-quei arrasada! Por que, como o povo fazendo um movimento contra mim? (Maria Regina)

Maria Regina narra uma experiência que, segundo ela, “*tem a ver com os usuários*”, mas que tem a ver com seu modo de proceder profissionalmente em face de uma demanda institucional (do governo do PMDB). O governo demanda à assistente social que escolha onze famílias. Considerando que, Maria Regina poderia ter participado aos segmentos envolvidos, o que lhe estava sendo demandado pelo governo do PMDB, de modo que esses sujeitos pudessem discutir, opinar e se posicionar em relação a esse Programa Governamental. Caberia ao profissional estar informando e discutindo todos os critérios envolvidos no processo de escolha, que é o processo que deveria ser realizado, a fim de juntamente a população definir que rumo a ser dado ao trabalho em questão.

Aos olhos da população, Maria Regina pode ter sido conivente com esse processo que, em essência, é excludente. O protesto da população – a organização de uma passeata/ movimento contra ela – revela: 1) o profissional em questão sofreu, como consequência de sua ação, o enfraquecimento político, público e profissional (“*eu fiquei arrasada!*”), por parte daqueles a quem deveria se unir em seu trabalho; 2) ao assumir o poder que tem de escolha, não ponderando as alternativas, sucumbe à lógica do poder institucional, apesar de se colocar como *defensora da população*:

Eu que sempre fui a defensora dessa população, como é que eu vejo?! Isso foi uma coisa muito difícil de ser trabalhada, porque, lógico, todas as famílias que não foram contempladas aderiram ao movimento. A prefeitura quase que foi apedrejada, vieram com faixa. E engraçado que, outro dia eu estava me lembrando disso, que foi uma diretora da minha área que é do PMDB, que me ajudou muito nesse processo, porque ela pegou e disse assim: “Regina não é contra você. Eles estão denunciando – você tem que desviar um pouco o seu olhar – eles estão denunciando um processo que é excludente! Embora seu nome é que esteja sendo utilizado e tal”. Mas é muito interessante porque a secretária na época era assistente social e ela botou todo mundo pra correr e falou: “não admito que desconfiem ou que levantem alguma coisa contra um profissional da minha secretaria”. Eu fiquei boba! Porque eu pensei assim: vai ser tudo que eles querem pra me demitir! E não! Isso pra mim foi uma surpresa. (Maria Regina).

A transgressão dos usuários, sob forma de protesto, nesse caso, é contra um processo excludente. Não seria preciso a instituição punir Maria Regina com uma demissão, porque sua capacidade de transgredir ao instituído, de organizar essa população para a reivindicação de seus direitos, tinha sido atingida em seu núcleo central. De fato, Maria Regina tem razão ao dizer que sentiu seu direito transgredido e a sua profissão transgredida, porque assim se sucedeu, com o objetivo de obstruir a ação resultante do processo de organização da comunidade. Mas, de alguma maneira, foi o trabalho educativo de Maria Regina que criou a possibilidade dessa população denunciar e enfrentar esse processo excludente sob a forma de protesto.

- Leonardo:

Em determinado momento da entrevista, Leonardo nos conta que uma usuária recorreu a várias pessoas na Câmara Municipal, inclusive à chefia de Leonardo, movida por um interesse que, segundo ele, podia ser válido, legítimo, mas não era legal. *E ela age da forma que ela conhece. A forma que ela conhece não é legal, porque nós sabemos o que é o legislativo primeiro na sociedade capitalista (Leonardo).*

Nesse momento, Leonardo se reporta a Marx e ao fato de que *o movimento dos trabalhadores nunca atacou o Banco da França, que era a parte sensível da burguesia francesa, mas era também uma parte, segundo ele, "santificada por todos". Então, no meio daquele movimento revolucionário, o Banco da França foi poupado!*

Do nosso ponto de vista, Leonardo está fazendo uma comparação entre o Banco da França e o legislativo em nosso país, pra refletir sobre o comportamento desta usuária.

Leonardo afirma que *a chefia ficou muito brava com ela e disse: "ela está me criando um problema"*. Leonardo reflete o seguinte:

Mas, se está criando problema é porque ela está lidando com a coisa como todos, inclusive no Brasil, uma grande parte lida. E aí eu fico pensando, quando você fala da transgressão, quantos de nós não procuramos a transgressão para nós a todo instante (...) porque acho que isto lida com as nossas necessidades, numa sociedade extremamente

pobre, num país muito pobre, do ponto de vista da distribuição da riqueza. (Leonardo).

Leonardo não acredita que esse conteúdo vai ser superado pela reflexão. Ele afirma que *não há uma distorção da percepção, da reflexão, mas sim uma distorção da realidade*. Essa distorção é algo cultural, segundo Leonardo e isso não se altera em numa conversa, numa entrevista, num esclarecimento, numa orientação. É um processo que tem que ser educativo, tem que ser muito tempo, porque aquela pessoa está movida por um interesse. Ele diz que seu trabalho é:

tentar resolver isso com ela e, evidentemente, partindo da forma como ela pensou de resolver. Mas, lógico que tem também uma idealização, eu acho que minha, nesse momento, que eu penso que deveria se resolver tudo no coletivo. De fato é o melhor. Mas, pra você chegar lá tem um processo político, educacional, educativo, que eu, assistente social, e ela temos que travar junto com outras pessoas. Construir esta possibilidade, eu acho que é um grande desafio tanto nessa dimensão, vamos dizer, técnico-operativa, quanto na dimensão teórico-política propriamente. A ética aí então, nesse caso, eu acho que não é a ética, nós não temos trabalhado muito com a ética do direito. A gente trabalha, eu acho, com a ética do sufoco (...) que é, meu Deus, o que que eu posso estar tentando fazer de melhor? O que que eu posso estar tentando fazer? (Leonardo).

Leonardo afirma que as situações de indigência, de miséria, de pobreza se recolocam no Brasil hoje e são aprofundadas do ponto de vista qualitativo e quantitativo, *quer dizer, é um número cada vez maior de pessoas em condições cada vez piores. E aí como esses indivíduos têm que resolver necessidades prementes, não dá pra esperar mais nada deles. Quer dizer o que que eu vou esperar? (Leonardo).*

Leonardo avalia que quando vai fazer supervisão de Serviço Social, *é justamente esse sufoco que se coloca para eles:*

Nós trabalhamos em um ambiente fisicamente degradado, nossos instrumentos – não os instrumentos da profissão, mas aquele material que a instituição nos deve disponibilizar para a execução de um trabalho em parâmetros mínimos de qualidade, eles estão diminuídos, eles são suprimidos, eles são economizados e nós temos um aumento qualitativo e quantitativo da pobreza, temos uma mudança hoje no perfil da pobreza e temos recursos no campo das políticas sociais, que na verdade, não se configuram nem propriamente como política, já que não asseguram

direitos. No campo dos programas sociais, essas programações que também se reduzem a cada ano. Então, como dá conta disso? (Leonardo).

Leonardo está problematizando toda uma situação que tensiona o campo dos direitos na instituição, envolvendo tanto o profissional e quanto o usuário, porém, ele afirma que o profissional de Serviço Social

se arroga enquanto papel de técnico, o de estar a frente da, vamos dizer não só na luta, mas nas ações pela recomposição melhorada dos materiais, recursos que a instituição tem que disponibilizar para ele trabalhar e no conjunto daquelas programações que as instituições disponibilizariam aos usuários. Ele acha que é ele que tem que resolver aquilo. (Leonardo).

Leonardo pergunta aos assistentes sociais: *onde está o usuário?* E afirma: *as pessoas chegam a não entender o que eu estou perguntando (Leonardo).*

Ele está chamando atenção para o fato de que estas condições - estas condições da instituição - o assistente social tem que enfrentar enquanto trabalhador, *todavia...* isso não acontece. É o que podemos analisar a partir das reticências.

Leonardo está colocando uma questão para os assistentes sociais, que é a seguinte: *como, do ponto de vista da instituição, com esses recursos que nós temos de conhecimento, como trazer o usuário para essa discussão conosco?* Para ele, *a discussão do direito não pode ser uma discussão acadêmica (...) tem que passar por esse campo de um conhecimento mais distanciado (...), mas ele tem que passar pelo usuário, e isso é um trabalho que (...) nós temos que desenvolver. (Leonardo).*

Aqui ficamos pensando que a transgressão do usuário pode ser aquela do "jeitinho brasileiro", tão comum a nossa cultura brasileira (do "toma-lá-dá-cá"), mas, também pode ser aquela atitude de indignação, de não-submissão, de recusa ao instituído, quando ele lhe impede a realização da cidadania. Podemos pensar ainda, que a transgressão do usuário seja o prenúncio de movimentos que, embora, desorganizados, pontuais, estão trazendo à tona as injustiças, as desigualdades, as exclusões da sociedade capitalista e, sob esse prisma, eles não podem dar conta dessa luta, tamanha é a sua amplitude e responsabilidade, porque devem envolver

não só os usuários , os profissionais e as instituições, mas o conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho*.

Talvez, a revolta, a desobediência ou as manifestações daqueles de quem nada esperamos (indigentes, pobres e miseráveis) venham anunciar uma outra ordem onde seja possível a realização do humano, da liberdade, da democracia, enfim dos valores que afirmam o ser social. Mas, para isso, a transgressão, a desobediência e a revolta precisam ser superadas por formas de organização política que possam ir *além do capital* (do marco da legalidade burguesa, que permite a emancipação política, mas não a emancipação humana). Isso supõe, logicamente, transformar, romper, superar, colocar em um outro patamar a negação do instituído.

Leonardo tem consciência dos desafios que se colocam hoje para a profissão, para os movimentos sociais, para as formas de fazer política, de uma maneira geral:

Nos desafia essa questão do neoliberalismo. Eu acho que pra mim, hoje, uma coisa que mais desafia o Serviço Social, que desafia os movimentos, é que aquilo que nós tínhamos um pouco como chão político, a partir de onde pensar as questões, as ações, que era... eu penso que o PT era um pouco isso, hoje se esvanece. E aí você fica sem uma base mais material para pensar essa mudança, pra refletir sobre ela, pra ver ela ocorrendo. Então, eu acho que é difícil, mas sim é possível. Agora, é possível em que condições? Dentro do próprio capitalismo, essa é uma outra questão de cunho teórico e que tem repercussões práticas, operativas, na profissão, no cotidiano: é no capitalismo? Eu não sei, eu sei é que nós vivemos numa sociedade capitalista. É nesse momento histórico e é nessa sociabilidade capitalista que nós temos que a partir dela e nela construir uma nova! Então, a luta está posta, aqui-agora. (Leonardo).

Quando Leonardo fala que *a luta está posta, aqui-agora*, podemos nos reportar aos atuais movimentos antiglobalização, que buscam pensar alternativas à globalização neoliberal, sobre os quais já discorremos anteriormente. Leonardo está consciente de que é preciso ter uma base material para pensar a mudança, pra refletir sobre ela, para vê-la ocorrendo.

(...) A sociedade precisa mudar, mas a partir do que está posto concretamente. O que está posto concretamente é muito diferente na Europa Ocidental, na Europa Meridional, na América Latina, nos Estados Unidos. A realidade brasileira é uma realidade extremamente complicada. Eu acho assim que há uma série de coisas nessa particularidade da realidade brasileira. Eu acho que as nossas lutas estão sendo feitas. Eu acho que é

dentro dessa sociabilidade que você vai tentar construir uma nova sociabilidade, que seria socialista, comunista e tal, mas é nesta. (Leonardo).

Concordando com Leonardo: as nossas lutas estão sendo feitas.

Temos hoje, espalhados pelo mundo vários movimentos que protestam contra a globalização. São movimentos que revelam *desobediência civil e conflito social para uma justiça global* (Cassarini, Tute Bianche, *Movimiento de los desobedientes*, 2002:316). Este movimento pensa ser *um dever, e não simplesmente um direito de cidadãos e cidadãs impedir que se mantenham o G-8, a OMC, o BM e o FMI* (Idem: 318). A desobediência civil é uma possibilidade de praticar a ação direta.

(...) Cambiar la Ley supone subvertirla previamente, generar conflicto; si no se tiene el conflicto contra el poder simplemente se está respetando la Ley y eso no cambia nada. La historia humana por cambiar una ley lleva implícita romperla, superarla. Nuestra desobediencia es eso (...). (Cassarini, Tute Bianche, *Movimiento de los desobedientes*, 2002: 318).

O conflito social está no centro deste pensamento, tem muitas formas e existe em função do projeto comum. A desobediência/ a transgressão está a serviço da política e não ao contrário dela. É preciso desenvolver métodos de luta que permitam integrar a sociedade e não excluí-la.

Leonardo vê a assistência como sendo *um campo para trabalhar esta ética do direito*. Afirma que *nós temos que trabalhar com o limite do humano, com o limite da história atual, com o limite da história nesse momento*. Ele cita Freud nesse momento e afirma: *"só imagina quem sofre"; "o homem feliz não imagina, quem imagina é o homem que sofre"*. *Eu acho que isso deve nos levar a exercícios de imaginação, no sentido de descobrir, de tentar fazer, pensar no que fazer* (Leonardo).

Leonardo avalia que *é nessa sociedade, nesse momento, com todos os seus constrangimentos e com todas as suas constrições que nós vamos tentar construir o novo; alguns mais na militância política, outros mais inclusive nessa condição mesmo de assistente social*.

Ele afirma que é preciso impor limites na utilização que a instituição faz da capacidade da força de trabalho do profissional, inclusive para que ela contrate outros profissionais.

As vezes (...) eu cheguei já a trabalhar todos os dias e sábado e domingo. Não era uma militância política, mas era uma militância profissional, porque eu fazia isso, baseado na necessidade de estar lá, de fazer aquilo, aquilo era, digamos, mais um grão naquela construção, mais um grão de areia naquele cimento ali, naquela massa. Só que você muitas vezes, fazendo isso, eu fico pensando, as instituições não contratam nem mais gente, quer dizer, até que ponto você discute essa relação? (Leonardo)

- Elaine:

Uma das passagens mais significativas do depoimento de Elaine nos mostrou que a transgressão do usuário pode se dar não apenas sob a forma de protesto, de contestação, mas também como mudança de vida.

Elaine nos conta a história de uma usuária que ela reencontra anos depois do trabalho realizado no Centro de Cidadania. *Ela queria exatamente verbalizar isso: seu trabalho, ele foi capaz de fazer uma diferença na minha vida. E aí eu perguntei pra ela: como é que está a sua vida? (Elaine).* A mulher lhe respondeu:

"Eu achava que a minha vida não poderia ser diferente daquilo, de catar lixo, pegar tomate podre, separar o que servia pra fazer comida das minhas crianças. E hoje eu sei, através do seu trabalho, do trabalho do Centro de Cidadania, que eu posso pensar muitas outras coisas".

Diante desse relato, Elaine afirma: *Eu fiquei pensando, se nós não estivéssemos lá, como seria a vida dessa mulher agora? (Elaine).*

A transgressão aqui se coloca como um ir além da condição sub-humana em que vivia essa mulher e seus filhos; um ir além da ausência de perspectivas de cidadania. Aqui a transgressão decorre da positividade da ação que não se contenta em dizer *não* ao que é, mas *sim* ao que pode ou deve ser. Embora não haja aqui nenhuma desobediência, nenhuma recusa, nenhum protesto ou contestação, a experiência da transgressão vivida por esta mulher estimula-nos a pensar a ordem existente a partir de uma outra lógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Há aqueles que lutam um dia;
e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias;
e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos;
e são melhores ainda;
Porém, há aqueles que lutam toda a vida;
esses são os imprescindíveis.
(Bertold Brecht)*

Atualmente, o movimento operário enfrenta, como problema central, sua pluralidade setorial, que está vinculada à pluralidade contraditória hierarquicamente estruturada dos capitais, em escala mundial e também em cada país.

A esquerda hoje se encontra numa situação ainda indefinida, não sendo capaz de elaborar um efetivo projeto alternativo de sociedade. A tendência dominante é a de conciliar com o existente e, portanto, de aceitar a ordem capitalista como natural e irreversível, como algo que deve somente, quando muito, ser “melhorado”. Essa é outra questão de fundo a ser enfrentada pelo movimento operário, que tem a ver com a natureza da esfera política e dos partidos em seu interior. A setorialidade do movimento operário deveria ser corrigida por seus partidos políticos. Mas, para fazer face ao Estado capitalista, representante da estrutura geral de comando do capital, todos os partidos do movimento operário tiveram que se apropriar de uma dimensão de política abrangente, espelhando em seu próprio modo de articulação, a estrutura política subjacente (o Estado capitalista burocratizado) à qual estavam submetidos. Embora tenham obtido êxito (necessário) nesse sentido, não trouxeram consigo uma forma *alternativa* de controle do sistema.

Os partidos políticos do movimento operário não puderam elaborar uma alternativa viável, porque se concentraram em sua função de negação,

exclusivamente na dimensão política do adversário, tornando-se dependentes do objeto que negavam. Isso não quer dizer que não possam elaborar uma alternativa, afinal, durante quase dois séculos, o movimento operário se impôs como um paradigma das lutas contra o capital em suas diversas "personificações".

É preciso considerar que a história do movimento operário é uma história marcada por lutas e resistências contra o capitalismo e o colonialismo, em que os partidos tiveram e têm uma função social: a de encarnar o interesse social de uma classe social. Portanto, não devem ser substituídos pelos movimentos sociais, mas a eles associados, permitindo a passagem do momento econômico-corporativo para o momento ético-político, ou seja, do particular ao universal.

No entanto, o polimorfismo dos modos de exploração tornou o mundo do trabalho bem mais complexo e ainda não se discutiu como pode brotar dessa pluralidade um novo sujeito revolucionário. Talvez possamos falar em sujeitos revolucionários, num processo real de coletivização que demandará a elaboração de novas referências teórico-analíticas, para que se possa afirmar o interesse do trabalho na sua totalidade. A questão é que isso só é possível, segundo o materialismo histórico-dialético, se investirmos em novas aproximações à ordem burguesa, tomada em sua totalidade.

Cabe recordar que, ao longo desta tese, partimos da concepção marxista para a qual um novo conhecimento do(s) sujeito(s) revolucionário(s) só resultará de um novo conhecimento da sociedade que ele(s) pode(m) transformar. Isso nos levou, num primeiro momento, a situar o nosso objeto de pesquisa, a transgressão como categoria histórica e, assim sendo, não se trata de revolução, nos termos do marxismo e dos movimentos socialistas revolucionários. Para estes, a revolução depende de elementos materiais, tais como as forças produtivas e a formação de uma massa revolucionária que se revolte não apenas contra as condições particulares da sociedade existente até agora, mas também contra a "produção da vida" vigente, contra a atividade total na qual se baseia.

Nos termos desse trabalho, transgressão é desobediência, é não se submeter, é ir além. E, como a desobediência pode ser civil e política, investigamos suas formas, justificativas, até chegar a uma primeira aproximação de nosso objeto de estudo. Vimos que a transgressão é um ato mais inovador que destruidor; tem

caráter lícito e obrigatório como dever de cidadania (e é compatível com a legislação e as instituições governamentais), de demonstração (das desigualdades, das injustiças, do desrespeito de direitos, etc.) e de publicidade; e, eticamente, está justificada como *direito à resistência*, na tradição dominante da filosofia política. Ela busca a mudança da norma. E, diferentes de outras transgressões comuns, ela é acompanhada de justificativa por parte de quem a pratica.

Vimos também que a desobediência pode funcionar como uma autêntica denúncia das desigualdades sociais e busca mudanças desejadas e necessárias nas normas. Seus princípios básicos são: a reunião de acontecimentos capazes de definir a existência de injustiças, a negociação, a auto-crítica e a ação direta.

Consideramos ter avançado na compreensão dos movimentos revolucionários, na medida em que eles tendem a acontecer no contexto de dificuldades econômicas, porém, é ausência de perspectivas que fazem com que as pessoas optem pela revolução. É quando elas estão convencidas de que o sistema atual não tem solução para os problemas de suas sociedades, que elas se tornam revolucionárias.

Discutimos também, ao longo dessa tese, a transgressão do ponto de vista ético e político, como uma recusa do instituído, tendo em vista o engajamento ou o desengajamento de valores e tentamos mostrar a necessidade de um movimento que a ultrapasse, pois uma das características da política é que, embora seja acompanhada de um choque de idéias, projetos, programas, etc., ela se faz acompanhar de formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta. A transgressão, portanto, decorre da positividade da ação, que não contenta em dizer não ao que é, mas sim ao que pode ser. Sob este prisma, a experiência da transgressão estimula uma nova forma de pensar a ordem existente, a partir de outra lógica, tendo como medida de valor as objetivações do ser social. Isso permitiu deflacionar o peso teórico da transgressão, redefinindo-a como uma das características eventuais do ato ético e não seu atributo principal.

Os limites e as fronteiras da transgressão têm seu ponto de referência nas normas. O gesto transgressor em relação às normas envolve um risco em jogo, na medida em que busca conquistas humano-genéricas, na direção da liberdade e da emancipação humana.

Como vimos, a ultrapassagem de limites ocorre e deve ser reconhecida, mas não necessariamente significa algo deplorável, do ponto de vista ético-político, quando se trata de um movimento que é de negação dos valores estabelecidos, mas que, na sua dimensão positiva, se lança no risco da afirmação de novos valores. Isso se deu em diferentes momentos: no campo da cidadania e dos direitos, na história da cultura de nosso país, no campo das resistências ao capital e nos atuais movimentos anti-globalização neoliberal.

Como vimos, ao longo desse trabalho, vários tipos de manifestação política assemelham-se à desobediência política: a rebeldia, a revolta, as insurreições, a desordem de rua e as agitações espontâneas. Tratam-se de manifestações que se caracterizam por sua falta de organização prévia e por desencadearem ações que podem ou não ter continuidade política. Todas elas apresentam um elemento de transgressão.

A transgressão se expressa na história, nos movimentos políticos, em suas diferentes formas de manifestação, como por exemplo, em manifestações de rebeldia e insurgência, em protestos de massas mais ou menos organizadas, como as que protestam contra a globalização neoliberal e comparecem no Fórum Social Mundial, ou em movimentos organizados de rua, com a dos piqueteiros, na Argentina. Nestes casos, pode significar a negação moral a normas, mas também pode mostrar a insatisfação política diante da realidade social. Também pode ser usada como forma de protesto, para marcar posicionamentos ético-políticos, para colocar reivindicações, entre outras possibilidades.

No campo dos movimentos sociais, problematizamos o conceito de "sociedade civil" e descobrimos que é preciso tomar cuidado com a utilização do vocábulo *novo* para nomear uma realidade pré-existente. Isso é o que tem feito a multiplicação nebulosa das ONGs, no terreno da sociedade civil. Sua realidade híbrida e ambivalente envolve tanto aquelas que são organizadas pelo sistema dominante até as que se deixam instrumentalizar por este.

O atual modelo societário estimula a baixa participação política, além de contribuir para o enfraquecimento das instâncias globalizadoras da política, através da proliferação de formas de associação corporativas e setoriais, como é o caso da maioria das ONGs.

Relacionamos a baixa participação política também à tradição cultural e política que se desenvolveu na sociedade brasileira, que manteve traços autoritários, corporativos e anti-partidários, obstruindo o desenvolvimento de instituições democráticas e representativas. Além disso, não tivemos asseguradas as regras de liberdade de escolha individual e coletiva, em virtude da fragilidade de valores, idéias, práticas e instituições. Este foi o resultado de quase duas décadas de ditadura tecnocrática-militar, de anti-cidadania, de cerceamento, de trancafiamento, de tortura e mesmo de eliminação daqueles que se opunham à forma de pensar de agir então dominantes.

A qualidade do atendimento social do Estado brasileiro é marcada por essas características da cultura política brasileira e fica à mercê dos interesses políticos dominantes, de tal modo que os direitos não aparecem como direitos, mas como benesses, concessões, promoções, ofertas ou “dádivas” de algum representante do poder público. Isso agrava ainda mais o acesso à cidadania, num país subordinado econômica e politicamente aos ditames do capitalismo transnacionalizado e das políticas de ajuste determinadas pelas agências internacionais; e coloca um problema significativo para o conjunto dos brasileiros, que é a qualidade de nossa democracia.

A situação dos direitos sociais é muito frágil nos dias atuais, porque o modo de produção capitalista passou por uma profunda mudança para resolver a recessão mundial, a partir da década de 70. Essa mudança, conhecida como *neoliberalismo*, foi presidida pela idéia liberal de autocontrole da economia pelo mercado capitalista, pelo afastamento do Estado do planejamento econômico (desregulação) e propugnou, enfaticamente, o desmonte do *Welfare State*, ou seja, as políticas sociais que materializam direitos sociais passaram a ser abandonadas ou privatizadas.

No campo dos direitos trabalhistas, muitas das conquistas foram e ainda estão sendo reduzidas ou eliminadas, com enormes prejuízos para os que têm que vender a sua força de trabalho para sobreviver. Além disso, o desenvolvimento espantoso de novas tecnologias provocou uma alteração substantiva nas forças produtivas, no processo social do trabalho, causando desemprego em massa, afetando *tanto a materialidade da classe trabalhadora, a sua forma de ser, quanto*

*a sua esfera mais propriamente subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam suas ações e práticas concretas*⁸¹.

São potencializados pelas orientações neoliberais processos que conduzem à regressão de direitos, à destruição do legado das conquistas históricas trabalhistas, em nome da defesa do mercado e do capital. Também se intensifica a investida contra a organização coletiva dos trabalhadores que, destituídos da propriedade, vivem o crescimento das desigualdades de todo o tipo, a relação alienada, que monopoliza os frutos do trabalho coletivo e os destitui dos direitos civis, políticos e sociais, progressivamente.

No que tange a formação histórica brasileira, os direitos estão duplamente em questão, não só pela assimilação dos reflexos globais, mas também pelo peso de nossa herança, que favoreceu o cultivo dos interesses privados e o uso privado de recursos públicos, impedindo o florescimento do sentido universal da cidadania. Aqui temos o peso do Brasil colonial, do poder das oligarquias, do coronelismo político, das relações de poder apoiadas nas relações de dependência pessoal, no compadrio e na ideologia do favor; das políticas trabalhistas dos anos 30 e 40; desenvolvimentistas e populistas nos 50 e 60; centralizadoras no bojo do regime militar, nos 60 e 70; e redemocratizadoras e privatizantes nos anos 80 e 90, numa economia globalizada, recessiva, de restrição e exclusão dos direitos de cidadania. Nossa trajetória política e econômica sempre foi orientada pela influência do capital estrangeiro, desde a nossa colonização, nossa Independência e nossa República. Na busca pela democratização, passamos por Estados populistas e ditadores, mas não chegamos ao Estado de Bem-Estar Social, pois quando acabamos de oficializar os direitos e conquistas trabalhistas na Constituição de 1988, começamos a ver *o desmonte da nação*⁸²: *o direito - protegido pela lei - é substituído pela força*.

A implantação do neoliberalismo no Estado brasileiro, deu-se pela necessidade de reestruturação do capital, principalmente do capital dos países hegemônicos, como forma de controlar as economias periféricas. Em virtude da crise econômica mundial, da dependência em relação ao capital estrangeiro (das dívidas contraídas com o Banco Central e com o FMI), o Brasil se comprometeu

⁸¹ Antunes, 1999:21.

⁸² Lesbauspain. 2002:58.

com os postulados e propostas para as economias periféricas, que foram discutidas pelo FMI, Banco Mundial, governo norte-americano, economistas e políticos latino-americanos e caribenhos de orientação neoliberal no Consenso de Washington, em 1989. Tais propostas visam o ajuste fiscal, a redução do tamanho do Estado, as privatizações, a abertura comercial, o fim das restrições ao capital externo, a abertura financeira, a desregulamentação, a reestruturação do sistema previdenciário, o investimento em infra-estrutura básica e fiscalização dos gastos públicos. Com todas essas alterações nas funções do Estado, há uma desresponsabilização do Estado para com a sociedade, refletida na diminuição dos recursos destinados às políticas sociais e nas transferências para a esfera da sociedade civil (das organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil). As políticas sociais passam a ser focalizadas, o que vai contra o princípio da universalização dos direitos e se reverte na redução da quantidade, qualidade e variedade dos serviços prestados, pois os atendimentos passam a ser orientados por necessidades pontuais e setorializadas.

O neoliberalismo somado a nossa tradição político-cultural confirmou o predomínio do interesse privado obstruindo a construção da esfera pública. Essa análise é importante quando se trata de pensar na dificuldade que, também setores de esquerda encontram de consolidar uma política de direito, contraposta a uma política de favor e de concessão.

A pesada herança, deixada por nossa tradição autoritária na configuração dos direitos, na história brasileira reflete o não-reconhecimento das classes trabalhadoras como sujeitos de interesses e direitos legítimos, a não-representação, no plano do Estado, dos interesses populares, a não-consideração das amplas maiorias na elaboração e na execução de políticas econômicas e a incapacidade dos mecanismos formais de representação de dissolver o clientelismo, o patrimonialismo e o prebendalismo que caracterizam e desvirtuam as políticas sociais.

Portanto, o critério de análise da democracia e dos múltiplos componentes da sociedade *civil de baixo*, é seu caráter anti-sistêmico, ou seja, como que os movimentos sociais e/ ou as organizações não-governamentais contribuem para pôr em xeque à lógica do sistema no domínio que lhe é próprio. Consideramos ser

necessário deslegitimar o sistema econômico prevalecente e não apenas condenar seu abuso. Para isso, é fundamental captar suas contradições sociais, denunciando a lógica que preside a sua construção e suas práticas, ou seja, a sua impossibilidade de assegurar as bases materiais necessárias à vida física e cultural de toda a humanidade.

Nesse sentido, o que vai qualificar a mundialização das resistências será a busca de alternativas que desemboquem em ações coletivas e não em paliativos. Não estamos nos referindo às alternativas reformistas, criadas no interior do sistema, como a “terceira via”. Elas perseguem a ilusão de humanizar o capitalismo. Estamos falando de algo mais em longo prazo, com projetos de médio e curto prazo, elaborados pela *sociedade civil de baixo* que caracteriza como *organização pós-capitalista da economia*, mas que nós entendemos como sendo uma sociedade que se pretende construir. São orientações prioritárias nesse sentido: a promoção anti-sistêmica, os movimentos portadores de utopias, a busca de alternativas em todos os níveis, a conquista dos espaços públicos e a formação de convergências.

A promoção anti-sistêmica pode ser entendida como o agrupamento de todos aqueles que, em todos os domínios da vida coletiva, contribuem para a construção de uma outra economia, de uma outra política e de uma outra cultura, avaliando erros e acertos. Como fizeram outros movimentos no passado, os atuais deverão ter seus intelectuais, para redefinir continuamente seus objetivos e metas, para formular sua própria agenda, não ficando a reboque das decisões mundiais.

Os movimentos sociais devem ser portadores de utopias, porque são elas que mobilizam e reavivam a esperança das pessoas. Como se constróem no concreto das lutas sociais, as utopias não se esgotam jamais, mas permanecem iluminando o caminho de indivíduos e coletividades. E a utopia é necessária e está presente de modo subversivo, quando não se aceita o que está posto, se questiona a sociedade, o poder, seus valores e instituições e se abre espaço para um ideal, para transcender essa realidade.

Outro ponto importante é a busca de alternativas em todos os níveis, envolvendo as grandes conquistas políticas, a vida cotidiana, as organizações internacionais, as Nações Unidas, as necessidades existenciais dos pobres, a vida

material e a cultura, o respeito à natureza, a organização da produção, no nível do desenvolvimento e do consumo.

Devemos lutar por reformas que entrem em contradição com a lógica do capital e possam levar a sua superação. Isso supõe, nos termos gramscianos, uma *estratégia de guerra de posição*, onde ganha-se e perde-se, onde há espaços que são ocupados e depois reconquistados pelo adversário de classe.

A conquista dos espaços públicos também é fundamental, pois trata da articulação com a democracia e com a política, a fim de organizar uma correlação de forças favorável à tomada de decisões. Isso supõe uma cultura política e um aprendizado que os movimentos sociais nem sempre empreenderam, em virtude da desvalorização da política.

Temos que construir mecanismos que permitam a participação crescente das massas organizadas na gestão do poder. A transição para uma *sociedade pós-capitalista* exige a progressiva devolução às pessoas dos poderes alienados de decisão política. Por trás dessa orientação, está a concepção de que a socialização da participação política é a socialização do poder. E fundamental para isso é a democracia.

O espaço no qual os movimentos sociais conseguem acumular forças, articular-se, propor alternativas - mesmo de caráter internacional - é o espaço nacional, onde nasceram, onde está o seu espaço de referência e onde suas propostas têm que encontrar seu lugar de realização concretamente.

O acúmulo social de forças tem que desembocar num plano político de ação concreta e, para isso, a democratização do Estado é um objetivo estratégico, na afirmação da democracia política com conteúdos sociais, na constituição dos direitos como cidadãos, na universalização de direitos e na construção de múltiplas identidades culturais, além da afirmação da soberania nacional e da formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento. A construção de uma alternativa internacional vai depender deste acúmulo dessas forças políticas, onde os partidos, governos e Estado têm um papel importante. Estes últimos devem se transformar numa força generalizadora dos direitos de seus cidadãos, democratizando o espaço nacional, com vistas a construção de *um outro mundo possível*.

Sobretudo, devemos buscar a formação de convergências. A multiplicidade dos movimentos, sua profusão, podem ser um obstáculo à construção de uma alternativa internacional, na medida em que estão pulverizados, atomizados, mas pode ser também uma força em si.

O sucesso dos movimentos sociais alternativos vai depender, em grande parte, da solidariedade internacional desses movimentos sociais que aspiram a construção de *um outro mundo possível* e de sua capacidade de inspirar também a esquerda organizada tradicional (partidos, sindicatos, associações trabalhistas, etc.) a se unir à luta.

Até algumas décadas atrás, graças as organizações de defesa do trabalho, foi possível extrair ganhos aparentemente significativos para o movimento socialista, tais como medidas legislativas para a classe trabalhadora, melhoria gradual do padrão de vida, que, mais tarde, tornaram-se reversíveis.

A transferência da lealdade dos socialistas "desiludidos" da classe trabalhadora para os chamados "novos movimentos sociais" (atualmente valorizados em oposição ao trabalho e desprezando o seu potencial emancipador) deve ser considerada prematura e ingênua, porque os *movimentos de questão única*, mesmo quando lutam por causas não-integráveis, devem ser derrotados e marginalizados um a um; e não podem representar uma alternativa coerente e abrangente à ordem capitalista.

Embora certas manifestações políticas do trabalho tenham sido historicamente específicas, como a social-democracia reformista - que acabou sendo completamente integrada ao capital nas últimas décadas - somente o trabalho pode proporcionar o quadro estratégico de referências abrangentes, no qual todos os movimentos emancipadores de *questão única* podem transformar, com sucesso, sua causa comum para a sobrevivência da humanidade. Isso porque, além de ser não-integrável, o trabalho é a única *alternativa estrutural* viável para o capital, numa perspectiva marxista.

Em suma, a credibilidade está na ação coletiva, com objetivos concretos (com programas de longo, médio e curto prazo) e não exatamente no âmbito das alternativas. Não podemos pensar que as lutas do presente são uma reconstrução do

que foram as lutas no passado, mas há uma história dos movimentos sociais que não pode ser desconsiderada.

A superação do capitalismo precisa ter um programa de uma outra sociedade. Não pode ser só um anti-capitalismo. É o que tem mostrado as realizações do Fórum Social Mundial. O mesmo vale para a transgressão: precisa ir além, politizar ações, buscar alternativas viáveis à realidade destrutiva da ordem social do capital e isso é um problema prático colocado hoje não só no campo dos movimentos sociais, na conquista dos direitos, mas também no âmbito das políticas sociais e do Serviço Social, onde se dá concretamente o enfrentamento da questão social, das desigualdades, das injustiças, dos problemas relativos à distribuição de renda, etc.

O papel da ética e da política é crucial para o sucesso desse empreendimento, mas é preciso também levar em conta as lições do passado recente. A ética se ocupa da avaliação da implementação dos objetivos alternativos que os indivíduos e grupos sociais podem realmente definir para si próprios nos seus enfrentamentos dos problemas de sua época. É aí que a inevitabilidade política causa o seu impacto.

Em virtude da crise estrutural do capital se manifestar também no campo da política, o potencial emancipador da ética está relacionada a crítica radical da política embutida na estrutura institucional do sistema do capital, inclusive, na maior parte dos órgãos defensivos originais do movimento da classe trabalhadora. Essa é única forma na qual a ética pode ser política hoje, no empreendimento prático de superar o poder de tomada de decisão política alienada dos indivíduos sociais, no espírito do projeto marxiano.

Fica claro, portanto, que o slogan "não há alternativa" não se origina da ética. É sempre mais fácil dizer "não" do que esboçar uma alternativa concreta para o objeto negado. No entanto, qualquer negação séria das condições dadas deve ser sustentável, no sentido de produzir alternativas viáveis nesta realidade. Além disso, precisa ter êxito contra o poder "incorporador" do capital, potencialmente sempre "híbrido".

É preciso recordar que o projeto socialista, como foi originalmente concebido, era precisamente contrapor-se a esta alternativa estratégica global existente e não *humanizar o capital* ou remediar, de forma integrável, algumas de suas contradições gritantes. Essa última proposta - como o fizeram certas formas do

reformismo - só pode redundar na continuação do funcionamento do capitalismo, apesar de sua crise.

No âmbito da profissão, entendemos que a transgressão incide sobre as situações-limite enfrentadas pelos profissionais diante dos seguintes dilemas: entre a norma institucional e o direito; entre os interesses dominantes e os interesses dos usuários; entre as necessidades do capital e as do trabalhador (incluindo aqui as necessidades daqueles que estão excluídos da possibilidade de trabalho).

Como vimos, na análise das entrevistas, em situações-limite, o assistente social ao desobedecer a norma institucional estava obedecendo ao Código de Ética Profissional. Portanto, a transgressão é um lado da moeda. Porém, é preciso observar que a transgressão não existe permanentemente; que não há regras sem limites; e que há necessidade de regras e educação para a cidadania.

A análise que desenvolvemos evidenciou que os direitos possuem uma dimensão transgressora em relação às normas institucionais, pela qual os sujeitos (assistente social e usuários) exigem seu reconhecimento, desestabilizando consensos e lugares estabelecidos, instaurando litígio, quando se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena pública o que antes estava silenciado ou então na ordem do não pertinente para a deliberação política.

Revelamos, em nossas análises, que forças progressistas atravessaram a profissão de forma a comprometê-la com as necessidades e prioridades sociais dos segmentos populares no Brasil, assim como com a defesa das políticas públicas e com a qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva da garantia da efetivação dos direitos sociais, donde sobressaiu a militância política dos assistentes sociais com as entidades e atores da sociedade civil que estavam engajados na luta pela construção de um novo projeto societário.

Com base em tudo o que já foi discutido sobre transgressão e sua relação com a ética e com a política nos movimentos atuais, é preciso avançar na politização das ações profissionais, de modo a recuperar as energias criativas, coletivas e políticas dos movimentos sociais aos quais o assistente social se associa, a fim de neutralizar a lógica da exclusão e incrementar a deliberação democrática

com novas propostas de institucionalidade e sociabilidade política. E ainda, recuperar as referências materiais que permitam aos trabalhadores se perceber, se organizar e lutar como classe social, já que, na atual conjuntura, encontram-se dispersos pelo mundo. Não se faz isso sem se *questionar por onde passam os conflitos e a criação dos direitos pela parte dos que ficaram sem parte*, buscando captar as formas diferenciadas de transgressão/ desobediência, de rebeldia, de dissensos e de manifestações que, hoje, vêm buscando não apenas a superação desta ordem societária, mas, sobretudo, a construção de uma nova ordem social.

É preciso lutar contra a contínua destruição da política e contra o esvaziamento da esfera pública atuante. É preciso mesmo recuperar o sentido do que é público, ou seja, a tentativa de fundar conflitos negociáveis entre as classes sociais, pela via das políticas setoriais e sociais ou por outras vias que ainda se desconhece, para que a partilha da responsabilidade transpareça, para toda a sociedade, os critérios, os conteúdos e a facticidade das decisões democráticas ampliadas, bem como a publicidade do debate e do dissenso, mostrando que os trabalhadores organizados estão preparados para empreender uma regulação pública, na qual os interesses econômicos e os direitos sociais sejam arbitrados.

Os desafios postos nesse sentido apontam para a necessidade de lutarmos pela política, recuperando o caráter público, universal, conflitivo e coletivo da democracia. Nesse sentido, é preciso perceber a nova roupagem dos velhos interesses capitalistas; entender a plausibilidade com que este projeto neoliberal se reveste; denunciá-lo, mas também compreender as condições de sua possível aceitação em cada sociedade em que se instala; indagar-se com o silenciar da política e descobrir, na aparência vazia do consenso e do que "não há o que discutir", as alternativas para reinventar e recriar a cidadania pela discordância, seja para recuperar direitos ou para ir além da cidadania formal, extrapolando a ordem do capital.

Em outros termos, é preciso aprofundar o exercício da política, reafirmando a primazia do Estado, enquanto instância principal a sua universalização na condução de políticas públicas, incentivando a descentralização e a democratização dos acessos aos programas e projetos sociais, abertos a todos os cidadãos. Ou seja, há que se pensar no avanço da democracia, fundada nos seguintes princípios:

participação e controle social, universalização dos direitos, garantia à gratuidade no acesso aos serviços, integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos, na perspectiva da equidade e da justiça social. Trata-se, portanto, da possibilidade objetiva de se desenvolver, no cotidiano institucional e fora dele, uma cultura pública democrática.

A raiz da explicação da transgressão, nessa sociedade, nos pareceu mais profunda, porque histórica e diz respeito à constituição do sujeito profissional em meio às múltiplas manifestações da questão social (expressão das desigualdades econômicas, políticas e sócio-culturais). Atuando na esfera da reprodução material e ideológica da força de trabalho, o assistente social tem seus espaços sócio-ocupacionais historicamente determinados e configurados pelos serviços e políticas sociais públicos e privados. Nestes espaços, o avanço do projeto ético-político da profissão faz com que o profissional viva mudanças tensas nas suas relações de trabalho e na sua própria subjetividade. Além disso, as condições de trabalho interferem muito na qualidade do exercício profissional e na própria qualidade de vida do profissional.

O profissional crítico, ousado e propositivo pensa-se como trabalhador, que vende a sua força de trabalho, com vistas ao atendimento das demandas das classes sociais no nível imediato e ao estabelecimento de mediações possíveis para uma intervenção competente e comprometida ético-politicamente com os interesses dos trabalhadores, de modo a ter sua legitimidade social transformada. E vive, como sujeito histórico, a luta pela emancipação humana, tendo que enfrentar o sistema produtor de mercadorias e sua lógica, necessitando buscar os fundamentos teórico-políticos da ordem burguesa no seu interior, a natureza deste ordenamento social e a lógica que o movimenta, para enfrentar as falsas promessas emancipatórias e conciliatórias do capitalismo e descobrir alternativas viáveis a isso.

BIBLIOGRAFIA

ABAS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais). **Código de Ética Profissional**. 1948.

ABRAMIDES, M.B.C.; CABRAL, M.S.R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria – 1978-1988**. São Paulo, Cortez, 1995.

ABREU, Janaína. Como fazíamos sem... escola. **Aventuras na história para viajar**. 34. ed. São Paulo, Abril, ago. 2005, p. 18.

AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs.). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003**. São Paulo, Cortez, 2003. (Trad. Dunia Marinho Silva; Maria Alice Araripe de Sampaio Dória; Maria Helena C.V. Trylinski; Rodnei Antônio Nascimento).

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, Autores Associados, 2004.

_____. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. **Capacitação em serviço social e política social: módulo 1: crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília, CEAD, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 4.ed. São Paulo, Cortez, 1997.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 2.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1997.

ARENDT, Hannah. **Crises da República**. São Paulo, Perspectiva, 1973.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a história: história geral e história do Brasil**. 11.ed. São Paulo, Ática, 2002.

AZEVEDO, Fernando. “A crítica literária”. **Máscaras e retratos**. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1962 (1929), p.60.

BARATA, Manoel Sarmiento. **Canto melhor: uma perspectiva da poesia brasileira**.

Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p.118-123.

BARROCO, Maria Lúcia. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, v.25, n. 79, especial, 2004.

_____. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 2: Reprodução social, trabalho, Serviço Social. Brasília. CFESS, ABEPSS, UnB, 1999; 2.7: As implicações ético-políticas do agir profissional.

_____. **Ontologia social e reflexão ética**. São Paulo, 1996. Tese de doutorado em serviço social, PUC - São Paulo.

BAUM, Gregory. A modernidade: perspectiva sociológica. **Revista Concilium: a modernidade em discussão**. Petrópolis, Vozes, 1992, p. 8-16. Trad. Gentil Avelino Tilton.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo, Paulus, 1997. (Críticos éticos). Trad. João Rezende Costa.

_____. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar,

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

BENJAMIN, César. Economia brasileira e política econômica. **Universidade e Sociedade**. Brasília, Andes, v.13, n.31, out. 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.

_____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília, UnB, 1992. (CD-Rom).

BONETTI, Dilséia Adeodata et al (orgs.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. Considerações sobre o código de ética dos assistentes sociais. In: BONETTI, Dilséia Adeodata et al (orgs.). **Ética e sociedade**. Brasília, CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), 2000.

_____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 2: reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília, CFESS/ ABEPSS/ CEAD/ UnB, 1999.

_____. **Serviço social e ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo, Cortez, 1996a, p. 118-122.

_____. **Ontologia social e reflexão ética.** Tese de Doutorado. São Paulo, PUC-SP, 1996b.

BOTTOMORE, Tom (editor); HARRIS, Laurence; KIERNAN, V.G.; MILIBAND, Ralph (co-editores). **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro, Zahar, 2001. Trad.: Waltensir Dutra; org. da edição brasileira: Antônio Guimarães.

BRAGA, Lea Lúcia Cecílio. In: CFESS Manifesta. **Análises conjunturais.** Brasília, CFESS Gestão 2002-2005: Trabalho, direitos e democracia, a gente faz um país, jul. 2004; Cap. 3: Mensagem de Abertura do VIII Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ENPESS -2002; p. 25-28.

BRAVO, Maria Inês de Souza. **Serviço Social e reforma sanitária:** lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo, Cortez, 1996. Cap.1: da distensão política à transição democrática: a questão da saúde e o Serviço Social; 1.2: o serviço social e a prática na área da saúde, p. 84-138.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo, Cortez, v.25, n. 78, jul.2004.

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956.** São Paulo, Ed. 34, 2000. Trad. Paulo César de Souza.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione Apolinário. **Ética e práxis profissional.** Brasília, CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), 2000.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

_____. **Formação da literatura brasileira:** momentos decisivos. 2.ed. 1 vol. São Paulo, Martins, 1964.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social.** São Paulo, v. 17, n.2, nov. 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas:** o DEOPS e as minorias silenciadas. 2.ed. ampl. São Paulo, Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/ SP, Fapesp, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 4.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003a.

_____. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Teatro de sombras:

a política imperial. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASSARINI, Luca; Tute Bianche Movimento de los Desobedientes. Desobediencia civil y conflicto social para uma justicia global. In: SALAZAR, Rafael Díaz. **Justiça global: las alternativas de los movimientos del Foro de Porto Alegre**. Barcelona, Icaria, nov. 2002.

CECENÑA, Ana Esther. Os desafios do mundo em que cabem todos os mundos e a subversão do saber histórico da luta. **Margem esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo, Boitempo, n. 4, out. 2004.

CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1965.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1975.

_____. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1986.

CFESS Manifesta. **Análises conjunturais**. Brasília, CFESS Gestão 2002-2005: Trabalho, direitos e democracia, a gente faz um país, jul. 2004; Capítulo 1: Carta aos presidentiáveis; p. 13-20.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 1993.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo, Brasiliense, 2003. (Col. Primeiros Passos; 13).

_____. **Brasil: mito fundador e a sociedade autoritária**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. O que comemorar? **Projeto História**. São Paulo, n. 20, abr. 2000, p. 36-57.

_____. **Convite à filosofia**. 7.ed. São Paulo, Ática, 2000a. Cap. 4: a existência ética; Cap.11: a questão democrática.

_____. **Filosofia**. São Paulo, 2000b. (Série Novo Médio).

_____. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6.ed. São Paulo, Brasiliense, 1996.

_____. Prefácio. In: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar**. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1993.

CONSELHO Federal de Serviço Social. Serviço Social a caminho do século XXI: protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, n.50, v.27, abr. 1996. p. 172-190.

COSTA, Caio Túlio. **O que é anarquismo**. São Paulo, Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos; 5).

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. 3 ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

_____. O PT está perdendo a identidade. **Revista eletrônica Gramsci e o Brasil**. 2004. Disponível em: <www.gramsci.org.br> Acesso em 22 ago. 2005.

_____. Uma entrevista para o Jornal do Brasil. **Revista eletrônica Gramsci e o Brasil**. 2003. Disponível em: <www.gramsci.org.br> Acesso em 22 ago. 2005.

_____. **Contra-corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS: Ensino e Serviço Social: pluralismo e formação profissional**. São Paulo, Cortez, n.4, jul. 1995.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo, Cortez, 2004.

COUVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo, Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos; 250).

CUNHA, Antônio Geraldo da et alii. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 10 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

DALLARI, Dalmo. A cidadania e a sua história. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/sos/textos/historia.htm>> Acesso em 26 ago.2006.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6.ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho**. 5.ed. São Paulo, Cortez, 1997.

DENNING, Michael. Esquerda global? Os movimentos sociais na era dos Três Mundos. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (orgs.). **O espírito de Porto Alegre**. São Paulo, Paz e Terra, 2002. p.61-78.

DIMENSTEIN, Gilberto; GIANANTI, Álvaro César. **Quebra-cabeça Brasil: temas de cidadania na história do Brasil**. São Paulo, Ática, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 6.ed. São Paulo, Cortez, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre, Editora Globo, v.1, 1976.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução: Muitas memórias, outras histórias. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo, Olho D'Água, maio, 2004.

FERNANDES, Florestan (org.). **K. Marx; F. Engels**. 3.ed. São Paulo, Ática, 2001. p. 9- 143.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986. (Brasil - Os Anos Autoritarismo).

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERRAZ, Geraldo Galvão (org.). **Paixão Pagu: autobiografia precoce de Patrícia Galvão**. Rio de Janeiro, Agir, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5.ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

_____. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. rev. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1968.

FILHO, Daniel Aarão Reis. Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil. **Revista eletrônica Gramsci e o Brasil**. Disponível em: <www.gramsci.org.br> Acesso em 27 ago. 2005.

FILHO, José Camilo dos Santos. Universidade, modernidade e pós-modernidade. **Educação Brasileira**. Brasília, n. 20, v. 40, 1.sem. 1998, p.41-72.

FIORI, José Luís. **Brasil no espaço**. Rio de Janeiro, Vozes, 2001. Coleção Zero à Esquerda.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Apresentação. In: CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica** (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 10.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

GIANNOTTI, José Arthur (consultoria). Vida e obra. In.: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política [e outros textos]**. São Paulo, Editora Nova Cultural, 2000 (Col. Os Pensadores).

GÓMES, José Maria. Ativismo transnacional e globalização contra-hegemônica Seattle, Porto Alegre e depois. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro, UFRJ/ Escola de Serviço Social, n. 4, v.2, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. (Trad. Carlos Nelson Coutinho).

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, UNESP, 1991. Trad. Raul Filker. Cap. 1: Introdução; Cap.2: As dimensões institucionais da modernidade, p. 11-60.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Loyola, 1992. Trad.: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972. (Série Interpretações da História do Homem, 2).

HENRIQUES, Luiz Sérgio. Uma pedagogia incompleta. **Revista eletrônica Gramsci e o Brasil**. 2004. Disponível em: <www.outrobrasil.net> Acesso em: 22 ago.2005.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Trad.: Maria Tereza Lopes Teixeira; Marcos Penchel. p. 15-94.

_____. **Revolucionários**. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. (Coleção pensamento crítico; v.43). Trad.: João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia.

_____. et al. **História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. Trad.: Carlos Nélon Coutinho; Nemésio Salles, p.11-89.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo, Companhia

das Letras, 2005.

HOUTART, François. A dimensão social. In.: AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs.). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003**. São Paulo, Cortez, 2003. (Trad. Dunia Marinho Silva; Maria Alice Araripe de Sampaio Dória; Maria Helena C.V. Trylinski; Rodnei Antônio Nascimento), p. 309-326.

_____. Os projetos e os níveis de alternativas. In.: AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs.). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003**. São Paulo, Cortez, 2003. (Trad. Dunia Marinho Silva; Maria Alice Araripe de Sampaio Dória; Maria Helena C.V. Trylinski; Rodnei Antônio Nascimento), p.377-392.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico- metodológica**. 15. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. O trabalho do assistente social frente as mudanças do padrão de acumulação e regulação social. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília. CFESS, ABEPSS, UnB,1999. Pt.2: Os impactos da crise do Serviço Social: demandas e respostas.

_____. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. O debate contemporâneo do serviço social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilséia Adeodata et alii (orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo, Cortez, 1996. p. 87-104.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

INWOOD, Michael. **Dicionário de Hegel**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997. (Dicionários filosóficos). Trad.: Álvaro Cabral; revisão: Karla Chediak.

JÚNIOR, José de Paula Ramos. Machado de Assis: o lince. **Discutindo literatura**. São Paulo, Escala Educacional, v.1, n.4, 2006.

KARAM, Maria Lúcia. Violência punitiva: um genocídio silencioso e cotidiano. **Revista Proposta**. Rio de Janeiro, n. 60, p. 41-60, mar. 1994.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Florense-Universitária, 1978. (Col. Brasil – Análise & Crítica).

LA FER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. **Cadernos AEL**. São Paulo, Unicamp, n. 14-15, 2001. Disponível em: Revista eletrônica Gramsci e o Brasil. <www.gramsci.org.br> Acesso em 30 ago. 2005.

LEBAUSPIN, Ivo; MINEIRO, Adhemar. **O desmonte da nação em dados**. Petrópolis, Vozes, 2002.

LECHNER, Norbert. **Los patios interiores de la democracia**: subjetividad y política. 2.ed. Chile, Fondo de Cultura Economica. 1990.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In: GENTILLI, Pablo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **A cidadania negada**. 3.ed. São Paulo, Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002.

LIMA, Cláudia de Castro. Do teatro de revista ao besteirol. **Aventuras na história para viajar**. 34. ed. São Paulo, Abril, ago. 2005, p. 23-27.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro, Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LÖWY, Michael. **Método dialético e teoria política**. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. (Coleção Pensamento crítico; v. 5). Trad.: Reginaldo Di Piero.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezzi (orgs.). **História da cidadania**. 2.ed. São Paulo, Contexto, 2003.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Ubiratan. **A vida literária no Brasil durante o romantismo**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da teoria social. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Trad.: Marília Barroso.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 57-144.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 4.ed. São Paulo, Cortez, 1995.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo, Hucitec, 1993.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo, Martin Claret, 2002. (Col. A obra-prima de cada autor).

_____. **Para a crítica da economia política [e outros textos]**. São Paulo,

Editora Nova Cultural, 2000 (Col. Os Pensadores). Introdução [à crítica da economia política]. Trad.: Edgard Malagodi.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 11. ed. São Paulo, Hucitec, 1999. Trad.: José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira.

_____. & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **O 18 Brumário e cartas a Kulgelmann**. 6.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

_____. **A miséria da filosofia**. São Paulo, Global, 1985. Trad.: José Paulo Netto.

_____. **O capital**. 7.ed. São Paulo, Difel, 1982.

_____. **A questão judaica**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972.

_____. **Oeuvres**. Paris, 1963, v. I, p.11-12.

MATOS, Olegária C.F. **Paris 1968: as barricadas do desejo**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira**. 4.ed. Topbooks, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo, Boitempo, 2002. Prefácio à edição brasileira; p. 21-33.

_____. Marx “filósofo”. In: HOBBSBAWM, Eric. **História do marxismo**. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Trad.: Carlos Néelson Coutinho e Nemésio Salles.

MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5.ed. São Paulo - Rio de Janeiro, Hucitec - Abrasco, 1998.

MORENO, Jorge Bastos. Confidências de Tancredo. **O Globo**. Rio de Janeiro, 25 jun. 2005. O País, p. 21.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo?** São Paulo, Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros passos; 148).

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, n.79, v. 25, especial, 2004.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília. CFESS, ABEPSS, UnB, 1999. Pt.2: Os impactos da crise do Serviço Social: demandas e respostas, p.93-109.

_____. Prólogo (Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista). In.: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, v. 17, n. 50, abr. 1996a.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 3.ed. São Paulo, Cortez, 1996b.

_____. Ética e crise dos projetos de transformação social. In: BONETTI, Dilséia Adeodata et alii (orgs.). **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo, Cortez, 1996c. p. 21-30.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. A crítica conservadora à reconceptualização. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 5, mar. 1981.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O desafio de construir e consolidar direitos no mundo globalizado. **Serviço Social & Sociedade**. Cortez, São Paulo, n. 82, v.26, jul. 2005. p.5-21.

_____. Revoluções passivas. **Jornal da tarde**. São Paulo, 24 dez. 1997, p.2. Disponível em: <www.outrobrasil.net> Acesso em: 22 ago.2005.

_____. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo, Cortez, 2004.

NUNES, Augusto. Introdução. WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2005.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 25 jun. 2005. O País, p. 4- 35.

O SOM da pilantragem. Polydor de Luxe, Companhia Brasileira de Discos, 1968.

OLIVEIRA, Clenir Bellezi de. A poesia explosiva do Boca do Inferno. **Discutindo literatura**. São Paulo. Escala Educacional, v.2, n.7, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. O que é formação para a cidadania? Entrevista com Chico de Oliveira, por Sílvio Caccia Bava. dez. 1999. Disponível em: <www.polis.org.br/publicacoes/entrevchico.html> Acesso: 25 ago. 2006.

_____. A crise do PT, a direita e a esquerda. **Revista eletrônica Gramsci e o Brasil**. 2005. Disponível em: <www.outrobrasil.net> Acesso em: 22 ago.2005.

_____. Prefácio: contra a corrente. In: BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. Sociólogo Chico de Oliveira sai do PT. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 dez. 2003.

_____. O enigma de Lula: ruptura ou continuidade? **Margem Esquerda: ensaios marxistas**. São Paulo, Boitempo, maio, 2003. Dossiê: perspectivas do governo Lula; p. 37-41.

_____. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

OUTHWAITE, Willian; BOTOMORE, Tom et alii. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, Dilséia Adeodata et al (orgs.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo, Cortez, 1996. p. 174-208.

PEREIRA, O. **Moral revolucionária: paixão e utopia**. Campinas, Papirus, 1983. (Coleção Krisis).

PINASSI, Maria Orlanda; LESSA, Sérgio (orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo, Boitempo, maio, 2002. p.77-101.

PINHEIRO, Paulo César. In: NUNES, Clara. **Canto das três raças**. Rio de Janeiro, EMI – Odeon, Fonográfica, Industrial e Eletrônica S.A., 1976.

PORTELLI, Alessandra. História oral como gênero. **Projeto História: história e oralidade**. São Paulo, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.22, jun.2001.p.9-36.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História: ética e história oral**. São Paulo, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, n.15, abr.1997, p.13-33.

PRADO JÚNIOR, Caio. **O que é liberdade? capitalismo x socialismo**. São Paulo, Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos; 6). Coord. Vanya Sant'Anna.

PROUST, Marcel. **À la recherche du temps perdu: à l'ombre des jeunes filles en fleurs – noms de pays: le pays.** Belgique, Delcourt, v. 1, avr. 2003.

QUIJANO, Aníbal. **Modernidad, identidad y utopia en América Latina.** Lima, Sociedad y Política, 1988, p. 27-42.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1991. Cap. 4: Aproximando-se das fontes: idéias de Marx no tempo de Marx; p. 59-81.

RAICHELIS, Raquel. **Legitimidade e poder público.** São Paulo, Cortez, 1988.

RAMOS, S. R. A organização política dos (as) assistentes sociais e a construção do projeto ético-político profissional: sinalizando horizontes. In.: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., Rio de Janeiro, CD. Comunicação 254, Rio de Janeiro, UERJ, outubro, 2001.

RIDENTI Marcelo. **Classes sociais e representação.** 2.ed. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época; v. 31).

RIOS, Terezinha Azerêdo. Indivíduo, ética e práxis. **Inscrita.** Rio de Janeiro, CFESS, v.2, n.1, nov. 1998, p. 27-32.

ROCHA, João Cezar de Castro. **O exílio do homem cordial: ensaios e revisões.** Rio de Janeiro, Museu da República, 2004.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 19 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Contribuição para análise de conjuntura com vistas aos Encontros Descentralizado e Nacional CFESS/ CRESS 2005.** Rio de Janeiro, 2005. Mimeo. 6p.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **Perspectivas: os porquês da desordem mundial; mestres explicam a globalização.** Rio de Janeiro, Record, 2005.

_____. A crise do PT, a direita e a esquerda. Rio de Janeiro, Laboratório de Políticas Públicas, 19 jul. 2005. Disponível em: <www.outrobrasil.net> Acesso em: 22 ago.2005.

_____. **A vingança da história.** São Paulo, Boitempo, 2003.

SALES, Mione Apolinário. **Justiça, direitos e democracia no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UERJ, 2001. 1 CD-ROM.

SANTOS, Boaventura de Souza. As lições de Gênova. **Biblioteca das Alternativas**. Disponível em: <www.forumsocialmundial.org.br> Acesso em: 14. nov.2006.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2000, p. 15-54.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo, Cortez, 1996. Cap. 4: O social e o político na pós-modernidade.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SCHÜLER, Fernando; AXT, Gunter. (orgs.). **4 x Brasil: itinerários da cultura brasileira**. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 2005.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5.ed. São Paulo, Duas Cidades, Ed.34, 2000. (Col.Espírito Crítico). Cap.1: As idéias fora do lugar.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In.: LINHARES, Maria Yedda. (org.). **História Geral do Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000. 11ª reimpressão.

SILVA, José Fernando Siqueira. **“Justiceiros” e violência urbana**. São Paulo, Cortez, 2004.

SILVA, Maria Dalva Casimiro da. A produção do conhecimento no Serviço Social e sua relação com os princípios ético-políticos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, v.25, n.77, mar. 2004, p. 121-147.

SILVA, M. Ozanira da Silva e (coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo, Cortez, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. Disponível em: www.gramsci.org Acesso em: 23 ago.2005.

SIMÕES, Carlos. A ética das profissões. In: BONETTI, Dilséia Adeodata et al (orgs.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo, Cortez, 1996. p. 70-83.

SOARES, Luiz Eduardo. A ética e o intelectual do século XXI ou a arte de cultivar desertos privados. **Revista eletrônica Gramsci e o Brasil**. 2005. Disponível em: <www.outrobrasil.net> Acesso em: 27 ago.2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. 20 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição. **Destruição não criadora**. Rio de Janeiro, Record, 1999.

TEIXEIRA, Dirce de Melo. **Subjetividade e militância**: histórias de vida de militantes nos movimentos sociais em João Pessoa. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, mar. 1999.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetários de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

TOLEDO, Laisa Regina di Maio Campos. 1968 e o cenário da resistência. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, n.58, v.19, nov. 1998. p. 72-93.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo, Peirópolis, 2002.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Portugal, Publicações Europa-América. 1991.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Entre a realidade e a utopia**: ensaios sobre política, moral e socialismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Trad. Gilson B.Soares.

_____. **Filosofia da práxis**. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990. Trad.: Luiz Fernandes Cardoso.

VIANNA, L. Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1997.

_____. et al. Cientistas sociais e vida pública: o estudante e graduação em Ciências Sociais. **Revista Dados**. Iuperj, Rio de Janeiro, v.37, n.3, 1994.

_____. **A transição**: da Constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro, Revan, 1989, p.87-103.

VIEIRA, Evaldo. **O que é desobediência civil**. São Paulo, Abril Cultural, Brasiliense, 1984. (Coleção primeiros passos: 10).

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**: memórias de um repórter. São Paulo, Editora Planeta do Brasil, 2005.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **Marx e o método**. São Paulo, Editora Moraes, 1994.